

WALKIRIA MARIA DE FREITAS MARTINS

**A PENA E O COMPASSO: POLÍTICAS PÚBLICAS
PATRIMONIAIS E A PRODUÇÃO DA PAISAGEM URBANA DE
VIÇOSA – MG, ENTRE 1980 E 2010**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação
do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural,
Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister
Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2016

WALKIRIA MARIA DE FREITAS MARTINS

**A PENA E O COMPASSO: POLÍTICAS PÚBLICAS
PATRIMONIAIS E A PRODUÇÃO DA PAISAGEM URBANA DE
VIÇOSA – MG, ENTRE 1980 E 2010**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação
do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural,
Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister
Scientiae*.

APROVADA: 18 de março de 2016.

Anita Correia Lima de Almeida

Luiz Lima Vailati

Leonardo Civalle
(Orientador)

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

M386p
2016

Martins, Walkiria Maria de Freitas, 1984-

A pena e o compasso : políticas públicas patrimoniais e a produção da paisagem urbana de Viçosa - MG, entre 1980 e 2010 / Walkiria Maria de Freitas Martins. – Viçosa, MG, 2016. xiv, 277f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexo em mídia digital.

Orientador: Leonardo Civale.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.275-277.

1. Patrimônio cultural - Viçosa (MG). 2. Paisagens - Viçosa (MG). 3. Viçosa (MG) - História. 4. Memória. 5. Cidadania. 6. Política cultural. 7. Política pública. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Historia. Programa de Pós-graduação do Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. II. Título.

CDD 22. ed. 363.69098151

Ao Miguel.

Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. [...] E se ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho. [...] A rigor, épica e rapsodicamente, uma verdadeira lembrança deve, portanto, ao mesmo tempo, fornecer uma imagem daquele que se lembra, assim como um bom relatório arqueológico deve não apenas indicar as camadas das quais se originam seus achados, mas, também, antes de tudo, aquelas outras que foram atravessadas anteriormente.

Walter Benjamin

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador, professor Dr. Leonardo Civale, a quem devo não apenas a realização deste trabalho, naquilo que ele tem de melhor, mas, o crescimento intelectual e profissional adquirido durante este Mestrado. Agradeço pelas aulas, orientações, oportunidades, pela delicadeza e precisão ao corrigir e pelo entusiasmo ao elogiar. Pela confiança no meu trabalho, pelo estímulo, pela presença constante, pelo respeito e dedicação ao trabalho. Agradeço, sobretudo, pela oportunidade de aprender e conviver com um intelectual respeitável e um professor que é exemplo de amor e dedicação pelo que faz.

Aos professores do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV, pelos conhecimentos e dedicação. De maneira especial, ao professor Dr. Luiz Vailati e à professora Dra. Vanessa Lana, pela leitura cuidadosa e valiosas contribuições por ocasião do Seminário do Mestrado, às quais espero ter feito jus nesta versão final do trabalho.

Agradeço a todos e a todas que me ajudaram, de alguma forma, ao longo do trabalho. De maneira especial, agradeço ao jornal *Folha da Mata* pelo acesso aos arquivos e pela forma calorosa como fui recebida durante muitas tardes. Aos funcionários da Câmara Municipal de Viçosa e do Departamento de Patrimônio Cultural da PMV, que me receberam com enorme simpatia e presteza, possibilitando o acesso aos arquivos dos dois órgãos públicos.

Registro minha gratidão e respeito ao arquiteto e funcionário da UFV, Aguinaldo Pacheco (*in memoriam*), que compartilhou comigo um pouco de sua trajetória em Viçosa. Suas valiosas contribuições me permitiram dar os primeiros passos na pesquisa, além de ter sido inspirador conhecer uma pessoa que tinha tanto carinho e trabalhou tanto pela cidade.

Agradeço à Secretaria Municipal de Cultura de Viçosa pelo apoio dado ao curso de Educação e Patrimônio, que realizamos no âmbito do Mestrado. Especialmente, pela concessão do auditório da Estação Cultural Hervé Cordovil, onde o curso foi realizado e pelo empréstimo do “Trenzinho do Patrimônio” que nos acompanhou durante uma das aulas práticas.

Ainda a respeito do curso, agradeço à amiga Isabela Tavares Guerra, também responsável pela elaboração e execução do mesmo. Agradeço ainda, ao professor Dr. Jonas Marçal de Queiroz, responsável pelo Laboratório de Pesquisa Multimídia em História da UFV – LAMPEH – que nos auxiliou durante o processo de inscrições do curso e com a divulgação do mesmo no site da UFV. Agradecemos às funcionárias do LAMPEH, Ana Paula, Ariane e Mileny que fizeram as inscrições e, posteriormente, ficaram responsáveis pela entrega dos certificados. Agradeço ao Departamento de Geografia da UFV, na pessoa de seu Chefe,

professor André Lopes de Faria, que imprimiu e encadernou as apostilas utilizadas pelos cursistas. Meus agradecimentos também à Divisão de Assuntos Culturais da UFV e, de forma especial à Mônica, que nos auxiliou na realização da exposição fotográfica após o curso, ocorrida na Estação Cultural da UFV.

Agradeço aos cursistas que, com sua generosa participação, tornaram viável a execução de nossa proposta de intervenção prática e nos forneceram valioso material de análise, que constitui uma parte importante deste trabalho.

Agradeço ao professor Dr. Felipe Themudo Barata e à Universidade de Évora, em Portugal, que nos receberam de forma calorosa e enriqueceram nossa formação, com a realização do curso de valorização profissional em “Gestão do Patrimônio Cultural e Especialização Inteligente”, e a oportunidade de conhecer um pouco de sua experiência na área do patrimônio histórico e cultural.

Agradeço também à minha família pelo carinho e apoio sem os quais esta trajetória teria sido muito mais difícil.

Finalmente, agradeço aos professores Anita Correia Lima de Almeida (Unirio) e Luiz Lima Vailati (UFV), membros da Banca de Defesa da Dissertação, pela leitura atenciosa e pelas sugestões que enriqueceram o trabalho.

Índice

Lista de Siglas	P.viii
Lista de Figuras	P.x
Lista de Tabelas	P.xii
Resumo	P.xiii
Abstract	P.xiv
Introdução	P.1
PARTE I	
Capítulo 1: Viçosa entre o “progresso” e a definição de uma identidade	P.8
1.1: Primeira face da moeda: Cultivar memórias para alimentar a identidade. A narrativa oficializada acerca da formação e desenvolvimento do espaço urbano e da sociedade viçosenses.....	P.10
1.2: A outra face da moeda: a modernização que potencializa o combate pela memória e a defesa de uma identidade.....	P.22
1.3: Dois problemas, uma solução: Viçosa e seu Plano Diretor.....	P.34
Capítulo 2. Em nome do “direito à memória” e da preservação da identidade: uma “visão de mundo” local	P.45
2.1: O combate pela memória e pela identidade.....	P.46
2.2: “ <i>Viçosa por Viçosa</i> ”: Uma análise da auto representação local.....	P.48
2.2.1: “Doutor” Arthur da Silva Bernardes: o “vulto mais ilustre de Viçosa”.....	P.48
2.2.2: Viçosa: “Cidade Educadora”.....	P.56
2.2.3: Viçosa: Identidade <i>versus</i> “Progresso”.....	P.69
2.2.4: Praça Silviano Brandão: “ <i>Lugar de Memória</i> ” e um dos alicerces da identidade local.....	P.77
Capítulo 3: Tradições e Contradições: cultura local e turismo na construção da autoimagem de Viçosa	P.91
3.1: O turismo e seus papéis cultural e econômico na transição do século XX para o XXI.....	P.93
3.1.1: Viçosa e a proteção aos bens culturais e naturais: discussões socioeconômicas e políticas.....	P.93
3.2: Os bens culturais e naturais a serviço do turismo: em busca de identidade e de capital.....	P.98
3.3: Duas possibilidades de atração turística em Viçosa: disputas de poder no exercício de escolha das referências da cidade.....	P.126

3.3.1: O Museu Casa Arthur Bernardes.....	P.126
3.3.2: Definindo a “vocação turística” de Viçosa: o caso da “Marcha/Festa Nico Lopes”	P.133

Capítulo 4: “A régua e o compasso: o papel dos arquitetos na constru o do patrimônio histórico, cultural e artístico da cidade”.....P.149

4.1: Antes do bem tombado, a “retórica da perda”: “cismogênese” patrimonial em Viçosa, MG.....	P.152
4.2: Conselho Municipal do Patrimônio e Legisla�o patrimonialista: os arquitetos da memória de Viçosa.....	P.174
4.2.1: Uma política pública Estadual: o IEPHA, a Lei “Robin Hood” e a prote�o ao patrimônio das cidades “não-históricas” de Minas Gerais.....	P.174
4.2.2: Em nome da preserva�o da memória e da identidade, mas também do desenvolvimento do turismo e da Lei “Robin Hood”: nascem as políticas públicas de prote�o ao patrimônio histórico-cultural de Viçosa.....	P.177
4.2.3: A atua�o do CMPCAV entre 1998 e 2009.....	P.180
4.2.4: O CMPCAV, o PDV e a “transferência do potencial construtivo”: o combate pela preserva�o do patrimônio e as concessões aos interesses privados.....	P.200

PARTE II

Memorial sobre o curso de Educa o e Patrim nio: “Educa o e Patrim nio: reflexão sobre o patrim nio cultural de Viçosa e seu potencial educativo”.....P.227

1: Refletir sobre o papel social da memória e do patrim�nio.....	P.228
2: Refletir sobre as rela�es entre o patrim�nio e a educa�o.....	P.235
3: Processo de elabora�o e análise dos resultados da execu�o do curso “Educa�o e Patrim�nio: reflexão sobre o patrim�nio cultural de Viçosa e seu potencial educativo”.....	P.238
3.1: Relatório das atividades desenvolvidas ao longo do curso.....	P.242
3.2: Análise das respostas dos cursistas às atividades propostas no Caderno de Campo e conclusões sobre o curso.....	P.254

Conclusão.....P.266

FontesP.273

Bibliografia CitadaP.275

Lista de Siglas

ACV – Associação Comercial de Viçosa.

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

CASB – Escola Estadual Coronel Antônio da Silva Bernardes.

CBIA – Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência.

CD-ROM - *Compact Disc Read-Only Memory* – Disco compacto de armazenamento de dados.

CENTEV - Centro/Parque Tecnológico de Viçosa.

CESGRANRIO – Fundação Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio.

CMCPCAV – Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa.

CMV – Câmara Municipal de Viçosa.

COLUNI/UFV – Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa.

COMPLAN – Conselho Municipal do Planejamento de Viçosa.

DAC/UFV – Divisão de Assuntos Culturais da Universidade Federal de Viçosa.

DAU/UFV – Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa.

DCE/UFV – Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Viçosa.

DCPH – Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de Viçosa.

DPAP - Departamento de Patrimônio, Arquivo e Proteção da Prefeitura Municipal de Viçosa.

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo.

ESAV – Escola Superior de Agricultura e Veterinária.

EUA – Estados Unidos da América.

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

FUNARBE – Fundação Arthur Bernardes.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IPLAM – Instituto do Planejamento Municipal de Viçosa.

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.

MCAB – Museu Casa Arthur Bernardes.

MG – Minas Gerais.

ONG – Organização Não Governamental.

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais.

PD – Plano Diretor.

PDV – Plano Diretor de Viçosa.

P.H. Rolfs - Avenida Peter Henry Rolfs.

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

PM - Prefeitura Municipal.

PMV - Prefeitura Municipal de Viçosa.

RFFSA – Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima.

SMCELT - Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo do Município de Viçosa.

SMCELTP - Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer, Turismo e Patrimônio do Município de Viçosa.

SME – Secretaria Municipal de Educação de Viçosa.

SMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Viçosa.

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

TPC – Transferência do Potencial Construtivo.

TV-VIÇOSA – Emissora administrada pela FRATEVI (Fundação de Rádio e Televisão Educativa e Cultural de Viçosa).

UFV – Universidade Federal de Viçosa.

UREMG – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais.

Lista de Figuras

Figura 1: Município de Viçosa, no contexto da Zona da Mata Mineira	P.12
Figura 1: Viçosa e municípios de sua microrregião.....	P.13
Figura 2: Sede do Município de Viçosa - MG, com suas subdivisões em Bairros.....	P.26
Figura 3: Viçosa – MG, vista parcial do Centro (região do Terminal Rodoviário – Av. Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco).....	P.29
Figura 4: Viçosa – MG: Vista parcial da área central e adjacências. Detalhe: processo de verticalização.....	P.30
Figura 5: Viçosa – MG: Vista parcial da área central e adjacências. Detalhe: processo de verticalização ao redor da UFV.....	P.31
Figura 6: Viçosa – MG: Entrada principal do campus da UFV – “Quatro Pilastras”. Detalhe: processo de verticalização.....	P.33
Figura 8: “Revolucionários de 1930” em torno do coreto da praça Silviano Brandão.	P.56
Figura 9: “Chegada do comboio presidencial, a 28 de agosto de 1926, para a inauguração da ESAV”	P.57
Figura 10: “Educando a mocidade”. Alunos do Colégio Viçosa.....	P.61
Figura 11: Bandeira Oficial do Município de Viçosa – MG.....	P.65
Figura 12: Brasão Oficial do Município de Viçosa – MG.....	P.65
Figura 13: Praça Silviano Brandão – “Jardim de Viçosa”-MG.....	P.80
Figura 14: Praça Silviano Brandão, na década de 1940. Viçosa – MG.....	P.81
Figura 15: “Memoricídio”.....	P.83
Figura 16: Reforma do coreto da Praça Silviano Brandão, Viçosa - MG.....	P.85
Figura 17: “Praça Silviano Brandão na década de 1980.....	P.88
Figura 18: Foto da atual Praça Alice Loureiro, Bairro de Ramos, Viçosa – MG.....	P.172
Figura 19: Detalhe monumento em homenagem a Alice Loureiro.....	P.172

Figura 20: Fachada da Casa Sede do Primeiro Hospital de Viçosa, MG.....	P.207
Figura 21: Parecer técnico expedido para o tombamento das casas 119 e 129 da Rua Gomes Barbosa, no Centro de Viçosa – MG.....	P.212
Figura 22: Casas 119 e 129 da Rua Gomes Barbosa, Centro. Viçosa – MG.....	P.213
Figura 23: Vista da Fachada e parte da volumetria da antiga Casa Cora Bolívar.....	P.214
Figura 24: Aula teórica do curso “Educação e Patrimônio: reflexão sobre o patrimônio cultural de Viçosa e seu potencial educativo”.....	P.243
Figura 25: Aula prática, conduzida por Walkiria Martins.....	P.244
Figura 26: Aula prática: reflexões sobre bens tombados e localizados no Centro de Viçosa – MG.....	P.246
Figura 27: Grupo de cursistas mais a ministrante Isabela Tavares Guerra, durante a explanação de Iuri Paglioto.....	P.247
Figura 28: Grupo de cursistas mais a ministrante Walkiria Maria de Freitas Martins em frente ao Edifício Arthur Bernardes no campus da UFV.....	P.248
Figura 29: Ministrante Isabela Tavares Guerra, cursistas e o coordenador do curso, professor Dr.º Leonardo Civale.....	P.249
Figura 30: Banner de divulgação da Exposição Fotográfica realizada na Estação Cultural da UFV. Viçosa – MG.....	P.252
Figura 31: Inauguração da Exposição Fotográfica. (A).....	P.253
Figura 32: Inauguração da Exposição Fotográfica. (B).....	P.253
Figura 33: Inauguração da Exposição Fotográfica. (C).....	P.253

Lista de Tabelas

Tabela 1: Comportamento Populacional de Viçosa entre 1970 e 2000.....P.28

Tabela 2: Número de imóveis edificados no Bairro Centro de Viçosa entre 2002 e 2010.....P.30

Resumo

MARTINS, Walkiria Maria de Freitas, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2016. **A pena e o compasso: políticas públicas patrimoniais e a produção da paisagem urbana de Viçosa – MG entre 1980 e 2010.** Orientador: Leonardo Cívale.

A presente pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Trata-se de um estudo sobre as políticas patrimoniais do município de Viçosa, MG. O período abarcado no trabalho está compreendido entre os anos de 1980 e 2010, quando se intensificaram os discursos identitários de alguns grupos sociais da cidade, até a sua materialização em um conjunto patrimonial. A paisagem do município é marcada por ícones eleitos como patrimônios e igualmente, pela destruição daqueles que não foram selecionados como tais. Esse processo não ocorreu sem conflitos. A partir desse pressuposto, o objetivo central do trabalho foi analisar as discussões relacionadas ao patrimônio, enfatizando os diferentes grupos sociais cujos interesses se chocaram nesse contexto. E ainda, analisar como os discursos predominantes, acabaram por modelar a paisagem da cidade, através das políticas públicas. Conceitos como memória, “lugares de memória”, paisagem e identidade são caros à discussão. O trabalho se dedicou a analisar os discursos oficiais referentes ao patrimônio, com a finalidade de interpretá-los, identificando os interesses por eles representados e confrontando-os a outros que foram marginalizados. Para tanto, foram analisados documentos constantes do Arquivo da Câmara Municipal de Viçosa. Também foram investigados o acervo documental do Arquivo do Departamento Municipal de Cultura e Patrimônio, os arquivos do jornal *Folha da Mata*, textos publicados em *blogs* mantidos por moradores de Viçosa, além da bibliografia de caráter memorialista, de autores viçosenses. Além da análise teórica, realizamos uma intervenção prática que constitui o “Produto Final” do trabalho. Foi realizado um curso em que exploramos as possíveis relações entre o patrimônio histórico-cultural da cidade e a educação. Esperamos que a junção da análise teórica com a proposta de intervenção possa oferecer possibilidades de reflexão sobre o papel social do patrimônio histórico-cultural e contribua para a ampliação da cidadania para os diferentes grupos que compõem a sociedade viçosense.

Abstract

MARTINS, Walkiria Maria de Freitas, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, March 2016. **The pen and the compass: patrimonial public policies and the production of the urban landscape of Viçosa.** Advisor: Leonardo Civalle.

The present research was developed during the Professional Masters on Cultural Heritage, Landscapes and Citizenship. It is a study that focuses on the patrimonial policies in the municipality of Viçosa, State of Minas Gerais, Brazil. The period covered in this paper goes from 1980 to 2010, when the identity discourses from some city social groups in the city strengthened, until it turned into a historical heritage. The municipality landscape is marked by icons elected as patrimony and likewise, by the destruction of those that were not selected as such. However, this process did not happen without conflicts. From this assumption, the main purpose of this paper was to analyze the discussions regarding patrimony, highlighting the different social groups whose interests went against this context as well as analyze how the predominant discourses ended up modeling the city landscape, through public policies. Concepts such as memory, “memory places”, landscape and identity are important for the discussion. This paper engaged in analyzing the official discourses regarding patrimony, with the purpose of interpreting them, identifying the interests they represented and confronting them to the others that were marginalized. Therefore, documents found in the Archives of the Municipal Council of Viçosa were analyzed. The documental collection found in the Archives of the Culture and Heritage City Department, the archives from the *Folha da Mata* newspaper, texts published in *blogs* kept by dwellers in Viçosa, as well as bibliography of memorialistic character written by authors born in Viçosa were also investigated. Besides the theoretical analysis, we did a practical intervention which constitutes the “Final Product” of this paper. A course in which we explored the possible relationship between the historic-cultural heritage of the city and education was held. We hope that by putting together the theoretical analysis with the intervention proposal one can offer possibilities for reflection on the social role of the historical-cultural heritage and it may contribute for the expansion of citizenship for the different groups that the *Viçosense* society is made of.

Introdução

O trabalho teve dois objetivos principais: o primeiro propunha-se a realização de uma pesquisa empírica e de um exercício de análise teórico-metodológica, acerca da constituição do patrimônio histórico-cultural tombado do município de Viçosa, ao longo das décadas de 1990 e 2010. O segundo objetivo seria oferecer uma proposta de intervenção, com base na discussão teórica, mas, que pudesse contribuir, de forma prática, para a análise realizada.

No entanto, tais objetivos também são frutos de um processo de amadurecimento de ideias que fizeram parte do processo de formação, ao longo do Mestrado. A proposta de pesquisa apresentada para o processo seletivo, previa uma análise do potencial educativo do patrimônio e de suas relações com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Entretanto, essa temática, ainda considerada importante e, que em certa medida, manteve-se presente no trabalho, durante o curso deixou de ser o seu foco. As discussões promovidas ao longo das disciplinas, o aprofundamento na temática do patrimônio e as orientações específicas para este trabalho, levaram à reflexão que a proposta inicial não compreendia a problematização do patrimônio. Ao contrário, tomava-o como algo de valor intrínseco, e, portanto, inquestionável. Tal perspectiva, mudou completamente os rumos da pesquisa, uma vez que o objeto de análise historiográfica passaria a ser o próprio patrimônio e seu processo de constituição.

As práticas patrimoniais, a valorização da memória e da identidade e as políticas públicas de preservação do patrimônio, passaram a ser percebidas como práticas próprias de um determinado momento histórico. A problematização do patrimônio permitiria, portanto, uma compreensão maior da sociedade presente, que o valoriza e deseja preservar, do que do passado que ele supostamente evocaria.

A nova proposta previa, portanto, a análise de caráter historiográfico sobre os discursos identitários que se tornaram oficiais em Viçosa, ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000, além da constituição de seu patrimônio histórico-cultural através de políticas públicas. Tratava-se de uma proposta de reflexão acerca das transformações sofridas pela paisagem urbana de Viçosa, ao longo daquele período e dos discursos mobilizados por determinados setores da sociedade local, no sentido de territorializar nos espaços públicos as suas referências identitárias e as memórias. É evidente que neste contexto, ficariam expostos os conflitos de interesses entre grupos sociais distintos, inerentes ao processo.

Além da análise teórico-metodológica, foi necessário elaborar uma atividade de intervenção no âmbito do patrimônio histórico-cultural de Viçosa, que permitisse a aplicação de ideias defendidas ao longo da pesquisa. Essa é uma exigência do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania do Departamento de História da UFV. Por ser um Mestrado Profissional espera-se que os estudantes não apenas realizem pesquisas teóricas, mas, também, elaborem e executem atividades práticas em consonância com sua discussão teórico-metodológica.

Nesse sentido, elaboramos um curso de formação para profissionais da Educação Básica, com o objetivo de explorar o potencial educativo dos bens tombados. Diferentemente das atividades propostas pela chamada “Educação Patrimonial”, nossa proposta teria início com a problematização do próprio patrimônio, da memória e da identidade como discursos historicamente elaborados. Nessa perspectiva, seriam propostas atividades práticas e discussões teóricas que auxiliassem os profissionais da Educação no estímulo à reflexão e na realização de atividades relacionadas ao patrimônio, com seus estudantes.

O trabalho visa analisar o processo de constituição do patrimônio histórico da cidade de Viçosa, no estado de Minas Gerais. O período em que esse processo ocorreu está compreendido entre os anos de 1990 e 2010. No entanto, ao longo da pesquisa percebemos a importância de analisar alguns discursos que datam da década de 1980. Por essa razão, o recorte cronológico acabou abrangendo os trinta anos entre o final do século XX e a primeira década do século XXI.

A análise incidiu, principalmente, sobre discursos identitários e memorialistas, além de políticas públicas de patrimonialização desenvolvidas no município no período analisado. O principal objetivo do trabalho foi analisar discursos, identificando e buscando compreender conflitos que se desenvolveram no decorrer do processo de patrimonialização de alguns bens. Procuramos identificar os grupos sociais direta ou indiretamente relacionados à elaboração de políticas públicas patrimoniais em Viçosa, analisando seus interesses e possíveis formas de conciliação.

A pesquisa empírica embasou-se na análise de fontes primárias, como os textos publicados no semanário *Folha da Mata*, publicado em Viçosa. Foram utilizados também, os documentos do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico da PMV. Entre eles, constam Atas das reuniões do CMPCAV, correspondências internas e externas emitidas ou recebidas pela Secretaria Municipal de Cultura, documentação enviada pelo Município ao IEPHA para fins de captação dos recursos referentes ao “ICMS Cultural” (Lei “Robin Hood”), registros de atividades de “Educação Patrimonial” realizadas no Município, entre outros. Utilizamos

também, textos publicados em blogs de dois arquitetos e um jornalista, residentes em Viçosa, nos quais se discutem assuntos gerais sobre a cidade e questões referentes ao patrimônio histórico. Além desses, foram utilizados como fontes, alguns livros de caráter memorialista, escritos por moradores de Viçosa, acerca da “história” da cidade. Dados do IBGE e do IEPHA também subsidiaram nossas análises.

Além da análise de fontes, a pesquisa embasou-se teórica e metodologicamente nos trabalhos de diversos teóricos das Ciências Humanas, sobretudo nas áreas de História, Sociologia e Antropologia. Estudos sobre metodologia histórica, memória, identidade e patrimônio histórico foram importantes, nesse sentido. No que diz respeito à “história” de Viçosa e à análise de alguns aspectos relacionados à cidade, utilizamos monografias, dissertações e artigos publicados, principalmente, por geógrafos e arquitetos.

A teia de significados que compõem o imaginário social de uma parcela da população, já há algum tempo, vem sendo tomada como ponto de partida para análises da historiografia em particular e das Ciências Humanas em geral. De maneira mais específica, a micro história tornou-se um recurso que há muito vem sendo utilizado por historiadores da chamada Nova História Cultural. Nesse sentido propomos uma inserção da análise que fizemos sobre a questão patrimonial de Viçosa, em um contexto mais amplo de práticas patrimonialistas no Brasil e no mundo ocidental na contemporaneidade.

Paul Claval considera a paisagem como uma expressão da cultura de um determinado grupo social. Sendo assim, na constituição do espaço ocupado por um grupo, encontram-se muitos dos aspectos materiais e simbólicos que formam seu arcabouço cultural¹. No entanto, se a paisagem é, como afirma Claval, um meio de manifestação cultural, é preciso ressaltar que um mesmo grupo social não é homogêneo, nem no que diz respeito à introjeção e nem às formas de externar tais práticas culturais. Por essa razão, há que se ressaltar o espaço não apenas como a expressão da cultura, mas, como a expressão de uma cultura, que certamente é apropriada por alguns – e não da mesma maneira - mas não por todos os que compartilham aquele espaço. Trata-se de um exercício de poder, no qual sobressaem determinados grupos sociais, que conseguem imprimir no espaço, as suas ideias.

Nesse contexto, é que se insere a questão do patrimônio. Os bens protegidos, frutos da ação de um grupo social ajudam a compor a sua paisagem. Assim, analisar as práticas patrimonialistas e seu processo de construção, nos dá acesso à subjetividade desse grupo social.

¹ CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Tradução de Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007. P. 313-318.

Esse caminho nos leva ao questionamento das razões e dos interesses que estão por trás das ações e dos conflitos que se desenvolveram no processo.

Em sua genealogia do patrimônio Françoise Choay explica como diferentes sociedades, em seus respectivos momentos históricos, constituíram um pensamento específico acerca dessa noção e enfatiza a importância dos discursos que foram e continuam sendo criados para estabelecer critérios de seleção e práticas de preservação patrimonial. No que diz respeito a essas práticas no mundo contemporâneo, a autora afirma que elas fazem parte de um novo ideário Ocidental inaugurado com a Revolução Francesa e com o advento da era industrial. De acordo com Choay, a partir daqueles episódios teriam surgido na Europa dois movimentos distintos em relação ao patrimônio: o da Inglaterra mais voltado às tradições e, portanto à ideia de origens; e o da França, onde se atribuem valores nacionais e históricos aos monumentos e onde essa ideia está atrelada a um “culto à Modernidade”².

Como a perspectiva francesa teve influência no Brasil, especialmente a partir do Modernismo na década de 1920, o impasse entre o antigo e o moderno torna-se discussão central quando o assunto é a constituição do patrimônio brasileiro. E nesse jogo de ideias mesclam-se ainda interesses sociais, políticos, econômicos e, por que não dizer, até mesmo religiosos, que compõem o cenário discursivo que existe por trás das práticas patrimonialistas.

Quando se reflete sobre a questão do patrimônio como um interposto entre o antigo e o moderno, surgem várias questões que merecem ser discutidas. Segundo Regina Abreu, a partir da Segunda Guerra Mundial, o conceito de cultura tornar-se ia democrático e perderia sua conotação elitista e erudita, passando a ser relacionado às manifestações sociais como um todo. A partir desse momento as discussões sobre práticas de patrimonialização também se modificariam adaptando-se ao debate.³

No entanto, se por um lado, é um ganho que bens e práticas, marginalizados durante muito tempo, passem a merecer a atenção de órgãos públicos e da sociedade civil; e ainda, que grupos sociais que antes não se viam representados nos próprios patrimônios, passem a ter a oportunidade de ver preservados seus valores culturais; por outro lado, existe um grande risco de que se perca o sentido do patrimônio em meio à essa *frenesi* de preservar “tudo” para valorizar “tudo”. É a isso que Françoise Choay se refere quando menciona o fenômeno do “*complexo de Noé*”, ou seja, uma espécie de “inflação patrimonial” que a autora percebe na

² CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2001. P. 138.

³ ABREU, Regina. “A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio”. In: CHAGAS, Mário e ABREU, Regina (orgs.). *Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. P. 36.

sociedade contemporânea⁴. Num apego exacerbado ao passado, estaríamos entrando numa espécie de paranoia patrimonial que deseja guardar relíquias de tudo e isso seria a manifestação de uma crise social. Segundo Choay isso ocorre em parte devido à transformação do patrimônio em mercadoria altamente lucrativa, que oferece ao mesmo tempo saber e prazer como “produtos culturais” prontos para serem consumidos. Todavia, não se trata apenas de uma questão mercadológica, pois, segundo a autora, vive-se um “narcisismo” em relação ao patrimônio. Ele seria visto como um espelho no qual a sociedade deseja se enxergar o tempo todo. O apego à própria imagem estaria ligado a uma crise de identidade e a uma noção totalmente idealizada do passado. Esse último se tornaria uma válvula de escape ou uma zona de conforto para uma fuga do momento crítico presente⁵.

Françoise Choay afirma que, no geral, o sentido do patrimônio está relacionado à ideia de herança⁶. As justificativas e as práticas variam, mas, a ideia de que o patrimônio é algo que se pretende deixar para a posteridade é recorrente no mundo ocidental contemporâneo. No entanto, nossa preocupação concentra-se menos na questão da herança que o patrimônio supostamente representa e na consequente necessidade de sua preservação, e mais no entendimento dos discursos e interesses que estão em voga no momento em que as justificativas para a patrimonialização são criadas. Em geral elas são forjadas por um determinado grupo social e atendem às suas expectativas ideológicas.

Por outro lado, não se deve considerar que a ideia construída em torno do patrimônio seja simplesmente imposta à sociedade por uma determinada classe que então a manipula completamente. Existe também uma adesão por parte da sociedade que, segundo Lowenthal, se manifesta pela fusão consciente ou inconsciente de memórias individuais às coletivas⁷. Ou, como explica Françoise Choay, deve-se considerar que, diante das instabilidades do presente, um passado idealizado que dá identidade e remete a aspectos positivos desse grupo, podem se tornar grandes atrativos, pois atendem aos anseios das pessoas⁸.

Nesse sentido, Walter Benjamin em sua análise sobre a História ressalta a importância do distanciamento entre o pesquisador e o objeto observado. Assim, o historiador que analisa a questão do patrimônio, tal como o “*Angelus Novus* de Klee”, deve afastar-se do que convencionalmente se chama “tradição” ou “herança” e buscar compreender os mecanismos

⁴ CHOAY, Françoise. *Op. cit.* P.235-237.

⁵ *Ibidem.* P.248.

⁶ *Ibidem.* P.98.

⁷ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto de História*, São Paulo, nº17, nov. 1998. P.78-79.

⁸ CHOAY, Françoise. *Op. cit.* P.248.

utilizados para a construção desses discursos. Segundo Benjamin, nisso consistiria o trabalho principal do historiador: desmontar os discursos ou “*escovar a história a contrapelo*”.⁹

David Lowenthal analisa diversos mecanismos que dão suporte ao exercício de tentar conhecer o passado, tais como a História e a Memória. Para ele ambas são muito semelhantes porque são residuais, no sentido de que utilizam resquícios do passado, mas nunca o apreendem em sua totalidade¹⁰. Em síntese, Lowenthal trabalha com a ideia de que o passado é um construto de pessoas que partem de questões do seu próprio tempo, aproveitam resíduos do passado a que têm acesso e tentam dar a eles explicações e significados tornando-os inteligíveis através de uma narrativa.

Ao analisar o patrimônio como algo historicamente construído, é imprescindível abordar também o papel da memória como elemento fundamental nesse processo. Nesse caso destacamos o trabalho de Jacques Le Goff, por suas discussões acerca dos monumentos históricos, da memória individual e coletiva, além da diferença entre História e Memória¹¹. As discussões sobre o processo de elaboração das memórias coletivas, realizadas por autores como Michael Pollak¹², que trata dos “*esquecimentos*” e das “*memórias subterrâneas*”, foram igualmente, importantes para esta análise. Também foram fundamentais, as contribuições de Pierre Nora¹³, que trata de “*lugares de memória*” e “*sociedades memoriais*”, conceitos que deram suporte às análises aqui propostas.

Partindo do princípio de que a história e a memória são narrativas estabelecidas por pessoas de acordo com seu próprio tempo histórico, e tomando o patrimônio como uma grande expressão da história e da memória, optamos por fazer uma análise dos discursos em torno das questões patrimonialistas. Acreditamos que seja importante não apenas compreender as razões do processo de patrimonialização, mas, sobretudo, para entendermos como este se dá na prática e, evidentemente, as suas implicações.

A partir destas referências teórico-metodológicas e da análise das fontes e da bibliografia concernente ao tema, a Primeira Parte do trabalho desenvolveu-se em quatro capítulos teóricos. No primeiro capítulo, intitulado “Viçosa entre o ‘progresso’ e a definição de uma identidade”, analisa-se a memória coletiva tornada oficial em Viçosa, acerca da origem e do desenvolvimento da cidade, entre o início do século XIX e o final do século XX. Procuramos

⁹BENJAMIN, Walter. “Sobre o Conceito de História”. In: *O anjo da História*. Organização e tradução de João Barrento. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. P. 13-14.

¹⁰LOWENTHAL, David. *Op. cit.* P.74.

¹¹LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

¹²POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, nº3, 1989, p.3-15.

¹³NORA, Pierre. Entre memória e História. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*, nº 10, p.7-28. São Paulo: PUC/SP, dez. 1993.

analisar tal discurso memorialista e os grupos sociais que o defenderam em Viçosa, no período compreendido entre as décadas de 1980 e 1990. Em geral, os autores que escreveram a “história de Viçosa”, enfatizaram a década de 1970 como um divisor de águas para a cidade, devido à federalização da UFV. Tendo isso em vista, procuramos analisar trabalhos acadêmicos, que focaram questões como o processo de verticalização da cidade, o crescimento urbano desordenado, a população flutuante, entre outros aspectos relacionados ao espaço urbano de Viçosa.

No capítulo dois, intitulado “Em nome do ‘direito à memória’ e da preservação da identidade: uma ‘visão de mundo’ local”, analisamos a relação que fizeram determinados grupos sociais de Viçosa, entre o processo de federalização da UFV e as mudanças sócio culturais por ela provocadas na cidade. Tal discurso motivou o estabelecimento de uma identidade local criada em contraposição ao que era entendido como uma “invasão cultural”, da parte dos estudantes e profissionais atraídos à cidade pela UFV. Procuramos elencar os pilares de sustentação de tal discurso identitário, bem como, enfatizar os indivíduos envolvidos no processo e seus respectivos papéis sociais no período abordado.

O terceiro capítulo, intitulado “Tradições e Contradições: cultura local e turismo na construção da autoimagem de Viçosa”, é dedicado a uma análise dos discursos em torno da questão do desenvolvimento do turismo na cidade de Viçosa. Procuramos demonstrar como a cidade inseriu-se no contexto nacional de valorização da diversidade cultural, dos recursos naturais, das paisagens, das tradições, como meios para obter recursos financeiros. Nesse contexto, é importante destacar os debates em torno da definição de uma “identidade turística” para a cidade. Grupos com interesses políticos, econômicos e sociais, debateram durante a década de 1990, o potencial turístico de Viçosa e a identidade que seria “vendida” como atrativo aos turistas. A preservação do patrimônio histórico cultural da cidade, começa a ser cogitada de forma mais direta e enfática, como uma das possibilidades de desenvolver aquela indústria no município.

No quarto capítulo, intitulado “A régua e o compasso: o papel dos arquitetos na construção do patrimônio histórico, cultural e artístico da cidade” analisamos a atuação destes e outros profissionais na elaboração de políticas patrimonialistas em Viçosa. Devido à proeminência de arquitetos no CMPCAV, buscamos realizar um paralelo entre o que foi realizado a nível nacional e a nível local, no caso específico do município de Viçosa, em Minas Gerais. Além dos arquitetos do DAU/UFV, o trabalho de patrimonialização de bens culturais em Viçosa contou com a participação de outros grupos sociais. Curiosamente, repetem-se nesse

momento, os grupos analisados em capítulos anteriores, que estiveram envolvidos com a elaboração e difusão de discursos memorialistas, identitários e turísticos na cidade. Observa-se a confluência de todos esses discursos e a sua materialização através de políticas públicas patrimoniais, modificando a paisagem urbana e imprimindo no espaço, os ideais de tais grupos sociais.

A Segunda Parte da dissertação apresenta a análise de uma atividade de intervenção prática, realizada ao longo da pesquisa. Para fins de análise, esta atividade foi denominada “Memorial do Curso de Educação e Patrimônio – ‘Educação e Patrimônio: reflexão sobre o patrimônio cultural de Viçosa e seu potencial educativo’ -”. O principal objetivo com esta atividade foi possibilitar que os educadores e agentes culturais refletissem sobre a cidade como contexto de diversas relações. A análise do espaço urbano de Viçosa, pretendeu ser um exercício de reflexão acerca das transformações nele ocorridas ao longo do tempo. De forma específica, buscamos analisar as remodelações sofridas pela paisagem urbana em decorrência do processo de modernização da cidade e das práticas patrimonialistas ocorridas entre as décadas de 1990 e 2000.

As conclusões apresentadas são, evidentemente, parciais e não pretendem esgotar o tema. Antes, enfatizamos a necessidade de que novas pesquisas sejam realizadas afim de aprofundar muitas temáticas sobre as quais não pudemos fazer mais que uma breve apresentação neste trabalho. O objetivo principal foi apresentar e analisar o processo de configuração daquilo que hoje se constitui como o conjunto patrimonial de Viçosa. Conhecer os grupos sociais envolvidos, os interesses que perpassaram o processo, as realizações e suas consequências para a sociedade viçosense foram fatores preponderantes nesta análise. Tais conhecimentos permitiram elaborar o esboço de uma atividade de intervenção que visa à ampliação do olhar sobre o patrimônio histórico-cultural, sua democratização e ampliação do exercício da cidade por meio do patrimônio. Esperamos que este tenha sido o ponto de partida para que se ampliem os conhecimentos acerca do processo patrimonial em Viçosa e que isso acarrete em ganhos para os diferentes grupos sociais que a compõem.

Capítulo 1. Viçosa entre o “progresso” e a definição de uma identidade

Tomar as políticas públicas de patrimonialização dos bens históricos e culturais como objeto de análise historiográfica, implica também a necessidade de problematizar o processo de construção das identidades dos grupos sociais. A ideia da “necessidade de preservação” está ancorada a outras: a originalidade, as tradições, as particularidades, o passado. O discurso da perda subentende a defesa de algo e, em muitos casos, parece que este “algo” está relacionado à noção de identidade. Segundo Joël Candau, há uma relação de interdependência entre a identidade e a memória. Para o autor, as identidades se nutrem não apenas de memórias, mas, da valorização cada vez maior de uma determinada memória e, sobretudo, de uma idealização do passado. Assim, tanto a memória gera identidades, como também as identidades modelam as memórias, em processos de construção de “memórias coletivas” que envolvem lembranças e esquecimentos¹. Nesse sentido, problematizar a identidade e a memória como processos construídos historicamente nos permitirá uma visão diferente acerca do patrimônio histórico o cultural.

Tendo em vista estes conceitos e suas possibilidades argumentativas, analisaremos neste primeiro capítulo a “versão oficial da história” de Viçosa, confrontando-a com trabalhos acadêmicos, dados empíricos sobre o município, narrativas memorialistas e outras fontes que contenham discursos relacionados à “identidade viçosense”. Em seguida, mostraremos que se construiu um consenso ao afirmar que a cidade de Viçosa vem passando por um profundo e acelerado processo de mudanças culturais e paisagísticas. Os discursos proferidos pelos produtores locais, associam tal fenômeno à federalização da antiga Universidade Rural do Estado de Minas Gerais - UREMG, a qual já sobrepusera à Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV, esta última criada na década de 1920. A Universidade Federal de Viçosa – UFV - surgiu como tal, no fim da década de 1960 e passou a atrair enorme contingente populacional para Viçosa, o que é visto como detonador de todas as mudanças pelas quais a cidade passaria a partir de então. Mais uma vez, confrontaremos a “retórica da perda” com outros dados e proporemos algumas análises acerca de possíveis interesses e implicações da difusão de tais ideias.

¹ CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. Trad. Maria L. Ferreira. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2014. P.18-19.

1.1: Primeira face da moeda: Cultivar memórias para alimentar a identidade. A narrativa oficializada acerca da formação e desenvolvimento do espaço urbano e da sociedade viçosenses.

Desbravando a mata anecúmena

No lugar que seria um dia Viçosa de Santa Rita, nos extertores [sic] do século XVIII, foi que a população embrionária se estabeleceu. O fluxo povoador veio com a liberação, pela Coroa Portuguesa, da abertura de atalhos numa mata que vinha sendo clandestinamente desvirginada e transformada num cenário de contrabando aurífero. [...] Neste proscênio ainda pré-histórico, o suave som do murmúrio das corredeiras de cachoeiras que brotavam das cumeadas da Cordilheira da Mantiqueira acalentava o sono dos puris, coporós, coroados, cataguás e aimorés, autóctones da nação Tupi, viventes que vagueavam pelos píncaros e planícies de uma extensa área anecúmena. [...]. Dentre morros e colinas, algumas escarpadas como espigões, outras seccionadas e de pendor suave, ramificados caprichosamente e abruptamente destacados no cenário das altaneiras serras da Piedade e do Caparaó, diante de um amplo horizonte, essas criaturas humanas presenciaram a chegada, ainda ao final do século XVII, de geralistas oriundos de Taubaté (SP). Serpenteando porrotas fluviais, em companhia de expatriados africanos, desbravaram densas matas, abrindo largas picadas numa espessa vegetação, atravessando as paragens de onde se assentaria um dia o município de Viçosa [...]².

Os inícios parecem tanto mais exaltantes precisamente quanto menos se inscrevem na recordação. O Congo nunca foi tão vasto como no tempo da sua história obscura.

(Balandier)

Ao tratar a importância da memória para as sociedades contemporâneas, Jacques Le Goff cita este trecho de Balandier, para ilustrar sua análise acerca do processo de construção das narrativas identitárias. Segundo o autor, tais discursos apontam as supostas “origens remotas” sobre as quais estariam alicerçadas as identidades dos grupos sociais. É, justamente, a naturalização destas narrativas, muitas vezes apoiadas na autoridade atribuída à história científica, que motiva o esclarecimento feito por Le Goff: história e memória são discursos produzidos de formas distintas e com finalidades específicas. Do historiador espera-se a máxima imparcialidade possível, enquanto a construção de uma memória, que se dá através

² RANGEL, José Mário da Silva. “Desbravamento, destribalização, aldeamento e catequese”. Conferir: <http://opassadocompassadodevicosas.blogspot.com.br/>. Consulta em 06 de agosto de 2015.

de lembranças e esquecimentos, é sempre um ato subjetivo, consciente ou não³. Tal distinção acarreta a necessidade de que as “narrativas das origens” sejam “*escovadas a contrapelo*”⁴, visto que, como afirma Le Goff,

A evolução das sociedades na segunda metade do século XX clarifica a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e a aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.[...] A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder⁵.

A concatenação de acontecimentos elevados à categoria de “fatos históricos”, num discurso que se organiza apenas segundo a sua ordem cronológica, é um trabalho assumido, normalmente, por pessoas da própria cidade, com a intenção de valorizar a “história” local. Estes trabalhos acabam por se tornar uma espécie de “história oficial” que, aos poucos, vai sendo naturalizada. É certo que a assimilação desta narrativa, eivada de subjetividades e intencionalidades - conscientes ou não – traz sérias implicações sociais, uma vez que passa a embasar os mais variados discursos. No entanto, o que chama a atenção é a forma como ela é também utilizada como ponto de partida em muitas análises acadêmicas produzidas sobre o município de Viçosa. Tal atitude acaba por consubstanciar com a chancela da “produção científica”, os estereótipos produzidos por uma memória coletiva, tomada de antemão como produção historiográfica. Por essa razão, transcreveremos essa narrativa sobre as origens e o desenvolvimento de Viçosa, afim de que tal discurso seja analisado à luz de uma visão crítica.

De acordo com as informações contidas no site oficial da Prefeitura Municipal, Viçosa está localizada no Sudeste do Estado de Minas Gerais, na microrregião da Zona da Mata Mineira, entre as Serras da Mantiqueira, Caparaó e Piedade. Limita-se ao norte com os municípios de Teixeiras e Guaraciaba, ao sul com Paula Cândido e Coimbra, a leste com

³ LE GOFF. “Memória”. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora UNICAMP. 2010. P. 426-428.

⁴BENJAMIN, Walter. “Sobre o Conceito de História”. In: *O anjo da História*. Organização e tradução de João Barrento. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. P. 13-14.

⁵ LE GOFF. *Op. Cit.* P. 475-476.

Cajuri e São Miguel do Anta e a oeste com Porto Firme. Encontra-se a aproximadamente 225 Km da capital do Estado, Belo Horizonte e a cerca de 360Km da cidade do Rio de Janeiro (RJ).⁶

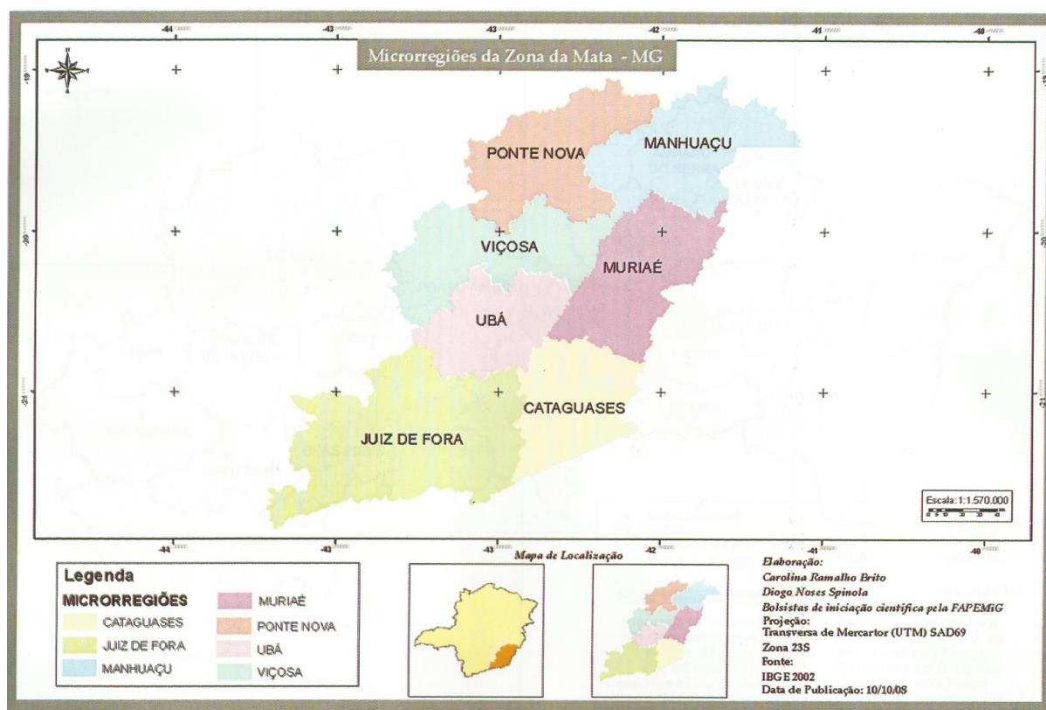


Figura 1: Município de Viçosa, no contexto da Zona da Mata Mineira⁷.

⁶ Prefeitura Municipal de Viçosa. Conferir: <http://www.vicosa.mg.gov.br/a-cidade/localizacao>. Página consultada em: 07/06/2015.

⁷ FARIA, André Luiz Lopes de; ASSIS, Angelo Adriano Faria de; FERNANDES, Elpídio Inácio. *Atlas Histórico e Geográfico de Viçosa – MG*. Viçosa, MG: Geographica, 2010. Anexos, s/p.



Figura 2: Viçosa e municípios de sua microrregião⁸.

De acordo com a versão oficial, a formação do Arraial de Santa Rita do Rio Turvo, remontaria ao período compreendido entre o fim do século XVIII e o início do XIX. A ocupação da Zona da Mata Mineira estaria relacionada à decadência do período minerador e à procura por novas terras para atividades agrícolas e pastoris, de subsistência. Segundo o site oficial da PMV, a construção da ermida em honra a Santa Rita de Cássia, que teria dado início ao povoado, no vale do ribeirão São Bartolomeu, dataria de 1800, embora também sejam mencionados registros de batismos que teriam sido feitos em 1789⁹. Ainda segundo informações oficiais da Prefeitura Municipal, a doação daquelas terras à “Santa Rita”, teria ocorrido no dia 20 de agosto de 1805, constituindo-se, então, o “Primeiro Patrimônio de Santa Rita do Turvo”. Seria este o local onde hoje se encontra a Capela Senhor dos Passos, à Rua dos Passos, no limite entre o Centro e o Bairro Nova Era, em Viçosa.

Em uma narrativa bem semelhante àquela citada no início deste capítulo, Maria do Carmo Tafuri Paniago assim descreve a formação daquilo a que denomina a “*gente viçosense*”:

⁸ *Ibidem. Loc cit.*

⁹ Prefeitura Municipal de Viçosa. Conferir: <http://www.vicosamg.gov.br/a-cidade/da-ermida-a-urbe>. Página consultada em 28/05/2015.

Quando os desbravadores dos sertões aqui chegaram, as matas que recobriam as margens dos rios Turvo e Casca eram povoadas por selvagens da nação Puri que, com os Tamoios, pertenciam ao grupo Tupi, que dominava larga faixa do litoral brasileiro. Os índios Puris, de índole pacífica, acossados pelos Tamoios, vieram depois se instalar no Vale do Rio Pomba. [...] A maioria dos escravos africanos, introduzida pelos colonizadores, em Viçosa, pertencia ao grupo Bantu, originário de Angola e Moçambique, que viera ter ao Rio de Janeiro. De feições grosseiras e atrasados, em relação a outros grupos étnico-culturais importados da África, estes negros exerceram aqui, como todo o país, grande influência, refletida na religiosidade, costumes e tradições do povo. Desta mistura, descende o viçosense: tipo comodista e acomodado, pacífico como seus antepassados puris, de grande religiosidade advinda de seus antepassados bantus, trabalhador, hospitaleiro e simples. Desconfiado, como sabem ser todos os povos de montanha, ele é feliz e alegre em sua intimidade, ciente de suas possibilidades e de seu futuro promissor. Dotado de um senso de humor “sui generis”, o viçosense, entretanto, como bom mineiro, “dá um boi para não entrar na briga, mas, quando entra, dá uma boiada para não sair dela”. Assim é a nossa gente – a gente viçosense!¹⁰

Consta que, na segunda década do século XIX, o arraial se expandiu a partir da construção da Capela de Santa Rita no “Segundo Patrimônio”, a pedido do capelão local, padre Francisco José da Silva, autorizado pelo então Bispo de Mariana, Dom Frei Cipriano de São José. Em 1832 o arraial foi reconhecido como Paróquia de Santa Rita e

Era constituído pelas ruas do Comércio, atual **Benjamin Araújo**, da Vassoura, hoje **Arthur Bernardes**, a de Baixo, agora **Vaz de Mello**, e o Largo do Rosário, atual **Praça do Rosário**. A Praça do Rosário, criada por influência do comércio, abrigava uma capela, denominada Igreja do Rosário, que foi posteriormente demolida por falta de utilização [...]¹¹.

Ou seja, a região que se considera atualmente como Centro de Viçosa teria sido seu segundo foco populacional surgido também por intermédio da igreja Católica, no início do século XIX. Em 30 de setembro de 1871, a freguesia de Santa Rita do Turvo teria sido elevada à categoria de Vila com o nome de Viçosa de Santa Rita do Rio Turvo, supostamente, em homenagem a Dom Antônio Ferreira Viçoso, Bispo de Mariana. Esta é até hoje, a data em que se comemora o “aniversário da cidade”. A partir do final do século XIX, o município então já formado, teria sua trajetória marcada pela economia cafeeira e pela modernização que esta trouxera à reboque.

¹⁰ PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. *Viçosa: Tradições e Folclore*, 1983. P.13-14.

¹¹ Prefeitura Municipal de Viçosa. Conferir: <http://www.vicoso.mg.gov.br/a-cidade/da-ermida-a-urbe>. Página consultada em 28/05/2015. Grifos nossos.

Fato marcante foi a chegada, em 1884, da linha férrea *Leopoldina Railway*, acompanhada da construção da primeira Estação Ferroviária de Viçosa, então localizada nas imediações do município, onde hoje se localiza o Bairro Silvestre. Viçosa já se destacaria como produtora de café e, exatamente por essa razão, passaria a integrar a rede ferroviária que ligaria sua microrregião à cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império¹².

Em 1911, já no período da Primeira República, a cidade passa a se chamar oficialmente, Viçosa. Nessa fase, teriam ocorrido mais mudanças em seu espaço urbano, com aberturas de novas ruas, largas e arborizadas. As transformações da cidade teriam se inspirado na Praça da Estação em Belo Horizonte, bem como nas avenidas do Rio de Janeiro, inspiradas, por sua vez, nos *boulevares* franceses. Segundo informações da Prefeitura Municipal, seria esse o caso das Avenidas Santa Rita e Bueno Brandão – ambas no Centro de Viçosa - tendo esta última, recebido também uma balaustrada¹³ que a separava da nova Estação Ferroviária, construída em 1914.

A década de 1920 marcaria uma nova fase de modernização, com a implantação de algumas pequenas indústrias (têxteis e engenhos de cachaça e rapadura), e, em especial, no ano de 1926, quando foram inaugurados a ESAV e o Patronato Agrícola de Viçosa. As duas obras foram inauguradas por Arthur da Silva Bernardes, então, Presidente da República do Brasil. Desde então, a cidade teria passado a ser conhecida como polo educativo, atraindo estudantes de diversas partes do país e do exterior. A partir da inauguração da ESAV, todas as mudanças ocorridas em Viçosa - seja em seu espaço urbano ou em suas características sociais, políticas e/ou econômicas - seriam atribuídas à esta instituição. Para o bem ou para o mal, a história da cidade passaria a ser confundida com a da própria ESAV e, até mesmo, com a trajetória política de seu fundador, Arthur Bernardes.

Segundo o texto do site oficial da Prefeitura Municipal, na década seguinte, houve a ocupação de uma área mais alta da cidade, denominada atualmente como Bairro Bela Vista (também conhecido como Morro do Pintinho). O texto ainda informa que tal expansão do espaço urbano ocorrera “sem nenhuma justificativa aparente”. Além disso, aquele mesmo período teria sido marcado pela recessão do crescimento econômico de Viçosa, cuja causa é

¹² PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. *Viçosa: retratos de uma cidade*. São Paulo: Scortecci Editora, 2001. P.23-24.

¹³ De acordo com o site oficial da Prefeitura Municipal de Viçosa, “O conjunto compreendido como Balaustrada é formado pelo muro de arrimo, guarda corpo decorado, postes de iluminação de ferro fundido e calçada arborizada. O trecho de 480m de extensão possui setenta e oito conjuntos com quinze balaústres cada, separados por pilares decorados”. Conferir: <http://www.vicosa.mg.gov.br/a-cidade>. Página consultada em 03/06/2015.

atribuída ao exílio do ex-presidente Arthur Bernardes¹⁴, decorrente de sua oposição ao governo Vargas.

Estaria concluído, dessa forma, o processo de formação e desenvolvimento do espaço urbano do município de Viçosa. Ribeiro Filho sintetiza o processo destacando “as quatro cidades de Viçosa”:

A primeira cidade se refere à cidade patrimônio, devido ao traçado urbano planejado pela Igreja, materializado em um conjunto de terras doadas a Igreja por um ou mais fazendeiros. A segunda seria a cidade ferroviária, dado a construção do ramal da ferrovia, possibilitando um acréscimo nas trocas comerciais, exportação agrícola, expansão do capital e intercâmbio cultural, assim como, integrando novas áreas ao processo produtivo, tanto rurais como urbanas. A última refere – se à cidade universitária, mediante a construção da ESAV. Obstante as três cidades já mencionadas, Ribeiro Filho (1997) destaca o surgimento de uma quarta cidade, materializada pós década de 60, chegando até os dias atuais, mediante a expansão das atividades da Universidade, proporcionada pela sua federalização.¹⁵

Segundo o autor, a partir de então, a demanda cada vez maior por moradias na região central da cidade, mais próxima ao *campus* da UFV, teria provocado a supervalorização do setor da construção civil e dos terrenos ali disponíveis. Isso, por sua vez, teria gerado uma especulação imobiliária violenta e drásticas consequências socioeconômicas para Viçosa.

Em sua dissertação de Mestrado defendida no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Letícia de Melo Honório analisou a formação do espaço urbano de uma “cidade universitária”, tomando Viçosa como estudo de caso. Sua análise sobre a trajetória urbana de Viçosa, parte desta mesma narrativa que aqui reproduzimos. Entre o final do século XVIII e o início do XX a decadência da economia mineradora e a ação pioneira da igreja Católica colaboraram para a ocupação da Zona da Mata Mineira. Desde então, entre construções de capelas ou igrejas, aberturas de ruas e a chegada da linha férrea e do “progresso”, nascia e se desenvolvia o município de Viçosa. O clímax da história ocorre na década de 1920 com a inauguração da ESAV e, a partir de então, Honório

¹⁴ Prefeitura Municipal de Viçosa. Conferir: <http://www.vicosamg.gov.br/a-cidade/da-ermida-a-urbe>. Página consultada em 28/05/2015.

¹⁵RIBEIRO FILHO. Geraldo Browne. “A formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG”. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 1997. 244p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFRJ, 1997. *Apud*: PAULA, Karine de Almeida. “Urbanização, atividade imobiliária e adensamento urbano nos bairros Centro e João Braz em Viçosa (MG)”. Viçosa: UFV/Departamento de Geografia, 2011. 101p. Monografia de conclusão do Bacharelado em Geografia. P.27.

constrói uma narrativa que associa diretamente o desenvolvimento da instituição, os efeitos provocados sobre a cidade e as mudanças que isso teria provocado em seu espaço urbano¹⁶.

De acordo com Letícia Honório a filosofia que orientou a instituição foi inspirada no modelo estadunidense denominado *Land Grant Colleges*, o que a diferenciava das demais instituições de ensino superior do Brasil, fortemente influenciadas pelo modelo francês¹⁷.

Ainda segundo a autora

Criados a partir de meados do século XIX (GRAÇA RIBEIRO, 2010) os *land Grant Colleges* foram escolas superiores agrícolas que surgiram da reivindicação dos fazendeiros do meio oeste dos Estados Unidos por uma educação vocacional dos jovens, após detectada a deficiência técnica dos produtores agrícolas da região. Assim como no modelo americano, a ESAV tinha por objetivo promover o conhecimento “racional” acerca da economia rural, em todos os graus e modalidades. O ensino era gratuito e funcionava na modalidade de internato e externato. [...]Pautada no ensino, pesquisa e extensão, a Escola atendia aos filhos de agricultores e fazendeiros da região da Zona da Mata mineira e de outras áreas do estado de Minas Gerais. Além disso, pela prática extensionista, eram difundidas as técnicas e os produtos da Escola, tendo como referência a “Semana do Fazendeiro”.¹⁸

Assim, para a autora, a influência do modelo estadunidense não só moldaria o perfil da instituição como também teria fortes incursões sobre o desenvolvimento do espaço urbano de Viçosa. De acordo com Letícia Honório, o desenvolvimento do ensino técnico agrícola fazia parte do projeto modernizador idealizado para o país, desde os primeiros anos da Primeira República. A modernidade, por sua vez, se encarregaria de provocar diversas mudanças, entre as quais a autora enfatiza aquelas sofridas pelo espaço urbano de Viçosa, palco onde ocorriam essas transformações¹⁹.

Rosilene Bernardes também afirma que a construção da ESAV teria provocado a (des)construção da cidade de Viçosa, pois haveria a intenção de romper com a estrutura rural antiga, predominante na cidade e transformar seus costumes. Entre os impactos por ela mencionados, estão o tipo de uso do solo para a construção da instituição de ensino, o fato de o *campus* ter sido pensado sem nenhuma conexão com o restante da cidade e a falta de planejamento urbano que possibilitasse um desenvolvimento que o município tivesse condições de acompanhar. Bernardes cita ainda, a chegada da linha férrea e os impactos socioeconômicos, políticos e ambientais que ela teria acarretado a Viçosa e região. Assim,

¹⁶ HONÓRIO, Letícia. Cap. 2: “Abordando a produção do espaço urbano no Brasil”. In: A produção do espaço em uma cidade universitária: o caso de Viçosa, MG. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia/UFMG. 2012. Orientadora: Prof^a. Marly Nogueira. 119ff. P.43-61.

¹⁷ *Ibidem*. p.63.

¹⁸ *Ibidem*. *Loc. Cit.*

¹⁹ *Ibidem*. P.61-62.

para a autora, a construção da ESAV não é o único, mas pode ser considerada um dos principais elementos responsáveis pela conformação do espaço urbano de Viçosa, tal como se deu, sem planejamento e em descompasso em relação à UFV²⁰.

A partir daí, toda a argumentação se organiza em relações de causa e consequência: a criação da ESAV traz a modernização e isso modifica o espaço urbano de Viçosa. Em 1948, diante das dificuldades financeiras do município em manter a instituição, o Estado de Minas Gerais a assume e ela passa a se chamar Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG. Em decorrência disso, a década de 1950 é considerada outro marco na expansão da área urbana e também de modernização para o município. A chegada de mais estudantes e professores provocaria um desenvolvimento da construção civil e dinamização econômica, especialmente no setor de prestação de serviços. Essa situação seria ainda potencializada a partir da federalização da UREMG, transformada em Universidade Federal de Viçosa, em 1969, durante o Regime Militar²¹.

Interessante observar que esse mesmo discurso pode ser identificado no livro *Viçosa: Mudanças socioculturais* de Maria do Carmo Tafuri Paniago. Ao apontar as mudanças de comportamentos sociais que, em sua opinião, vinham ocorrendo em Viçosa desde a década de 1970, a autora afirma que:

De fato, a partir de 1968 principalmente, a UFV tem conhecido um surto de grande expansão, que tem concorrido para um deslocamento dos aspectos valorativos da Instituição, com grande influência no município de Viçosa, pela rapidez das mudanças e de seu conteúdo. A vinda de forte contingente de pessoas de outras localidades do Estado, do País, e mesmo do exterior está delineando situações de integração cultural e outras de verdadeira invasão cultural para uma população que vinha sendo formada, desde os primeiros tempos da colonização do município, por princípios tradicionalistas [...]²².

Nota-se, portanto, a atribuição das mudanças ocorridas na sociedade viçosense, desde as últimas décadas do século XX à federalização da UREMG. As mudanças institucionais que decorrem disso são apontadas como causas das transformações sociais identificadas pela autora. O próprio título do livro indica que, ao analisar a sociedade viçosense do ponto de vista do final da década de 1980, Paniago a contrapõe à ideia de uma “Viçosa original” que

²⁰ BERNARDES, Rosilene. “Ampulheta Urbana: uma análise da construção da UFV e de sua influência na des(construção) da cidade de Viçosa – MG através das transformações no tempo e no espaço”. Monografia de conclusão do Bacharelado em Geografia, UFV. Orientador: Professor Leonardo Cival. Viçosa – UFV, 04/04/2013. 183f. P.20-25.

²¹ *Ibidem*. P.68-72.

²² PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. *Viçosa: mudanças socioculturais*. Evolução Histórica e tendências. Viçosa: Editora UFV, 1990. P. 154.

vinha se perdendo. Primeiro ela narra a história da cidade, com seus “grandes acontecimentos e grandes vultos”, de maneira que, a partir da década de 1920, a história da cidade passa a coincidir com a da própria instituição fundada no governo de Bernardes. Em seguida, a autora menciona as transformações que o mundo vinha sofrendo, especialmente a partir da década de 1960. O texto deixa claro o pesar da autora, a respeito da federalização da antiga ESAV. É como se, ao se transformar em Universidade Federal, a instituição deixasse de ser “de Viçosa” e ainda, passasse a causar uma série de transtornos à cidade, que se sentia vítima de uma “invasão cultural”.

Em 2001, foi publicado um artigo que versava a respeito da necessidade de um planejamento urbano para Viçosa²³. Os autores apresentam dados que justificam a realização de projetos que possam contribuir para a melhoria da infraestrutura urbana em Viçosa:

O motivo principal que levou o município a um rápido processo de urbanização a partir da década de 70 foi a federalização da Universidade sediada em Viçosa desde 1926. A Universidade, que era estadual, foi federalizada no final de 1969. [...] Em 1960, a população do município era predominantemente rural, pois de seus 21.120 habitantes, 11.778 habitavam a área rural e apenas 9.342 a área urbana. O Censo de 1970 aponta uma população total de 25.784 habitantes, sendo que 17.000 habitantes na área urbana e apenas 8.784 habitantes na área rural. Em 1980, o processo de urbanização se confirmou, pois a população urbana passou dos 17.000 em 1970, para 35.679 habitantes. Em 1990, a população urbana era de 49.320 habitantes e em 2001 passou a 59.896 habitantes, o que representa uma taxa de urbanização de 92,27%. Estes dados mostram que na década de 60 a população urbana cresceu a uma taxa de 82,0 % e na década de 70 a população urbana dobrou. Nas décadas de 80 e 90 as taxas diminuíram, mas ainda são expressivas, ao se comparar com o processo de urbanização de alguns municípios da região.²⁴

Chama a atenção, o fato de haver consenso entre um trabalho de memorialista e reflexões acadêmicas. Primeiramente, um trabalho de cunho memorialista sobre Viçosa, no qual se considera que a UFV desencadeou uma onda violenta de transformações socioculturais para uma sociedade, até então tradicional. Em seguida, a dissertação de Mestrado mencionada, visa a demonstrar o processo de formação do espaço urbano de Viçosa responsabilizando a UFV pela segregação espacial, especulação imobiliária e demais características que a autora atribui à cidade. Por último, depara-se com a análise de dois arquitetos, os quais para defender a necessidade de um planejamento urbano para Viçosa recorrem ao mesmo argumento do crescimento demográfico acelerado em decorrência da

²³ STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro; RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. Avanços e limites na implantação de um sistema de planejamento em Viçosa – MG. In: *Anais do V Congresso de Ciências Humanas, Letras e Artes*. 28 a 31 de agosto de 2001, UFOP: Ouro Preto, 2001. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/conifef/anais/PES/pes0303.htm>. Consulta em 04/06/15.

²⁴ *Ibidem*. Tópico 2: “Urbanização Desigual”. s/p. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/conifef/anais/PES/pes0303.htm>. Consulta em 04/06/15.

criação da UFV. No entanto, do ponto de vista da produção do conhecimento histórico, o trabalho de Maria do Carmo Tafuri Paniago pode ser considerado como meramente narrativo. A autora utiliza documentos primários relacionados à emancipação do município, criação da Paróquia, etc, mas, o faz numa visão crítica. Trata-se de uma produção muito semelhante às narrativas positivistas do século XIX, as quais tinham como principal objetivo, descrever a “história da nação” e estabelecer uma memória coletiva de cunho nacionalista.

Nessa perspectiva, o valor dos documentos oficiais - documentos produzidos pelo poder público ou pela igreja Católica – são os únicos considerados para a instrumentalização dessa narrativa e, além disso, seu “valor” é naturalizado e, portanto, suas informações são meramente elencadas e não analisadas criticamente. Se os documentos consultados e a narrativa produzida a partir deles são vistos como dados incontestes, estabelece-se uma “história oficial” para a cidade de Viçosa que, evidentemente, iluminará determinados acontecimentos e personagens, mas, não poderá abarcar a diversidade de grupos que, efetivamente compõem a sociedade viçosense. Considerando ainda, o fato de que essa narrativa passa a servir de base para outros trabalhos, também acadêmicos, sobre Viçosa, têm-se a naturalização de uma “história” e, conseqüentemente, o estabelecimento de um discurso de autoridade que poderá embasar diversas atitudes com relação ao município.

Não pretendemos negligenciar os possíveis efeitos que a UFV possa ter provocado em Viçosa, a partir da década de 1970. No entanto, é importante ressaltar que, antes dela, também a ESAV e a UREMG - que são instituições distintas entre si e não um simples somatório institucional - certamente tiveram também, alguma influência sobre a cidade. Ainda assim, tomar as três instituições como únicas causadoras das mudanças ocorridas em Viçosa ao longo do século XX e no início do XXI, pode ser considerada uma visão reducionista. Tais interpretações, no mínimo, retiram da sociedade viçosense, a sua dinâmica própria, apresentando a cidade como “o resultado do processo de federalização da UFV”.

A pretensa análise dos problemas de Viçosa acaba por reforçar a ideia da cidade vítima e de seu algoz. Este é, precisamente, o viés discursivo de Paniago ao descrever o drama da “Viçosa original” que aos poucos era soterrada pela “avalanche cultural exógena”, a qual, segundo a autora, era provocada pela Universidade. É o que se nota, por exemplo, na passagem a seguir:

Pelo exposto, pode-se verificar que **a escola**, cujos primeiros passos foram ancorados em valores importados, numa **transculturação** que, apesar de benéfica, não deixa de ser um tipo de **invasão cultural**, com o correr dos tempos começou a **firmar sua identidade cultural**. [...] A linha em que vinha processando-se a evolução dos aspectos educativos na

localidade sofre, **sob a influência da UFV**, uma guinada significativa: **aos valores humanísticos e tradicionais que orientavam a educação em Viçosa vêm sobrepor-se os valores tecnológicos e pragmáticos advindos da filosofia que norteou, inicialmente, a ESAV.** [...] O “espírito esaviano”, conservado com carinho por alunos e professores da ESAV, é, antes de tudo, **um “modo de ser” que vem perdendo substâncias gradualmente, em decorrência dos valores exógenos trazidos pelo grande contingente de pessoas estranhas à comunidade e pela própria expansão da Universidade.** [...] A instituição do sistema de créditos acadêmicos, que levou à extinção de turmas regulares de alunos, provocou um **arrefecimento do espírito de solidariedade grupal, cultivado anos a fio** por professores, alunos e servidores, de modo geral na ESAV, UREMG e, posteriormente, UFV. [...] **O aumento de recursos financeiros** e, conseqüentemente, **o aumento do poder aquisitivo dos corpos docente, administrativo e de funcionários** veio **colocar em posição de destaque o aspecto econômico nas relações pessoais e grupais** dentro da entidade educativa. [...] A expansão da Universidade, que se originou da célula-mater ESAV, é, pois, responsável por uma série de tendências a transformações socioculturais no município de Viçosa, já claramente perceptíveis²⁵.

Na passagem, Paniago explicita ao argumento de que a cultura local – tal como ela a entendia – vinha sofrendo fortes alterações, o que inclusive justificava o título de seu livro, e que tal processo era uma consequência direta das mudanças que vinham ocorrendo com a UFV. Embora não se desconsiderem as possíveis influências que o processo de federalização da instituição de ensino superior criada por Bernardes na década de 1920, possa ter provocado em Viçosa, há outros elementos que devem também ser considerados. Pensar a cidade de Viçosa no contexto de Zona da Mata Mineira, compreender sua dinâmica socioeconômica a partir de atividades não vinculadas à UFV, pensar sobre os grupos políticos que disputam poder no município, bem como os grupos econômicos aos quais seus interesses possam estar vinculados, poderia abrir novas perspectivas sobre o processo histórico da cidade, não necessariamente ligado à Universidade.

Há que se considerar ainda, as possíveis manifestações de grupos minoritários em suas lutas cotidianas pela sobrevivência, pela resistência cultural, etc. Enfim, pode-se considerar que toda a obra da professora Maria do Carmo Tafuri Paniago teve em seu contexto e continua tendo, do ponto de vista historiográfico, uma enorme importância para a construção do conhecimento acerca da sociedade viçosense. Entretanto, esse trabalho é passível de críticas em diversos pontos e, a partir de um determinado momento, ele foi apropriado por um determinado grupo de intelectuais ligados ao poder público de Viçosa, precisamente aquilo a que Gramsci denominou “*intelectuais orgânicos*”²⁶. Em outras palavras, é dizer que, embora não tenha sido o único trabalho produzido sobre Viçosa, a obra de Paniago foi um dos principais trabalhos – senão o principal – escolhido por um determinado grupo de intelectuais,

²⁵PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. *Op. Cit.* P. 146 e 152. Grifos nossos.

²⁶ GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-editor, Luiz Sérgio Henrique e Marco Aurélio Nogueira. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 2. 2001. P.19.

os quais estiveram diretamente envolvidos com a Secretaria Municipal de Cultura, com os Departamentos de Turismo e de Patrimônio, com o Conselho Municipal do Patrimônio, a partir dos anos 1990. Isso implica afirmar que determinada memória, ligada aos interesses de alguns grupos sociais, serão consubstanciadas por trabalhos científicos realizados em diferentes áreas. Além disso, a memória tornada oficial deixa de ser apenas um discurso e se materializa em políticas públicas que incidirão diretamente sobre a vida de todos os cidadãos. Explicitar quem foram esses intelectuais, quais os cargos públicos por eles ocupados, qual a interpretação e qual uso fizeram da obra de Maria do Carmo Tafuri Paniago e quais as consequências de tudo isso, no que concerne à formação de um conjunto patrimonial tombado para o município de Viçosa, são os principais objetivos dos próximos capítulos.

1.2: A outra face da moeda: a modernização que potencializa o combate pela memória e a defesa de uma identidade.

A reprodução da versão oficial da “história de Viçosa” revela, claramente, o problema de se tomar a memória por história, bem como, os trabalhos de teor memorialista como historiografia. Certamente, isso não significa que estamos assumindo a responsabilidade de reformular a narrativa substituir a memória pelo conhecimento histórico de toda a trajetória da cidade. Nosso objetivo foi “desnaturalizar” um discurso que vem sendo utilizado como ponto de partida, não só para análises teóricas acerca da cidade, como também para medidas práticas nela realizadas.

No entanto, para alcançarmos o ponto central da análise, que é o patrimônio histórico-cultural tombado pelo município de Viçosa, teremos que partir de alguns pressupostos. Sem pretender explicar suas razões e o momento preciso em que teve início, consideramos que Viçosa, assim como todas as cidades do Brasil – cada uma à sua maneira e intensidade – passou por um acelerado processo de modernização de seu espaço urbano, na passagem do século XX para o XXI. Também não teríamos condições de analisar pormenorizadamente como esse processo se deu na microrregião da Zona da Mata Mineira, na qual destacaríamos a cidade de Viçosa. Entretanto, é muito provável que a presença de uma instituição Federal de

Ensino Superior tenha sido um importante elemento de distinção para Viçosa naquele contexto.

A análise focará o patrimônio histórico tombado e, em Viçosa, ele praticamente se limita às edificações antigas da área central da cidade. Levando em consideração a documentação analisada é possível relacionar o crescimento demográfico, o desenvolvimento da construção civil e do setor imobiliário e a conseqüente expansão urbana desordenada, como fatores importantes, que impulsionam os discursos preservacionistas. Partimos da premissa de que a preocupação crescente com a preservação da memória, da identidade e do patrimônio histórico em Viçosa, está relacionada a um contexto de mudanças sociais e físicas pelas quais a cidade passa.

Embora nossa análise foque a última década do século XX e a primeira década do século XXI, observa-se desde a década de 1980 uma grande preocupação com a definição de uma identidade local, concebida em contraposição ao que a professora Maria do Carmo Paniago apresentava em sua obra como uma “invasão cultural” provocada pela chegada maciça de “estrangeiros” a Viçosa, atraídos pela UFV.

Considerando que nos próximos capítulos analisaremos os discursos identitários e patrimoniais propriamente ditos, vamos apresentar a seguir, um breve panorama do desenvolvimento urbano do município de Viçosa, ao longo das décadas de 1990 e 2000. Pretendemos apresentar dados que consubstanciem as ideias que serão analisadas posteriormente, relacionadas à verticalização, crescimento desordenado, especulação imobiliária e, evidentemente, o surgimento dos discursos preservacionistas em relação ao dito patrimônio histórico-cultural de Viçosa.

No jornal *Folha da Mata* do dia 22 de maio de 1993, foi publicado um artigo sobre os valores exorbitantes dos alugueis em Viçosa:

Alugar um imóvel em Viçosa é quase caso de polícia. É que a grande procura e pouca oferta facilitam para os exploradores proprietários e quase mata o inquilino de raiva, principalmente se este for assalariado [...].Uma casa mal acabada, de três quartos (pequenos), uma cozinha e um banheiro, localizada na **rua dos Passos**, está sendo alugada por um salário mínimo e meio. Uma quitinete, de um quarto, uma cozinha e banheiro, na rua **Gomes Barbosa**, está sendo oferecida por um salário mínimo. Mas, apesar da ilegalidade dessas ofertas, o que ocorre é que estes imóveis não ficam fechado[sic] mais de uma semana. **Se o pai de família, que ganha de um a dois salário[sic] mínimos, não puder alugar este imóvel, o estudante aluga e coloca três ou 4 companheiros pagando cada, uma quantia irrisória. [...]**Acredito que o que ocorre em Viçosa é uma coisa fácil de entender: **a única fonte de renda desta cidade é a universidade** e por isso, as pessoas

querem explorar dos outros para tentar levar a mesma vida dos estudantes. Uma coisa que eu observei em Viçosa é que existem muitas pessoas que vivem fora da sua realidade, ou seja, querem se comparar com alguns estudantes que são filhos de empresários, fazendeiros e a única forma é na exploração.

IMOBILIÁRIA

Segundo o proprietário da Imobiliária Viçosa, Aginaldo Carlos Soares, o problema de Viçosa é realmente a pouca opção. [...] ²⁷.

O artigo aborda o problema da especulação imobiliária em relação à região central da cidade (Ruas dos Passos e Gomes Barbosa). Menciona-se uma segregação entre os “estudantes”, vistos como pessoas de alto poder aquisitivo e os “nativos”, “pais de família assalariados” que não teriam como pagar os aluguéis exorbitantes cobrados pelos proprietários ou imobiliárias. Também fica claro o argumento que, segundo o autor da referida nota, justificaria a especulação, qual seja a enorme procura por moradias na região central da cidade. Fica subentendido que a população de Viçosa está passando por um problema gerado pela UFV: os estudantes querem morar próximos à Universidade, o que valoriza a região central da cidade. Os alugueis altos só podem ser pagos pelos que vem de fora, enquanto os viçosenses precisam buscar alugueis e terrenos mais baratos, em outros bairros.

Segundo Letícia de Melo Honório, esse processo seria uma consequência direta da federalização da UREMG e das subsequentes ampliações dos números de vagas e cursos oferecidos pela Universidade. A autora ainda afirma que, ao assumir a “função de cidade universitária” Viçosa passou a sofrer um inchaço demográfico, uma especulação imobiliária em sua área central e um crescimento desordenado de seu espaço urbano, “sendo a segregação espacial a maior marca desse processo”²⁸. Honório conclui que a segregação não ocorre sem uma manipulação; antes, são criadas estratégias pelas empresas do setor imobiliário, consubstanciadas pelo próprio poder público, para afastar determinadas classes sociais do centro e assim, abrir demandas para os estudantes, professores e funcionários da Universidade. Pelo tipo de construção e pelos valores de venda ou de aluguel dos imóveis em cada região da cidade, o setor imobiliário ou os proprietários acabam por definir – intencionalmente – os espaços da cidade relegados a cada grupo social²⁹.

Como afirmamos anteriormente, o argumento central de Letícia Honório é o de que a Universidade praticamente define a organização urbana do município onde se localiza o *campus*. Essa é, a nosso ver, uma justificativa reducionista, embora plausível. Não vamos

²⁷ “Aluguéis: uma questão de bom senso”. *Folha da Mata*, nº1266, 22/05/1993. Viçosa – MG. P.8. [sic] erro no original.

²⁸ HONÓRIO, Letícia. *Op. Cit.* P.71.

²⁹ *Ibidem.* P.96.

afirmar que a presença da UFV não seja um fator que incide diretamente na conformação do espaço urbano de Viçosa. Isso seria desconsiderar todos os grupos de moradores da cidade, ligados diretamente à Universidade e, que como todos os demais grupos, participam da construção desse espaço urbano. Porém, não cremos que esse seja o único elemento definidor dessa construção. Existem cidades vizinhas a Viçosa que já pertenceram ao seu território, como Paula Cândido e Teixeiras, por exemplo. Também há casos de distritos que se tornaram bairros, como é o caso de Silvestre. Além disso, a área urbana de Viçosa não cresceu apenas em sua região central. Há outras atividades econômicas e interesses diversos, que vêm provocando a expansão desta malha urbana em outras regiões, como nos Bairros João Brás e Novo Silvestre, por exemplo. Essas são apenas algumas hipóteses que podemos apresentar como outras possibilidades que não são contempladas nos trabalhos acadêmicos sobre Viçosa, e que poderiam colaborar para uma explicação mais ampliada do processo de desenvolvimento do espaço urbano do município.

No entanto, ao mencionar os interesses de grupos econômicos e políticos, ela ao menos abre a perspectiva de que há em jogo, algo mais que uma simples relação de causa e consequência entre a Universidade e a cidade. Ainda assim, ressaltamos que, os argumentos de Honório conduzem à noção de um espaço urbano totalmente manipulado por interesses externos, desconsiderando a dinâmica própria da cidade, as reações aos supostos efeitos da UFV ou às arbitrariedades dos grupos de poder políticos e/ou econômico. Portanto, nos apoiamos apenas na constatação de que ocorre um processo de segregação social explícita na organização do espaço urbano de Viçosa, ainda que o contexto em que isso ocorre, careça de mais análises.

Ainda segundo Letícia Honório, a primeira incorporadora de Viçosa, responsável pelos loteamentos que deram origem a bairros como Clélia Bernardes, João Braz, Silvestre, entre outros, foi criada por um imigrante libanês chamado Fuad Chéquer. Posteriormente, seu filho, Antônio Chequer, e outros membros da família, dariam continuidade ao empreendimento, tendo sido, segundo a autora, os principais responsáveis pela expansão urbana de Viçosa, ocorrida entre as décadas de 1960 e 1990. Naquele período também ocorria a inserção de Antônio Chequer ao âmbito político de Viçosa, tendo sido eleito vereador por duas vezes e prefeito por três. Segundo Letícia Honório, essa junção entre poder econômico e poder político, foi catastrófica para Viçosa. As leis municipais que determinavam as regras para o uso do espaço urbano foram derrubadas ou desobedecidas. Foram feitos loteamentos em áreas próximas ao centro, em outras muito distantes do centro e com péssimas condições

ambientais, e ainda, em outras também distantes do centro, mas, com melhores condições ambientais.

Letícia Honório ainda afirma que, a população de Viçosa com menor poder aquisitivo, só pôde adquirir os loteamentos mais baratos, que deram origem a bairros distantes do centro e com condições precárias como o Bairro Nova Viçosa. Viçosenses e funcionários de altos cargos da UFV, com maior poder aquisitivo, ocuparam os bairros nobres, no entorno do centro, tais como Clélia Bernardes e Ramos, e os estudantes da UFV ocuparam a região central, próxima ao *campus* universitário. A autora conclui, portanto, que os valores dos lotes provocaram uma forte segregação urbana, e que esta opôs não apenas viçosenses de maior poder aquisitivo aos de menor poder aquisitivo. Em sua opinião, há, sobretudo, uma oposição entre os “nativos” e os “estrangeiros”, colocando em relação à área privilegiada da cidade, “os de dentro pra fora e os de fora pra dentro”³⁰.

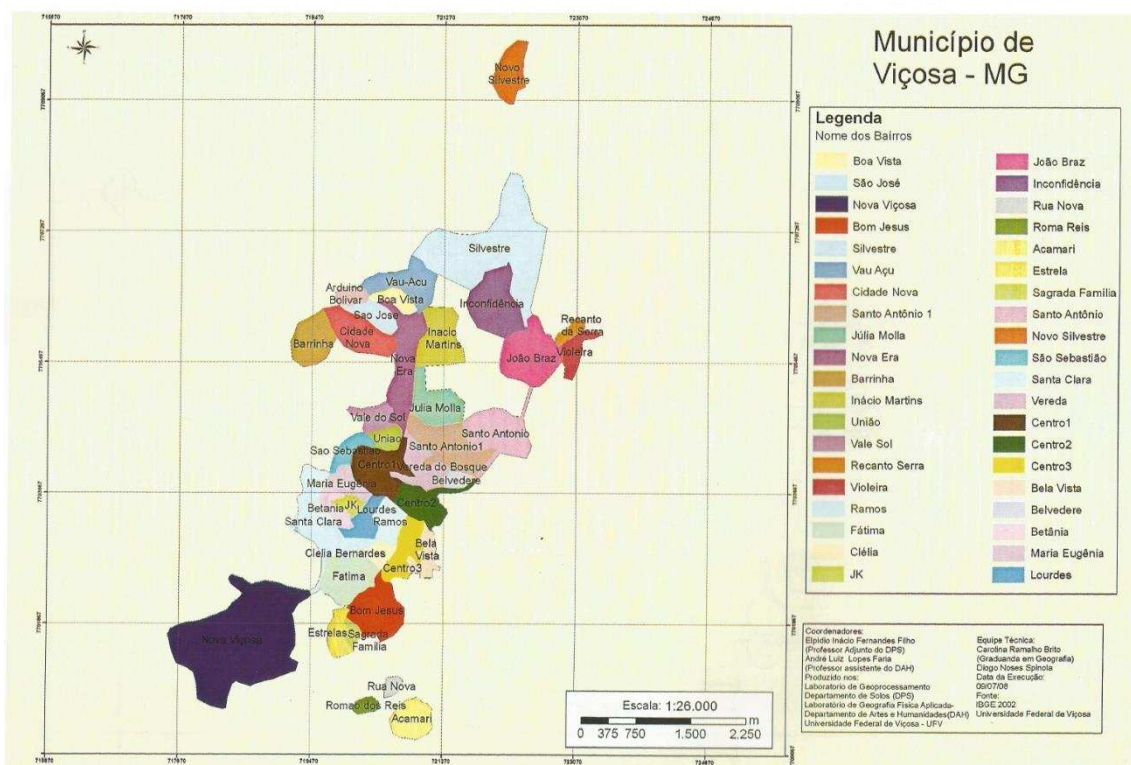


Figura 3: Sede do Município de Viçosa - MG, com suas subdivisões em Bairros³¹.

Consustanciam o argumento de Letícia Honório, acerca da segregação espacial no perímetro urbano de Viçosa, as conclusões de um grupo de pesquisadores da UFV. Eles analisaram dados fornecidos pelo IBGE, referentes ao censo do ano 2.000, relacionados aos

³⁰ *Ibidem*. P.74-78;95.

³¹ FARIA, André Luiz Lopes de. *Et. Alli. Op. Cit. Loc. Cit.*

serviços públicos básicos e ao IDH do município e mapearam os bairros de maior e menor fragilidade social em Viçosa. Os autores concluíram que Bom Jesus, Estrelas, Nova Viçosa, Novo Silvestre e Inácio Martins são os bairros de maior fragilidade social em Viçosa. Por outro lado, os Bairros Silvestre, Lourdes, Ramos, João Brás e Centro possuem os menores índices de fragilidade social, de acordo com a pesquisa³². Relacionando os dados de ambos os trabalhos, é possível concluir que bairros mais próximos ao Centro de Viçosa possuem condições socioeconômicas e de infraestrutura urbana, melhores que as encontradas em bairros distantes do centro. Isso por sua vez, corrobora a conclusão de Letícia Honório, segundo a qual existe segregação espacial em Viçosa. E ela ainda acrescenta que tal segregação tenha sido provocada por interesses econômicos e políticos que visaram ao mesmo tempo, afastar a população menos abastada do centro e liberar esta região para a especulação imobiliária diretamente voltada ao atendimento das demandas advindas, sobretudo, da UFV.

Entretanto, afirmar que o centro de Viçosa possui menor fragilidade social que outros bairros da cidade, não quer dizer que as pessoas que vivem nessa região central, estejam providas das melhores condições de infraestrutura urbana possíveis. De acordo com Stephan e Ribeiro Filho, o surto demográfico ocorrido a partir da década de 1970 e o adensamento urbano que ele provocou no Centro de Viçosa, geraram para essa região e para a cidade em geral, diversos problemas. O crescimento econômico de alguns gerou o aumento da desigualdade social e o crescimento desordenado da área urbana, gerou problemas como congestionamentos, serviços públicos insuficientes, degradação ambiental, entre outros³³.

Analisa-se agora, o processo de expansão urbana ocorrido em Viçosa a partir da década de 1970, bem como a verticalização, a mudança na paisagem urbana da área central e problemas sociais advindos desses fenômenos. Para tanto, relacionaremos a seguir, alguns dados sobre o município de Viçosa, obtidos por diversos pesquisadores, afim de que as afirmações a respeito daquelas mudanças ocorridas no espaço urbano possam ser fundamentadas com dados empíricos.

Mirlei Fachini V. Pereira apresenta dados que demonstram o crescimento populacional de Viçosa, bem como seu processo de urbanização, entre 1970 e 2000³⁴.

³² SANTOS, Afonso de Paula; ROCHA, Silvia Fernandes; ABREU, Marcos Vinicius Sanches; CALIJURI, Maria Lúcia & SANTOS, Pollyana Martins. “O uso da análise multicritério no mapeamento da fragilidade social da área urbanizada do município de viçosa – MG”. *Revista Brasileira de Cartografia*, Nº 64/5, p. 635-643, 2012.

³³STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro; RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. *Op. Cit.*

³⁴ PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Contradições de uma “cidade científica”: processo de urbanização e especialização territorial em Viçosa (MG). *Caminhos de Geografia* .18 (16) 197 - 206 out/2005. *Revista on line* <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. P.201. Acesso em 06 de Junho de 2015.

COMPORTAMENTO POPULACIONAL DE VIÇOSA ENTRE 1970 E 2000

ANO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	TOTAL
1970	17.000	8.784	25.784
1980	31.179	7.507	38.686
1991	46.456	5.202	51.658
2000	59.792	5.062	64.854

Tabela 1: Fonte: IBGE, apud CRUZ, et.al.2004.

Raquel CallegarioZacchi³⁵, ao analisar a evolução histórica e espacial da verticalização do centro de Viçosa, apresenta as seguintes informações:

- *Década de 1970: foram construídos 32 edifícios, de 4 pavimentos/moradias cada um, em média. Essas construções se concentraram na Praça Silviano Brandão, na Avenida Bueno Brandão, nas Ruas Senador Vaz de Melo, Francisco Machado e Benjamin Araújo e na Travessa Sagrados Corações. No fim da década de 70 inicia-se a verticalização da Rua dos Estudantes e da Avenida P. H. Rolfs, ambas nas imediações das Quatro Pilastras (entrada principal da UFV).*
- *Década de 1980: 61 novos edifícios de 4 pavimentos/moradias cada um, em média, foram erguidos. Destaque para a Rua Dr. Milton Bandeira, que ganha seu primeiro prédio em 1986 e para a Praça Silviano Brandão e ruas adjacentes, Avenida Santa Rita, Rua Gomes Barbosa e Avenidas P. H. Rolfs e Bueno Brandão que ganham edifícios com mais de 4 pavimentos.*
- *Entre o final da década de 1980 e meados da década de 1990 inicia-se a verticalização da Travessa Vereador J. Valentino da Cruz Reis, popularmente conhecida como Ladeira dos Operários. Naquele período, foram construídos 4 novos edifícios com apartamentos de 3 ou 4 quartos e com vista panorâmica para o campus da UFV. A princípio essas obras não seriam destinadas aos estudantes, mas acabaram sendo ocupadas também por eles, através da formação de repúblicas estudantis. Esse contato entre famílias proprietárias de apartamentos e repúblicas de estudantes universitários no mesmo prédio resultou em diversos outros problemas com os quais o poder público local passou a ter que lidar.*
- *Década de 1990: foram construídos mais 86 edifícios. Observa-se um deslocamento da verticalização para regiões ainda mais próximas da UFV. Destacam-se as Avenidas P.*

³⁵ ZACCHI, Raquel Callegario. “Processo de verticalização da área central da cidade de Viçosa –MG. (1970-2007)”. Monografia de conclusão de curso. Departamento de Geografia/UFV. Orientador: Prof. Ulysses da Cunha Baggio. 2009. P.54-59.

H. Rolfs e Santa Rita, a Rua Gomes Barbosa, a Ladeira dos Operários e a Rua José Antônio Rodrigues.

• *Entre 2000 e 2007 a autora identificou 83 novos edifícios prontos e mais 30 em construção, totalizando 113 novos edifícios antes do fim da década. Ela ainda ressalta uma tendência a partir desse período, de os construtores promoverem reformas nos prédios mais antigos (décadas de 70 e 80) para reduzir as áreas dos apartamentos e aumentar a oferta de moradias. Completando essa informação, Leticia Honório, afirma que a mudança do perfil do estudante da UFV, da década de 70 até os dias atuais também colaborou para o processo de verticalização. Segundo ela, atualmente, a busca por moradias individuais é maior do que por repúblicas³⁶.*



Figura 4: Viçosa – MG, vista parcial do Centro (região do Terminal Rodoviário – Av. Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco). Detalhe: processo de verticalização; os edifícios que aparecem ao fundo datam da década de 2000, em diante. Acervo pessoal Walkiria Maria de F. Martins. 06/07/15.

Karina de Almeida Paula³⁷ também realizou estudo sobre o processo de verticalização em Viçosa e oferece alguns dados e conclusões importantes:

³⁶ HONÓRIO, Leticia. *Op. Cit.* P.92.

³⁷ PAULA, Karine de Almeida. “Urbanização, atividade imobiliária e adensamento urbano nos bairros Centro e João Braz em Viçosa (MG)”. Monografia de conclusão de curso. Departamento de Geografia/UFV. Orientador: Profº. Ulysses da Cunha Baggio. 2011. P.46.

NÚMERO DE IMÓVEIS EDIFICADOS NO BAIRRO CENTRO DE VIÇOSA ENTRE 2002 E 2010.

ANO	TOTAL DE IMÓVEIS EDIFICADOS
2002	4.473
2003	4.564
2004	4.751
2005	5.108
2006	5.250
2007	5.598
2008	5.930
2009	6.191
2010	6.430

Tabela 2: Construída a partir de dados coletados por Karine de Almeida Paula, na Secretaria Municipal da Fazenda de Viçosa, no ano de 2010.



Figura 5: Viçosa – MG: Vista parcial da área central e adjacências. Detalhe: processo de verticalização. Na imagem: 1. Av. Dr. Milton Bandeira; 2. Av. Bueno Brandão (Balaústre); 3. Bairro de Ramos; 4. Bairro Clélia Bernardes; 5. Bairro de Fátima. Acervo pessoal Walkiria Maria de F. Martins. 05/07/15.

Pela observação dos dados dispostos na Tabela 2, conclui-se que em um período de oito anos, a região central de Viçosa foi acrescida de quase duas mil novas construções. É importante salientar, que esse período coincide com a vigência da lei municipal que instituiu o

Plano Diretor de Viçosa. No entanto, os autores apresentam dois problemas: a crescente especulação imobiliária na região central da cidade e a falta de interesse por parte de alguns dos representantes do poder público em fazer cumprir a Lei (seja por despreparo, negligência, interesses econômicos e/ou interesses políticos). Estes são considerados os principais fatores que vêm colaborando para o desenvolvimento voraz do setor na construção civil. Ao mesmo tempo, isso também contribui para o agravamento igualmente sensível, dos problemas urbanos, os mais variáveis possíveis, que caracterizam a cidade de Viçosa³⁸.



Figura 6: Viçosa – MG: Vista parcial da área central e adjacências. Detalhe: processo de verticalização ao redor da UFV. Na imagem: 1. Campus da UFV; 2. Av. P. H. Rolfs; 3. Rua dos Estudantes. Acervo pessoal Walkiria Maria de F. Martins. 05/07/15.

Ao analisar o crescimento urbano no município de Viçosa, Karine de Almeida Paula enfatiza algumas características da região central da cidade. A autora destaca três ruas, sendo as duas primeiras, mais antigas e a última mais recente. A saber: Avenida Santa Rita, Rua

³⁸ STEPHAN, Ítalo & SOUZA MARIA, Ana Cristina de. “Expansão Urbana sem planejamento em Viçosa – MG”. *Anais do Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia*. P.12-13. Localizado em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/ascmpa/article/view/4431>. Acesso em 05 de Junho de 2015.

Gomes Barbosa e Rua dos Estudantes. Nos três exemplos Karine de Almeida Paula enfatiza o processo de verticalização intenso que vem ocorrendo nos últimos anos, em decorrência de serem ruas próximas à UFV e de fazerem parte, portanto, da área de maior especulação imobiliária do município. Cita também a Rua dos Passos, onde o processo de verticalização não é notado como nas anteriores, mas, que possui péssima organização, sendo também muito estreita. No entanto, é uma região onde estão concentradas muitas casas antigas, pois, foi onde teve início o primeiro povoamento de Viçosa, criado no entorno da atual Capela dos Passos.

A Avenida Bueno Brandão, onde está localizado o “Balaústre”, também é alvo de verticalização e está no centro das discussões relativas ao patrimônio histórico-cultural do município. Também nessa região da cidade, observam-se algumas tentativas de aplicar o recurso jurídico denominado “transferência do potencial construtivo”. Analisaremos tais tentativas mais adiante.

As ruas Benjamin Araújo, Padre Serafim, bem como as Praças Silviano Brandão e do Rosário, completam essa composição geral do centro de Viçosa, sendo também ruas e praças bastante antigas do município, e que já abrigaram ou ainda abrigam importantes construções como a antiga Matriz (já demolida) e a residência do ex-presidente Arthur da Silvam Bernardes na Praça Silviano Brandão, o cemitério Dom Viçoso, um dos primeiros da cidade, localizado à rua Padre Serafim e o Colégio Municipal Arthur da Silva Bernardes (CASB), todas essas edificações bastante antigas do município e algumas já tombadas como patrimônio histórico-cultural de Viçosa³⁹.

³⁹ PAULA, Karine de Almeida. “Organização socioespacial e estruturação intra-urbana: centro e João Braz”. *In: Op. Cit.* p.40-41.



Figura 7: Viçosa – MG: Entrada principal do campus da UFV – “Quatro Pilastras”. Detalhe: processo de verticalização. Na imagem, vista para os edifícios da Alameda Vereador J. Valentino da Cruz Reis (Ladeira dos Operários). Acervo pessoal Walkiria Maria de F. Martins. 05/07/15.

É importante salientar que o crescimento urbano em Viçosa não se manifesta apenas pelo inchaço e verticalização de sua região central. Outros fatores levarão à expansão da área urbana em direção a regiões bem distantes do Centro, como ocorre, por exemplo, com os Bairros João Braz, Silvestre e Novo Silvestre. No entanto, vamos nos ater apenas à região central, por ser nela que está localizado nosso principal objeto de estudo, que são as construções mais antigas de Viçosa, alvos em potencial, das práticas patrimonialistas que passam a ser desenvolvidas no município, a partir do final da década de 1990.

1.3: Dois problemas, uma solução: Viçosa e seu Plano Diretor

Considerando-se que Viçosa passa por um processo de modernização acelerada a partir da década de 1970 e que tal processo será marcado pelo crescimento desordenado que trará diversos problemas de infraestrutura urbana, pela verticalização e pela especulação imobiliária na região central da cidade, há que se considerar a importância da elaboração do Plano Diretor da cidade (PDV), ao longo da década de 2000. Para o que diz respeito à nossa análise dos discursos patrimoniais elaborados no município, refletir sobre o processo de estabelecimento do PDV, é interessante, uma vez que ele também apresenta preocupações relacionadas à preservação dos patrimônios histórico-culturais e ambientais.

As publicações do jornal *Folha da Mata* ao longo da década de 1990 demonstram que uma questão muito debatida entre alguns políticos e arquitetos ligados à UFV, foi a necessidade de que o poder público municipal criasse medidas para melhorar a infraestrutura urbana e, conseqüentemente, oferecesse melhores condições de vida aos moradores da cidade. Havia pelo menos duas décadas que Universidade fora federalizada e, portanto, que a população de Viçosa vinha crescendo vertiginosamente e, junto com ela, todos os problemas inerentes a um crescimento urbano sem nenhum tipo de organização. Naquele período, algumas pessoas se manifestaram cobrando da administração municipal melhorias na infraestrutura urbana e conseqüentemente na qualidade de vida ofertada à população. Alguns mencionarão diretamente a necessidade de que o município tivesse o seu PDV para a cidade. Somente no segundo semestre de 1993, foram publicados três artigos a esse respeito no *Folha da Mata*:

Todos os dias nós vemos nosso bairro, nossos vizinhos, nosso rio, nossa praça e nós os conhecemos de um modo especial. Nós sabemos alguma coisa sobre sua complexidade, sua textura, seu cheiro e suas qualidades únicas. Ninguém de fora, de um outro bairro, de outra cidade e certamente de um outro país poderia esperar e pretender conhecê-los tão bem. Há entretanto um outro modo de ver um bairro – de fora. **Com novos olhos e mente aberta**, o estranho pode às vezes ver qualidades especiais, traços únicos ou oportunidade[sic] importantes que para os residentes locais já se tornaram comuns, ordinários ou impenetráveis. Nós somos **três canadenses, da Technical University of Nova Scotia**, trabalhando com o apoio do governo canadense, o encorajamento do prefeito de Viçosa e os recursos da UFV, no desenvolvimento de algumas ideias para o futuro da cidade. **Nós somos os novos olhos e espero que tenhamos mentes abertas**. Estamos excitados com o potencial que vemos em Viçosa. A rica topografia, os abundantes recursos educacionais, a energia, a quantidade de recursos e habilidades das pessoas. Nós acreditamos que estas qualidades podem servir como um ponto de partida para desenvolver uma visão clara e forte para a cidade. Nós temos algumas ideias sobre o que esta visão deve incluir. Viçosa deve ser ‘Uma Cidade para Pessoas’. A riqueza maior da cidade são as pessoas. **Todo esforço deve ser feito para que a cidade ofereça alto nível de qualidade de vida para todos os seus cidadãos**. Diversas áreas precisam ser exploradas de modo que esta visão

seja concretizada. **Viçosa precisa redescobrir o equilíbrio entre carros e pedestres. Redesenhar as esquinas** (interseções de ruas) **e passeios** daria mais espaço a pessoas, não a carros. **Que ciclovias sejam desenvolvidas de modo geral pela cidade.** Por exemplo, um trecho poderia seguir os trilhos do trem. **Viçosa precisa querer espaços públicos e reconhecer seu valor.** As entradas da cidade devem dar uma boa primeira impressão e captar as qualidades da cidade. **Rios precisam ser reconsiderados como importantes, características naturais da cidade.** Como um primeiro passo, lugares ao longo do rio que são visíveis das ruas devem ser limpos. Em segundo lugar, novos e criativos jeitos de lidar com o esgoto devem ser explorados. Eventualmente, o rio poderia ser considerado espaço público. **Viçosa precisa valorizar o importante papel das pessoas nas tomadas de decisão para formar um senso de orgulho cívico.** Mas a nossa visão é de fora e isso é apenas um ponto de partida. **Nossas ideias apenas terão sentido se elas captarem as aspirações e imaginação das pessoas.** É por esta razão que nós estamos planejando uma reunião pública aberta para toda a cidade. A reunião oferecerá uma importante oportunidade para vocês verem nossas ideias e nos mostrarem as de vocês. **Nós então tentaremos uma estratégia mais completa para indicar como Viçosa deve ser,** o que poderia ser feito para fazê-la mais bonita, mais tolerante e mais dinâmica. Esse é um importante primeiro passo. Sua participação pode fazer a diferença. Por favor aceite nosso convite aberto para a reunião pública organizada para o dia 9 de junho, das 12 às 22 horas, na CMV. Frank Palermo (chefe do Departamento de Planejamento Urbano Rural da Technical University of Nova Scotia, Canadá). **Tradução da professora Maria do Carmo Z. Gonzada (Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFV)⁴⁰.**

Nesse artigo nota-se que, é a própria Prefeitura Municipal que toma a iniciativa de dialogar com um grupo de arquitetos canadenses, e essa mediação é feita a partir do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFV. Esse Departamento foi criado no início dos anos 1990 e sua participação nas discussões acerca da política urbana de Viçosa, passa a ser constante. Será uma influência determinante no processo de discussão, concepção, execução e crítica ao PDV de maneira geral, e de alguns de seus pontos, de forma específica. Chama a atenção, a forma imperativa como os arquitetos canadenses se dirigem à população de Viçosa, ditando comportamentos e mudanças no espaço urbano. Os mesmos que se apresentaram como o “olhar de fora”, fizeram crer, ao longo do texto, que conheciam todos os caminhos que levariam Viçosa a uma vida urbana feliz e satisfatória. Além disso, expressões como “espero que tenhamos mentes abertas” ou “Viçosa precisa querer”, “precisa valorizar”, demonstram o discurso de quem se considera detentor de um conhecimento e que veio para transmiti-lo e espera não encontrar resistência dos que não sabem como se comportar em sua própria cidade.

Os arquitetos canadenses apresentam uma visão técnica como se a construção do espaço não fosse fruto do cotidiano e dos usos que são dados aos lugares, ou seja, da dinâmica que é criada pela própria população local. Na opinião deles, existe uma estrutura urbana perfeita à qual as pessoas deveriam se adequar, “aprendendo a gostar de espaços públicos”, a

⁴⁰ “Uma nova visão para Viçosa”. *Folha da Mata*, nº1268, 05/06/1993. Viçosa – MG. P.2. [sic] erro no original. Grifos nossos.

expor na entrada da cidade “suas qualidades”, “redesenhando calçadas”, etc. E mesmo explicitando que a participação dos membros dessa sociedade nas discussões seria importante, eles deixam claro que essas opiniões apenas servirão de matéria-prima para que eles tentem “criar uma estratégia mais completa de como Viçosa deve ser”.

No entanto, apesar de uma posição que pode ser considerada autoritária, implícita nessa estratégia de urbanização, a sua proposição, com o apoio do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFV (DAU/UFV) e ainda da PMV, já é uma iniciativa importante. Ela demonstra a preocupação desses órgãos em tomar medidas para tentar solucionar os diversos problemas que a cidade já apresentava na década de 1990. Isso aponta a influência do processo de modernização e da reação a ele por parte de alguns grupos sociais, sobre a organização da cidade como um todo. O crescimento urbano desordenado trouxe problemas práticos aos moradores da cidade, além da sensação de se estar imerso em um espaço urbano que se transforma com uma inquietante velocidade. Os dois casos, concomitantes e relacionados, levaram ao cenário político discussões referentes à preservação dos recursos naturais, à melhoria da qualidade de vida na cidade, à preservação da memória e do patrimônio, entre outros. E como esse problema não ocorreu apenas em Viçosa – como faz parecer o discurso da perda – mas do Brasil, pra não dizer de todas as sociedades imersas no fenômeno da Modernidade, o Governo Federal já havia proposto uma solução.

A partir de 2001 a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada “Estatuto da Cidade”, passou a estabelecer as diretrizes para a política urbana no Brasil, com o objetivo regular o uso da propriedade urbana, visando o bem coletivo, a segurança e o bem-estar dos cidadãos e também demonstrando preocupação com questões ambientais. O artigo 2º da Lei, determina que toda a política urbana deve se pautar na sustentabilidade, na gestão democrática garantindo a participação popular em todas as etapas do processo, no planejamento da cidade visando corrigir problemas ocasionados pelo crescimento urbano desordenado ou evitar tais problemas, a recuperação e/ou a proteção do meio natural ou construído e do patrimônio ambiental, histórico, cultural, artístico, paisagístico e arqueológico. O artigo 4º define o Plano Diretor (PD) como um dos instrumentos que deverão ser utilizados pelos municípios, como meios de cumprir as determinações da legislação Federal.

A partir da promulgação do “Estatuto da Cidade”, o PD passa a ser obrigatório para municípios com mais de vinte mil habitantes e sua revisão deve ser feita a cada dez anos.⁴¹ Percebe-se, claramente, uma preocupação do Governo Federal em obrigar os municípios a fazer a gestão da ocupação de seu espaço urbano, visando garantir com maior eficácia o bem-estar dos que ali vivem. Além disso, a Lei estabelece mecanismos através dos quais poderá ser feita a proteção dos patrimônios ambientais e culturais/arquitetônicos, cujos interesses se chocam com a expansão acelerada e desordenada das cidades.

Com relação à proteção do patrimônio histórico-cultural edificado, o “Estatuto da Cidade” prevê um instrumento jurídico denominado “Transferência do Direito de Construir”. Tal prerrogativa concede ao proprietário de imóvel declarado de “utilidade pública”, a transferência da capacidade construtiva do lote onde o imóvel está localizado a outra construção. Isso significa dizer que algumas obras terão permissão para desobedecer às determinações do Plano Diretor e isso será visto como compensação em troca da preservação dos imóveis aos quais for atribuído valor histórico. A obrigação de preservar a fachada antiga, liberando-se a volumetria do terreno e fazendo outras concessões, será outra forma de colocar em prática o recurso legal para tentar conciliar os interesses do setor imobiliário, aos dos “defensores da memória”.

Como era de se esperar, essas prerrogativas estimularam as incorporadoras⁴² a adquirirem os imóveis mais antigos da cidade, para barganharem com a Prefeitura Municipal condições mais favoráveis à construção civil do que as previstas no Plano Diretor. Embora o Poder Público tenha prioridade de posse sobre os bens considerados de interesse público (direito de preempção), a grande pressão dos grupos econômicos dominantes e a falta de recursos financeiros são fatores limitantes na luta em defesa do patrimônio. Restaurar e manter em funcionamento todos os imóveis aos quais se atribui valor histórico requer financiamentos altos. Na ausência deles, o Poder Público precisa negociar com os investidores privados, o que nem sempre beneficiará o patrimônio ou criará “anomalias patrimoniais” como as que analisaremos mais adiante.

Estamos, portanto, diante de uma situação conflituosa, envolvendo diversos grupos sociais e seus interesses. Percebe-se uma contradição entre a coesão social sugerida pela

⁴¹ Lei Federal no 10.257, de 10 de Julho de 2001.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Página consultada em 09/06/15.

⁴² Empresas do ramo imobiliário, responsáveis pelo estudo do terreno e pela adequação da obra que nele se pretende realizar, a toda a legislação cabível. Elas são responsáveis por todas as características das obras embora, não sejam necessariamente suas executoras. Esta função específica cabe às construtoras. Entretanto, na maioria dos casos, a empresa é, ao mesmo tempo, incorporadora e construtora.

“memória coletiva” que alimenta a identidade do grupo e as disputas cotidianas entre os subgrupos que lutam para conquistar seus territórios no interior da cidade. Neste sentido, é importante destacar o artigo 40 do “Estatuto da Cidade”, o qual estabelece o Plano Diretor como o instrumento através do qual o município deverá organizar sua expansão urbana. Por essa razão, o mesmo deverá ser elaborado impreterivelmente, com a participação ativa da sociedade.

Em agosto de 1993 o Vereador Euter Paniago publicou em sua coluna independente, um artigo sobre os problemas na infraestrutura urbana de Viçosa e mencionou nominalmente o Plano Diretor como a melhor estratégia para solucionar tais problemas e desta forma, segundo ele, garantir uma cidade melhor para a posteridade.

É impressionante o número de prédios de apartamento que estão sendo construído[sic], atualmente, na parte mais central de Viçosa. Cada novo prédio construído representa dezenas de novas famílias que passarão a residir no coração da cidade. Pela qualidade e localização das novas construções, é fácil compreender que as famílias que ali vão morar serão da chamada classe média-alta, detentora de razoável poder aquisitivo. Por essa causa, para cada novo apartamento a ser ocupado, pelo menos mais um veículo será incorporado à já enorme frota existente nos dias que correm. [...] Cidade antiga, nascida na era do carro de boi, da carroça e do cavalo de sela, Viçosa é caracterizada por suas ruas estreitas e cheias de curvas, razão suficiente para justificar os transtornos usuais em nosso trânsito. **Que será de Viçosa daqui a 50 ou 100 anos?** Poderá ser uma cidade com razoável qualidade de vida ou então um amontoado de arranha-céus que transformarão a cidade em verdadeiro pandemônio. Será que ainda se pode fazer alguma coisa para evitar que nossa Viçosa se transforme numa cidade-monstro [...]? [...] O governo passado, a despeito da pressão exercida pelo Poder Legislativo, não cumpriu os postulados legais. **O Plano Diretor, contudo, continua sendo uma necessidade imperiosa, mormente por ser Viçosa uma cidade encravada entre colinas, de ruas estreitas e de vertiginoso crescimento vertical, no setor imobiliário.** É preciso planejar a Viçosa do século 21, e o Plano Diretor é o instrumento para realizar tal tarefa. [...] Cada dia a mais que ele vier a ser retardado, maiores prejuízos serão repassados às gerações futuras, que poderão viver numa cidade-monstro por culpa exclusiva de nossa incapacidade de planejar o futuro de Viçosa. [...] **Rezemos todos para que Deus ilumine nosso prefeito a mandar elaborar o Plano Diretor que tanta falta já está fazendo a Viçosa. [...]**⁴³.

Deixando de lado as críticas do vereador ao governo do então ex-prefeito Antônio Chequer, ao qual fazia dura oposição, bem como seu discurso político embebido em discurso

⁴³ “Sobre a Viçosa de cinquenta ou cem anos de agora e outras coisas”. *Folha da Mata*, nº1278, 14/08/1993. P.2. Coluna do Paniago. Publicação independente. Viçosa – MG. [sic] erro no original. Grifos nossos.

religioso, pois tais aspectos serão analisados em outro momento, esse artigo é interessante por ressaltar dois pontos diretamente relacionados aos temas que ora analisamos. Primeiramente, trata-se de um morador da Viçosa da primeira metade dos anos 1990; em segundo lugar, não se trata de qualquer morador, pois é também representante do poder público. É importante salientar esse duplo papel, pois o texto nos apresenta a Viçosa de 1993 pelos olhos de Euter Paniago: uma cidade que foi feita para cavalos e estava cada vez mais repleta de automóveis; uma cidade cujo centro passava por acelerado processo de verticalização; uma cidade que viu a densidade demográfica de sua área central, crescer expressivamente e que já sofria os efeitos negativos desse acúmulo, para o qual não estava preparada; uma cidade que vivia uma segregação social, visto que o tipo de construção realizada na área central excluía a possibilidade de que pessoas de baixa renda tivessem acesso a moradias naquele local.

Diante dessa situação, o cidadão e vereador de Viçosa, cobra do poder público municipal, o instrumento que, segundo ele, poderia solucionar os problemas citados, ou seja, o Plano Diretor. Fica explícito que, toda a explicação da situação da cidade tem um interesse que vai muito além do mero convencimento do então prefeito de Viçosa, acerca da necessidade do Plano Diretor. Antes, é a construção de uma linha de raciocínio que visa expor os “problemas” da administração anterior, à qual ele fazia oposição, e, ao mesmo tempo, jogar sobre a então atual administração a responsabilidade pela resolução de todos aqueles problemas. Deve-se ressaltar ainda, que a publicação desse discurso num periódico de grande circulação no município, teve, evidentemente, a intenção de tornar públicas as opiniões políticas do vereador e, principalmente, do desejo de conseguir articular a força popular a seu favor, usando para isso, um discurso bastante pertinente para o momento, de quem tem a melhor estratégia para solucionar os problemas da cidade, mas não tem poder para realizá-la sozinho.

No dia 23 de outubro de 1993, o arquiteto e professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFV, Ítalo Stephan, também publicou um artigo no jornal *Folha da Mata*, acerca dos problemas urbanos de Viçosa e da urgência de que se criasse para a cidade o Plano Diretor:

Não chega a ser novidade nenhuma quando ouvimos, por parte de quem vem a Viçosa, falar da **decepção que se tem logo ao chegar à cidade. A expectativa que uma Universidade do porte da UFV gera, nos visitantes ou futuros moradores, é de se encontrar uma realidade bastante diferente.** E para quem se dirige ao Campus, logo ao chegar, imediatamente percebe o contraste. Para quem necessitará procurar um imóvel para morar, conhecerá uma situação ainda mais acentuada enquanto percorrer os seus bairros. [...] Os problemas vão ficando cada vez mais críticos, enquanto convivemos sem o Plano Diretor Urbano [...]. **São consequências diretas desta anarquia, dentre outras, a destruição dos**

exemplares de uma cultura que a cidade já teve e vai esquecer (vide os casarões da Avenida Santa Rita, da Rua Gomes Barbosa, do Balaústre), o adensamento da população na área central, que provocará mais engarrafamento, saturará a infraestrutura de serviços urbanos [...], **exigindo novas e caras obras;** ou seja, infelizmente a qualidade de vida tende a piorar continuamente. [...] **A realidade encontrada contradiz com o alto grau de exigências que grande parte da população possui, como os familiares dos professores universitários, por exemplo, e com os inúmeros estrangeiros que aqui vêm.** [...] Queremos acreditar no início destas medidas o quanto antes, para não tornarmos inviáveis as chances que ainda temos de criar melhores condições de vida, que uma cidade deste porte e de destaque indiscutível no cenário nacional, tem a obrigação de oferecer aos seus habitantes. Certamente isto só poderá acontecer como resposta às cobranças de uma comunidade consciente de seu papel ativo.
Se hoje somos o resultado do que foi feito no passado, como seremos julgados lá pelos anos 2.010, 2.050, 2.700, 19.930...?⁴⁴

Aqui, mais uma vez percebe-se a defesa da elaboração de um Plano Diretor para Viçosa, no intuito de organizar seu crescimento e prover qualidade de vida a seus moradores e visitantes. Também é possível inferir que o arquiteto Ítalo Stephan tenha utilizado o mesmo argumento que o vereador Euter Paniago, aludindo à atividade turística e manifestando sua preocupação quanto aos problemas de infraestrutura urbana para um município que estava investindo no turismo naquele momento.

Sabendo disso, torna-se clara a apelação do discurso: “quem vem à cidade por causa da UFV fica decepcionado com a cidade que encontra”. Esse objetivo de tocar no “ponto fraco” da Prefeitura Municipal fica tão explícito que, embora o arquiteto esteja defendendo o Plano Diretor, cita como exemplos desses habitantes, os “familiares dos professores universitários e os estrangeiros que vêm para Viçosa”. Considerando-se que o principal objetivo daquele dispositivo legal é promover melhor qualidade de vida aos habitantes da cidade, as colocações do articulista deixam escapar que pode haver outros interesses em jogo. Ou seja, seria um “recado” direto ao Prefeito, o qual estava naquele momento, tentando captar recursos para o município através do desenvolvimento do setor turístico: “pense na imagem que a cidade precisa fazer para os que vêm de fora”. O final do artigo também parece ter essa mesma intenção, ou seja, a Viçosa problemática de 1993 era fruto das más administrações anteriores; e quanto àquela administração? Como desejaria ser lembrada pela posteridade?

Em artigo no qual apresenta o processo de concepção do Plano Diretor de Viçosa (PDV), Ítalo Stephan enfatiza a participação de profissionais da Universidade Federal, tanto na elaboração, quanto no acompanhamento da execução e na posterior análise dos efeitos gerados pela aplicação do PDV. Segundo o autor, foi feito um levantamento prévio das principais características da cidade, para que limitações e potencialidades fossem trabalhadas

⁴⁴ “O caos urbano de Viçosa”. *Folha da Mata*, nº1288, 23/10/1993. Viçosa – MG. P.7. Grifos nossos.

através de um projeto multifacetado e criado especificamente para o município. Para tanto, foram consultados os mais variados setores sociais, através de debates, questionários, reuniões da Câmara Municipal, divulgação nas mídias locais, etc. Dessa maneira, segundo Stephan, o PDV elaborado em 1998 e aprovado em 2000, ano em que também entrou em vigor, foi o resultado da participação da comunidade, dos profissionais da UFV, do poder público e dos órgãos de representação dos interesses sociais e econômicos locais. A partir das críticas e sugestões amplamente discutidas, estabeleceram-se quatro eixos de ações práticas:

1. Promoção Humana, com as políticas relativas à Saúde, Educação, Ação Social, Habitação, Esportes e Lazer;
2. Política Urbana e Meio Ambiente, com as políticas de Circulação, Transporte, Saneamento e Meio Ambiente;
3. Desenvolvimento Municipal, com as políticas de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Desenvolvimento Rural;
4. Planejamento e Gestão, com as políticas de Gestão Pública e participação popular.⁴⁵

Como principais frutos do PDV foram criados o Instituto do Planejamento Municipal (IPLAM) e o Conselho Municipal de Planejamento (COMPLAN). Esses órgãos visavam, principalmente, a promover a fiscalização do cumprimento da lei, realizar estudos constantes e propor mudanças, apreciar os possíveis impactos de ações sobre o município, e promover a cada dez anos, as reformas no Plano Diretor, exigidas pelo Estatuto das Cidades. No entanto, Stephan explica que, problemas de ordem política, pressão do mercado imobiliário e questões estruturais que o município não conseguiu solucionar total ou parcialmente, impossibilitaram a plena realização do PDV na prática. No que diz respeito à mudança na paisagem urbana e à proteção do patrimônio histórico-cultural edificado, o autor explica que, foram aprovadas construções de edifícios com um número muito maior de pavimentos do que estava previsto no Plano Diretor. Isso, segundo afirma, teria causado impactos ambientais e sociais drásticos em Viçosa. Na região central da cidade, por exemplo, as construções que impactaram as margens do ribeirão São Bartolomeu - grande responsável pelo abastecimento de água no município - e a falta de áreas de estacionamento, bem como os congestionamentos no trânsito, demonstram a inobservância do planejamento previsto em lei⁴⁶.

A partir do final do ano de 2003, o Plano Diretor de Viçosa foi complementado com a criação da Lei Municipal nº 1574/2003, a qual instituiu o “Código de Posturas do Município

⁴⁵STEPHAN, Ítalo. “Plano Diretor de Viçosa: avanços e limitações”. *Arquitextos*. Nº 078, ano 7. 07 nov. 2006. PP.1-9. Busca em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.078/300>. Página consultada em 28 de maio de 2015. P.3-4.

⁴⁶ *Ibidem*. P. 7-8.

de Viçosa”. Entre suas disposições gerais estão postas as principais questões que o poder público pretendia regulamentar a partir de sua promulgação:

Art. 1º - Este Código contém as posturas destinadas a promover a harmonia e o equilíbrio no espaço urbano por meio do disciplinamento dos comportamentos, das condutas e dos procedimentos dos cidadãos no Município de Viçosa, bem como a aplicação do processo de execução e das penalidades e cominações legais.

Art. 2º - As posturas de que trata o artigo anterior regulam:

I - as operações de construção, conservação, manutenção e uso do logradouro público;
II - as operações de construção, conservação, manutenção e uso da propriedade pública ou particular quando tais operações e uso afetarem o interesse público;
III - a conduta e os procedimentos dos cidadãos na preservação e defesa do interesse público.

Art. 3º - **As operações de construção, conservação, manutenção e uso do logradouro público, da propriedade pública ou particular, bem como a conduta e o comportamento dos cidadãos afetarão o interesse público quando interferirem** no direito do consumidor, na ordem, segurança e sossego públicos ou **em questão ambiental**, sanitária, de trânsito, estética **ou cultural do Município**⁴⁷.

O Código deixa claro em seu 8º artigo, que não se sobrepõe às legislações específicas já existentes, sobre, por exemplo, o patrimônio ambiental ou o patrimônio histórico, artístico e cultural do município de Viçosa. O artigo 40 proíbe instalação de imobiliário urbano que comprometa a visibilidade de bens tombados, assim como o artigo 72º proíbe qualquer material de propaganda em áreas de preservação ambiental, em monumentos ou obras de arte dispostos em locais públicos⁴⁸.

Especificamente sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural edificado do município, posta como um dos objetivos do Plano Diretor, Ítalo Stephan e Geraldo Browne Ribeiro Filho, ambos membros da Comissão Técnica que elaborou em 1998 o PDV, apresentam um dado relevante. Segundo esses autores, um importante instrumento incorporado ao PDV, foi a “Operação Urbana”, mecanismo através do qual, qualquer cidadão, empresa, representante do poder público ou órgão de representação civil, pode apresentar propostas referentes ao “tratamento urbanístico de áreas públicas (praças, vias, ciclovias, arborização, etc)”, em cujo contexto está incluída a “proteção ao patrimônio cultural e ambiental”⁴⁹. Para serem efetivadas, essas solicitações poderão contar com subsídios privados, obtidos em troca de vantagens relativas ao afrouxamento das regras contidas no

⁴⁷ Lei Municipal nº1574/2003. Instituiu o Código de Posturas do Município de Viçosa. www.leismunicipais.com.br página consultada em 03/06/2015.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ STEPHAN, Ítalo Itamar Caixeiro; RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. *Op. Cit.* P.13.

próprio Plano Diretor. Essa prerrogativa não é exclusiva do Plano Diretor de Viçosa. O artigo Art. 28 do “Estatuto da Cidade” afirma que

O plano diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário⁵⁰.

Ou seja, se, por exemplo, um empresário quiser construir um edifício com número maior de pavimentos do que a lei permite, ele pode financiar uma “Operação Urbana” solicitada pela associação de moradores de determinado bairro, que pede o tombamento de uma casa localizada naquele bairro. O empresário financia os gastos relativos ao tombamento da referida casa e, em contrapartida, recebe do governo municipal, a autorização para construir seu edifício com mais pavimentos do que Plano Diretor permite.

É evidente que esse instrumento abre brechas para a manipulação da lei em benefício do setor imobiliário, ou outro cujos interesses o PDV contraria. Mas também é fato, que ele oferece à população de Viçosa, a oportunidade de viabilizar melhorias no espaço público e proteção daquilo que ela julgar necessário. Em outras palavras, o Plano Diretor, da forma como foi proposto em 1998, não apenas regulamentava o uso do espaço urbano, como também oferecia à população uma ferramenta para usufruir dos benefícios dessa lei, de acordo com demandas suscitadas diretamente por ela. Portanto, no que diz respeito a uma questão de interesse público como é a do patrimônio histórico-cultural de um município, a “Operação Urbana” inserida no PDV, é um mecanismo que, se efetivado, pode garantir ao cidadão a plena participação no processo de constituição do seu patrimônio a ser preservado.

Considerando-se o processo de verticalização em Viçosa, que ocorre, sobretudo, em sua região central e a ineficácia do Plano Diretor em contê-la, uma vez que desde sua criação ainda não foi plenamente executado, chegamos ao foco da questão que pretendemos analisar. No contexto da modernização acelerada, e da mudança brusca da paisagem urbana, que ocorre na passagem do século XX para o XXI, emerge a discussão acerca do patrimônio arquitetônico de Viçosa. As construções a serem preservadas estão localizadas na mesma

⁵⁰ Lei Federal no 10.257, de 10 de Julho de 2001. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm página consultada em 9/06/15).

região central da cidade onde se verifica o processo de verticalização, que por sua vez está atrelado ao desenvolvimento do setor da construção civil. Ou seja, no mesmo local onde a demanda por terrenos para construção de novos edifícios é cada vez maior, localizam-se também as edificações mais antigas da cidade. Essas, por sua vez, serão os principais alvos das práticas de preservação patrimonial, que terão início no município, a partir do ano de 1999. Se, como afirmam alguns autores, há uma segregação social expressa na ocupação do espaço urbano, então boa parte da população viçosense está apartada da região mais cara, que coincide com a região onde estão localizados “seus patrimônios”. Ela não se sente parte do centro “rico, dos estudantes” e que também é onde se localizam quase todos os bens imóveis tombados como patrimônio cultural do município.

Estudos sobre o processo de verticalização em Viçosa, normalmente apresentam alguma discussão acerca do patrimônio de “pedra e cal”, incrustado no centro da cidade. Neles, percebe-se uma preocupação com o crescimento desordenado, não só pela precariedade da convivência nesse espaço caótico, como também com a necessidade de se preservar esses bens, diante de uma suposta “perda da memória” coletiva da cidade⁵¹. Obviamente essa preocupação com o patrimônio arquitetônico de uma cidade frente ao processo de modernização e crescimento desordenado, não é nenhuma novidade, assim, como também não o é, essa *frenesi* patrimonialista em nome do “direito à memória”. A questão que daí advém e que, a nosso ver, é um ponto relevante, é perceber o espaço urbano não como um lugar harmonioso e conciso, mas, como um espaço marcado pelo conflito e pela disputa frequente por territórios⁵².

No próximo capítulo abordaremos a questão da identidade local, cuja memória constitutiva acabamos de analisar. O confronto que fizemos entre a “memória coletiva” oficial e alguns dados empíricos relativos à modernização da cidade explicita certas contradições entre a imagem ideal e algumas questões práticas da sociedade viçosense e de seu espaço urbano. Nesta próxima etapa, buscaremos demonstrar o processo de construção da autoimagem de Viçosa e sua relação com aquela “memória coletiva” oficial, simultânea à falta de relação com dados empíricos e análises mais críticas acerca de seu processo histórico. Nosso principal objetivo será promover uma análise das consequências da difusão de determinado discurso identitário para a sociedade viçosense de maneira geral.

⁵¹Ver por exemplo: PAULA, Karine de Almeida. “Patrimônio Histórico, identidade histórico-cultural e atividade imobiliária”. In: *Op. Cit.* P.65-72. Ou ZACCHI, Raquel Callegario. *Op. Cit.* P.89.

⁵² CIVALE, Leonardo. Sobre Luzes e Sombras: A revitalização da Praça XV de Novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982-2012). In: *Cadernos de Geografia*. DOI 10.5752. V.25, nº44. 2015. P.134-148. P.148.

**Capítulo 2. Em nome do “direito à memória” e da preservação da
identidade: uma “*visão de mundo*” local**

2.1: O combate pela memória e pela identidade

Alguns cientistas sociais consideram que o período inaugurado na década de 1970 e denominado Globalização, se caracterizaria por um momento histórico de profundas e aceleradas mudanças nas sociedades ocidentais. As noções de tempo e espaço teriam se tornado aceleradas e a fluidez das relações e das informações teriam provocado uma sensação de instabilidade. Segundo Castells, a emergência de grupos identitários apegados a questões como fundamentalismo religioso, etnias, memórias e tradições culturais ou movimentos sociais, seriam expressões desse período¹.

Segundo Civalo, o acelerado processo de globalização nutriu o fortalecimento de novas tramas discursivas entre determinados grupos sociais. Estes discursos fundamentariam distintas identidades e foram construídos a partir de memórias coletivas ancoradas às “originalidades” do “passado”. Por essa razão, na contemporaneidade, não apenas o passado, mas, também seus vestígios que chegaram ao presente, passaram a ser investidos da autoridade de portadores da “verdade histórica”. Segundo o autor isso seria uma espécie de retomada do paradigma do “monumentalismo historicista do século XIX”². Um discurso historiográfico que encara a história como “*Magistra Vitae*”, de influência Positivista cuja principal função era cancelar os mitos de origem que justificavam os estados nacionais da era Moderna.

Diante da atual militância em favor das identidades, alimentadas por uma busca das origens e da suposta “verdade histórica”, deve ser recordado o esforço de Jacques Le Goff - representante da chamada “*Nouvelle Histoire*” - em esclarecer as diferenças entre a história científica e a história mítica, ou memória coletiva:

Há pelo menos duas histórias e voltarei a este ponto: a da memória coletiva e a dos historiadores. A primeira é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivo desta relação nunca acabada entre o presente e o passado. É desejável que a informação histórica, fornecida pelos historiadores de ofício, vulgarizada pela escola (ou pelo menos deveria sê-lo) e os *mass media*, corrija esta história tradicional falseada. A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros³.

¹ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. P.21-24.

² CIVALE, Leonardo. Sobre Luzes e Sombras: A revitalização da Praça XV de Novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982-2012). In: *Cadernos de Geografia*. DOI 10.5752. V.25, nº44. 2015. P.134-148. p.142.

³ LE GOFF, Jacques. “História”. In: *História e Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996. P.29.

Ao tratar da objetividade e da imparcialidade, absolutamente necessárias ao trabalho do historiador, Le Goff conclui, citando Paul Valéry: “A história é o produto mais perigoso que a química do intelecto elaborou... A história justifica o que se quiser. Não ensina rigorosamente nada, pois tudo contém e de tudo dá exemplos”⁴. Daí compreendermos porque os discursos em prol da defesa da memória, da identidade, das tradições, da originalidade, etc., utilizam o aval da história para se respaldarem e nisso obtêm grande sucesso. No entanto, a honestidade e a qualidade que o historiador profissional desejar imprimir a seu trabalho exigem que ele se afaste ao máximo possível de seu objeto de análise – tal como o *Angelus Novus* de Klee⁵ – para evitar a utilização do “carimbo da História” na perpetuação de mitos, que não podem ser confundidos com a ciência histórica.

A chamada memória é uma reconstrução subjetiva, composta tanto de lembranças quanto de esquecimentos⁶, acerca de acontecimentos passados. Por essa razão é preciso salientar que, tanto as narrativas nacionais quanto as identitárias, são memórias coletivas que são comumente chanceladas com o respaldo da história científica. Tais narrativas não são mantidas por acaso, estas têm, obviamente, implicações importantes para os grupos sociais.

Com base nas discussões apresentadas, analisaremos neste capítulo, alguns discursos propagados em Viçosa, entre as décadas de 1980 e de 2000. Propomos uma análise crítica visando à sua “desnaturalização” ou dessacralização, tendo em vista as implicações que uma visão simplificada ou superficial dos mesmos, poderá acarretar à organização social como um todo. A seguir, serão analisados discursos provenientes de diferentes fontes e proferidos por diferentes agentes sociais, a fim de demonstrar os pontos principais elencados por um determinado grupo, como representativos de uma “identidade viçosense”. Buscaremos demonstrar uma certa “visão de mundo” apresentada por esse grupo e, a partir dela, compreender a elaboração de uma narrativa identitária, a qual dará, como veremos nos próximos capítulos, base às políticas públicas relacionadas ao turismo e ao patrimônio tombado de Viçosa.

⁴ VALÉRY, Paul. *Regards sur le monde actuel*. Gallimard, Paris. 1931. P.63-64. *Apud*. LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.* P.32.

⁵BENJAMIN, WALTER. *O anjo da História*. Organização e tradução de João Barrento. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. P.13-14.

⁶ RICOEUR, Paul. *A memória, a História, o Esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007 [2000] (Col. “Espaços da Memória”).

2.2: “Viçosa por Viçosa”: Uma análise da auto representação local.

*“Vou-me embora pra Pasárgada
Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero
Na cama que escolherei*

*Vou-me embora pra Pasárgada
Vou-me embora pra Pasárgada
Aqui eu não sou feliz
Lá a existência é uma aventura
De tal modo inconsequente
Que Joana a Louca de Espanha
Rainha e falsa demente
Vem a ser contraparente
Da nora que nunca tive”.*

Manuel Bandeira

2.2.1: “Doutor” Arthur da Silva Bernardes: o “vulto mais ilustre de Viçosa”.

*Na lonjura do céu livre de nuvens, as estrelas palpitam mais
luzentes. Quando densas nuvens de invidias e despeitos, de
malquerenças e ódios, de mal-entendidos e calúnias
desaparecem, valores e virtudes de proeminente personagem
podem luzir melhor no céu da História. Assim, é a estrela deste
homem de fé, que foi o presidente Arthur da Silva Bernardes.*

Fernando Ribeiro⁷

Arthur da Silva Bernardes, considerado natural de Viçosa, iniciou sua carreira política nesta cidade, vindo a ocupar posteriormente o cargo de presidente do Estado de Minas Gerais. Entre 1922 e 1926 foi Presidente da República, no período conhecido como Primeira República, marcado pelo predomínio dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo controlando a máquina pública defendendo os interesses dos cafeicultores.

Em 1926, último ano de seu mandato presidencial, Bernardes inaugurou em Viçosa duas grandes instituições de ensino: o Patronato Agrícola - internato que receberia menores infratores de Viçosa e região, oferecendo-lhes cursos técnicos na área agrícola - e a Escola

⁷ RIBEIRO, Fernando. *Bernardes: Um grande Estadista da República*. Apoio Cultural Viçosa – Administração José Américo Garcia. 1986. s/p. Último parágrafo do livro.

Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV – transformada em 1969 em Universidade Federal de Viçosa.

Estes dois feitos, sobretudo o segundo, geraram profundas transformações na cidade de Viçosa, sendo uma das principais, a atração de grande número de estudantes de outras partes do país. A princípio, professores, funcionários e alunos residiam nas dependências do campus. No entanto, a criação de novos cursos, a ampliação do número de vagas e, principalmente, a federalização da instituição, no final de década de 1960, contribuíram para que sua comunidade extrapolasse as “Quatro Pilastras”. Viçosa então, passou por um desenvolvimento do setor de prestação de serviços e se distancia das atividades ligadas ao campo, assiste ao crescimento acelerado de seu espaço urbano e passa a ser vista como polo captador de estudantes e professores. Além disso, a cidade passou a atuar como polo difusor de cultura, educação e emprego. Essas são algumas das principais razões apontadas pelos próprios moradores da cidade como justificativas para que Arthur da Silva Bernardes seja considerado o “viçosense mais ilustre”.

A respeito de Arthur Bernardes, o jornalista José Mário da Silva Rangel afirma que:

Antes de atingir a suprema magistratura da nação, Arthur Bernardes sofrera no período eleitoral intensa campanha caluniosa e difamatória. Entraram então em cena os forjadores de cinco famigeradas cartas, depois desmentidas em acurado exame grafotécnico, que atribuíam a Bernardes, em plena disputa presidencial, declarações insultuosas, de “próprio punho”, a oficiais do Exército, que provocaram violentas reações contrárias à sua eleição. De acordo com o Jornal do Brasil, “sua campanha presidencial foi processada num clima de irreprimível agitação” por conta deste episódio, e “que prosseguiu durante todo o período do seu governo [...]. Sua firmeza de chefe de Estado, servindo por invulgar inflexibilidade de caráter e notável coragem cívica, fê-lo resistir a todas as conjunturas políticas do momento e dominar as crises militares”. Paulo Amora assim o retrata: “Alto, esguio, de nariz aquilino, testa larga. Olhos castanhos, pequenos e inquietos lhe boiavam no rosto comprido. Fixavam-se no interlocutor, ora em lances rápidos, ora com reflexos de doçura, como a lhe espelharem as reações da alma. Na mocidade, bigodes à Guilherme Hohenzollern. Apenas sorria, não ria. Vestia-se com esmero e certo requinte de elegância. Porte ereto, atitude impecável em qualquer circunstância. Apesar da austeridade do seu físico, era ele afável e ameno, acessível e cortês. A sua prosa era agradável, porém, severa, a dicção perfeita, escandindo bem as palavras, a voz cheia. Educado e cavalheiro, deixava sempre à vontade os que o procuravam, pois herdara a arte rara de saber ouvir”⁸.

Considerando-se a descrição, trata-se indiscutivelmente, de um homem, cujas características se encaixam perfeitamente a tudo o que se espera de um perfeito homem público: bela aparência, firmeza, inteligência, sobriedade, acessibilidade. O jornalista menciona episódios considerados negativos atribuídos ao governo de Bernardes. Um deles é

⁸ RANGEL, José Mário da Silva. “Um estadista a serviço do município”. Conferir: <http://opassadocompassadodevicosablogspot.com.br/>. Consulta em 06 de agosto de 2015.

conhecido como “o caso das cartas falsas” que marcou o início do governo. A outra menção, indireta, é feita aos protestos encabeçados por militares que contestavam a organização política típica de uma República Oligárquica, entre os quais teve destaque a famosa Coluna Prestes. Nos dois casos, há claramente a intenção de justificar o ex-presidente, afastando de sua imagem qualquer suspeita de atitude considerada ruim, pelos críticos ao seu governo.

Há também diversas publicações do jornal *Folha da Mata*, que demonstram a importância de Arthur Bernardes para Viçosa (ou parte dela). Em outubro de 1985, por exemplo, publicou-se o artigo a seguir:

Viçosa deveria se chamar Presidente Bernardes. E Calambau?
Esta não é a primeira vez que o ex-deputado Pedro Maciel Vidigal propõe que Viçosa tenha o seu nome trocado para Presidente Bernardes, em homenagem – lógico – ao **filho mais ilustre dessa terra: o presidente Arthur da Silva Bernardes**. [...] Ele propõe mais uma vez que tal mudança ocorra, **afirmando, inclusive, [...] que o Bispo Dom Antônio Ferreira Viçoso (em homenagem a quem teria originado o nome de Viçosa) nunca manifestou predileção pelo Arraial de Santa Rita do Turvo (Viçosa)[...]**⁹.

Percebe-se nesse trecho que, ao mencionar uma questão que naquela época vinha sendo discutida na cidade de Presidente Bernardes (MG), o articulista não apenas divulgava o referido debate, mas, também levantava a discussão em Viçosa. Chama a atenção a apresentação de Arthur Bernardes como o “filho mais ilustre de Viçosa” e a disputa entre municípios, pelo direito de utilizar o seu nome. Claramente uma disputa política na qual se percebe o peso atribuído às tradições e à “história”.

No final do ano de 1987 o *Folha da Mata* publicou outro artigo, no qual mais uma vez se enaltece a figura de Arthur Bernardes, além de fazer menção à Praça Silviano Brandão como local de grande importância para Viçosa:

Não passaram pelo crivo da Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal os projetos de lei 032 e 033/87, de autoria dos vereadores Ruy Barbosa Assis Castro, Geraldo Hélio dos Santos e Luiz Eugênio de Moura, todos do PFL, projetos esses que propunham a **troca de nomes entre a rua Arthur Bernardes (Calçadão) e praça Silviano Brandão [...]**.
[...] [O] objetivo principal [...] era **homenagear o ‘saudoso presidente’ Arthur Bernardes, não só dando o seu nome à principal praça da cidade (atual Silviano Brandão) como evitando que o nome de Bernardes caia [...] no ostracismo, porque, alegam, a população de Viçosa já não mais diz rua Arthur Bernardes, e sim Calçadão, ‘dando prova evidente de menosprezo [sic] ao nome do grande presidente, daquele que foi inegavelmente o maior benfeitor de Viçosa’**. Por sua vez, a Comissão de Justiça e Redação [...] justificou-se ao opinar ‘desfavoravelmente’ aos projetos que ‘Devemos

⁹“Viçosa deveria se chamar Presidente Bernardes. E Calambau?”. *Folha da Mata*.nº843, 30/10/1985. Viçosa – MG. P.1. Grifos nossos.

respeitar o passado. Não é mudando o nome das vias públicas que vamos educar o povo a não chamar de calçadão a via pública principal de nossa terra’.

O parecer desfavorável da Comissão foi acompanhado de um abaixo-assinado com cerca de 180 assinaturas de comerciantes situados nas duas vias [...]

Machado [vereador Francisco Machado Filho, autor do abaixo-assinado] revelou ainda[...] que **quem sugeriu à Câmara dar o nome de Silviano Brandão** (que foi governador de Minas Gerais) à principal praça da cidade **foi o próprio Bernardes**, uma razão a mais, segundo ele para que tudo continuasse como está. [...]

Para Luiz Eugênio de Moura [...] além da homenagem a Bernardes, **havia razões históricas** para se dar o nome do ex-presidente à praça principal já que cidades como Diamantina e São João Del Rey já o fizeram, mudando os nomes de suas praças principais para, respectivamente, JK e Tancredo Neves.

Já o vereador Elias Chequer (PMDB) viu ‘certa lógica’ nos referidos projetos, mas considerou que a existência secular dos lugares públicos com um mesmo nome em diferentes países do mundo mostra que **não é trocando nome de ruas que se faz história.** Elias sugeriu que [...] **a Prefeitura coloque placas bem visíveis com o nome de Arthur Bernardes no Calçadão [...].**¹⁰

Não poderíamos deixar de ressaltar, a justificativa dada pela “Comissão de Justiça e Redação”, que deu parecer desfavorável ao projeto de lei que propunha a troca de nomes entre os dois logradouros de Viçosa mencionados. Para referendar sua posição, a Comissão anexou ao texto um abaixo-assinado dos comerciantes de ambas as vias públicas. Estes evidentemente, se sentiam prejudicados pelas mudanças, seja pelos transtornos burocráticos, ou pelo sentido simbólico de tais alterações. Dar o nome “mais importante” à Praça “mais importante” significava, por outro lado, deixar o nome “menos importante”, ao local “menos importante”. E obviamente isso teria implicações sociais e econômicas de grande peso, embora aparentemente ela possa ser considerada inofensiva.

O nome de uma pessoa como Arthur Bernardes pode exercer forte “*poder simbólico*” num contexto social¹¹. Se já existe uma ideia, compartilhada pelo senso comum de que ele é uma figura representativa para a cidade, usar o seu nome seria atrelar-se aos pontos positivos de sua imagem. Desse modo, não significa pouca coisa, tirar de um logradouro o direito de usar esse nome e transferi-lo a outro local. Percebe-se, então, como o espaço público da cidade é um local privilegiado para a análise dos conflitos existentes entre diferentes grupos sociais e seus respectivos interesses. Também fica claro que a imagem coesa, perfeita, que a “*visão de mundo*” de um determinado grupo social parece estabelecer, não anula as disputas que fazem parte do cotidiano desse mesmo grupo. Ainda que a autoimagem gerada a partir daquela ordenação mental seja incorporada por todos, cada um/grupo a utilizará como melhor lhe convier na disputa permanente em defesa de seus interesses.

¹⁰ “Não passa na Câmara troca de nomes entre rua Arthur Bernardes e Praça Silviano Brandão”. *Folha da Mata*. nº979. 07/11/1987. Viçosa – MG. P.4. [*sic*] erro no original. Grifos nossos.

¹¹BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989 (Col. “Memória e Sociedade”).

A preocupação com a defesa da identidade faz com que a memória coletiva seja considerada um verdadeiro tesouro pertencente ao grupo social. Por essa razão, há também uma preocupação crescente em se criar “*lugares de memória*”¹² – usando a expressão de Nora - para não deixar que se percam na memória coletiva as referências escolhidas para designar a identidade local. Uma solução para esse problema é a criação de instituições de preservação da memória. Seguindo uma tendência de outros lugares dentro e fora do país, essa passa a ser uma questão amplamente debatida em Viçosa. Tal situação se intensifica em 1989, quando o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA- tomba como patrimônio do Estado, a casa que pertenceu a Arthur Bernardes, localizada à Praça Silviano Brandão, em Viçosa.

Como exemplo, tem-se o artigo a seguir, publicado em 1989 no *Folha da Mata*. O artigo noticia o empenho do então prefeito municipal, Antônio Chequer, para fundar na antiga residência de Arthur Bernardes, um Museu em homenagem à memória do ex-presidente nascido em Viçosa.

O Prefeito Antônio Chequer, atendendo a uma **Indicação da Câmara Municipal**, que implantar em Viçosa, o **Museu Arthur Bernardes, bem como trazer para a terra natal os restos mortais do ex-presidente da República e de sua esposa, Clélia Bernardes, que se encontram no Rio de Janeiro.** [...]

O Museu Arthur Bernardes foi criado por lei de autoria do professor Edgard Vasconcelos Barros alguns anos atrás, mas não chegou a ser implantado. [...]

Apoio unânime. A criação do Museu Arthur Bernardes **conta com o apoio expresso de praticamente todas as forças vivas da comunidade viçosense**, inclusive dos partidos políticos, fator importante para a consecução do projeto. [...] Apoiaram de público a criação do museu, como forma de **perpetuar na memória da cidade o nome do grande estadista Arthur da Silva Bernardes, cujas idéias nacionalistas são evocadas até hoje.** [...] Por último falou Maria Pompéia Bernardes Flous (filha caçula de Bernardes), prometendo esforços para que o Museu Arthur Bernardes, que ela pretende seja um ‘Memorial’, seja feito nas gestões de Antônio Chequer e Antônio Fagundes [então reitor da UFV], apoiando a idéia da união das forças significativas da comunidade para a realização do projeto.

Prefeito Eufórico

O prefeito Antônio Chequer, ao usar da palavra, mostrou-se bastante eufórico com o grande número de pessoas que compareceram ao jantar, que além das **autoridades já citadas**, contou também com a presença de **todos os vereadores locais e ainda descendentes da família de Bernardes.** ‘**Nós convocamos a sociedade e ela está aqui; nós convocamos as lideranças e elas estão aqui**’, disse o prefeito [...].

Segundo o prefeito, ele está certo de que contará com o apoio do governador Newton Cardoso e de **Orestes Quércia, governador de São Paulo**, este último, segundo Chequer, **vê com muita simpatia a idéia, ‘porque Viçosa foi a única cidade de Minas que na Revolução de 1932 ficou com São Paulo’.** [...] Comentando a importância da implantação do museu Arthur Bernardes em Viçosa, Chequer disse que o vereador João Paulino foi muito feliz [...] ao dizer que tudo o que sabe sobre Bernardes foi contado a ele pelo seu avô,

¹² NORA, Pierre. Entre memória e História. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*, nº 10, p.7-28. São Paulo: PUC/SP, dez. 1993.

e se não fizermos um museu do ex-presidente dentro de duas ou três décadas no máximo, o ilustre viçosense será esquecido pelos jovens de sua terra natal. Também lembrou o prefeito municipal que o vereador Joaquim Rocha Filho confessou à filha de Bernardes, [...] que teve a felicidade de visitar a Casa de Bernardes quando era aluno do Grupo Escolar, pois **naquele tempo** as professoras levavam os alunos para conhecer a casa do Presidente. [...]¹³

Além do “discurso da perda”, destacamos nesse trecho três pontos muito importantes: a vinculação do cenário político de Viçosa ao Nacional, a proposta de criação de um Museu na cidade e a valorização da imagem do ex-Presidente Arthur Bernardes, através do Museu. O autor do artigo faz uma referência à oposição de Arthur Bernardes ao governo de Getúlio Vargas, ao mencionar o apoio que Bernardes deu ao Estado de São Paulo, quando da Revolução de 1932. Outro ponto é a generalização do “desejo de criar um museu” e da valorização da imagem de Arthur Bernardes, a toda a sociedade viçosense. Além disso, o prefeito cita os “vereadores, autoridades e familiares de Bernardes” e, em seguida afirma que convocou a “sociedade viçosense e ela estava presente”. Se, é pertinente pensar, como propõe Benedict Anderson, que as comunidades coesas são *imaginadas*¹⁴, também o seria, considerar que essa “imaginação” não se esgota no desejo de pertencer a um todo ou a crença de que este todo de fato exista. Crer e/ou fazer crer que há uma comunidade cujos membros compartilham valores padronizados, é também uma estratégia política.

No trecho acima, nota-se que, ao mencionar a presença de autoridades locais e familiares de Arthur Bernardes, referindo-se a estes como a “sociedade”, automaticamente, o prefeito supõe (ou quer que se creia) que os interesses daquelas pessoas representem os interesses de todos os viçosenses. Por um lado, o museu poderia representar um desejo da “comunidade” na busca de pertencimento. Por outro lado, a iniciativa da criação do Memorial parte do poder público e da própria família de Bernardes. Nesse caso, deve-se considerar a existência de outros interesses possivelmente relacionados à criação de tal instituição de memória. Considerando tal possibilidade, nota-se que a fala do prefeito denota a crença na existência de uma “comunidade local”, unânime quando se trata da valorização da memória do ex-presidente, como também indica a estratégia de quem deseja conquistar o apoio da sociedade para aquilo que pretende realizar.

O grupo político que se considera aliado a Arthur Bernardes é definido como “bernardistas”. Em Viçosa, os relatos acerca de episódios relacionados à vida política do ex-

¹³ “Prefeito reúne lideranças políticas para anunciar implantação do Museu Arthur Bernardes”. *Folha da Mata*. Nº1050, 01/04/1989. Viçosa – MG. P.7. Grifos nossos.

¹⁴ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008. P.34.

presidente são sempre tratados de forma unilateral, posicionando os viçosenses sempre ao lado de seu conterrâneo ilustre. Sendo assim, os movimentos de oposição a Bernardes são relativizados - como no caso do Tenentismo mencionado pelo jornalista Rangel - e seus “inimigos políticos” são indiretamente apresentados como inimigos de todos os viçosenses. Da mesma forma, os aliados de Bernardes serão enaltecidos. Esse jogo de representações que utiliza episódios da história política nacional tem dupla intencionalidade: associar a imagem positiva que o senso comum faz do ex-presidente, à imagem da pessoa que profere o discurso. Além disso, tais representações deixam claro a característica de “efervescência política” também importante para a autoimagem elaborada por Viçosa.

Sobre o caráter político associado ao “ser viçosense” Maria do Carmo Tafuri Paniago afirma o seguinte:

O viçosense é a soma das interações de meio e cultura, de homem e montanha e, em suas ações e reações, sempre há uma conotação de povo e contorno natural, conforme ensinou Torres. [...] Segundo Lakatos, pode-se dizer que a cultura em Viçosa valorizou determinadas concepções que se refletiram em inúmeros aspectos da ação grupal. Dentre elas, foram fortemente valorizadas a religião e a política. [...] A política tornou-se, assim, para o viçosense, um valor pelo qual, dentro da tenacidade do homem de montanha, ele enfrentou e enfrenta os maiores obstáculos. A desconfiança, as manobras sutis e a capacidade para contornar dificuldades ao invés de enfrenta-las de peito aberto, qualidades estas ditas inerentes ao homem da montanha, moldaram a maneira típica de fazer política em Viçosa. [...] O esforço, a perspicácia, o senso de humor com o qual o viçosense percebe criticamente a realidade político-social, bem como sua inteligência e criatividade para contornar situações difíceis criaram o meio propício à emergência de lideranças políticas municipais que, não raro, extrapolam os limites locais, atingindo o âmbito estadual, e mesmo federal. [...] Contudo, o caráter tradicionalista das sociedades sagradas, que gera a resistência a inovações e mudanças rápidas, também influenciou a formação do perfil do viçosense, fazendo com que os valores políticos em Viçosa tivessem uma trajetória sinuosa – expressivos, atuantes e ativos, em determinadas fases, e acomodatórios, passivos e inexpressivos, em outras. [...] Dessa forma, situando-se em um contexto maior, pode-se dizer que a história política de Viçosa teve momentos de engajamento atuante e momentos de completa inércia e indiferentismo no cenário nacional. Blocos descontínuos de acontecimentos marcaram a política local, e os de maior expressão podem ser encontrados nas afinidades valorativas do município com as tendências maiores dos valores nacionais, acontecimentos estes – Coronelismo, Revolução de 1930/32, Estado Novo, 1937 – marcados fortemente pela figura ímpar do maior estadista e líder político viçosense – Arthur da Silva Bernardes¹⁵.

Desta forma Paniago oferece uma “explicação” para algo que estabelece como característica própria do viçosense, qual seja, a predisposição para a política. Trata-se de uma explicação que uniria aspectos geográficos e culturais: a paisagem de montanhas reforçaria

¹⁵ PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. *Viçosa mudanças sócio-culturais*. Evolução Histórica e tendências. Viçosa: Editora UFV, 1990. P.164. Grifos nossos.

mais a religiosidade e essa, por sua vez, seria uma das características favoráveis à atuação política. Isso explicaria a inserção de viçosenses no cenário político nacional, bem como, sua “aptidão natural” à política. O ápice de tal construção discursiva é menção ao “viçosense mais ilustre”, Arthur Bernardes. A conclusão de sua linha de raciocínio é óbvia: Viçosa é um local onde nascem pessoas com aptidão para a carreira política e Arthur Bernardes, que se tornou presidente da República é o viçosense por excelência. A partir dele, os períodos de “*engajamento atuante e momentos de completa inércia e indiferentismo no cenário nacional*”, dependerão da associação com a figura de Bernardes.

A respeito dessa associação entre Viçosa e o cenário político nacional, é emblemática a narrativa de José Mário Rangel a respeito da participação de Arthur Bernardes na Revolução de 1930 que levou à presidência da República o gaúcho Getúlio Vargas:

Participe da Revolução de 1930, apoiando a Aliança Liberal, ajudando a instalar o governo provisório, Arthur Bernardes, insatisfeito com a dissolução do PSN, ao qual então se filiara, e como se procrastinava o advento da Constituinte, a 8/8/1932 lançou, por escrito, um Manifesto à Nação, no qual lamentou o “espetáculo doloroso da guerra civil” em São Paulo, aderindo à Revolução Constitucionalista. O levante que Bernardes liderou foi uma tentativa armada, e malograda, de deposição do interventor mineiro. A exposição das idéias do estadista motivou alguns atentados contra a vida dele e a sua conseqüente prisão, a 23/9/1932, na Fazenda da Luíza, em Viçosa, propriedade do casal Cornélio de Paula Lanna e Cândida de Paula Miranda. Exilado em Portugal, foi anistiado a 28/5/1934, tendo sido recepcionado em Viçosa no dia 3 de novembro do mesmo ano. Jornais que circularam em setembro de 1934 registraram a presença de 80.000 pessoas em Belo Horizonte, que o “acclamaram, numa indescriptível apothose” que teria superado, “sob todos os aspectos, as singulares festas com que o povo mineiro recebeu, em epochas diferentes, Santos Dumont, Ruy Barbosa e Alberto I da Bélgica”¹⁶.

¹⁶RANGEL, José Mário da Silva. “Um estadista a serviço do município”. Conferir: <http://opassadocompassadodevicosa.blogspot.com.br/>. Consulta em 06 de agosto de 2015.



Figura 8: “Revolucionários de 1930”. “Reunião cívico-militar de viçosenses homenageando revolucionários de 1930 em torno do coreto da praça Silviano Brandão. À esquerda o Pe. Álvaro Corrêa Borges e à direita identificamos, no mesmo nível do referido sacerdote, recém-chegado à cidade, ex-administrador público local, um senhor calvo, Dr. Antônio Gomes Barbosa. Também à direita são figuras conhecidas o Dr. João Braz da Costa Val, advogado e ex-administrador municipal, e da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) o diretor Dr. João Carlos Bello Lisboa.¹⁷

2.2.2: Viçosa: “Cidade Educadora”

Em agosto de 1992, a “Coluna *TonyMello*” do jornal *Folha da Mata*, trazia a seguinte nota:

O dia **28 de agosto** tem um **grande sentido histórico, tanto para a comunidade universitária**, quanto para a comunidade viçosense, pois marca a **inauguração festiva da então Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) com a presença do Presidente da República, Arthur da Silva Bernardes** [...], do Governador do Estado de Minas Gerais, Dr. Fernando de Mello Viana [...]. [...] **Arthur Bernardes** [...] teve a **glória** de [...] inaugurar oficialmente em **Viçosa**, sua **terra natal**, uma instituição direcionada aos problemas nacionais da agropecuária¹⁸.

¹⁷RANGEL, José Mário da Silva. “Um estadista a serviço do município”. Conferir: <http://opassadocompassadodevicosablogspot.com.br/>. Consulta em 06 de agosto de 2015.

¹⁸MELLO, Antônio. “Data histórica”. *Folha da Mata*. Coluna Social TonyMello. Nº 1.228, 29/08/1992. Viçosa – MG. P.5. Grifos nossos.

Neste artigo percebe-se a importância atribuída à ESAV, atual Universidade Federal de Viçosa - UFV, cuja imagem está associada à de seu fundador, o ex-presidente Arthur da Silva Bernardes. Criada na década de 1920, no governo do então Presidente da República Arthur Bernardes, a ESAV foi uma instituição de Ensino Superior voltada para os problemas da agricultura. E, embora tenha crescido e sofrido modificações até se tornar a UFV, essa continua sendo uma de suas características marcantes. Considerada um dos principais símbolos de Viçosa, a instituição é tema central de todo o debate referente à definição de uma “identidade local”, consubstanciando as autoimagens de “cidade educadora” e “polo cultural”.

Em seu livro intitulado *Viçosa: mudanças socioculturais*, Maria do Carmo Tafuri Paniago cita a fundação da ESAV como um dos acontecimentos mais importantes da história de Viçosa. Ela enfatiza a relação entre esta instituição e o viçosense Arthur da Silva Bernardes, o qual, “num rasgo de visão do futuro” a criou em 1922, quando era Presidente do Estado de Minas Gerais e a inaugurou em 1926 quando exercia o cargo de Presidente da República¹⁹.

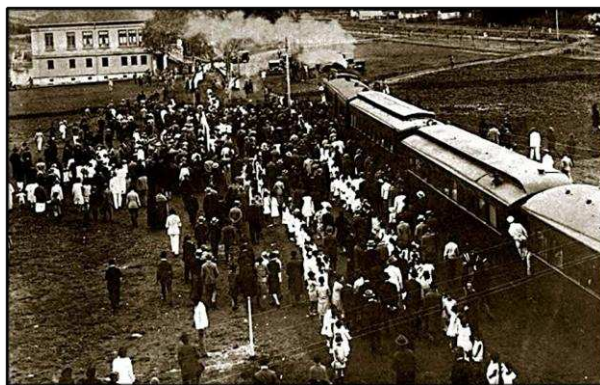


Figura 9: “Chegada do comboio presidencial, a 28 de agosto de 1926, para a inauguração da ESAV”. Acervo de José Mário da Silva Rangel²⁰.

A respeito da inauguração da ESAV, o jornalista José Mário da Silva Rangel assim comenta a foto acima, também publicada em seu *blog*:

Trens especiais conduziam as comitivas presidenciais, formadas pelo deputado Celso Machado, comandante Dodsworth Martins, ministro Camilo Soares, Dr. José de Almeida Campos, jornalistas da Gazeta de Notícias, Jornal do Comércio, A Manhã, Agência Americana, O Brasil e Vida Doméstica, presidente do Estado e da República, ministro da Viação, secretário da Agricultura, chegaram pela manhã. E ao som do Hino Nacional

¹⁹ PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. *Op. Cit.* P. 146.

²⁰RANGEL, José Mário da Silva. Conferir: <http://opassadocompassadodevicosa.blogspot.com.br/>. Consulta em 06 de agosto de 2015.

executado pela Banda da Escola e fanfarras da Cavalaria da Brigada Policial do Rio, desembarcaram a primeira dama Dona Clélia Bernardes e as filhas Rita e Conceição, os deputados Francisco Valadares, Fidelis Reis e Oscar Loureiro, Dr. Noraldino Lima, general Antenor de Santa Cruz, chefe da Casa Militar da presidência da República; Dr. Washington Vaz de Mello, Cel. Vieira Christo. José Vaz de Mello Machado, José Machado Filho, José Domingues Machado e Dr. Góis, da Casa Civil da Presidência da República. Após a missa campal, celebrada pelo Pe. Álvaro Corrêa Borges, Vigários de Viçosa, procedeu-se à bênção do Edifício Principal, seguindo-se o ato oficial da inauguração da ESAV²¹.

Segundo Paniago, o modelo escolhido pelo Estado de Minas Gerais para o funcionamento da ESAV era inspirado nos “*Land Grant Colleges*” dos EUA. Esse modelo valorizava não apenas a pesquisa, mas, também as atividades de extensão, e, esse se constituiu como o lema da Escola fundada em Viçosa, impresso inclusive, nas quatro pilastras que demarcam ainda hoje a principal entrada de seu campus²². Mas, além desse perfil que poderíamos considerar “oficial”, a autora cita outros valores, que, segundo ela, marcaram durante um tempo, aquela instituição. E vai além, ao demonstrar uma influência mútua entre a ESAV e a cidade de Viçosa.

Viçosa é tida como uma das cidades de **maior índice cultural do Estado**. O Censo de 1970 já acusava uma **frequência às escolas** de 73,9% de crianças em idade escolar, com índices de escolaridade de 81,7% na cidade, e 67,1% na zona rural. [...] **O fator que, sem dúvida, concorreu definitivamente para que se formassem em Viçosa determinados valores educacionais foi a criação da ESAV, hoje UFV. A influência da UFV, contudo, mormente em seus primeiros tempos, estaria ligada a valores e cultura já fortemente influenciados pela personalidade marcante de Arthur Bernardes, líder carismático incontestado do município**²³.

Vê-se que nessa parte do texto, a autora reforça uma característica da autoimagem local, qual seja a de “cidade polo cultural”. Abordaremos mais detalhadamente esta característica atribuída a Viçosa, em outro momento, quando tratarmos da importância do Turismo para a cidade.

Não se trata de fazer um juízo de valor sobre a interpretação de Paniago e sim, de apresentar um contraponto a seu respeito. A intenção aqui é evidenciar a visão expressa por ela, que nos auxilia no esforço de compreender onde a autora fundamenta seus argumentos.

²¹*Ibidem*.

²² Originalmente as pilastras continham as letras: E-S-A-V e, posteriormente elas foram transformadas nas iniciais do lema da instituição: “Estudar, Saber, Agir, Vencer” inscritas nas faces internas das pilastras em relação ao campus e inscritas em latim, “*Ediscere*”, “*Scire*”, “*Agere*” e “*Vincere*”, nas faces voltadas ao exterior do campus, ou seja, à cidade de Viçosa. Conferir: Prefeitura Municipal de Viçosa. <http://www.vicosa.mg.gov.br/a-cidade/do-cafe-a-cidade-polo-educacional>. Consulta em 1º de agosto de 2015.

²³PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. *Op. Cit. Loc. Cit.* Grifos nossos.

Neste caso, percebe-se que, para Paniago Viçosa se tornou “*a cidade mineira de mais alto índice cultural*”, por causa da criação da ESAV.

Outro ponto de seu argumento é a afirmação de que os supostos valores da “*personalidade marcante e carismática*” de Arthur Bernardes teriam sido impressos também na instituição por ele criada. Nesta afirmação Paniago não só deixa implícito que “conhece a personalidade de Bernardes”, como apresenta aquilo que segundo ela, constituem alguns dos seus traços. E, além disso, costura umas às outras, as visões que constrói de Bernardes, da ESAV e da sociedade viçosense criando uma imagem da cidade de Viçosa que, por analogia, seria muito semelhante a uma colcha feita de retalhos por ela selecionados.

E isso não é tudo. Maria do Carmo Paniago continua aquela linha de raciocínio, apresentando o que considera outros valores de Viçosa e da ESAV:

Os valores religiosos dominantes em Viçosa por ocasião da criação da escola fizeram-se presentes em suas arrancadas iniciais com as mesmas características do catolicismo tradicional, então absolutamente reinante. A preocupação do arcebispo de Mariana em oferecer à instituição recém-nascida uma imagem do crucificado ilustra essa asserção. [...] O “Centro dos Estudantes”, os congressos, as competições esportivas, as viagens ao exterior para estudos, a assistência contínua aos estudantes, tudo concorria para a **formação de um “espírito esaviano” que nada mais era do que a crença e a vivência de determinado bloco de valores**²⁴.

Nesse trecho, a autora não apenas define o “*espírito esaviano*”, como estabelece um vínculo direto entre esse “ele” e os valores, que na sua visão, eram então predominantes na sociedade viçosense. Os “valores” a que ela se refere são naturalizados e transformados numa espécie de “pensamento mágico”, de transmissão hereditária de um conjunto de características a tudo e a todos aqueles nascidos em Viçosa. Isso ainda, parte do pressuposto de que “Viçosa” existe enquanto uma entidade que tem vida própria, e não como uma construção social que possui uma base física, mas é, sobretudo, simbólica e cultural. E por último, também está implícita a crença de que existe uma comunidade viçosense, cuja coesão reside no fato de que ela irmana a todos os que “ali nascem” – e essa é uma condição *sine qua non* para participar da irmandade – pois a eles transmite uma espécie de “visão de mundo” local.

Segundo pudemos constatar pela análise de fontes produzidas entre as décadas de 1980, 1990 e 2000, essa autoimagem de “cidade educadora e difusora de cultura” vinha sendo amplamente divulgada em Viçosa. Pode-se citar como exemplo, a matéria transcrita abaixo, publicada no jornal *Folha da Mata*, em outubro de 1986:

²⁴PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. *Op. Cit.* P. 152.

Viçosa comemorou no dia **30 de setembro seu 115º aniversário de emancipação política** e, em datas como esta, sempre surgem publicações e citações de pessoas que fizeram a história da cidade. O ADM, que circulou no dia 30 seu primeiro número, traz um artigo do jornalista Fernando Ribeiro – ‘Viçosa, os Anos que Fazem Bem’ – e nele **cita o Professor Melo como principal responsável pela educação básica de muitos viçosenses [...]. Realmente, Manoel de Deus Mello foi o primeiro professor de Viçosa, tendo chegado a esta terra no século XVIII. Carreira seguida por um de seus filhos, Honorino José de Mello, até metade deste século (1944). Foramqueles que ensinaram as primeiras letras a Arthur Bernardes, Milton Campos e vários outros, pessoas ilustres ou não, de Viçosa e região. Faço esta citação com orgulho, pois Manoel de Deus Mello e Honorinode Mello foram meu bisavô e avô paternos. Talvez não seja por acaso que me atrevo a escrever jornal, a gostar de Viçosa e a dar um pouco de mim por esta terra, sigo o exemplo de meus antepassados que fazem parte da História de Viçosa**²⁵.

Neste artigo, chama a atenção, o fato de que, na comemoração do aniversário da cidade, tenha sido escolhido um professor como homenageado. Além disso, estabelece-se no discurso, uma relação direta entre passado e presente, que ultrapassa o histórico familiar do narrador e se confunde com a trajetória da própria cidade. A menção a Arthur Bernardes nos parece também bastante emblemática. Parece que há uma preocupação em sempre associar as referências eleitas como representantes do “ser viçosense” à imagem de Arthur Bernardes. Sendo assim, consideramos a possibilidade de que haja por parte de algumas pessoas, o interesse de elencar e associar entre si, os elementos que constituiriam uma espécie de pilares de sustentação de um discurso identitário para Viçosa. E é importante salientar que, nesse arcabouço, a pessoa de Arthur Bernardes parece ser o ponto central de tal narrativa e talvez essa seja uma das principais contribuições da visão expressa por Maria do Carmo Tafuri Paniago, através de sua obra. O uso que alguns agentes sociais e do poder público farão dessa obra, evidencia isso, e buscaremos demonstrá-lo adiante.

²⁵“História”. *Folha da Mata*. Nº923, 04/10/1986. Viçosa – MG. P.10. Grifos nossos.

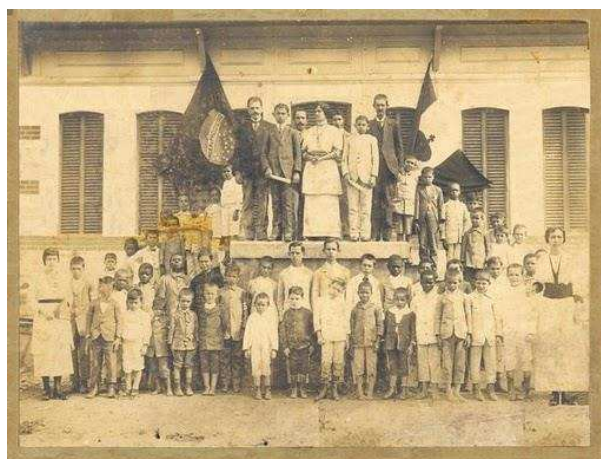


Figura 10: “Educando a mocidade”. “Foi vitorioso o caminho percorrido pelo sistema educacional de Viçosa e dos municípios que hoje constituem a microrregião, seus antigos distritos. A foto, não datada, é, provavelmente, de cerimônia de formatura no antigo distrito de Santo Antônio dos Teixeiras, presentes, no alto da caixa d’água, alunos, mestres e mestras de um tempo lindo que ficou para trás”²⁶.

A professora Maria do Carmo Tafuri Paniago também menciona em seus trabalhos algumas das escolas de Viçosa e estabelece um vínculo entre os supostos valores destas instituições e os da cidade de Viçosa. Vejamos suas considerações a respeito do CASB – ainda hoje em funcionamento, mas, sob instância municipal:

A escola preocupava-se muito com a **instrução**: a excelência do ensino da **leitura, da escrita e de todas as matérias** do currículo era fato notório. **O ensino do “catecismo” era decorrência natural da predominância dos valores religiosos do município.** [...] Preparar os meninos para um **“futuro melhor”, desenvolver as inteligências e “educar” no sentido de levar à aquisição de comportamentos sociais aceitos eram normas da escola em termos valorativos. Disciplina, aplicação ao estudo, mestres dedicados** conferiam “status” ao estabelecimento que, desde então, vem mantendo, através dos tempos, posição de destaque na comunidade, **incorporando novos valores**, acompanhando e promovendo mudanças socioculturais no município²⁷.

Destacamos a listagem dos valores originais atribuídos àquela escola e a preocupação da autora em destacar ao fim de sua explanação, que as mudanças pelas quais vinha passando a cidade também já podiam ser percebidas ali. O mesmo se observa na descrição que Paniago faz sobre o “Colégio de Viçosa”, hoje desativado.

²⁶RANGEL, José Mário da Silva. Conferir: <http://opassadocompassadodevicosa.blogspot.com.br/>. Consulta em 06 de agosto de 2015.

²⁷PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. *Op. Cit.* P. 140.

A história do Colégio de Viçosa entre idealismo, abnegação, divergências de opiniões, conflitos e, finalmente, vitória é bem a história da própria comunidade de Viçosa. [...] Estabelecimento de linhas tradicionais de ensino, o Colégio de Viçosa viu passar pelos seus bancos vários viçosenses que desempenharam e desempenham papéis relevantes na vida pública e política do município, e do Estado, e mesmo nas altas esferas federais. [...] Pautando suas normas de ensino pela procura incessante de uma transmissão eficiente de conteúdos programáticos, o Colégio de Viçosa conserva aqueles valores tradicionais que moldaram a educação em Viçosa, em suas etapas iniciais. [...] Dentro dessa perspectiva, a educação é vista ali através dos princípios rígidos da ética e da moral tradicional, o que talvez explique a fase de conflitos esporádicos entre linhas de pensamento pedagógico diferentes dos diversos segmentos da comunidade escolar. Contudo, essas divergências são características da fase de transição e mudança de valores, fase que hoje é nitidamente detectada no contexto sociocultural do município de Viçosa²⁸.

E, concluindo, Maria do Carmo Paniago menciona também a criação da Escola Agrícola “Arthur Bernardes”. Segundo ela, a instituição foi inaugurada por Arthur Bernardes em 1927 como um Patronato Agrícola, para acolher menores abandonados de diversas cidades. Em 1964 foi incorporada à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que era um centro de recuperação para menores infratores. Em 1987 foi transformada em Escola Estadual Agrícola Arthur Bernardes, destinada às crianças e jovens de Viçosa e região. Segundo informações que constam no site oficial da Prefeitura Municipal de Viçosa, em 1997 a escola foi municipalizada e recebeu o nome de Escola Municipal Dona Nanete, em homenagem à professora que dirigiu a FUNABEM entre 1941 e 1965. No início dos anos 2000 a escola foi instalada em prédio próprio e a antiga sede do Patronato foi incorporada pela UFV, a qual em 2011 a transformou no Parque Tecnológico de Viçosa – CENTEV²⁹.

Em seu *blog*, José Mario da Silva Rangel assim comenta a respeito do antigo Patronato Agrícola de Viçosa:

Em 1918, dentro de ações previstas na política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, Viçosa instituiu a sua organização governamental para seu acolhimento. **Diferentemente da época atual, em que faltam instituições que trabalhem programas sócio-educativos nas cidades limítrofes a Viçosa**, naquele ano, por força do Decreto-Lei nº 12.983, de 28/2, na antiga Fazenda da Vargem, em Novo Silvestre, esta grandiosa edificação foi o espaço onde se ministrou ensino técnico-agrícola em nível de 1º grau, cursos supletivos, formação ética, física e intelectual a crianças e adolescentes, como internato, semi-internato e externato³⁰.

²⁸*Ibidem*. P. 142. Grifos nossos.

²⁹Prefeitura Municipal de Viçosa. Conferir: <http://www.vicosamg.gov.br/a-cidade/bens-tombados>. Consulta em 2 de agosto de 2015.

³⁰RANGEL, José Mário da Silva. Conferir: <http://opassadocompassadodevicosablogspot.com.br/>. Consulta em 06 de agosto de 2015. Grifos nossos.

Maria do Carmo Tafuri Paniago também se refere à instituição, mas de maneira um pouco diferente do comentário do jornalista Rangel. Enquanto no trecho anterior observa-se a valorização do Patronato Agrícola de Viçosa enquanto instituição que acolheria menores infratores, no texto da professora tal função parece ser propositalmente afastada de qualquer relação com a cidade:

Na educação, Viçosa parece ter encontrado a vocação cultural que mantém até os dias atuais. [...] Quando o decreto-lei nº12.983, de 28 de fevereiro de 1918, autorizou a criação de patronatos para atendimento do menor desamparado, foi criado em Viçosa o Patronato Agrícola A. Bernardes, por iniciativa do **Dr. Arthur da Silva B.** [...] **Até 1985, com uma clientela formada em sua maioria por alunos vindos das camadas populares de baixa renda das periferias da cidade do Rio de Janeiro, ou por menores desamparados,** a escola viu a necessidade de, ao lado da educação geral, fornecer a seus alunos um início de **profissionalização** que lhes garantisse um mínimo de subsistência ao deixarem a escola. [...] **A partir de 1987, a Escola passou por uma reformulação geral** em sua estrutura educacional. [...] **Também sua clientela foi modificada, estando, atualmente atendendo a crianças e adolescentes da comunidade e da microrregião de Viçosa.** Seus **objetivos passaram a ser primordialmente direcionados para o ensino agrícola.** [...] Com um **esquema de valores altamente consistente, em termos de formação física, ética, intelectual e profissional de seus alunos,** a EAAB tem se mantido dentro de parâmetros também consistentes, em face das mudanças próprias de sua evolução no tempo e no espaço³¹.

Curiosamente esse é o único caso em que Paniago não menciona os “valores originais” da instituição, presentes desde a sua fundação. Apesar de ter sido fundada pelo “Dr. Arthur Bernardes”, a instituição tinha como finalidade abrigar menores infratores e foi esta a sua função desde a inauguração em 1927 até 1964 – sob instância Estadual – passando à esfera Federal durante o Regime Militar (1964-1985). Acerca deste período a autora enfatiza o objetivo profissionalizante em detrimento de uma formação que poderíamos designar pelo contexto de sua análise como “de formação geral”. Além disso, ao descrever a “clientela” da escola naquele período, não faz qualquer menção a Viçosa, citando apenas “*alunos vindos das camadas populares de baixa renda das periferias da cidade do Rio de Janeiro, ou por menores desamparados*”.

Se toda a sua linha de raciocínio até aquele momento levava a crer que as instituições de ensino de Viçosa eram portadoras dos mesmos valores intrínsecos à própria cidade, um “reformatório” - como essas instituições eram conhecidas - não era exatamente o tipo ideal de representação da “*visão de mundo*” local que se gostaria de apresentar. E mais uma vez, constata-se o peso da imagem de Bernardes para o pensamento de Paniago: talvez tenha sido

³¹PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. *Op. Cit.* P. 145-146. Grifos nossos.

essa a principal razão pela qual ela não pôde se esquivar de mencionar o Patronato Agrícola entre as instituições de ensino mais importantes de Viçosa. Quanto aos valores da instituição, “*altamente consistente[s], em termos de formação física, ética, intelectual e profissional de seus alunos*”, são referentes à Escola Agrícola Arthur Bernardes, criada em 1987, após “*uma reformulação geral em sua estrutura educacional*”. A partir de então, passou a atrair nova “*clientela*” desta vez voltada para “*Viçosa e região*”.

Outro exemplo de como esta imagem de “cidade educadora” ou “polo cultural” foi naturalizada na autoimagem construída em Viçosa, são os símbolos oficiais do município. Jean Starobinski realizou uma análise da Revolução Francesa, através de seus simbolismos. Segundo o autor, a maneira mais eficaz de universalizar os princípios fundamentais sobre os quais estava alicerçada a Revolução, seria dar a eles uma materialidade e associá-los à sensibilidade dos revolucionários. Em suas palavras:

Assim se opera a descida dos princípios para a realidade da história. O discurso da razão, arrastado pela paixão voluntária, busca no mundo seu ponto de inserção, seu receptáculo. Os grandes momentos revolucionários são os episódios dessa *encarnação*: doravante neles percebemos o discurso da razão tão somente na liga que o une à tensão voluntária dos homens de ação e à resistência acidental do mundo preexistente. Aí está, é verdade, uma razão tragada e logo desviada de seu projeto, mas também uma materialidade elevada à potência do símbolo³².

Para o autor, as ideias que perpassam a Revolução serão materializadas através de símbolos, os quais terão a missão de transmiti-los e perpetuá-los no imaginário social. Considerando-se a influência dos acontecimentos que tomaram a França no final do século XVIII, para a conformação de toda a sociedade ocidental moderna, é possível estabelecer um paralelo entre aqueles símbolos revolucionários e a criação de arcações simbólicas em diversos momentos posteriores. O nacionalismo, os ideias do grupo, as identidades, a memória nacional, buscarão na materialidade uma aproximação e a construção de elos com os grupos sociais aos quais pertencem. Nesse sentido, “as bandeiras, as orquestras, os coros, os canhões, os desfiles constituem um espetáculo, uma ação sagrada (Michelet chega a falar de ‘religião nova’), em que os vivos declaram sua obediência aos princípios eternos”³³. É por essa razão que utilizamos o pensamento de Starobinski em nossa análise sobre alguns símbolos oficiais de Viçosa. Como no caso analisado pelo autor, temos também neste, um

³² STAROBINSKI, Jean. *1789: Os emblemas da razão*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras. 1988. P. 47-48.

³³ *Ibidem*. P.66.

exemplo de como um determinado grupo de pessoas elabora uma certa “visão de mundo” e, a partir dela, constrói símbolos que visam à sua transmissão e oficialização.

Bandeira



Figura 11: Bandeira Oficial do Município de Viçosa - MG³⁴.

De acordo com o site oficial do Departamento de Turismo do município de Viçosa, a Bandeira da cidade foi instituída pela Lei nº598 de 29 de setembro de 1971, data da comemoração do primeiro centenário da cidade. Seu autor foi o professor Arlindo de Paula Gonçalves, que explica a inscrição “*Cultura e Civismo*” da seguinte forma:

Representa a característica que tem sido sempre constante do povo de Viçosa. [...] Muito cedo os filhos de Viçosa deram provas de seu amor ao desenvolvimento cultural e devotada dedicação aos interesses cívicos de nossa Pátria³⁵.

Brasão



Figura 12: Brasão Oficial do Município de Viçosa – MG³⁶.

³⁴ Prefeitura Municipal de Viçosa. Conferir em: <http://www.vicoso.mg.gov.br/a-cidade/departamento-de-turismo>. Consulta em 07/06/15.

³⁵ *Ibidem*. Grifos nossos.

³⁶ *Ibidem*.

O Brasão de Viçosa foi instituído pela Lei nº595 na mesma data em que foi criada oficialmente a Bandeira. Ele é de autoria do professor José Marcondes Borges, que assim explica sua composição:

Seu significado está associado à **inteligência, sabedoria, luz, fé, verdade, caridade, proximidade com as coisas celestes**. Ao centro estão representados a **cruz** e o **livro**. A águia como símbolo de **humildade**, representação da **inteligência**, da **pesquisa** e da luz da **verdade**. O vermelho significa a **vitória da fé e da cultura**. Na divisa lê-se: *Templum Splendidum Lucis* (templo de luz esplendorosa), alusiva ao esplendor oriundo da luz da fé e da luz da cultura³⁷.

Ainda segundo dados do Departamento de Turismo, o Hino Oficial de Viçosa foi instituído pela Lei nº995 de 05 de Abril de 1994. Sua letra é de autoria de Dr. Ary Teixeira de Oliveira e a música foi composta pelo Maestro Expedito G. Santos.

Hino de Viçosa

Viçosa, Viçosa
Que escreveste capítulos da História!
[...]
Por teus filhos e teu lema
De um povo culto e feliz.
Tu és, Viçosa, uma gema
A enriquecer o País.

Tantos chegam, gente airosa,
E partem com dó profundo...
E teus amores, Viçosa,
Se espalham por todo o mundo.

Ó Viçosa que me encantas
E a todos tão bem acolhes,
Pois, se cultura tu plantas,
Quanto carinho tu colhes!

És pedaço de glórias e talentos,
És passado de fama e destemor
És presente de luta e ensinamentos
*E és futuro de luz, de fé e amor*³⁸!

³⁷*Ibidem.* Grifos nossos.

³⁸*Ibidem.* Grifos nossos.

Nos três símbolos vemos que, não apenas a educação ou a “cultura”, mas, também o civismo, a religiosidade, atributos tais como inteligência, verdade, destemor, caridade e sabedoria, e suposta ligação entre a realidade sociopolítica local e a nacional, estão presentes. Como os dois primeiros símbolos foram criados ainda na década de 1970, constata-se que as ideias que aqui estamos analisando, por meio de relatos publicados a partir da década de 1980, já estavam difundidas na sociedade viçosense bem antes disso. Além disso, há o fato de que essas informações foram retiradas do site oficial da Prefeitura Municipal de Viçosa, e mais precisamente, da parte dedicada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, à qual está vinculado e subordinado o Departamento Municipal de Turismo. Isso reforça ainda mais nosso argumento de que a ideia da “cidade educadora, polo cultural” foi e continua sendo importante na auto representação que de si faz a cidade Viçosa, atualmente também por meio de seus órgãos oficiais.

No entanto, tais representações apaixonadas da ESAV de Arthur Bernardes, das outras instituições de ensino de Viçosa e dos valores que elas compartilham entre si e também com a própria cidade Viçosa, é apenas um dos lados da moeda. A federalização que transformou a UREMG em UFV a partir de 1969 é o clímax de uma espécie de romance de final dramático narrado em Viçosa. O livro de Maria do Carmo Tafuri Paniago publicado em 1990, é um exemplo disto. Seu objetivo não era apresentar o perfil da cidade ou da Universidade daquele período no qual escrevia e, sim, apresentar as mudanças socioculturais sofridas pela cidade de Viçosa a partir de anos anteriores. Como vimos no capítulo anterior, para a autora, a federalização incidiu diretamente no âmago da instituição e, conseqüentemente, da sociedade viçosense.

Vejam agora, um interessante artigo publicado no jornal *Folha da Mata* em 1986, intitulado “*Vestir a camisa da cidade*”. Nele se apresenta uma queixa de alguns viçosenses, em relação à UFV e às pessoas a ela diretamente ligadas:

Nos últimos anos, em decorrência principalmente, da **expansão da sua Universidade Federal, Viçosa obteve um índice de desenvolvimento** de tal ordem, que chegou a provocar **transformações profundas na sua estrutura sócio-econômica**. A criação de novas e **inúmeras empresas** por pessoas provenientes, na maior parte, das cidades circunvizinhas e a **chegada de um contingente expressivo de novas famílias à cidade**, contribuíram decisivamente para que se processassem as **mudanças**. **O viçosense típico – aquele ligado às facções políticas do antigo PR, assim como seus tradicionais adversários – está em vias de desaparecer, vencido pela nova realidade advinda do desenvolvimento**. Uma nova classe média começa a aparecer, com discurso próprio e um **comportamento ainda indefinido, principalmente nas suas aspirações quanto à cidade**, provavelmente, porque as pessoas que compõem esse novo segmento social, **ainda não se incorporaram definitivamente à comunidade**.

Além do mais, por estarem **estritamente ligadas ao meio universitário**, são pessoas extremamente exigentes e que passaram a cobrar da comunidade uma estrutura de prestação de serviços e lazer que ela não pode oferecer, porque **o desenvolvimento da cidade se deu de forma desarmônica, isto é, apenas em alguns setores, como o da construção civil. Em contrapartida, uma grande parcela formadora desse novo extrato social, diplomados ou não, está deixando de ‘vestir a camisa da cidade’**, assumindo uma posição apenas crítica, apontando as deficiências locais. Faltam bons cinemas, boas boutiques, bons supermercados; a cidade é suja, afirmam sempre, sem contudo oferecer soluções ou qualquer contribuição para mudar o panorama atual, mas simplesmente assumindo a cômoda posição de criticar. Enquanto isso, **permanecem incrustados para além das quatro pilstras, a espera de que a administração e os líderes da comunidade resolvam todos os problemas**. Não seriam [sic] melhor que todos os cidadãos residentes em Viçosa assumissem a responsabilidade da participação social e política, formas viáveis de fazer a cidade chegar ao pleno desenvolvimento desejado por todos?³⁹

Esse artigo é muito interessante, pois, demonstra como, naquela época - segunda década da federalização da UFV - alguns membros da sociedade viçosense já demonstravam descontentamento em relação às mudanças sofridas pela cidade, atribuídas àquele acontecimento. Entre elas podemos citar, por exemplo, a chegada maciça de pessoas de outras localidades e a demanda por uma infraestrutura urbana e por um setor de prestação de serviços de maior qualidade, os quais a cidade não tinha até os anos 70 do século XX. Além disso, pode-se dizer que o artigo também expressa uma espécie de convocação para a transformação de Viçosa. Assim como no texto que citamos de Maria do Carmo Tafuri Paniago, temos nessa matéria do *Folha da Mata* o apontamento detalhado das mudanças que seu autor identificava em Viçosa. Segundo o articulista, os setores imobiliário e comercial se desenvolveram em ritmo muito acelerado, em decorrência das exigências da “nova classe média” de Viçosa, formada principalmente por indivíduos vindos de outras localidades e ligados à UFV. E ainda, critica os membros dessa classe que exigem muitas coisas da cidade, mas não a assumem como sua e não se envolvem com as resoluções de seus problemas.

Outro ponto fundamental que podemos destacar nesse artigo é a menção explícita a um “*perfil viçosense*”, ligado ao antigo “Partido Republicano de Minas Gerais”. Ou seja, defende-se a imagem de Viçosa como uma cidade engajada politicamente – não só no plano interno ou microrregional, mas, sobretudo, no plano nacional. Esse imaginário liga ininterruptamente os viçosenses de 1986 aos do início do século XX, quando existia o Partido Republicano Mineiro ao qual estava vinculado Arthur Bernardes. E por essa razão, na década de 1980 existe a crença de que a sociedade viçosense estava dividida em dois grupos: os “bernardistas” e a “oposição”. Ambos, igualmente necessários para tornar a ideia de uma

³⁹ “Vestir a camisa da cidade”. *Folha da Mata* nº926, 25/10/1986. Viçosa – MG. P.1. [sic] erro no original. Grifos nossos.

suposta “efervescência política” muito mais aguçada. Além disso, o autor do artigo deixa claro que, há uma fronteira estabelecida entre os “viçosenses” e os “outros” moradores, ligados à UFV. Estes últimos, “*possuem comportamento indefinido, principalmente nas suas aspirações quanto à cidade, porque não se incorporaram definitivamente à comunidade*”.

Note-se que tanto o texto de Paniago como o artigo do *Folha da Mata* permitem inferir que, novos costumes e valores estavam sendo evidenciados na “cidade universitária”. Isso poderia gerar um desconforto, caso algum grupo social se considerasse afrontado pelos novos costumes. Nesse caso, o resultado do encontro entre distintos padrões culturais, poderia não resultar em uma mistura homogênea; antes, como se fossem “a água e o óleo” e, nesse momento, a preocupação com o estabelecimento de um “perfil local” bem definido, poderia ser visto como uma questão de sobrevivência.

Vemos, portanto, que a UFV não é um ponto de coesão, mas, sim, de contradição entre os viçosenses. Contrapõem-se o sentimento de apego relacionado às imagens de Bernardes e da “chegada do progresso” e o sentimento de rejeição ligado à imagem de uma instituição que “suga” a cidade, mas não a incorpora e que ainda, é responsável por uma “invasão cultural” que lhe causou diversos problemas. Em síntese, a ESAV é vista como a instituição “do bem” e a UFV é a instituição “do mal”; como se a federalização ocorrida em 1969 tivesse cortado o fio que identificava aquele lugar com Arthur Bernardes e conseqüentemente, com Viçosa. A ESAV “era de Bernardes e dos viçosenses”, a UFV é dos “outros”.

2.2.3: Viçosa: Identidade *versus* “Progresso”

Percebe-se que a partir da década de 1980 do século XX, houve em Viçosa, uma preocupação crescente quanto à definição da identidade local em contraposição a um sentimento por parte de alguns moradores, de que a cidade estava passando por uma rápida transformação. A chegada de “outros valores” foi atribuída ao processo de federalização que deu origem à UFV, e que, no imaginário daqueles moradores, rompeu o vínculo que existia entre aquela instituição e a cidade. Desde então, houve grande preocupação por parte de um determinado grupo social em Viçosa, no sentido de definir e apregoar uma identidade local, além de uma defesa ao que considerava a memória da cidade.

A professora Maria do Carmo Tafuri Paniago, autora de diversos livros relacionados à Viçosa, apresenta uma visão geral acerca do que se poderia chamar de “perfil viçosense”.

Através de suas obras, publicadas nas décadas de 1980, 1990 e 2010, realiza a análise daquilo que considera ser um momento de crise para a comunidade local, devido a uma série de mudanças que solapam suas bases tradicionais. A autora narra a trajetória da cidade, desde sua formação, segundo ela, ainda no século XVIII, até a época em que escrevia no final do século XX, buscando traçar uma identidade local, intimamente relacionada a valores e práticas considerados típicos e tradicionais. Há uma clara intenção de definir pontualmente os valores desta comunidade e, a partir deles, explicar a “crise” por ela identificada, no contexto de transição do século XX para o XXI, em decorrência da federalização da UFV. Adiante, serão analisados alguns trechos de seus trabalhos.

Trata-se do trabalho de uma intelectual ligada à UFV e que num período ainda recente em relação às aquelas transformações que, segundo ela, começaram a ocorrer em Viçosa em decorrência da federalização da Universidade. Seu trabalho aponta o aumento súbito da população com a chegada de pessoas oriundas de outros lugares, bem como a avalanche de novos costumes que invade Viçosa, como fatores que teriam desencadeado sérios problemas para a cidade. Na preocupação com as tradições, com as particularidades da cidade e com a definição de um perfil “tipicamente viçosense”, está implícita a percepção de que as referências espaciais, simbólicas e práticas da cidade aos poucos se esvaíam. Pelo fato de que seu trabalho enfatiza a percepção de que Viçosa estaria sofrendo uma “invasão cultural”, promovida pelas pessoas ligadas à UFV, Maria do Carmo Tafuri Paniago se tornaria uma referência, um discurso de autoridade, para se falar de uma “visão de mundo” ou de um discurso identitário em Viçosa. Conseqüentemente, sua obra tem grande relevância para uma análise das políticas públicas de patrimonialização no município.

Em seu livro *Viçosa: Tradições e Folclore*, Paniago pretende expor uma espécie de identidade local através de elementos que, na sua opinião, são representativos da cultura local. É interessante que a autora faz questão de ressaltar, já no início da obra, que Viçosa é uma cidade com a particularidade de contar com uma Universidade Federal, que atrai para seu espaço urbano, uma população dita flutuante e, que segundo ela, é responsável por mudanças constantes nos padrões culturais viçosenses.

Daí a necessidade de um esforço, no sentido de se conservarem as suas raízes tradicionais, de aumentar o interesse pelo estudo de seu folclore, para que não se perca a característica de cidade mineira de montanha, de um povo altamente radicado no meio rural, que tem um humorismo sadio e uma filosofia de vida “sui generis”⁴⁰.

⁴⁰ PANIAGO, *Viçosa: Tradições e Folclore*. 2ª ed. Viçosa: Editora UFV, 1983. P.12.

Maria do Carmo TafuriPaniago faz uma narrativa das supostas origens do viçosense, na qual menciona os índios *Puris* de caráter manso, os negros *Bantus*, “de feições grosseiras e atrasados” e do colonizador português. Dessa mistura teria se originado o “*tipo viçosense*”⁴¹. Como o livro tem como principal objetivo, apresentar o folclore de Viçosa, como representação das particularidades culturais viçosenses, a autora cita as festas e manifestações culturais, que, na sua opinião, traduzem o perfil desta comunidade. A religiosidade Católica aparece como uma das características marcantes do viçosense. Sendo assim, comemorações como Cavalhadas, Festa do Divino, Festa do Rosário, Semana Santa e festa da Padroeira Santa Rita de Cássia, ocupam espaço de destaque no trabalho de Paniago⁴². Entre as comemorações pagãs, é citado o Carnaval, que, segundo a autora, é uma das maiores expressões do povo brasileiro e, como não poderia deixar de ser, também é parte integrante da cultura de Viçosa. Foram citadas algumas das escolas de samba, algumas das quais ainda existes na década de 1980 quando o livro foi escrito. Além do Carnaval, foram citados os Bailes, a Folia de Boi e as crendices e superstições que, segundo a autora, foram se perdendo na medida em que aumentava a “bagagem cultural” dos viçosenses⁴³.

Observa-se que, entre as décadas finais do século XX e a primeira década do século XXI, houve em Viçosa, um grupo de pessoas empenhadas em definir e estabelecer uma identidade local. Evidentemente, interessam-nos sobremaneira, as possíveis razões que podem ter motivado tal esforço, assim como as consequências que ele certamente gerou para esta sociedade. Contudo, num primeiro momento, vamos nos ater meramente aos discursos defendidos e buscar compreender a pretensa “*visão de mundo*” local, para no próximo capítulo, analisarmos de que forma ela influencia determinadas políticas públicas relacionadas ao patrimônio, no município.

Também no jornal *Folha da Mata* podem ser encontradas diversas publicações nas quais direta ou indiretamente faz-se menção às características apontadas como típicas dos viçosenses. Todos esses textos publicados entre as décadas de 1980, 1990 e 2000 demonstram que naquele período houve intensa discussão acerca dos ditos “valores locais” e, conseqüentemente, a importância da memória e das tradições da cidade. Serão apresentados, em seguida, outros artigos publicados por este periódico, a fim de analisarmos tal questão.

⁴¹*Ibidem*. P. 14.

⁴²*Ibidem*. P.17-49.

⁴³*Ibidem*. P. 57-75.

Em 1988 encontramos novo artigo no qual os valores atribuídos aos viçosenses são explicitados:

Entre as muitas **atividades folclóricas do povo viçosense, existem algumas que persistem ainda**, no meio rural, **não obstante a influência ‘modernizadora’ que a UFV está difundindo**, com o seu programa de desenvolvimento da produção, **no seio da comunidade**. Entre essas atividades persistentes está, sem dúvida, a que diz respeito à **religiosidade do povo**. [...] Trata-se, portanto, de um estudo sério de pesquisa [...]. **Seu esforço não pode ficar sem uma palavra de louvor e de aplauso de nossa parte** pelo excelente trabalho que realizou sobre esses dois **rituais que vão desaparecendo do nosso meio, à medida que a sociedade se seculariza e vai perdendo aquela característica de religiosidade tão bonita, que influi de maneira tão poderosa no comportamento das criaturas humanas**. [...] ⁴⁴.

Primeiramente, vale destacar a menção ao livro da professora Maria do Carmo Tafuri Paniago, do qual falamos no início deste capítulo. Percebe-se a criação de uma teia discursiva que envolve determinados indivíduos e instituições de Viçosa, e que tem o objetivo de estabelecer e sancionar uma “visão de mundo local” e passar a utilizá-la para os mais variados objetivos a partir de então. Os trabalhos de Paniago foram interpretados como uma “verdade” sobre Viçosa e, reiterado em muitos outros discursos, como se percebe nos artigos de *Folha da Mata* e por parte do poder público local. Tal circunstância histórica foi crucial para a definição de políticas públicas patrimoniais que ocorreria, na cidade de Viçosa, a partir da segunda metade da década de 1990.

Na busca infinita pelas “verdadeiras origens da cidade” alguns se dedicarão a vasculhar os arquivos cujos documentos possam “comprovar” os discursos identitários propagados. E como a defesa desta “identidade” atrairá os mais diversos interesses, em que pese os políticos, vemos a grande preocupação em buscar “comprovações históricas” que ajudem a fortalecer os argumentos baseados nessa autoimagem da cidade. Este é o caso da matéria a seguir, publicada no *Folha da Mata* em 1990:

Vereador denuncia falha histórica e propõe plebiscito para mudar o ‘Dia da Cidade’
Pesquisando os documentos da antiga Assembléia Legislativa da Província de Minas Gerais, no Arquivo Público Mineiro [...] o **vereador** Roberto Passarinho deparou com uma **falha histórica**, que até hoje passou despercebida, **a respeito do aniversário de Emancipação Política e Administrativa do município**. [...] A lei nº1.817: ‘fica elevada à categoria de villa, com a mesma denominação, a freguezia de Santa Rita do Turvo, do município de Ubá’, essa lei é datada de 30/09/1871. Já a lei nº 2216, de 3 de junho de 1876, declara [...]: ‘Ficão elevadas à categoria de cidade as Villas do Santíssimo Sacramento e Santa Rita do Turvo; aquella conservará a mesma invocação, e esta terá a de cidade Viçosa de Santa Rita’. [...] Munido desses **documentos que comprovam** que o aniversário da

⁴⁴VASCONCELOS, Edgard. “O Folclore viçosense”. *Folha da Mata* nº1032, 26/11/1988. Viçosa – MG. P.2.Coluna de Edgard de Vasconcelos.

cidade de Viçosa é no dia 03/06 e não 30/09, como é comemorado atualmente, o vereador Passarinho apresentou o resultado [...] aos seus **colegas da Câmara** [...] que, **preocupados com a reação popular em face da tradição, não quiseram se manifestar**. Diante disso, o vereador pretende lançar um **Plebiscito** à população, para que ela se manifeste sobre a questão **mantendo a tradição ou recuperando a história**⁴⁵.

Neste artigo, além da discussão sobre a data na qual será comemorado o “aniversário da cidade” nota-se também o peso que se confere aos documentos ditos oficiais e à História. Os documentos são apresentados como meios de “comprovação da verdade histórica” e a própria história é posta em contraposição à tradição, explicitando assim que, na opinião do vereador Roberto Passarinho, esta tradição não está fundamentada em “documentos históricos” (entenda-se, os documentos oficiais)⁴⁶. Por essa razão, deve-se proceder a uma “recuperação da história”, o que neste caso, tem o sentido de analisar novamente os documentos oficiais acerca da criação do município, para corrigir um possível erro de datação. Novamente percebe-se uma visão positivista da História, na medida em que faz menção aos documentos oficiais como forma de comprovação da “verdade histórica”.

Veremos no trecho a seguir, um exemplo bem claro de como esta visão de que há uma “história total e absoluta” está implícita nos debates que ocorreram em Viçosa ao longo das décadas de 1980 e 1990 e de que ela se presta a um objetivo claro e muitas vezes explícito, de promover uma coletivização de determinada memória, chancelada pelo carimbo da História, com vistas a se criar um grupo coeso.

É fundamental que nossos jovens, nos bancos escolares, conheçam a história da cidade. Saibam dos **fatos marcantes** ao longo dos 120 anos de existência de Viçosa, **conheçam os vultos e figuras históricas, como fator de consolidação do município, reencontro de todos com sua origem.** Essas considerações fazem parte da extensa justificativa ao **Projeto de Lei nº 094/91**, encaminhado pelo vereador José Antônio Gouveia à Presidência da Câmara, **propondo a introdução, em caráter obrigatório, nas escolas públicas municipais viçosenses, da disciplina História do Município de Viçosa**, a partir de 1993. Para a elaboração do conteúdo da disciplina, o vereador propõe que seja formada uma ‘Comissão Especial’, integrada por dois representantes da Prefeitura Municipal, da Academia de Letras de Viçosa, do Sindicato dos Professores (local), da UFV (Departamento de Educação) e ainda dois representantes a serem indicados pela Câmara Municipal.

Cédula [*sic* – provavelmente ‘Célula’]

Na justificativa ao projeto de sua autoria, o vereador Gouveia diz ainda que **a história está cheia de exemplos que mostram serem os municípios a célula, a base fundamental de crescimento e consolidação das grandes nações**, enfatizando acreditar que, nesse sentido, o estudo da **história de Viçosa, repleta de fatos e vultos significativos**, será um fator de resgate da importância do município, hoje, a exemplo de tantos outros, de braço com sérios

⁴⁵ “Vereador denuncia falha histórica e propõe plebiscito para mudar o ‘Dia da Cidade’”. *Folha da Mata*. Nº 1.111, 02/06/1990. Viçosa – MG. P.6.

⁴⁶ A Nova História apresenta outra visão sobre o que pode ser considerado documento histórico e amplia as possibilidades de análise para o historiador. Cf: LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). *História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. 3 volumes.

e graves problemas com a **perda de sua identidade**. É importante notar que **a história, em qualquer nível, qualquer que seja o ramo, a época, que se estude, serve para unificação de sentimentos, de propósitos e ideais, constituindo-se ponto de referência para a evolução do homem, diz o vereador, concluindo que a história de Viçosa é rica em fatos importantes, a exemplo da vida de Arthur Bernardes, notadamente à época da revolução de 1930, e não se pode deixar esse passado ao largo, ao sabor dos conhecimentos eventuais, e sim organizá-los e levá-los ao conhecimento dos jovens viçosenses via bancos escolares.**

‘Esse é o sentido do nosso projeto’, finalizou José Antônio Gouveia⁴⁷.

No texto do projeto de lei criado pelo vereador José Antônio Gouveia, a história é explicitamente apontada como um meio de “unificar sentimentos, propósitos e ideais”. É importante frisar que esta história à qual ele se refere não é a ciência crítica que toma o fluxo do tempo e as mudanças e permanências a ele inerentes, como base para estabelecer categorias de análises que são também produtos de seu tempo presente. No texto do vereador, a ideia de história é - mais uma vez enfatizamos - positivista, pois é composta de “fatos e vultos marcantes” que criam uma trama coerente, aceita como verdadeira. É, de fato, um discurso coletivizado e justificado pelo selo autenticador, “inquestionável”, da história.

Esta “história de Viçosa” não tem simplesmente propósitos locais, mas, pretende se vincular à “história nacional”. Isso poderia soar como contraditório, uma vez que, a busca pela defesa das identidades locais poderia representar uma contraposição à ideia generalizadora de uma nação. No entanto, essas são ideias complementares e não excludentes, como explica Dominique Poulot ao tratar dos monumentos históricos:

Os novos monumentos históricos inscreveram-se em um lugar – uma jazida – do qual eles são a ilustração e que, por sua vez, os implica seja em uma reivindicação de autoctonia, seja em um culto da transmissão nacional: aliás, não há contradição entre os dois aspectos quando o apego ao lugarejo [*petite patrie*] conduz a uma pedagogia da nação [*grande patrie*]. Visitar seu domínio – os objetos de sua *petite patrie* – torna-se um ato político para o cidadão⁴⁸.

Percebe-se que são propósitos de cunho, sobretudo, político e que vão ao encontro de outros variados interesses que também se apegam à história, ao passado, às tradições, como âncoras às duas justificativas. Duas semanas depois da publicação daquele artigo, o *Folha da*

⁴⁷ “Vereador quer incluir a história de Viçosa nos currículos das escolas municipais”. *Folha da Mata*. Nº 1.186, 09/11/1991. Viçosa – MG. P.11. Grifos nossos.

⁴⁸ POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. P. 205.

Mata noticia que o referido projeto de lei foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal de Viçosa⁴⁹.

Em outubro de 1992, a “Coluna TonyMello” trazia outro artigo em que se percebe a ênfase que é dada ao “passado” para chancelar determinado discurso:

Realmente **alguma coisa está errada na administração de Viçosa**, que como toda cidade brasileira tem a sua **data de aniversário comemorada com festas e feriado municipal**. **No passado a história de Viçosa registra grandes festejos [...]. Mas tudo isto está ficando relegado ao passado, onde o espírito cívico e o amor à terra natal ou cidade escolhida para viver, não chega mais à juventude ou aos adolescentes de hoje**. Neste ano [...] **nem feriado foi para os servidores e estudantes da UFV. O expediente foi normal na Instituição, que é considerada símbolo para todos os viçosenses**. Culpa de quem? Sabe-se que a Câmara Municipal, por decreto federal, tem que estipular os quatro feriados que cada município brasileiro tem direito a cada ano para festejar suas datas magnas. [...] A data de aniversário da cidade é prioritária [...]. **Espera-se que no próximo ano a nova administração valorize a data de aniversário da cidade, faça cumprir o feriado e traga de volta os festejos que a população gosta de participar**⁵⁰.

Por se tratar de um ano eleitoral e, considerando-se que a nota foi publicada no início de outubro, ou seja, alguns dias antes das eleições municipais, este artigo certamente tem uma finalidade muito mais política, que social, cívica ou militante, em defesa da memória. Isso faz toda a diferença, pois, demonstra como o peso do “passado”, da “história” ou das “tradições”, pode ser evocado com finalidades que nada têm a ver com o “direito à memória”. No mesmo jornal do dia 2 de outubro de 1992, na página 8 – seguinte à da publicação anterior, mas não pertencente à “Coluna Tony Mello” – lê-se o seguinte artigo:

Este ano não passou em branco o aniversário comemorativo aos 121 anos de emancipação de Viçosa [...].

Segundo algumas pessoas presentes na Praça, o resultado do impeachment contra o governo do presidente Collor, na última terça-feira, parece ter despertado novamente a consciência cívica da comunidade, visto que, tanto o desfile militar quanto a apresentação da Fanfarra foram recebidos por calorosos aplausos de todos. Para outros, a apresentação da Fanfarra Rafaela [de Visconde do Rio Branco] fez renascer o **saudosismo de antigos desfiles** onde havia acirradas disputas entre as escolas – principalmente o Raul de Leoni e o Colégio Estadual – que procuravam mostrar sempre o melhor de si para o público.

[Legenda da foto]: Renato Brandi, **vice em exercício da reitoria** compareceu à solenidade⁵¹.

⁴⁹*Folha da Mata*. Nº 1.188, 23/11/1991. Viçosa - MG. P.3.

⁵⁰ MELLO, Antônio. “Viçosa – 121 anos”. *Folha da Mata*. Nº 1.233, 02/10/1992. Viçosa – MG. P.7. Coluna TonnyMello. Grifos nossos.

⁵¹ “Exército e Fanfarra Rafaela foram atrações no desfile da cidade”. *Folha da Mata*. Nº 1.233, 02/10/1992. Viçosa – MG. P.8. Grifos nossos.

Seria difícil para o leitor que não esteve presente à Praça Silviano Brandão, saber se houve ou não algum festejo e se a informação de que a data comemorativa municipal foi absolutamente negligenciada pela UFV, procede ou não. Seria se não houvesse a foto publicada na página 8, onde se vê o então vice-reitor daquela instituição, em plena cerimônia realizada na referida Praça.

A análise destas duas publicações do jornal *Folha da Mata* permite afirmar, primeiramente, que um discurso pode conter a verdade e não ser por isso, a “única verdade”. Isso significa que, embora o seu autor esteja munido de fatos verídicos, a teia discursiva na qual ele os insere, transmite ao leitor uma ideia que não necessariamente corresponde à realidade total ou parcial. No caso do artigo de Tony Mello vemos que ele, ao afirmar que no passado havia festejos e civismo em Viçosa, deixa subentendido que no ano de 1992, não houve nem uma coisa, nem outra. E ao afirmar que a UFV não respeitou o feriado municipal, dá margem a que o leitor conclua que a instituição ignorou completamente aquela comemoração. No entanto, ao virar a página do jornal e ler outra notícia comentando o mesmo assunto, o mesmo leitor veria uma foto das festividades em comemoração ao “aniversário da cidade”, realizadas em Praça pública e um flagrante que marca a presença de uma autoridade da UFV, representando a instituição na solenidade. Neste contexto o que consideramos importante são as possíveis razões que motivaram o colunista a fazer tal apresentação acerca do “dia da cidade”.

Como se trata de um ano de eleições municipais e de uma publicação feita no início do mês de outubro, provavelmente há outras intenções, além de uma crítica à UFV ou à falta de civismo de alguns moradores de Viçosa. Ainda mais porque a responsabilidade por esses “problemas” que ele identifica, é posta na Câmara Municipal e isto é citado textualmente. Ao culpar a administração municipal da época, e desejar que a próxima fosse melhor, ele estava claramente assumindo um posicionamento político, o que não equivaleria, necessariamente, a um problema, já que ele assinava uma coluna de opinião. No entanto, para fortalecer o seu argumento, o colunista utiliza os “carimbos” da história e do “passado” e é precisamente este ponto que, a nosso ver, merece maior atenção.

Deve-se, antes de tudo, considerar quem faz a afirmação e de que papel social ele está investido ao defender tal discurso. Neste caso, trata-se de uma pessoa dotada de um considerável poder de influência sobre a formação da opinião pública, pelo menos entre os leitores do jornal. Sua opinião é reconhecida e respaldada socialmente e, soma-se a isso, o fato de ser um dos periódicos mais lidos em Viçosa.

Este é um bom exemplo daquilo que Benedict Anderson afirma sobre o papel dos jornais na sociedade. Para Anderson, os jornais são intencionalmente elaborados para transmitir uma narrativa e parte-se do princípio de que seus leitores conhecem e concordam com aquela concatenação dos fatos, confiam nas informações transmitidas e compartilham as mesmas ideias por ele defendidas. Quem escreve o jornal imagina os seus leitores e esses por sua vez se julgam membros de uma comunidade por causa do “compartilhamento de ideias” que lhes são transmitidas através do jornal. Isso nos leva a concordar com Anderson quando ele cita o jornal escrito como um dos instrumentos através dos quais a “*comunidade*” pode ser “*imaginada*”. Segundo o autor, mais ou menos ao mesmo tempo, todos os leitores do jornal têm acesso às mesmas informações e, podem julgar que possuem a respeito delas as mesmas opiniões. Além disso, a forma como as notícias são organizadas no jornal, bem como as informações prévias necessárias ao entendimento da narrativa e as conclusões implícitas às quais os leitores são conduzidos, são, segundo Anderson, indícios de que, não apenas os leitores se acreditam membros de uma comunidade como também os editores do jornal partem desta premissa ao elaborarem um discurso supondo conhecer todos os seus interlocutores⁵².

Outro ponto que consideramos importante na matéria assinada por Tony Mello, é a utilização do “passado” como comprovação de que sua crítica procede ou para dar maior peso à sua opinião. E ele não precisa apresentar dados empíricos que embasem suas afirmações acerca dos acontecimentos passados de Viçosa. O “*poder simbólico*” de seu discurso como colunista do *Folha da Mata*, de sua imagem de homem culto, sábio e apaixonado por Viçosa e do “passado” como algo exato e portador da verdade e da razão, garantem o respaldo que terá o discurso⁵³.

2.2.4: Praça Silviano Brandão: “*Lugar de Memória*” e um dos alicerces da identidade local.

Em um longo relato Maria do Carmo Tafuri Paniago descreve, com detalhes, a cidade de Viçosa do início do século XX. Sua narrativa - que percorre as principais ruas da cidade apresentando casas, estabelecimentos comerciais, praças, prédios públicos - nos ajuda a

⁵² ANDERSON, Benedict. *Op. Cit.* P.65-69.

⁵³BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.* P.14.

mapear um cenário urbano, identificando as principais referências espaciais da cidade. Mas a paisagem urbana descrita não é composta apenas por edificações e lugares; nela também há pessoas e suas atividades rotineiras. É como se, de repente, a Viçosa do início do século XX ganhasse vida novamente, como se observa o trecho a seguir:

Viçosa, no início deste século, tinha um aspecto inteiramente diferente do que possui hoje. No centro da cidade estava a Praça da Matriz com a igreja, a cadeia pública, o Hotel do Barão, o Hotel da Cota e poucas outras casas. [...]
Na Rua do Comércio, atual Benjamin Araújo [...] havia também o tanque de Sá Zeca e, por perto, um rancho para tropeiros. [...] Na Rua de Cima, atual Arthur Bernardes, ficavam os teatros Paladinos do Progresso e Aliança Viçosense, além de algumas residências e lojas. [...] A Rua de Baixo, também chamada Rua Direita, hoje [é a rua] Senador Vaz de Mello [...] Na Rua do Cruzeiro, atual Padre Serafim, ficavam as residências do Sr. Virgílio Costa Val, Sr. José Gomes, Sr. Telésforo Lopes dos Santos, Sra. Dulce Simplício, Padre Serafim Pecci e Sr. Antônio Vitarelli. [...] No Largo São Francisco, atual Praça Dr. Christóvão, ficavam a caixa d'água e um cruzeiro, onde os devotos iam acender velas. [...] A atual Avenida Santa Rita era parte do pasto dos Barros, que dava acesso à Fazenda da Conceição. Onde se localiza a UFV ficavam a Fazenda São Bartolomeu e a Fazenda do Sr. Alexandre Ferreira da Silva (Xaxá). [...] **Nesse ambiente, a vida escorria tranquila, calma, eivada de humor, rotineira em seus costumes e trabalhos.** [...] À tardinha, as senhoras sentavam-se em banquinhos e cadeiras colocados à porta de suas casas, para conversarem à luz dos lampiões de querosene, acesos pelo Sr. Dudu. Ao redor, as crianças brincavam e brigavam. [...] Os homens se reuniam nos teatros Aliança Viçosense e Paladinos do Progresso, onde jogavam víspera. [...] As moças, com vestidos compridos e chinelos, passeavam de braços dados ou tagarelavam com os rapazes que tocavam violão e cantavam, em frente de suas casas. Às 21h, ao toque do sino da cadeia pública, os lampiões eram apagados. As famílias se recolhiam e as ruas passavam ao domínio dos seresteiros e notívagos, boêmios alegres de uma época que se distancia no tempo. [...] Em tempos mais recentes, **os locais preferidos pelas crianças, para suas brincadeiras nas tardes de domingo, eram a Praça do Rosário, onde existia a Igreja do Rosário, e a Praça Silviano Brandão (da Matriz), onde já havia o coreto, construído em 1914 pelo Sr. Domingos Rigotto, um jardim cheio de árvores e dois tanques para peixes. As árvores de maria-preta faziam a delícia das crianças que colhiam e comiam suas frutinhas pretas que lhes tingiam a boca.** [...] O “footing” era feito na **Praça Silviano Brandão** e de modo peculiar: os rapazes volteavam o jardim em um sentido e as moças, em outro. Ao se encontrarem, trocavam olhares, que eram o **prenúncio do namoro. Muitos casamentos viçosenses tiveram início dessa maneira pitoresca.** [...] As retretas da **banda de música, no coreto do jardim**, animavam as tardes de festas, transbordando de sons a praça colorida pelos vestidos das moças casadoiras. [...] ⁵⁴.

É, certamente, um relato emocionante, de uma idílica cidade cantada. Ao associar o espaço físico da cidade, descrevendo sua antiga paisagem, com as atividades rotineiras que supostamente ocorriam ali, Paniago apresenta uma visão idealizada do que seria a “típica realidade local”. Um dos lugares destacados pela autora nesse nostálgico relato é a Praça Silviano Brandão, ainda hoje existente no Bairro Centro da cidade. Esta Praça é considerada

⁵⁴ PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. *Op. Cit.* P.121-123. Grifos nossos.

um dos logradouros mais importantes de Viçosa e, por essa razão, está presente nos discursos de lamentação de muitos outros viçosenses, como estes que citamos a seguir.

[...] É na praça, em sua maioria considerada **o centro da cidade**, que acontecem **os melhores, ou quase todos os eventos populares** que exigem a presença de público. **E é ainda nesta praça que geralmente estão localizadas as igrejas matrizes [...]** e **concentrados os prédios públicos**. Em Viçosa, a centenária **Praça Silviano Brandão** foi palco de memoráveis acontecimentos políticos, religiosos ou das grandes festas populares. Ao longo dos anos manteve-se como ponto de encontro dos negócios, do lazer dos idosos e de diversão das crianças. Perdeu a sua qualificação como ponto de encontro dos namorados e seus contínuos passeios em torno de seus jardins. Mas a **Praça Silviano Brandão tem sua história na vida de centenas de casais viçosenses**. Porém, na última década, **devido à sua reforma, a praça Silviano Brandão ficou esquecida e tornou-se um logradouro praticamente morto para a cidade**. Sua população em quase toda sua totalidade não concordou com a reforma efetuada e principalmente com a retirada das árvores e canteiros gramados. A praça Silviano Brandão praticamente **perdeu as suas finalidades e ficou obsoleta**. Foi necessária a realização da **Festa Marcha Nico Lopes para mostrar ao povo viçosense que a Praça Silviano Brandão está viva**. [...]Veio em seguida a **Festa de Santa Rita** [...]Que doravante a Praça Silviano Brandão continue viva. Que as autoridades e promotores de festas populares utilizem da praça para os grandes bailes e shows musicais porque **assim o povo estará feliz. Que a nossa juventude encontre na praça o local ideal para seus encontros** e que façam ali os seus barzinhos, companheiros de noitadas⁵⁵.

Este artigo é interessante para nossa análise, pois, foi publicado em 1992, quando a “necessidade” de preservar a memória e as tradições da população viçosense, já era amplamente debatida em livros, jornais, projetos de leis, etc. No entanto, a associação entre o discurso da perda da memória e da identidade ainda não estava diretamente associado à parte física da cidade, ou seja, às construções antigas e aos seus possíveis “lugares de memória”. Por essa razão, a publicação na “Coluna Social” do jornal *Folha da Mata*, assinada pelo jornalista Antônio Mello, é um dos primeiros relatos a que tivemos acesso, feitos em Viçosa, em que a transformação de um espaço físico é associada às mudanças nos usos e significados atribuídos a esse mesmo espaço e, conseqüentemente, a uma perda da identidade local.

Observa-se ainda que quase dez anos depois da publicação do trabalho de Maria do Carmo Tafuri Paniago era grande sua influência sobre o debate acerca da identidade local, para o qual havia sido incorporado como uma “verdade absoluta”. A mítica Praça Silviano Brandão, objeto de desejo de muitos viçosenses, “ganha vida” através da criação de uma memória coletiva baseada em fotografias antigas e relatos nostálgicos.

⁵⁵ MELLO, Antônio. “Nossa Praça”. In: *Folha da Mata*. Nº 1.215, 30/05/1992. Viçosa – MG. P.8. “Coluna Social TonyMello”. Grifos nossos.



Figura 13: Praça Silviano Brandão – “Jardim de Viçosa”-MG, inaugurada em 1916. Acervo desconhecido⁵⁶.

Nesta imagem, vemos o “Jardim de Viçosa”, com o coreto ao centro. A modificação desta estrutura da Praça Silviano Brandão, ocorrida na década de 1950, havendo novas reformas na década de 1980, provocou dura reação por parte de alguns setores da sociedade viçosense. Considerada mais bela e mais “viva”, a “Praça-Jardim” ainda é cantada em prosas e versos nostálgicos, por quem sonha com o retorno da praça e da “vida” de 1916. É o caso, por exemplo, do jornalista José Mário da Silva Rangel, que assim comenta a fotografia acima, também reproduzida em seu *blog*:

A praça de Silviano Brandão (antigo Largo da Matriz) captada pelo eterno olhar de Nicolau Carissimo, com seu antigo jardim zelado por Cirilo e coreto de ferro batido e de base octogonal, construído por Domingos Rigotto mas dali retirado em 1948, durante a primeira grande mudança ali feita. Outras drásticas transformações vieram nas décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980, tornando irreconhecível a imagem acima. Dotado inicialmente de piso de cascalho branco, bancos de madeira, dois piscosos tanques, belas árvores ornamentais e bem cuidados canteiros de flores, o Jardim Público foi inaugurado festivamente em fevereiro de 1915⁵⁷.

Todos esses relatos ajudam a criar para a Praça Silviano Brandão, uma memória que parece ser capaz de “dar vida” à cena da fotografia reproduzida acima. Na imagem a seguir, vê-se uma bela fotografia da praça Silviano Brandão, que data da segunda metade da década de 1940. O Coreto ao centro da Praça, observado na imagem anterior, foi demolido durante o mandato do Prefeito José Lopes de Carvalho (1948-1951) e substituído por um caramanchão

⁵⁶ Localizada em: <http://www.redlinemg.com/vicosa-mg/>. Consulta em 29/07/15.

⁵⁷RANGEL, José Mário da Silva. Conferir: <http://opassadocompassadodevicosa.blogspot.com.br/>. Consulta em 06 de agosto de 2015.

(estrutura branca, sob a qual se vê um aglomerado de pessoas, ao centro da foto), segundo informação de Aguinaldo Pacheco⁵⁸.

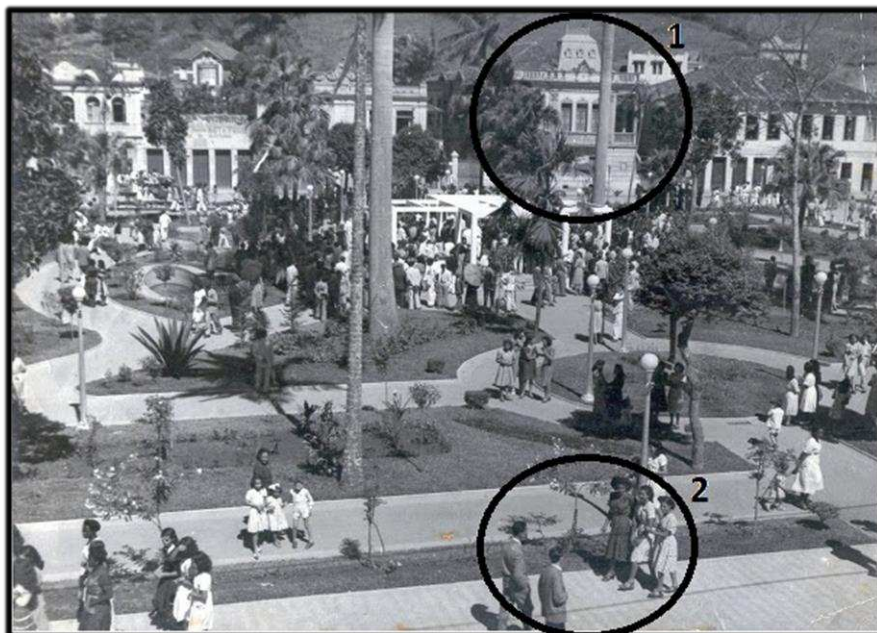


Figura 14: Praça Silviano Brandão, na década de 1940. Viçosa – MG. Acervo desconhecido⁵⁹.

Destacamos nesta imagem a casa que pertenceu ao ex-presidente da República Arthur Bernardes (1), por ser um ponto de referência ainda presente na atual Praça Silviano Brandão e, portanto, nos auxilia no reconhecimento do lugar. Além disso, é ainda hoje, uma das únicas construções observadas na foto, que permanece na atual Praça de Viçosa. O segundo destaque (2), demonstra a influência dessas fotografias na construção de uma imagem da “Praça-Jardim” dos anos 40 do século XX, “viva”, “dinâmica”, em plenas décadas de 1980 e 1990. Primeiramente no relato de Maria do Carmo Paniago:

O “footing” era feito na Praça Silviano Brandão e de modo peculiar: os rapazes volteavam o jardim em um sentido e as moças, em outro. Ao se encontrarem, trocavam olhares, que eram o prenúncio do namoro. Muitos casamentos viçosenses tiveram início dessa maneira pitoresca⁶⁰.

⁵⁸PACHECO, Aguinaldo. <http://vicosacidadeaberta.blogspot.com.br/2009/10/praca-silviano-brandao-cronologia.html>. Segundo o dicionário *Michaelis online*, um caramanchão é uma “Construção ligeira, para que nela se enrosquem trepadeiras, nos jardins ou pomares”. Conferir em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=caramanch%E3o>. Consultas em 29 de julho de 2015.

⁵⁹ Conferir: <http://www.redlinemg.com/vicosa-mg/>. Consulta em 29/07/15. Tratamento nosso.

⁶⁰ PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. *Op. Cit. Loc Cit.*

Em seguida, na descrição de Tony Mello:

Perdeu a sua qualificação como ponto de encontro dos namorados e seus contínuos passeios em torno de seus jardins. Mas a Praça Silviano Brandão tem sua história na vida de centenas de casais viçosenses⁶¹.

E podemos citar ainda, o comentário de José Mário da Silva Rangel à esta mesma imagem, também publicada em seu *blog*:

Considerado “mimoso, bonito, estético e relativo à vida local” pela imprensa de então, o jardim da praça Silviano Brandão, principal logradouro central da cidade de Viçosa, teve inauguradas suas primeiras grandes reformulações no dia 8 de agosto de 1948. Vemos aqui o povo viçosense, no tradicional “footing”⁶².

Ao ler os relatos tem-se a sensação de que, como num passe de mágica, a foto parece “entrar em ação”, dando a impressão de que a cena estava “congelada” desde a primeira metade do século XX e volta a seu curso normal, como se nada tivesse ocorrido, cerca de 50 anos depois. Há uma grande semelhança entre a fotografia acima e as narrativas de Paniago, Antônio Mello e José Mário da Silva Rangel. Todos eles estão defendendo uma mesma retórica acerca do papel que a praça Silviano Brandão teria para a sociedade de Viçosa.

Um intelectual proeminente, na defesa do “*discurso da perda*” e do patrimônio histórico de “pedra e cal” de Viçosa, naquele mesmo período, foi Aguinaldo Pacheco. O arquiteto e servidor da UFV, atuou também diretamente, na política local, tendo sido vereador de Viçosa entre os anos de 1997 e 2000. Durante os anos em que viveu em Viçosa Aguinaldo Pacheco militou em favor da melhoria da qualidade de vida na cidade, em que pese sua defesa do PDV. Foi também, um proeminente defensor do patrimônio histórico cultural de Viçosa, e, em especial, era um entusiasta da reativação da linha férrea que passa pela cidade. Além disso, o arquiteto assumiu a coluna “Viçosa Cidade Aberta” no jornal *Folha da Mata*, por vezes dividida com o viçosense José Dionísio Ladeira. Nos últimos anos, Aguinaldo Pacheco mantinha um *blog* também intitulado “*Viçosa Cidade aberta*”, através do qual debatia temas relacionados à cidade. Em 2015 o arquiteto recebeu a “Medalha Tiradentes”, concedida pelo Executivo Municipal, em reconhecimento aos serviços prestados à comunidade de Viçosa. No mesmo ano foi homenageado pela Câmara Municipal de Vereadores de Viçosa – CMV – tendo recebido o título de “Cidadão Honorário”. Falecido recentemente, em 26 de janeiro de

⁶¹ MELLO, Antônio. “Nossa Praça”. *Loc. Cit.*

⁶²RANGEL, José Mário da Silva. Conferir: <http://opassadocompassadodevicosablogspot.com.br/>. Consulta em 06 de agosto de 2015.

2016, Aguinaldo Pacheco recebeu homenagens da UFV e do poder público municipal pelos serviços prestados a Viçosa.

A respeito da Praça Silviano Brandão, Aguinaldo Pacheco, fez, em 2009, uma postagem em seu *blog*, interessante para a análise que propomos. Primeiramente, fez uma “cronologia” da Praça, através de fotografias, nas quais aponta as principais mudanças que ela sofreu, desde a década de 1940 até 2009, quando publicava seu texto. O arquiteto citou os nomes dos prefeitos, em cujas gestões foram realizadas reformas na Praça Silviano Brandão. De todas as mudanças, não apenas ele, mas, outros moradores de Viçosa, lastimaram a transformação do “jardim” em “calçadão”, com a retirada das árvores, dos canteiros centrais e do lago de peixes. A outra grande reclamação era com relação à retirada do primeiro coreto, substituído pelo caramanchão, e, posteriormente, a retirada deste, seguida da construção do novo coreto, ainda parcialmente presente na Praça.

Após a apresentação de várias fotos antigas da Praça Silviano Brandão, Aguinaldo Pacheco publicou as imagens, que reproduzimos a seguir:



Figura 15: “*Memoricídio*”. Composição de Aguinaldo Pacheco. 2009⁶³.

⁶³PACHECO, Aguinaldo. Conferir: <http://vicosacidadeaberta.blogspot.com.br/2009/10/praca-silviano-brandao-cronologia.html>. Postado em 29 de outubro de 2009. Consulta em 30 de julho de 2015.

O título dado à composição deixa claro, primeiramente, que, na opinião do arquiteto, trocar um coreto por outro não é suficiente. Existe implícita nesse título e no termo “*abandonado*”, que complementa a legenda do coreto construído em 1980, uma hierarquização entre as duas construções. Se a substituição foi “uma tragédia” – e isso está claro no título da imagem – e se o coreto mais recente está “*abandonado*”, automaticamente, o leitor deverá supor que o primeiro coreto jamais deveria ter sido demolido e, além disso, que se ainda existisse na Praça, aquele coreto dos anos 1940 não estaria abandonado. A razão dessa hierarquia pode ser um fator estético, mas é principalmente, um fator ligado à antiguidade do primeiro e à modernidade do segundo. O coreto de 1980 não é o “original”, não só porque tem um modelo diferente, ou foi posto num lugar diferente. Ele não é o “original” porque não é o primeiro. Ele foi construído na “era da destruição da originalidade” ou “destruição da essência do lugar”. A modernidade é vista como o oposto ao “genuíno”, “verdadeiro”, “original”.

Como vimos, a força de discursos como este, reside exatamente na impossibilidade de que aquele primeiro coreto seja restaurado. A demolição significa “a perda” e, essa por sua vez, traz consigo a ausência. Nada pode preenchê-la definitivamente e por isso ela serve como campo fértil a todas as imaginações. Mas, não é só isso: o desejo de sofrer por essa ausência é tão grande, que o novo coreto e o prefeito que o mandou construir, também se tornam vilões. Aquilo que José Reginaldo Santos Gonçalves chamou de “*objetificação cultural*”⁶⁴, nós poderíamos chamar, nesse caso da imagem de Aguinaldo Pacheco, de “humanização patrimonial”. E esse “patrimônio ausente” – “espiritual” -, arrancado violentamente do convívio de “sua comunidade”, é certamente muito mais poderoso que qualquer outro que seja “real” ou “material”.

O outro ponto a destacar ainda nessa imagem é o título em si mesmo. A demolição do primeiro coreto é representada como se fosse o falecimento de um ente querido. Isso fica claro no neologismo criado por Aguinaldo Pacheco, para o qual ele utiliza o sufixo “*cidio*”, de origem grega, que, acrescido a um substantivo, passa a designar o extermínio da pessoa ou coisa que ele representa. É o caso de palavras como “homicídio” (extermínios de seres humanos), genocídio (extermínio em massa de um grupo étnico), etc. No caso do termo criado pelo arquiteto, a morte anunciada é a da “memória”. E novamente nos serviremos da ideia de José Reginaldo Gonçalves, para afirmar que, neste caso, há a “coisificação” ou a “materialização” ou mesmo a “personificação” da memória. Ela deixa de ser entendida como

⁶⁴GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996 (Série “Risco Original”). P.13.

uma atividade psíquica e passa a ser tratada como uma entidade que tem vida própria. Tanto a tem que pode vir a perdê-la, como ocorre com todos os seres vivos.

É uma naturalização da memória, mas, não simplesmente na visão fenomenológica de Halbwachs, que afirmava que a memória coletiva é puramente um “produto” dos grupos sociais, não forjada, mas, gerada pela existência deles.⁶⁵ É isso também, mas, além disso, a memória é “natural” porque é vista como um ser. Vivo. Criatura cuja força vital se materializa em edificações, objetos ou lugares. Esses bens ou lugares são os “sacrários da memória”; eles contêm e preservam esse ser vivo, invisível e sagrado. Sua profanação é um desrespeito a toda a comunidade, à sua memória, ao seu passado, à sua história. Sua destruição é uma transgressão grave às regras sociais, enquadrada no “código penal do sentimento comunitário” como “*memoricídio*”.



Figura 16: Reforma do coreto da Praça Silviano Brandão, Viçosa - MG. Aguinaldo Pacheco. A data provável da foto é 2001 e não 2011, já que a postagem no blog foi feita em 2009⁶⁶.

Observando a legenda que Aguinaldo Pacheco criou para a fotografia acima, percebe-se o “*discurso da perda*”. Trata-se, portanto, do discurso de uma sociedade que luta pela preservação da memória e do patrimônio histórico que supostamente a contém ou representa.

⁶⁵HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

⁶⁶ PACHECO, Aguinaldo. Conferir: <http://vicosidadeaberta.blogspot.com.br/2009/10/praca-silviano-brandao-cronologia.html>. Postado em 29 de outubro de 2009. Consulta em 30 de julho de 2015.

Entretanto, da parte de alguns grupos sociais, estes objetivos são defendidos de forma a manifestar a sacralização da memória e do patrimônio.

A militância de Aguinaldo Pacheco em defesa da memória dos viçosenses não é um discurso isolado. Transcrevemos a seguir, trechos de comentários à sua publicação no blog, feitos por outras pessoas da cidade:

A antiga praça deixou saudades, **saudades que levo comigo pelo corpo, uma cicatriz deixada por uma perfuração quando brincava em uma árvore**, mas que tenho orgulho de falar que é **da antiga praça. Hoje** tenho o orgulho de falar que **evito passar pela mesma praça**, praça que as autoridades fingem não a conhecer, mas espero ainda poder ver a praça como uma PRAÇA. Nem parece que na **Silviano Brandão reduto do nosso saudoso Bernardes, parece ser mais uma pracinha de periferia**⁶⁷.

Sem dúvida, a praça Silviano Brandão é um lugar com o qual esta pessoa estabeleceu um vínculo e que tem, portanto, grande representatividade para ela.

Existiu em Viçosa uma praça, com letras maiúsculas, verdadeira, boa, legítima e pertencente a Arthur Bernardes e à esta pessoa. Existe hoje, uma pracinha, de letras minúsculas e no diminutivo, a qual é, certamente, falsa, ruim e ilegítima e, que pertence à periferia. E, nesse caso, vemos que além de um apego sentimental à antiga Praça – legítimo, pois que, de direito de cada um - há a construção de uma imagem idealizada daquele lugar, que se pauta em critérios elitistas e excludentes. Essa construção é um instrumento através do qual não apenas a pessoa que fez a postagem, mas todos os moradores da cidade que compartilham da sua ideia e que se definem, portanto, como “não-periferia”, se apoderam de duas coisas “públicas”: a antiga Praça-Jardim e a memória coletiva que se construiu a respeito dela.

Em seguida, citaremos as postagens de outro “*blogueiro*”, mantenedor do diário virtual, intitulado “O passado compassado de Viçosa”, o jornalista José Mário da Silva Rangel:

14:01 - Prezado amigo Aguinaldo.
O jornal Cidade da [sic] Viçosa – Ano XVI – nº734 – 25 de agosto de 1908, tendo como seu redator-chefe o **Dr. Arthur da Silva Bernardes, ex-presidente do Brasil**, noticiava: “Está terminada a arborização da praça Silviano Brandão, levada a efeito por ordem da Câmara Municipal. As árvores empregadas na **arborização foram MAGNÓLIAS E GREVILHAS**. Devido à extensão da praça, foram as árvores dispostas em forma de dois quadrados, um no cento [sic] do outro”. José Mário da Silva Rangel. www.opassadocompassadodevicosablogspot.com.

⁶⁷ “JEFF”. Postagem em 30 de outubro de 2009, às 9:31h. Conferir: <http://vicosacidadeaberta.blogspot.com.br/2009/10/praca-silviano-brandao-cronologia.html>. Consulta em 30 de julho de 2015.

14:32 – EM TEMPO: **Caro amigo ativista social, blogueiro e arquiteto** Aguinaldo: **Há quem diga que isso que ele disse é “coisa do século XIX onde só existia o passeio público, cercado para os ricos usarem”, mas é bela, inegavelmente, esta mensagem do Dr. Arthur da Silva Bernardes**, dirigia ao então prefeito Dr. João Braz da Costa Val: “A conservação do jardim público é **necessidade que se impõe**, pois dá realce à praça e faz o embelezamento da cidade. **Sem ele, ou com ele mal conservado, a cidade valerá 50% menos. Cometerá falta imperdoável a administração que relegar ao segundo plano nas suas cogitações, o jardim da praça principal.** Arthur da Silva Bernardes, 30 de agosto de 1927”. PS: É mesmo pra ficarmos com INVEJA da velha Rio Pomba! E também de Visconde do Rio Branco⁶⁸!

Nesta passagem, é importante frisar que, não apenas o argumento defendido se justifica pela chancela do “passado” – “alguém do passado disse que esta praça deveria ser conservada tal como estava” – mas, esta justificativa tem um peso ainda maior, se esse “alguém do passado” é o “*ex-presidente da República*”, “*doutor*” Arthur da Silva Bernardes. Ou seja, a mensagem é a seguinte: “o que nós estamos dizendo hoje, é o que alguém muito importante já dizia, num tempo também muito importante; isso torna o nosso argumento inquestionável”. E novamente surge o “fio dourado” que liga o “passado” ao presente: assim como há a “*genética da destruição*”, que passa de geração em geração, também há a “*genética da preservação*”, presente em todos os viçosenses que se assumem herdeiros do “vulto maior da cidade” que é Arthur Bernardes.

E, retornamos a palavra ao jornalista Rangel, que continua sua sequência de postagens:

14:39 - O **tabelião e poeta viçosense** Raimundo Pires da Costa não deixa mentir aquela edição citada noutro meu comentário sobre a praça. É ele que, em CHÃO, MEU CHÃO, assim a descreve, citando, inclusive, a **primitiva arborização**: “... os quatro cantos do Largo, para os velhos, ou os quatro cantos da Praça, para os novos, vistos nas horas de calmaria ou nos momentos de maior agitação: os sobrados, o forum, a cadeia, a farmácia, os bares, a tipografia, a fábrica, o ginásio, as magnólias, as palmeiras, o coreto... **Personagens? Todos! Vivos e mortos, uns vistos, outros lembrados nos seus devidos filmes histórico[sic].** O Cirilo no centro, no porão do coreto (é o que mais se movimentava), sempre com o bafo do último gole. E não podemos esquecer o Carlos Pieri, de cabeça erguida, o Chico Turco, com o seu jeito humilde, o Turco e a Turca da esquina da Travessia, a farmácia da esquina com a rua de Cima, o Etlvino, o Lulinha, o Chico Alemão, o Brás Caldeireiro, o Cristiano, o Manoel Coelho...”.

14:45 – O tema é recorrente, mas ainda uma vez volto a ele. É **quase unanimidade em Viçosa** que a última grande mudança na praça Silviano Brandão, na administração do prefeito Prof. José Américo Garcia, **não foi positiva. Podem procurar como agulha num palheiro um cidadão que concorde com a “destruição” da praça, a cada vinte anos...** Ainda não me certifiquei, mas ouvi dizer, de pessoa idônea, funcionário público municipal, **conhecedor da história de Viçosa, que foi encontrado por ele, num lixo, o busto do Coronel Mário Vaz de Mello, e que ele o recolheu, limpou, e agora estaria num cômodo do Colégio de Viçosa. Outro monumento que desapareceu da praça nos anos 80 foi o marco comemorativo do Sesquicentenário da Paróquia de Santa Rita. E também o Medalhão do Dr. Raymundo Alves Torres. A estátua de Bernardes, como já noticiado**

⁶⁸ RANGEL, José Mário da Silva. Postagens em 9 de março de 2011. Conferir: <http://vicosacidadeaberta.blogspot.com.br/2009/10/praca-silviano-brandao-cronologia.html>. Consulta em 30 de julho de 2015.

pela imprensa, sobre um plinto chinfrim, de alvenaria, é varal de tapetes dos taxistas. José Mário.

14:47 – A lamentar, ainda, não bastasse tudo isso, os **rumores de que abaterão o ipê amarelo: JÁ NÃO PODEMOS DIZER MAIS NADA...**

“Na primeira noite, eles se aproximam e colhem uma flor do nosso jardim. E não dissemos nada. Na segunda noite, já não se escondem! Pisam as flores, matam nosso cão... E não dissemos nada. Até um dia, o mais frágil deles entra sózinho[sic] em nossa casa, rouba-nos a lua, e conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E porque não dissemos nada... JÁ NÃO PODEMOS DIZER NADA....!”

É precisamente **pelo coração da cidade de Viçosa, que, no passado já foi, diria o poeta, “tão belo e idílico”,** que cogitam agentes públicos em ARRANCAR O IPÊ AMARELO, o **único exemplar nativo que ali restou vivo do antigo jardim, com suas flores douradas, como o rei das árvores, que certamente explodirá em beleza, novamente, em setembro, num efêmero reinado,** se tal VIOLÊNCIA não for perpetrada pelos administradores públicos. **Quem quiser saudar o advento da Primavera num ambiente bem adequado, contemple, no principal “jardim desta cidade, o vestusto[sic] ipê que tem se antecipado, pontualmente, no início dos últimos agostos, “o maior sorriso que a terra nos prodigaliza.** E constitui, sem dúvida, o encanto sem par do nosso logradouro público. É um prazer inefável olhar para aquele ipê a florir, sobretudo ao ascender da manhã e ao cair elegíaco da tarde”, diria o poeta José Pinto Coelho (L. Couto & Pinho)⁶⁹.

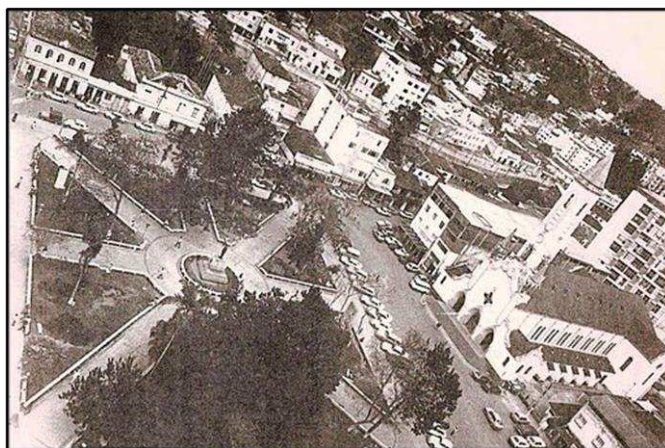


Figura 17: “Praça Silviano Brandão na década de 1980, vendo-se ao centro do extinto jardim o plinto com a estátua do presidente Arthur Bernardes, pouco antes de ser reformulado na administração do prefeito José Américo Garcia”⁷⁰.

⁶⁹RANGEL, José Mário da Silva. Postagens em 9 de março de 2011. Conferir: <http://vicosacidadeaberta.blogspot.com.br/2009/10/praca-silviano-brandao-cronologia.html>. Consulta em 30 de julho de 2015.

⁷⁰ RANGEL, José Mário da Silva. Postagens em 9 de março de 2011. Conferir: <http://vicosacidadeaberta.blogspot.com.br/2009/10/praca-silviano-brandao-cronologia.html>. Consulta em 30 de julho de 2015.

A título de conclusão desta análise⁷¹ podem-se listar alguns pontos considerados os principais representantes das ideias defendidas na construção da autoimagem assumida por Viçosa: vocação cultural/educacional e política, civismo e conservadorismo quanto a valores morais e éticos. A exaltação de Arthur Bernardes como o viçosense mais ilustre, a visão de “progresso” para tudo o que ocorreu na cidade antes da década de 1970 em contraste com a visão de “modernidade devastadora” para o que ocorre a partir da federalização da UFV em 1969.

As relações entre a “cidade” e a “Universidade”, entre os “nativos” e os “estudantes”, entre as “festas tradicionais” e as “festas dos estudantes”, entre os “costumes viçosenses” e a “invasão de costumes estranhos”, são temas de discussão recorrentes em Viçosa. E aqueles eixos que identificamos são sempre reforçados para definir o que é “o viçosense” e distingui-lo dos “forasteiros” que também vivem na cidade. Eles definem, por assim dizer, uma identidade local, que tenta se firmar o tempo todo como algo singular, resistente ao desaparecimento e mantenedor da “identidade da cidade”, que se sente constantemente ameaçada.

É imperativo ressaltar, que nem entre esse pequeno grupo de políticos, jornalistas e professores de Viçosa, existe um total consenso em relação a todas essas ideias. Cada um deles pode estar movido por uma gama de fatores conscientes e/ou inconscientes que os levam a definir tais elementos e, a partir deles, construir e defender ferrenhamente, o discurso da “alma viçosense”. Para citar alguns fatores, podem-se mencionar interesses políticos, econômicos, pessoais ou familiares, interesses de classe, razões sentimentais - de nostalgia, por exemplo -, interesse em apresentar uma espécie de “*intelligentsia* nativa”, que confronte a ideia de que os intelectuais estão restritos à Universidade e são quase todos, vindos de outras cidades. Ou ainda, o desejo de vincular à toda a cidade, valores que são pessoais e que já não têm o mesmo sentido ou já foram completamente substituídos pela sociedade. Enfim, são inúmeras razões que podem motivar todas as ações humanas, em especial, as ações públicas, e, analisar algumas delas, é um caminho interessante para uma reflexão acerca de como se organiza uma sociedade.

O importante de salientarmos ao concluirmos esta análise, é que a sociedade de maneira geral, respalda os discursos defendidos por determinados grupos, considerando critérios como

⁷¹ A primeira versão deste capítulo, apresentada à banca examinadora da disciplina “Seminário”, em novembro de 2015, continha um tópico sobre a igreja Matriz de Santa Rita de Cássia e sua importância, bem como da Festa da Padroeira, para a identidade local. Tendo a banca considerado necessário um aprofundamento da discussão, decidimos retirar o texto, tendo em vista que nem a igreja nem a festividade são tombadas pelo município e que a análise mais aprofundada poderia retirar o foco do trabalho.

idade, procedência familiar, atuação profissional, poder aquisitivo, capacidade intelectual, grau de escolaridade, influência política, popularidade, entre outros. Essas pessoas se tornam formadoras de opiniões e seus discursos são veiculados através de preleções públicas, publicações de jornais, convites para ser conselheiro consultivo ou deliberativo em órgãos públicos, cargos da administração pública, etc. Reside nessa prática um poder simbólico, que investe de autoridade o discurso proferido por determinadas pessoas.

O que procuramos demonstrar ao longo da análise é que por razões infinitesimais e das mais variadas ordens, um grupo de pessoas investidas de poder pela própria sociedade, passa a definir uma “identidade coletiva”. Os valores, características, personagens principais, acontecimentos importantes, são escolhas deliberadas destas pessoas. Desmontar os discursos defendidos, buscar possíveis interesses que os motivam e apontar algumas das principais consequências que a sua simples aceitação pela sociedade geram para ela mesma, são pontos que estão no cerne da discussão que propomos ao longo deste trabalho.

A partir deste passo, buscaremos compreender os efeitos práticos dessa imagem de Viçosa, os quais começam a surgir a partir dos anos 90 do século XX. A conjuntura nacional, marcada pelo processo de redemocratização, em que se destaca a promulgação da Constituição de 1988 teve influência sobre isso. Sua ampla visão acerca dos aspectos relacionados à cidadania relaciona-se com fatores internos, mas, também corrobora a democratização cultural que já vinha sendo defendida em boa parte do mundo desde a década de 1960. Isso estimulará políticas nacionais de incentivo à cultura, que, obviamente, exercerão influência sobre os Estados e também os Municípios brasileiros. Por essa razão, a construção de uma identidade local, que poderá atender a determinados interesses, mas, certamente, não aos de todos os que vivem na cidade, se torna uma questão social cada vez mais séria.

Para o que nos interessa acerca da autoimagem defendida por determinados grupos em Viçosa, vale a reflexão de que a cidade de “grandes vultos políticos”, de importância nacional, educadora, polo cultural, patriota, “bernardista”, tradicional, absolutamente peculiar – apresentada como vítima de um processo avassalador que tenta a todo custo incorporá-la a uma massa disforme que ela rejeita - é tão real quanto a “*Pasárgada*” de Manuel Bandeira.

**Capítulo 3: Tradições e Contradições: cultura local e turismo na
construção da autoimagem de Viçosa**

*Uma cidade é construída por diferentes tipos de homens;
pessoas iguais não podem fazê-la existir.*
Aristóteles, *Política*.

Nos capítulos anteriores analisamos trabalhos acadêmicos ou de cunho memorialista sobre Viçosa, além de publicações do jornal *Folha da Mata* ou em blogs. Procuramos demonstrar, como, a partir de um determinado momento, sobretudo na década de 1980, as questões relativas à cultura, às tradições, à memória e à identidade se tornaram importantes para determinados grupos sociais em Viçosa. Vimos a escolha de algumas práticas culturais, certas personalidades, lugares da cidade e acontecimentos ao longo de sua trajetória de formação, para a elaboração de uma identidade local. Buscamos compreender de que forma uma determinada “*visão de mundo*” estabelecida por um grupo de políticos, intelectuais e jornalistas colaborou para que uma memória coletiva se tornasse oficial na cidade, na medida em que passou a ser um discurso dominante.

Neste terceiro capítulo, analisaremos mais textos publicados no jornal *Folha da Mata*, referentes às investidas da PMV na área da cultura e a um desejo manifesto por alguns grupos, sobretudo políticos, de desenvolver atividades turística em Viçosa, como forma de desenvolvimento socioeconômico para o município.

Na primeira parte faremos uma breve apresentação acerca do momento histórico em que emerge o turismo como possibilidade de desenvolvimento econômico, no mundo ocidental, de forma genérica e em Viçosa de maneira particular. Em seguida buscamos demonstrar como o interesse pelo turismo levou políticos e intelectuais a uma preocupação crescente com a cultura bem como suscitou interesses e ideias distintos a esse respeito. Por último, analisaremos dois casos que geraram amplos debates entre grupos opositores e auxiliam na compreensão de um processo de disputas políticas, ideológicas, de classe. Uma verdadeira luta pelos espaços da cidade e pelo poder de determinar a autoimagem que a cidade deveria oferecer aos seus consumidores/turistas.

3.1: O turismo e seus papéis cultural e econômico na transição do século XX para o XXI.

No final da década de 1980, observa-se o surgimento ou a intensificação das políticas públicas voltadas à proteção da memória, do meio ambiente, do patrimônio histórico e cultural, das tradições e festas típicas da cidade de Viçosa. O Poder Público Municipal, criaria novos órgãos e estabeleceria normatizações que regulamentariam as questões relacionadas à cultura no município.

Pode-se considerar que parte da responsabilidade pelo fenômeno das políticas públicas na área cultural em Viçosa, deve-se ao discurso identitário apregoado por alguns grupos da sociedade viçosense, desde o início dos anos 1980. Vimos que esse discurso se fundamentava principalmente, na visão segundo a qual, a criação da UFV teria provocado um conjunto de mudanças rápidas e profundas desde a década de 1970. Novamente, percebe-se a influência do discurso defendido por Maria do Carmo Tafuri Paniago (entre outros), justificando outros discursos e embasando iniciativas do poder público municipal. Em resposta às mudanças mencionadas pela autora, um determinado grupo social propôs a definição de uma identidade local e elegeu determinados personagens, lugares, práticas culturais ou acontecimentos passados, como alicerces de seu discurso identitário.

3.1.1: Viçosa e a proteção aos bens culturais e naturais: discussões socioeconômicas e políticas.

A *Folha da Mata* publicou em janeiro de 1988, o seguinte artigo, a respeito da chamada “Lei Sarney”, Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986¹:

O Departamento de Cultura da PMV já está inscrito no C.P.C. – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural – do Ministério da Cultura, **podendo receber patrocínio e doações** instituídas pela Lei 7.505, a chamada “Lei Sarney”. Esta lei, regulamentada em 2 de julho de 1986, prevê a **concessão de benefícios fiscais em operações de caráter cultural. Desse modo o Departamento de Cultura da PMV esta apto a fornecer recibos no valor de doações que receber de particulares ou empresas, que por sua vez poderão se beneficiar com o desconto no imposto de renda.** [...] Quanto às áreas culturais beneficiadas, elas são: o **artesanato, folclore, atividades de preservação, artes plásticas, literatura, teatro, biblioteca, museu, dança, música.**

¹ LEI, Sarney. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109576/lei-sarney-lei-7505-86>. Consulta em 09/11/15.

Embora reconheça que não se pode esperar muito de Viçosa porque o município não arrecada muito, o diretor do Departamento de Cultura da PMV disse que esforços serão feitos no sentido de se conseguir apoio de empresas e colaboradores de fora. **‘A idéia é transformar Viçosa num pólo do turismo cultural’** ressaltou Jerushon Ayres de Moraes, para concluir.

Os projetos para 88

Já de posse do certificado de cadastramento junto ao C.P.C. do MINC, **o Departamento de Cultura da PMV elaborou um extenso programa de projetos culturais para execução no decorrer do ano de 1988, nas diversas áreas de sua atuação.** Na área de ‘Festivais e Eventos Programados’, o Departamento relacionou as seguintes atividades em que estará atuando este ano: **Exposições quinzenais com artistas viçosenses; Feira de Artesanato da Microregião de Viçosa; Gincana Artística de pintura de muros; Festejos do Dia da Cidade; II Exposição Agropecuária e Industrial de Viçosa; Carnaval; Festival de Música Sertaneja; Mostra de Teatro Amador de Viçosa; Concurso de Fotografia ‘Mostre a sua Cidade’, lançamento de disco ‘Músicos de Viçosa’, Ruas de Lazer; Concurso Livre de Poesia Viçosense.** O Departamento relaciona também na programação cultural de 88 alguns ‘Projetos Especiais’, com as seguintes atividades: **Circo da Cultura; Teatro Municipal; Biblioteca Pública Municipal; Pinacoteca Pública Municipal; Teatro Infantil nas Escolas; Teatro para o Povo; Memória da Cidade; Ampliação da Casa da Cultura; Vídeo-Sala; Lira Santa Rita; Cultura com Lazer, Centro de Artes; Artesão.** Também previsto pelo Departamento [...] participação em **encontros culturais nas áreas de memória, museu, restauração, arquivo, biblioteca, cinema, literatura, música, fotografia, artes cênicas (teatro, circo e dança), artes visuais, antropologia.** Finalmente, os projetos culturais do Departamento de Cultura da PMV preveem ainda a assinatura de convênios com entidades culturais para bolsas de estudos e pesquisa².

O contexto de redemocratização vivenciado pelo Brasil a partir da segunda metade da década de 1980, além dos fatores externos, colaborou para que a cultura passasse a ser valorizada e, conseqüentemente, se tornasse alvo de discussões e políticas públicas. A Constituição promulgada em 1988, durante o governo do presidente José Sarney, foi qualificada de “cidadã”, exatamente por estender a cidadania, garantindo plenos direitos, aos brasileiros. A valorização da diversidade cultural ganha espaço nos cenários político e econômico do Brasil e se materializa em políticas públicas de incentivo cultural em todo o país. É o caso da chamada “Lei Sarney”, que, até mesmo antes do vigor da nova Carta, já estabelecia estratégias para o apoio às atividades culturais no Brasil.

Sob influência dos cenários nacional e internacional de interesse pela cultura, ocorrerá em Viçosa, assim como em muitas outras cidades brasileiras, uma valorização das práticas culturais não apenas social, mas, também nas esferas política e econômica. Através das publicações feitas no jornal *Folha da Mata* e documentos que tramitaram na Câmara Municipal de Vereadores de Viçosa (CMV), percebe-se a atribuição de uma importância cada vez maior às questões ambientais e à cultura de maneira geral. Em 1974, por exemplo, Antônio Chequer remeteu à CMV o “Projeto de Lei” nº 06/74, para a criação do

² “Departamento de Cultura da PMV já pode receber patrocínio e doações pela ‘Lei Sarney’”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG, nº 989 - 30 de janeiro de 1988. p.9. Grifos nossos.

Departamento de Turismo e Cultura. A criação de um Departamento de Cultura ainda era o objetivo do “Projeto de Lei” nº 21/1987, de autoria do então Presidente da Câmara, Roberto Passarinho e foi remetido ao Prefeito José Américo. Em 1992, o “Projeto de Lei” nº 023/92 pretendia que se concedessem incentivos fiscais a projetos culturais. Naquele mesmo ano o vereador Arnaldo Andrade remetia uma “Indicação” ao Prefeito Municipal para que este aprovasse o “Anteprojeto de Lei” que incentivava o aprimoramento das artes e incentivos à cultura no município. Em 1993 a Lei nº 899 de 14 de janeiro de 1993 criou a “Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo” (SMCELT) de Viçosa. Ligada à ela, haveria o “Departamento de Patrimônio” com as funções principais de: proteger o patrimônio natural e cultural, inventariar bens culturais e tomba bens imóveis. Em 1996 o “Projeto de Lei” nº 031/96 propunha a criação do “Conselho Municipal de Cultura, Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa” (CMPCAV) e naquele mesmo ano foi assinada a Lei 1143/96 relacionada à proteção dos patrimônios cultural e ambiental de Viçosa. Em 1998, a concretização do “Projeto de Lei” nº 014/98 deu-se em 20/05/98, quando foi assinada a Lei nº 1255/98, a qual modificava a determinação da Lei nº 899 de 1993 e renomeava a SMCELT, acrescentando a ela o termo “patrimônio” (Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer, Turismo e Patrimônio), modificando também a nomenclatura do “Departamento de Patrimônio”, o qual passava a ser “Departamento de Patrimônio, Arquivo e Proteção” (DPAP). Ainda em 1998 foi assinada a Lei nº1283 a qual instituiu o Conselho Municipal de Turismo. A Lei nº1523/2002 instituiu o Código de Meio Ambiente do município de Viçosa. A Lei 1574/2003 instituiu o Código de Posturas³.

E esses não foram todos os documentos que tramitaram na Câmara Municipal de Viçosa, a respeito de assuntos referentes à cultura, ao longo de tantos anos. São apenas alguns exemplos que indicam a frequência com que o assunto passou a ser discutido no Legislativo municipal e quais foram as instituições, atividades, valores, etc, mais valorizados por aqueles legisladores, ao longo do período. Independentemente de terem sido aprovadas ou não, essas indicações, projetos de leis, requerimentos, solicitações, etc, demonstram um crescente empenho por parte dos vereadores do município de Viçosa, ao longo de quatro décadas – 1970 a 2000 – no sentido de estimular o desenvolvimento cultural e a preservação ambiental. Vejamos também alguns recortes da *Folha da Mata*, que apontam preocupações semelhantes às que vinham sendo discutidas entre os vereadores do município.

³ Cf: www.leismunicipais.com.br. Consulta em: 03/06/2015; Arquivo da Câmara Municipal de Viçosa, MG: <http://www.lampeh.ufv.br/camara/?link=docCon>. Consulta em: 06/06/2015 e <http://www.vicosamg.br/legislacao>. Consulta em: 06/06/15.

Em setembro de 1988 publicou-se uma notícia a respeito da participação da professora Maria do Carmo Tafuri Paniago como sócia efetiva da “Comissão Mineira de Folclore”⁴. Já em 1990, noticiaram a criação da “Comissão de Cultura e Assistência Social”. Segundo o articulista:

[...]a eles competem analisar e dar parecer a mesa do Legislativo nos assuntos de exames, servindo seus pareceres de base para discussões e votações. [...] “Competência” [...]: Comissão de Cultura e Assistência Social – **Emitir parecer sobre os projetos referentes à educação, ao ensino e as artes, ao patrimônio histórico**, aos esportes, à higiene e saúde pública e às obras assistenciais⁵.

Além disso, destacam-se também, as notícias a respeito de organizações que visavam à manutenção das “tradições” de pequenos grupos que viviam na cidade de Viçosa e que se identificavam de acordo com critérios variados. Também foram muito comuns, as notícias sobre eventos relacionados às questões ambientais, alguns promovidos pela Prefeitura Municipal e outros pela UFV. Sobretudo no início da década de 1990, tais notícias se tornaram bastante frequentes, como por exemplo, no segundo semestre do ano de 1990, quando em setembro publicaram que “Estudantes japoneses da UFV fundam entidade para preservar a cultura e a tradição”⁶. Em outubro saiu a seguinte nota: “Meio ambiente é tema de discussão na abertura da Semana Acadêmica de Agronomia”⁷. No mês de novembro a “Semana Cultural Japonesa”⁸ ganhou destaque e, ainda que na página 9, o movimento negro foi lembrado na matéria “Negros: uma raça em busca de igualdade”⁹. Em dezembro do mesmo ano, também numa parte de pequeno destaque no jornal, publicou-se a nota intitulada “Exploração Florestal na microrregião foi debatido em seminário”¹⁰.

Como procuramos demonstrar, essas atitudes estavam em consonância com movimentos nacionais e internacionais que caminhavam no mesmo sentido e que

⁴ “Viçosense é sócia efetiva da Comissão Mineira de Folclore”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG, nº 1020, 02 de setembro de 1988. p.4.

⁵ “Legislativo viçosense aprova novas comissões permanentes”. *Folha da Mata*. Viçosa –MG, nº 1121, 11 de agosto de 1990. p.10. Grifos nossos.

⁶ “Estudantes japoneses da UFV fundam entidade para preservar a cultura e a tradição”. *Folha da Mata*. Viçosa, MG. Nº 1127, 22 de setembro de 1990. P.5.

⁷ “Meio ambiente é tema de discussão na abertura da Semana Acadêmica de Agronomia”. *Folha da Mata*. Viçosa, MG. Nº1131 - 20 de outubro de 1990.p.2

⁸ “Semana cultural Japonesa começa na terça-feira”. *Folha da Mata*. Viçosa, MG. Nº1133, 03 de novembro de 1990.p.1.

⁹ “Negros: uma raça em busca de igualdade”. *Folha da Mata*. Viçosa, MG. Nº1136, 24 de novembro de 1990.p.9.

¹⁰ “Exploração Florestal na microrregião foi debatido em seminário”. *Folha da Mata*. Viçosa, MG. Nº1139, 15 de dezembro de 1990.p.12.

demonstravam tanto uma preocupação em defender a identidade dos grupos sociais ou comunidades.

Esse interesse duplo que envolve tanto questões globais quanto locais, fica bastante evidente no caso de Viçosa. Como vimos nos capítulos 2 e 3, a preocupação em defender uma identidade e em estabelecer uma memória coletiva baseada em determinados fatos, personagens e valores, pode ser percebida, vinda da parte de alguns grupos desta sociedade, desde o início da década de 1980. Por outro lado, observa-se pelos trabalhos da Câmara Municipal de Vereadores e também por publicações feitas no periódico *Folha da Mata*, que o interesse pela cultura e pelo meio ambiente passou a ter um fim mais pragmático a partir da década de 1990 e também foi se tornando mais expressiva. Nos dois tipos de documentos analisados, transparece o interesse maior em desenvolver a atividade turística no município, como uma possível “indústria”.

Quando o elemento financeiro ganha a cena, o contexto se modifica e precisa ser analisado dentro dessa especificidade. A partir do final do século XX, seguindo uma tendência internacional de mercantilização do lazer, uma sofisticação do capitalismo globalizado para estimular um novo tipo de consumo, associado à cultura, ao descanso, ao contato com a natureza, etc. O turismo será visto como fonte de lucro e a cidade de Viçosa, que como tantas outras cidades brasileiras, estava ainda fortemente ligada ao campo e tinha um setor industrial incipiente, vê nessa nova atividade uma possibilidade de desenvolvimento econômico.

Nesse novo contexto, interessa-nos refletir acerca das atividades, instituições, valores, lugares, paisagens, que serão elencados por políticos, cidadãos comuns, artistas, intelectuais, enfim, pelos protagonistas dessa nova fase da história de incentivo à cultura em Viçosa. Além disso, buscaremos analisar os discursos que foram mobilizados durante aquele período para justificar tais escolhas. Alguns grupos sociais em Viçosa, seriam os responsáveis, a partir dos anos 1990 por uma nova etapa no processo de estabelecimento de uma identidade local: estabelecer um menu dos principais atrativos da cidade com vistas a chamar a atenção dos turistas. Evidentemente, isso demandará discussões também relacionadas à necessidade de “preparar a casa” para receber as visitas. Os possíveis problemas de infraestrutura urbana, questões ambientais, manutenção das tradições, proteção ao patrimônio, criação de instituições culturais, etc, seriam pontos essenciais nas pautas de discussões do poder público local e também dos setores econômicos direta e indiretamente relacionados à questão do

turismo. Tratava-se de uma questão que envolvia amplos e distintos interesses e que atraiu a atenção de muitos grupos.

Por fim, estamos interessados em analisar qual a autoimagem assumida pela sociedade viçosense e divulgada agora, como atrativo turístico aos possíveis interessados em aproveitar o que a cidade poderia oferecer nesse âmbito. Percebe-se, claramente, o interesse de se estabelecer uma “identidade turística” para a cidade e, é claro que esse jogo de poder e interesses, que explicita a luta dos diferentes grupos por seus espaços na cidade – não apenas para participar dela, mas, para usufruir do que ela pode oferecer – não se dará sem conflitos. Ao fim e ao cabo, a análise do processo e de seus resultados, demonstrará quais foram as vozes em jogo, e, dentre elas quais prevaleceram e quais foram silenciadas. Além disso, permitirá também, apontar possíveis vozes sociais que sequer participaram das discussões e cujas referências, possivelmente, não fizeram parte daquilo que a cidade passou a oferecer como suas melhores características ou seus pontos de identificação cultural.

Vejamos a partir de agora, através de publicações do jornal *Folha da Mata*, algumas das principais discussões levantadas em Viçosa, ao longo desse processo de investimentos financeiros, intelectuais e de forças sociais para desenvolver a atividade turística na cidade.

3.2: Os bens culturais e naturais a serviço do turismo: em busca de identidade e de capital.

Como enfatizamos anteriormente, o final do século XX e o início do XXI seria um momento marcado pela valorização da cultura e dos recursos naturais, por diversas razões, entre as quais a possibilidade de eles serem explorados como negócios no ramo do turismo.

Por ser uma “cidade universitária” e contar ainda com o Colégio de Aplicação da UFV – COLUNI, que até hoje, atrai alunos de todas as regiões do país para cursarem o Ensino Médio, além das diversas escolas particulares e faculdades, Viçosa tornou-se um polo captador de contingentes de trabalhadores, vindos da região, em busca de empregos voltados direta ou indiretamente àquelas instituições. Além disso, o fato de ter seu nome relacionado ao período da Primeira República, devido aos políticos que se destacaram no cenário nacional

– principalmente o ex-presidente da República Arthur da Silva Bernardes – poderia significar um atrativo a mais para a atividade turística no município.

É interessante observar o processo de discussões promovidas por políticos, intelectuais ou por cidadãos comuns, no que tange à questão do desenvolvimento do turismo em Viçosa, e destacar os argumentos utilizados para selecionar as atividades, os lugares, as paisagens, a serem valorizados. Diversos grupos reivindicariam espaço para suas atividades na cidade e mobilizariam discursos que justifiquem a lista de elementos culturais e naturais que, na sua opinião, representam a identidade local. Como não se trata apenas de uma questão social e, conseqüentemente, política, mas, também econômica, as discussões seriam bastante acirradas e interesses variados comporão um cenário de luta pela territorialização das referências que melhor se relacionarem àqueles interesses.

Evidentemente, a luta pelo estabelecimento de elementos que representem a cidade e sua população, é, ao fim e ao cabo, a definição de uma identidade. Portanto, a questão central que ora discutimos é: qual é a identidade que Viçosa assumirá perante aos turistas? Qual o público alvo deste turismo? Quais atividades turísticas a cidade oferecerá? Nesse caso, questões de peso estão em jogo, posto que tais definições garantirão importância social, política e econômica aos grupos que estavam relacionados à indústria turística.

Pierre Bourdieu analisa com profundidade essa questão das diferenças expressas entre grupos sociais, como elementos simbólicos de distinção social, na luta pelo poder. O autor ressalta a necessidade de o pesquisador se interessar pelos personagens que aparecem no jogo da distinção e pelos lugares sociais que estes ocupam, visto que a pessoa que profere o discurso e o lugar social do qual ela o profere, são partes fundamentais do próprio discurso, na disputa pelo poder¹¹. Ainda segundo Bourdieu, quando um indivíduo ou grupo social faz certas escolhas, manifestando o que afirma ser o “seu gosto”, ele está, na verdade, criando, a partir de elementos que recebeu ao longo de sua trajetória de vida – aquilo a que Bourdieu denomina “capital cultural” – uma estrutura simbólica através da qual se distinguirá socialmente. Os “gostos” são compartilhados por alguns, e, ao mesmo tempo, os distingue dos “outros”, os quais possuem outro “gosto”¹². Segundo o autor:

De fato, basta abolir a barreira mágica que transforma a cultura legítima em um universo separado para perceber relações inteligíveis entre ‘escolhas’, aparentemente, incomensuráveis [...]. O consumo de bens pressupõe [...] um trabalho de apropriação; ou,

¹¹ BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. 1ª reimp. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008. P.18.

¹² *Ibidem*. P. 95.

mais exatamente, que o consumidor contribui para produzir o produto que ele consome mediante um trabalho de identificação e decifração [...]¹³.

E isso, por sua vez, nos remete novamente, ao dualismo entre a luta por identidade, da parte de alguns grupos sociais e a cultura globalizada. A análise de Bourdieu sobre as condições que nos propiciam o estabelecimento de nossos modos de vida permite uma constatação importante, no caso específico da relação entre identidade e turismo. A definição de um “cardápio turístico”, o qual tenta balizar tanto o que a cidade pode e quer oferecer, quanto aquilo que ela imagina ser o interesse de seu turista em potencial, é um processo no qual os protagonistas mobilizam discursos pautados nos “gostos”, mas, que na realidade, demonstram seus ideais de “*distinção*”, na luta pelo poder. Em outras palavras, aquilo que será apresentado ao final, como uma espécie de “*vocação turística da cidade*” é o resultado de uma disputa, na qual alguns discursos sobressaíram e outros não. Cada um tentará demonstrar, mediante justificativas diversas, por que suas referências – seus “gostos” – devem ser priorizados como representações para a cidade.

Entretanto, esse desejo de distinção deve explicitar aos olhos do pesquisador, o jogo de interesse e poder que mantem tais discursos: quem fala, de onde fala e quais os seus possíveis interesses. No caso do turismo, os interesses envolverão poder político, status social, mas, também ganhos financeiros e, por essa razão, é fundamental analisar essa relação mencionada por Bourdieu, entre produto e consumidor. Vejamos, a seguir, como isso pode auxiliar na compreensão do processo ocorrido em Viçosa.

Ainda no final da década de 1980 a *Folha da Mata* publicava diversas notícias que demonstram direta ou indiretamente, a preocupação e/ou o desejo por parte de alguns grupos da sociedade viçosense, em desenvolver atividades turísticas no município. É o caso do artigo a seguir, publicado em 1987:

A partir do ano que vem, Viçosa deverá ser incluída no roteiro turístico de MG, passando a integrar o calendário de cidades turísticas divulgada pela Turminas. Trabalho neste sentido vem sendo realizado pelo **vereador** Joaquim Rocha Filho, juntamente com o **ex-prefeito viçosense e diretor da Hidrominas**, Antônio Chequer, que já tiveram audiência com o **presidente da Turminas** em BH, Pedro Nassis, **apresentando e discutindo o potencial turístico do município**, com ênfase, segundo o vereador, para a **Semana do Fazendeiro promovida pela UFV [...]**, a **festa da Padroeira (Santa Rita)** e a **Semana Santa ao vivo**,

¹³ *Ibidem. Loc. Cit.*

já uma tradição do município com 15 anos de apresentação consecutiva, com apenas uma interrupção neste período. [...] ¹⁴.

Por ser essa a primeira iniciativa para se estabelecer um “pacote turístico” de Viçosa, a que tivemos acesso, vamos toma-la como referência e confrontá-la com novas propostas que serão feitas ao longo da década de 1990. Neste primeiro caso, já destacamos, como indica Pierre Bourdieu, quem são os enunciadores do discurso: em primeiro lugar, é a própria *Folha da Mata*, a qual como meio de comunicação de massa e formador de opinião, adquire uma participação importante no processo, no momento em que escolhe noticiar o fato, dando-lhe ainda, grande destaque, em sua primeira página. Em segundo lugar, são os próprios indivíduos mencionados pelo articulista, sobretudo pelos lugares sociais que ocupavam naquele momento: vereador, ex-prefeito e diretor da “*Hidrominas*” e presidente da “*Turminas*”. Fica evidente que se trata de uma estratégia política, com vistas à interesses que podem ir desde a ocupação do poder público municipal até o atendimento de demandas de grupos econômicos locais e/ou regionais.

Em fevereiro de 1991, também na primeira página da *Folha da Mata*, estampava-se a seguinte notícia:

Será inaugurado, no próximo dia 22 de abril, o “Espaço Cultura” de Viçosa. A idealização é do Vídeo-Cine e o local de funcionamento será no prédio do antigo Cine Odeon, na Praça Silviano Brandão. [...] **O objetivo maior do investimento é o de atender a lacuna de falta de eventos culturais na cidade, principalmente em relação aos estudantes de 1º e 2º graus.** [...] ¹⁵.

Em seguida, na página 4 da mesma edição, o colunista Tony Mello emitia a seguinte opinião a respeito da iniciativa de um empresário do ramo imobiliário de Viçosa, em relação ao mesmo prédio mencionado no artigo anterior, onde funcionaria o “Espaço Cultura” de Viçosa:

Partiu da **visão progressista** do empresário Nelson Maciel a **preservação do prédio onde funcionou durante mais de 60 anos o Cine Odeon – Praça Silviano Brandão, mantendo todas as suas características encontradas.** Sua remodelação interior foi toda custeada pelo **empresário**, que ali **vai inaugurar, no próximo mês, o Espaço Cultura, sem fins lucrativos.** [...] **Projeto idealizado pelo empresário Nelson Maciel que, conhecedor das deficiências do espaço físico para promoções na área cultural viçosense, procura dar sua colaboração, pois acredita no potencial desta cidade e região. São**

¹⁴ “Viçosa no roteiro turístico de MG”. *Folha da Mata*. Viçosa, MG. Nº 985, 19 de dezembro de 1987. p.1. Grifos nossos.

¹⁵ “Espaço Cultura será inaugurado em abril”. *Folha da Mata*. Viçosa, MG. Nº 1152, 16 de fevereiro de 1991. p.1. Grifos nossos.

atitudes nobres como esta que vão manter a cultura de Viçosa no lugar de destaque que sempre ocupou em Minas Gerais¹⁶.

Nada pode ser mais contraditório que as expressões “progressista” e “preservação de todas as características encontradas”, na mesma frase! Percebe-se que há o interesse em apresentar o empresário como um “benfeitor da cultura de Viçosa” que, naquele momento, quando o Poder Público Municipal demonstrava interesse em desenvolver o turismo local, o empresário não escolheu o referido prédio ao acaso e nem agiu “sem fins lucrativos”.

Ao longo da década de 1990, percebe-se uma valorização de diversas atividades culturais em Viçosa e um desejo manifesto por parte de algumas pessoas, de que muitas dessas atividades fossem mais estimuladas pelo poder público local e até pudessem ser transformadas em tradições locais. Eric Hobsbawm e Terence Ranger analisam o processo de elaboração e as funções políticas e sociais que podem ser atribuídas às práticas culturais consideradas “tradições”¹⁷. Segundo os autores, muitas vezes, tomam-se como muito antigas, práticas que são bastante recentes e que, portanto, foram inventadas como tradições, para atender a alguma necessidade de certo grupo social. De acordo com Hobsbawm e Ranger tal processo, que é um exercício de poder, ocorreria

Quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as ‘velhas’ tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta¹⁸.

Desta forma, tem-se que as tradições são selecionadas e podem mudar sempre que se tornam caducas ou serem modificadas de forma a atender às necessidades do grupo social a elas relacionado. Além disso, momentos de mudanças aceleradas são especiais para que novas tradições sejam forjadas. Mais do que a busca por suas origens, o historiador deve buscar compreender o processo de elaboração e as funções que as tradições poderão exercer num determinado contexto histórico.

Para citar alguns exemplos, apresentaremos chamadas de artigos publicados no jornal *Folha da Mata* ao longo de diversos anos, relacionados a acontecimentos culturais da cidade.

¹⁶MELLO, Antônio. “Espaço preservado”. *Folha da Mata*. nº 1152. Viçosa – MG, 16 de fevereiro de 1991. Coluna Social Tony Mello. p.4.

¹⁷ HOBBSAWN, Eric; & RANGER, T. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

¹⁸ *Ibidem*. P.12.

Assim, vemos, por exemplo, na edição de 16 de fevereiro de 1991, as publicações de três artigos referentes a eventos que ocorreriam na cidade naquele mês. O primeiro, publicado na página 4, intitulado “Seara/91: 3 mil pessoas louvam a Jesus Cristo durante o Carnaval”¹⁹, é uma menção ao evento promovido pela Renovação Carismática Católica de Viçosa, durante o feriado do Carnaval. Esse encontro é realizado no *campus* da UFV e continua ocorrendo, sendo já considerado tradicional em Viçosa. Nas páginas 5 e 6 da mesma edição, o jornal trazia notas sobre o “carnaval de rua” de Viçosa, fazendo menção à uma escola de samba e à retomada da festa na cidade. O primeiro artigo foi intitulado “Carnaval 91: os bons tempos voltaram”²⁰ e o segundo notícia: “A avenida foi verde e rosa: Unidos dos Passos é a grande campeã de 91”²¹.

Em setembro de 1991 observa-se uma queixa do *Folha da Mata* ao mencionar o feriado do dia 07 de setembro. A impressão é de que os articulistas consideraram que a festividade não recebeu a devida importância em Viçosa. Desta forma, na primeira página do jornal publicou-se a chamada “7 de setembro salvo pela banda”²² e na página 6 há outro artigo, intitulado “Viçosense perde a tradição e não comemora 07 de setembro”²³. Chama a atenção, a importância que o jornal atribui ao feriado e ao que denomina “perda de tradição”.

Também a Coluna Social do *Folha da Mata*, então assinada por Antônio Mello, propunha ideias para essa “vocação turística” que se pretendia estabelecer para Viçosa. É o que se percebe em seu texto publicado em maio de 1993, no qual comentava as festividades católicas em honra   Padroeira de Viçosa, Santa Rita de Cássia:

A população viçosense viveu mais um dia glorioso, no último sábado – dia 22 de maio – festejando com muita religiosidade o dia de sua padroeira, Santa Rita de Cássia. Além das missas celebradas com a bênção das rosas, a procissão, contornando a Avenida Santa Rita e retornando ao Santuário, onde a imagem foi recebida com fogos, preces, aplausos, lágrimas e muita emoção, foi mais uma vez o ponto alto das festividades. A bem da verdade, o número reduzido de fogos deixou a imensa massa humana que se concentrou na Praça Silvano Brandão, um tanto frustrada. Será a crise? Outro ponto a lamentar foi a falta de festividades durante o dia – feriado municipal – que poderia ser melhor explorado como convém a uma grande festa. **O grande número de festeiros e festeiras poderia transformar o Dia de Santa Rita, em atração turística – religiosa para a cidade, atraindo para Viçosa, toda a região. Basta associar a festa com a Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo da Prefeitura**²⁴.

¹⁹ *Folha da Mata*. Viçosa – MG, n . 1148, 16 de fevereiro de 1991. p.4.

²⁰ *Ibidem*. P.5.

²¹ *Ibidem*. P.6.

²² *Folha da Mata*. Viçosa – MG, n . 1178, 14 de setembro de 1991. P.1.

²³ “Viçosense perde a tradição e não comemora 07 de setembro”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG, n  1178, 14 de setembro de 1991. P.6.

²⁴MELLO, Antônio. “Santa Rita”. *Folha da Mata*. N  1267, Viçosa – MG, 29 de maio de 1993. Coluna Social Tony Mello. p.7.

No entanto, é imperativo mencionar os diversos artigos publicados pelo arquiteto Aguinaldo Pacheco na coluna que em determinados períodos dividiu com o viçosense Dionísio Ladeira. Essa coluna intitulada “Cidade Aberta” veiculou, sobretudo, críticas, opiniões, sugestões do arquiteto Aguinaldo Pacheco e crônicas sobre Viçosa, de autoria de Dionísio Ladeira²⁵. Posteriormente, as crônicas foram publicadas em formato de livros e a coluna “Cidade Aberta” deixou as páginas do *Folha da Mata* e tornou-se em 2010, um *blog*²⁶, mantido pelo arquiteto Aguinaldo Pacheco e que já mencionamos em passagens anteriores. No início da década de 1990, quando estava vinculada à *Folha da Mata*, a coluna teve importante papel de divulgar as ideias políticas do arquiteto, as quais interessam muito à discussão que estamos realizando.

Como político e arquiteto, Aguinaldo Pacheco discutiu amplamente questões relacionadas à infraestrutura urbana de Viçosa, defendendo, por exemplo, a criação do PDV e sendo agente direto nesse processo. Além disso, Aguinaldo também discutiu questões relacionadas ao patrimônio histórico-cultural de Viçosa, relacionando-o tanto ao turismo quanto à sua importância social.

Em 1992, Aguinaldo Pacheco publicou diversos artigos em sua coluna do jornal *Folha da Mata*, discutindo a importância do desenvolvimento do turismo como recurso econômico para o município de Viçosa. Suas ideias se destacam pela maneira como ele elenca as atividades culturais e os locais que poderiam - segundo a sua opinião - trazer recursos para a cidade, desde que se tornassem tradições. É o caso dos artigos que transcrevemos a seguir.

Na edição de 21 de março de 1992, Aguinaldo Pacheco publicou o seguinte texto:

Em artigos anteriores, conceituamos Viçosa como uma cidade prestadora de serviços, mais que uma cidade industrial. Dentre estes serviços, abordamos a questão do “**Vale das Ideias**” e de um “**Espaço Cultural**” mas faltou-nos destacar as **Festas Populares e seu aspecto turístico. E turismo, além de cultura é, numa visão pragmática, indústria, e como tal significa circulação de dinheiro. Falar de turismo em Viçosa pode parecer, a priori, uma questão sem sentido. Não temos um acervo arquitetônico de grande significado histórico, não temos belezas naturais de destaque e nem eventos culturais de relevo e consolidados.** Mas, se prestarmos atenção em nosso calendário anual, percebemos a existência de **eventos que, se estimulados e divulgados, poderão se tornar grandes acontecimentos culturais e turísticos.** Começamos pela **Universidade** que, com seu Campus bem cuidado e suas **atividades acadêmicas e científicas**, já é, por si só, um grande atrativo e razão de muitas visitas à nossa cidade. [...] O **Museu Arthur Bernardes, se bem montado, e com caráter histórico que extrapole o culto à personalidade, suscitará a vinda de pesquisadores e também de visitantes curiosos.** No entanto, **vejo como grande potencial turístico de Viçosa, suas Festas Populares.** Primeiramente, a

²⁵ Conferir: LADEIRA, José Dionísio. *Viçosa é terna*. Viçosa: Folha de Viçosa, 2003; *Gente Viçosa*. Viçosa: Editora UFV, 2004; *Viçosa: uma saudade*. Viçosa: Folha de Viçosa, 2004; *Sempre Viçosa*. Viçosa: Folha, 2009.

²⁶ PACHECO, Aguinaldo. “Viçosa: Cidade aberta”. Conferir: <http://vicosacidadeaberta.blogspot.com.br/>. Consulta em 4 de dezembro de 2015.

grande festa popular, a **sexagenária Marcha Nico Lopes**. [...] Esta manifestação, que é exclusiva daqui, pode e deve se tornar uma festa de toda a comunidade e não apenas dos estudantes. A organização deve permanecer com ele – é um **direito histórico** – mas com a participação geral, esta festa integrará toda a população de Viçosa. [...] **A Festa de Santa Rita**. Só quem já viu a chegada apoteótica da Santa na Praça Silviano Brandão lotada e com os fogos (mesmo que pagos pela contravenção), pôde sentir a emoção de uma festa popular autêntica. **Esta já está pronta. É só propagandear**. Neste meio, temos a **Semana Santa**, já divulgada pela T.V. **A representação teatral, ao longo da semana é um atrativo excepcional**. **A praça**, hoje adequada a este tipo de expressão popular, comporta um grande público e poderá ser melhorada com a criação de um átrio na frente da Igreja, com balaustrada e iluminação [...]. **A festa da cidade**. Além das comemorações cívicas, encamparia a idéia da **Feira de Exposição Agropecuária**, como evento coincidente e até mesmo **Grande Bolo feito por toda a comunidade, poderia se tornar uma tradição**. **O carnaval**, que tem perambulado, sem destino, por todas as vias da cidade, merece mais atenção. [...] Até mesmo **o Retiro Espiritual**, contrapondo às folias, deve ser apoiado e divulgado. **Estas festas e atividades carrearão dinheiro e prestígio para Viçosa, por exigirão hospedagem, restaurantes [...]. Outras festas surgirão ou ressurgirão: A Cavalhada, o Congado, a Folia de Reis. Os folcloristas nos orientarão melhor. Até mesmo a “desativada” Estrada de Ferro poderá virar atrativo turístico**. A EMBRATUR tem firmado acordos com a RFFSA [...] **A Serra de São Geraldo é belíssima e poderia ser incluída em um roteiro turístico que passe por Viçosa. Tudo isso é Cultura Popular e portanto importante de se preservar**. Estas coisas existem e estão latentes. Basta provocar, estimular e investir. **Os empresários locais [...] poderiam “adotar” uma festa e usá-la como veículo de propaganda e mesmo contribuição social**. Poderíamos começar ainda este ano, no próximo mês de abril, com a de maior potencial que, repito, na nossa opinião, é a Marcha Nico Lopes, e irmos gradualmente organizando as outras. Com isto, todos nós ganhamos, principalmente Viçosa, que já é conhecida pelo seu passado e se verá revigorada no seu presente. **Turismo, uma indústria que não polui e dá dinheiro para todos**²⁷.

Neste texto percebe-se como o arquiteto identifica as práticas culturais já existentes em Viçosa, aquelas que, segundo ele, poderiam ser elencadas como suas tradições e, além disso, indica outras atividades nas quais a cidade poderia investir para que viessem a se tornar parte de suas tradições culturais. Poderíamos dizer que Aguinaldo Pacheco se coloca no papel de um “arquiteto de ideias” ou um “promotor cultural”, visando, sobretudo, ao desenvolvimento do turismo local. Nosso intuito não é criticar os projetos de Aguinaldo Pacheco, mas, demonstrar como vai haver uma conjunção de interesses entre a necessidade de desenvolvimento econômico e as perspectivas de alguns intelectuais. Isso implica em corroborar a tese de Hobsbawn e Ranger acerca de uma “*invenção das tradições*”²⁸.

Menos de um mês após esta publicação, o mesmo autor publica em sua coluna o seguinte texto:

Na origem da cidade ocidental (as cidades livres da Grécia) o espaço urbano era dividido em 3 zonas: as áreas privadas ocupadas pelas casas de moradia, as áreas sagradas – [...] – e

²⁷PACHECO, Aguinaldo. “Turismo”. *Folha da Mata*. Nº 1205, Viçosa – MG, 21 de março de 1992. Coluna Cidade Aberta – Aguinaldo Pacheco e Dionísio Ladeira. p.4.

²⁸ HOBBSAWN, Eric; & RANGER, T. *Op. Cit.*

as áreas públicas, destinadas às reuniões políticas, ao comércio, ao teatro, aos jogos desportivos, etc. [...]. De lá até os nossos dias a cidade incorporou novas funções, mas aquelas duas principalmente, atendidas pela ágora (a política) e pelo teatro (a cultura), continuam como características importantes da cidade atual. **A cidade de Viçosa, coincidentemente, possui, hoje, uma população semelhante em número, à população das cidades democráticas gregas. A democracia direta é possível aqui. Da ágora [...] temos espaços com eficiência aceitável representados pelo Calçadão (a ‘boca maldita’), pela praça e pelos espaços virtuais representados pelas rádios, pelos jornais e pelas diversas organizações populares com suas plenárias. Politicamente a vida de Viçosa é intensa e variada (apesar de conservadora e até mesmo reacionária). Infelizmente não podemos dizer o mesmo sobre o aspecto cultural (salvo quanto a segunda parte da assertiva). Falta-nos sobretudo o ‘teatro’. [...] Mesmo com esta precariedade física, Viçosa é uma cidade polo cultural. É seguramente a cidade mais movimentada da microrregião. [...] Nós não temos aqui mais nenhum cinema, nem mesmo um cine clube digno deste nome. Não temos uma casa de espetáculo. [...]**

Museu Histórico

A nossa cidade, que possui uma efervescência cultural latente, acaba por esfriar-se por falta de local para embalá-la. Como resolver estas questões? É claro que a cultura pode desenvolver-se paralela ao Estado. No entanto, o Estado deve prover a cidade de uma infra-estrutura mínima, para criar o ambiente propício a esse desenvolvimento. O poder municipal, talvez por falta de uma visão mais ampla, não consegue fazer da **Casa da Cultura o ‘carro chefe’ da intelectualidade viçosense.** A Casa da Cultura, tão à margem dos ‘agitos’ culturais de Viçosa, merece um espaço central, definitivo e adequado para exercer as suas funções. **Vemos na entrada do calçadão o prédio do atual Fórum, como um edifício bem localizado e com espaços adaptáveis para uma Casa da Cultura [...]** Quem sabe o Estado não nos doa aquele edifício? **(o Fórum poderia ir para o prédio vazio das Minas Caixa). O Museu Histórico Arthur Bernardes. Tão urgente. Tão importante. A casa abandonada poderia ser adquirida. O lote é aproveitável para outros pavilhões e até mesmo para um auditório e um memorial. Resta fazê-lo. O ex-Cine Brasil, poderíamos aluga-lo ou compra-lo, adaptando-o para um teatro. [...] O estímulo ao uso da Praça, no sábado de manhã, no domingo à tarde e à noite, para shows e apresentações. Temos lá o coreto e o ‘calombo’ que são palcos livres. Basta estimular. Finalmente, a construção de um edifício de uso múltiplo, espaçoso [...] é coisa urgente. [...] Este complexo cultural, comercial e esportivo terá importância regional, tenho certeza. Atrairá para Viçosa toda a população circunvizinha, da ordem de 500 mil pessoas e nossa cidade terá o ‘status real’ de ‘cidade universitária’, isto é, uma cidade difusora de cultura, conhecimento e comportamento. Cabe aqui um esforço conjunto da cidade e da UFV [...]**²⁹.

Nesta publicação, percebe-se a ênfase maior numa infraestrutura voltada para atividades culturais. O arquiteto fala mais em “faltas” desta vez, ou seja, enquanto na publicação anterior ele enaltece atividades culturais que existem ou poderiam existir em Viçosa, neste artigo ele critica o poder público, sobretudo o municipal, pela falta de edificações que comportem e estimulem aquelas atividades. É evidente que, nesse caso, sobressaem não apenas os interesses culturais e econômicos expressos por Aguinaldo Pacheco, mas, também os interesses políticos. Ele afirma que do ponto de vista político “Viçosa” pode ser considerada “conservadora e até reacionária” e critica o governo municipal por algo que poderíamos considerar uma negligência em relação aos estímulos a atividades culturais em Viçosa.

²⁹PACHECO, Aguinaldo. “Espaço Cultural”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1208, 11 de abril de 1992. Coluna “Cidade Aberta” – Aguinaldo Pacheco e Dionísio Ladeira. p.4.

Já no final de 1992 a preocupação de Aguinaldo Pacheco voltava-se para as festas de fim e início de ano, sempre na perspectiva de atrair turistas e, conseqüentemente, recursos financeiros a Viçosa.

No réveillon quem não tem Times Square, Trafalgar Square ou Vale do Anhagabaú, ataca de **Praça Silviano Brandão** mesmo: é o que havíamos proposto, lá pelos idos de 1988 – e antes da polêmica Nico Lopes/92 – para que, no final do ano, Viçosa promovesse alguma atividade que congregasse a população – nativa e forana – criando assim uma integração da comunidade. E nada melhor para congregar pessoas, que uma festa. [...] Mas porquê um réveillon? Festas temos em que toda a comunidade participa ativa ou passivamente. Santa Rita é a maior delas. O Natal é outra. Mas ambas, por serem festas religiosas, possuem ritmo próprio, e dificuldades há, em congregarmos todos em torno de uma ideologia e/ou crença. [...] Já o ano novo [...] A festa podemos chamar, propriamente, de uma festa popular. [...] Aqui sim, a comunidade, a Prefeitura e até mesmo empresas, podem fazer alguma coisa. No mundo inteiro tem-se tentado motivar a população para este tipo de festa. **É o turismo local, o lazer. [...] O setor de turismo, cultura e lazer da Prefeitura, poderia programar uma festa destas para 1993, pois Viçosa tem como má tradição, esvaziar-se no final e começo do ano [...].** Neste período o comércio vai a zero e por isto os preços vão ao infinito. E por não ter nada aqui, nem gente, mesmo quem não quer ou não pode, dá um jeito de ‘cair fora’ de Viçosa. [...] **Assim a ideia de um réveillon na Praça (ou na rua, para ser mais genérico e o Valente não brigar comigo) deve ser estudada como um evento turístico, cultural, de lazer e porque não político, pois irá organizar de certa forma a população, ao fazê-la reconhecer-se como comunidade**³⁰.

O ano de 1993 marcou o início de um novo governo municipal, o qual esteve muito voltado às questões culturais. Márcia Chuva demonstrou a importância do Governo Vargas a partir da década de 1930, com seus órgãos administrativos e intelectuais modernistas forjando um ideal de “brasilidade” e constituindo uma narrativa nacionalista para o país, a partir da construção de museus históricos, parques nacionais e patrimônios tombados³¹. Da mesma forma, pode-se dizer que haverá em Viçosa, a partir dos anos 1990, sobretudo a partir de 1993, um grupo de intelectuais que se tornarão importantes vozes através de diversos órgãos que serão criados para a área cultural. Destacamos nesse sentido, a importância de Marcelo Andrade como Secretário de Cultura do Município de Viçosa, do vereador Euter Paniago, do arquiteto Aguinaldo Pacheco e de outros que comporão, posteriormente, o Conselho Municipal de Patrimônio, o Departamento de Turismo, etc. Na sequência, analisaremos discursos de alguns deles, relacionados às temáticas do turismo e do patrimônio.

³⁰PACHECO, Aguinaldo. “Reveillon na praça”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. n° 1246, 31 de dezembro de 1992. Coluna Cidade Aberta. P.6.

³¹ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

Em janeiro de 1993 o *Folha da Mata* noticiava a criação da Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo (SMCELTU) e a Secretaria de Desenvolvimento Comercial e Industrial da Prefeitura Municipal de Viçosa.

[...] **Criadas as Secretarias de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo; e Desenvolvimento Comercial e Industrial.** [...] A maior novidade é a criação das secretarias de Cultura e de Desenvolvimento Comercial e Industrial. **À primeira compete promover ações de forma que as atividades culturais e artísticas,** em suas várias manifestações, sejam desenvolvidas de maneira concreta e que produzam resultados na formação cultural, no homem e no cidadão. Esta secretaria ficou dividida em 3 departamentos: Esportes, Turismo e Lazer. Já à 2ª, compete equacionar e definir os principais problemas que impedem o desenvolvimento e o crescimento do município de Viçosa, fundamentalmente nas áreas comercial e industrial, dentre outros³².

Dando início aos trabalhos, no dia 23 de janeiro de 1993 os recém-empossados secretários, deram uma entrevista ao jornal *Folha da Mata*, explicando sucintamente as diretrizes que pretendiam desenvolver em suas gestões. Na primeira página do jornal vê-se estampada a notícia “Secretários de Cultura e Desenvolvimento falam ao Folha da Mata”³³ e, na página 4 a publicação das entrevistas na íntegra.

[...] Julio Silva afirmou que encontrou uma estrutura física para iniciar seu trabalho. ‘Encontramos a estrutura da Casa da Cultura que não estava fazendo o seu papel de promover a cultura, mas apenas promovia cursos profissionalizantes [...]. Nós da Secretaria de Cultura, promovemos cursos ligados realmente à cultura, como por exemplo dança, pintura, teatro, música, etc. **Iremos fazer um trabalho integrado com a assessoria cultural da UFV para resgatarmos a cultura de Viçosa, que há anos foi relegada a 3º, 4º plano;** [...] Quanto à área de turismo, **Júlio S. informou que uma reforma no terminal rodoviário é a prioridade.** [...]

Shopping Chequer

Questionado sobre o “Shopping Chequer” o secretário disse que ele será eliminado aos poucos. [...] **Se conseguirmos tornar a cidade bela e agradável para o turista, obviamente estaremos proporcionando o mesmo benefício à nossa população.** [...] **A construção do parque de exposições também é outra prioridade [...]. Os trabalhos para implantação da biblioteca municipal de música já iniciaram.** [...] ³⁴.

Júlio Silva apresentou uma preocupação quanto à infraestrutura do Terminal Rodoviário de Viçosa e apontou a necessidade de solucionar tal problema, como uma prioridade do Departamento de Turismo da PMV. Essa foi e continua sendo uma discussão proeminente em

³² “Prefeitura tem novas secretarias”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1248, 16 de janeiro de 1993. p.1. Grifos nossos.

³³ “Secretários de Cultura e Desenvolvimento falam ao Folha da Mata”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1249, 23 de janeiro de 1993. p.1.

³⁴ “Júlio Silva: cultura não será relegada a último plano como nas administrações anteriores”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1249, 23 de janeiro de 1993. p.4.

Viçosa, para a qual ainda não foi dada uma solução definitiva. Em novembro de 1993 o então vereador Euter Paniago reiterava em sua coluna independente, publicada no *Folha da Mata*, a preocupação quanto ao aspecto da rodoviária de Viçosa e as consequências negativas disso para o desejado desenvolvimento do turismo na cidade.

Nossa Rodoviária

De certa forma, as estações rodoviárias desempenham o papel de salas de visita das cidades. [...] Quem chega de ônibus em Viçosa, pela primeira vez, está sofrendo terrível decepção. Nossa rodoviária não poderia estar em situação pior. [...] Entre reformar a rodoviária e embelezar a rua Arthur Bernardes, qual deveria ser a prioridade de um governo seriamente preocupado em contribuir para o desenvolvimento do município? [...] A época de festas de formaturas, de vestibular, de visitas de viçosenses ausentes está se aproximando, e seria de todo conveniente que nossos visitantes não se assustassem ao chegar aqui. [...] ³⁵.

Outra preocupação igualmente discutida através do *Folha da Mata*, voltava-se à comemoração do Carnaval. Numa cidade onde alguns grupos de políticos e intelectuais em geral, demonstravam empenho cada vez maior em desenvolver atividades culturais para consequentemente potencializar os ganhos com o Turismo, era realmente preocupante a situação de esvaziamento populacional durante o feriado do Carnaval. Observam-se, neste sentido, as manifestações advindas de diferentes pessoas, sempre no sentido de alertar o Poder Público Municipal acerca desta situação e, ao mesmo tempo, no sentido de despertar tal discussão também entre a população de Viçosa.

Devido à falta de maiores atrações no Carnaval/93, na cidade, o viçosense optou por viajar para outras cidades, principalmente no litoral, o que contribuiu para que o clubes locais não tivessem a frequência esperada. Mesmo os de menor poder aquisitivo procuraram os municípios vizinhos, já que, segundo informações da Viação Canaã, houve um aumento de procura de passagens na ocasião. Em relação a outras empresas, a Águia Branca, Unida e Pássaro Verde colocaram 2 ônibus extras durante o carnaval, mas a procura de ônibus para excursões foi pouca, já que, segundo as próprias empresas, só foi alugado um ônibus da Viação União e nenhum da Viação Viçosa e Canaã. Mas, no setor de turismo, em conexão com outras empresas do Estado e País, a procura foi grande, tendo a Terratur, de Viçosa, vendido 16 pacotes de viagem no mês de fevereiro, 14 para Porto Seguro (BA). **Para quem ficou em Viçosa, restaram os clubes, a avenida Santa Rita e a avenida P.H. Rolfs que, na opinião de muitos, teve o melhor carnaval da cidade, ao som de música baiana** ³⁶.

³⁵ PANIAGO, Euter. “O terrível aspecto de nossa rodoviária e outras coisas”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1290, 06 de novembro de 1993. “Coluna do Paniago”. P.2

³⁶ “Viçosenses deixam a cidade no carnaval”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1254, 27 de fevereiro de 1993. P.1.

Interessante observar a afirmação final do articulista: ele começa seu texto afirmando que o Carnaval de Viçosa em 1993 não teve grandes atrações e isso motivou o esvaziamento da cidade. E depois, conclui afirmando que os viçosenses que não viajaram, consideraram aquele o “melhor carnaval da cidade”.

No ano de 1994 essa preocupação com o carnaval e o desenvolvimento do turismo em Viçosa permanecia. Na primeira página do *Folha da Mata* de 12 de fevereiro, foi publicada a nota intitulada: “Viçosa não tem, mas é carnaval”³⁷. Na edição seguinte, publicada no dia 19 de fevereiro, a mesma página 1 estampava a seguinte chamada: “Carnaval: litoral e cidades vizinhas foram opções dos viçosenses”³⁸. Além disso, o Editorial desta edição, assinado por Pélmio S. Carvalho, proprietário do *Folha da Mata*, também foi dedicado a este assunto. No texto transcrito a seguir, pode-se perceber a opinião do editor do jornal acerca das questões relativas ao turismo, ao carnaval, ao poder público e à sociedade viçosense naquele contexto:

[...] A ausência de qualquer manifestação carnavalesca em Viçosa é prova cabal e irrefutável de que **os conterrâneos do saudoso presidente Bernardes esperam, impávidos** – melhor, assistem, sonolentos – o passar da vida, satisfeitos com o que ela lhes deu e proporciona, como se sacerdotes de um fatalismo oriental. **Não houve carnaval em Viçosa**. Nem mesmo a mais remota manifestação popular que nos lembrasse estar em pleno ‘tríduo de Momo’, como se dizia em tempos idos. **E culpa de quem? A maioria absoluta dos viçosenses [...]. [...] E Carnaval é cultura, é lazer popular, é TURISMO, com maiúscula**. Que o digam o Rio de Janeiro, a Bahia e adjacências. **Mas, parece-nos que cultura para a atual administração municipal é apenas teatro e exposição de cerâmica e filatelia e que, a continuar assim, antes de 1996, teremos encenadas em Viçosa, Shakespeare e Molière, com atores e platéia convidados das principais cidades do país**. [...] Um cálculo, por baixo e envolvendo só cervejas, mostra que 48 mil garrafas deixaram de ser vendidas em Viçosa, mas que, certamente, foram consumidas por viçosenses, em praias do ES, RJ e BA, sem falar em Ouro Preto, Diamantina, Leopoldina, Teixeiras e São Miguel do Anta. **Cerca de 25 milhões de cruzeiros, só em cerveja, caíram em outros caixas**. E nossos comerciantes deixaram de lucrar, ainda só em cerveja, 15 milhões de cruzeiros reais. Agora, some-se à cerveja, todas as outras bebidas, comidas, roupas, enfeites e tudo mais que se consome em um carnaval. São faturamento e lucro nada desprezíveis. Ou, se preferirem: Omissão, comodismo e burrice às carradas³⁹.

No trecho sublinhado o editor do *Folha da Mata* remete uma crítica direta aos trabalhos da SMCELT e sugere outros investimentos à PMV para o desenvolvimento do turismo. Em uma visão bastante pragmática, o Editor Chefe do *Folha da Mata* considera que o Carnaval seria um bom feriado para que Viçosa pudesse captar recursos com o turismo. Percebe-se que é um outro ponto de vista, o qual conduziria a cidade a um tipo diferente de atividade

³⁷ “Viçosa não tem, mas é carnaval”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1302, 12 de fevereiro de 1994. P.1.

³⁸ “Carnaval: litoral e cidades vizinhas foram opções dos viçosenses”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1303, 19 de fevereiro de 1994. P.1.

³⁹ CARVALHO, Pélmio S. “Descarnavalização (como diria Gil)”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1303, 19 de fevereiro de 1994. P.1. Editorial.

turística. Enquanto a SMCELT pensava em criar bibliotecas, oficina-escola de artes, teatro, museu, entre outros, havia também os defensores das festas de rua, com grande consumo de cerveja e que atraíssem muitos visitantes a Viçosa em algumas épocas do ano.

Antônio Mello que, durante a década de 1990 assinou a “Coluna Social” do jornal *Folha da Mata*, também opinou sobre questões referentes ao turismo em Viçosa. Em Julho de 1993, ele publicou o seguinte texto:

Viçosa, que se destaca como ‘cidade cultura’ no cenário brasileiro de cidades de médio porte, parte agora para uma iniciativa arrojada – o turismo. Não é nada difícil pelo que a cidade já possui [sic]. E é acima de tudo o caminho certo para o desenvolvimento do município, que de há muito constatou que a implantação de indústria, no município, só tem levado à desilusão os empresários que arriscam nesta iniciativa. **Turismo para uma cidade sede de uma das maiores universidades brasileiras e que tem um ‘campus’ belíssimo; que conserva a casa de um ex-presidente da república e parte de seu acervo político – fato raro no Brasil para uma cidade do interior; que tem uma rede hoteleira e de restaurantes que com um pouco de aprimoramento – quem sabem um hotel-fazenda – satisfaz as exigências necessárias; que tem uma cultura invejável e um povo que, pela sua natureza, é por demais hospitaleiro; tudo isto é um privilégio.** Agregados todos estes valores e mais os oferecidos pela região, chega-se à conclusão de que o turismo para Viçosa é viável. **A administração municipal está empenhada neste sentido e ainda, este ano concluirá o trabalho de preparação da cidade, visando este investimento.** Toda população sentirá as mudanças e as novidades que surgirão. A ajuda de terceiros é imprescindível nesta tarefa. E como sempre atestaram nossos antepassados que ‘querer é poder’, tem-se a certeza de que o projeto Turismo será vitorioso e **Viçosa deverá ganhar: um memorial a Arthur Bernardes; um teatro municipal; mais espaços culturais e tantos outros projetos feitos pela atual administração – que se encontra muito bem assessorada nesta atividade** – para que Viçosa, nos próximos anos esteja de ‘cara nova’ e assim chegaremos lá!⁴⁰

As colocações de Antônio Mello não diferem em quase nada das que já citamos do arquiteto Aguinaldo Pacheco ou do vereador Euter Paniago a respeito do desenvolvimento do turismo em Viçosa. No entanto, os dois primeiros faziam oposição ao governo municipal daquele período, enquanto o colunista do *Folha da Mata*, deixa claro o seu apoio à PMV e, em especial, à SMCELT. Sendo assim, observa-se a existência de grupos políticos distintos, defendendo o turismo como boa possibilidade de desenvolvimento econômico para Viçosa, mas, com interesses diferentes. Esse impasse é interessante, pois, embora haja um objetivo comum com relação ao turismo, haverá divergências quanto às atitudes do poder vigente e uma disputa pela seleção de elementos culturais que, segundo cada grupo, seriam os “melhores representantes” da cultura viçosense.

⁴⁰MELLO, Antônio. “Querer é poder”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1272, 03 de julho de 1993. Coluna Social Tony Mello. p.9.

Esta disputa cria um cenário no qual o foco é a criação de um “menu turístico” e isso diz respeito não apenas àquilo que se considera viável dos pontos de vista cultural e econômico para o município, mas, também àquilo que trata conveniências políticas a cada grupo envolvido. Trata-se, ao fim e ao cabo, de uma tentativa de definir um “perfil turístico” para a cidade, mas, essa definição aponta para além das questões meramente econômicas ou culturais. Tem-se claramente uma briga política de grupos que querem definir o que é digno de ser desenvolvido e mostrado como a “cara da cidade” e é além disso, uma disputa por espaço dentro da própria cidade. Ao analisar a “economia das práticas” Pierre Bourdieu afirma que, em se tratando de bens culturais, o resultado aparente é um construto fruto de negociações:

Em matéria de bens culturais – e, sem dúvida alhures – o ajuste entre oferta e demanda não é o simples efeito da imposição que a produção exerce sobre o consumo, nem o efeito de uma busca consciente mediante a qual ela antecipa as necessidades dos consumidores, mas o resultado da orquestração objetiva de duas lógicas relativamente independentes, ou seja, a dos campos de produção e a do campo de consumo [...]⁴¹.

Tais conflitos abarcarão não apenas os meios do poder público propriamente ditos, mas, também os diferentes grupos sociais, cada um defendendo uma identidade e uma prática cultural.

Além das questões práticas, refletir sobre a cultura e realizar trabalhos de incentivo às práticas culturais do município de Viçosa também seria importante para o desenvolvimento do turismo. Nesse contexto foi fundamental a participação da professora Maria do Carmo Tafuri Paniago, não apenas pelos trabalhos que já tinha produzido sobre Viçosa, mas, também por seu envolvimento institucional em organismos ligados à cultura, durante a década de 1990. Cada vez mais, o discurso de Paniago sobre a cultura de Viçosa era incorporado pelos grupos que desejavam desenvolver o turismo e viam nisso boas oportunidades políticas.

Numa promoção da Prefeitura Municipal de Viçosa, **através das secretarias municipais de Cultura, Esportes, Lazer, Turismo e Educação**, acontece, no período de 13 a 18 de setembro, a 1ª ‘Semana do Folclore’. A programação traz apresentação de Grupo Batuque, de Juiz de Fora, Congado de São José do Triunfo, Caboclinhos de Araponga, Catira (Grupo Urutau/UFV), Quadrilha do bairro Silvestre, Coral do Cacau Bahia, corrida de Cavalhadas e Boi de Zé Bóia. A coordenação técnica e artística do evento ficou por conta da Divisão de Assuntos Culturais da UFV, Departamentos de Educação Física e de Educação da UFV, Emater, Colégio Equipe, Associação de Artesãos, Grupo Alfa e Grupo Entre Folhas. O evento conta ainda com a participação especial e apoio do **Museu Nacional do Folclore (RJ), Comissão Mineira de Folclore (BH)**,

⁴¹ BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.* P.215.

Sistema de Vídeo/TV da UFV, Rádio Montanhesa, Rádio 95 FM, Jornal Folha da Mata e Organização Globo (RJ). A realização do evento vem concretizar o sonho de um grupo de pessoas da comunidade local. O objetivo principal é difundir a cultura popular de Viçosa e região, procurando resgatar as raízes por meio da sabedoria do povo. Segundo a professora da UFV e uma das idealizadoras do evento, Maria do Carmo Tafuri Paniago, o ‘folclore é parte integrante da Antropologia Cultural, é cultura diferente da erudita, mas é cultura e, como tal, deve ser respeitada e valorizada. Todas as pessoas são portadoras de folclore e o folclore é um dos elementos responsáveis pela identidade cultural dos povos. É ele que os fazem diferentes na universalidade da cultura’. Outro fator importante para a realização da 1ª Semana do Folclore é a idéia que se formou na comunidade e por parte das autoridades locais de tornar Viçosa um pólo de turismo regional e até mesmo nacional. Segundo Maria do Carmo T. Paniago, a região de Viçosa é rica em grupos folclóricos, em manifestações folclóricas de danças, religiosidade popular, festas, além de possuir um rico e diversificado artesanato regional que pode e deve ser desenvolvido, constituindo-se em uma das vertentes do turismo que se quer implantar⁴².

No trecho sublinhamos os nomes de pessoas e de instituições mencionados como diretamente envolvidos com o projeto. Nosso intuito é apontar o referido “grupo de pessoas da comunidade local” cujo sonho se concretizava neste projeto. Desta forma, pode-se ter concretamente, a dimensão de quem são as pessoas que estão forjando essa identidade cultural e turística para Viçosa. Nota-se que este grupo é um dos que então disputavam poder político na cidade e era o que estava diretamente ligado ao poder público. Em outras passagens percebem-se discursos contrários a este e, evidentemente apontando outras possibilidades para o desenvolvimento turístico de Viçosa ao mesmo tempo que fazendo críticas aos trabalhos desenvolvidos, a exemplo deste mencionado no artigo transcrito acima.

Em seu livro *Viçosa: Tradições e Folclore*, publicado em 1983, a professora Maria do Carmo Tafuri Paniago fez as seguintes considerações, ainda na Introdução:

Viçosa, rica em tradições, dotada de um senso humorístico pouco comum, possui um folclore vasto nunca explorado e registrado.

Os viçosenses sempre se veem a braços com inúmeros problemas, quando se fazem necessários dados sobre as tradições e folclore de Viçosa, pela falta de assentamentos e pesquisas neste setor. [...]É natural que, possuindo Viçosa uma Universidade onde as Ciências Agrárias têm relevância, o folclore rural da região desperte grande interesse. **Além disso, trata-se de uma comunidade interiorana que recebe, em decorrência ainda de sua Universidade, imensa população flutuante** de todas as partes do país e mesmo do exterior. Isto proporciona e proporcionará sempre uma interação, cada vez maior, entre seus habitantes, **dinamizando e modificando costumes**, alterando a vivência e criando novos padrões de vida. **Daí a necessidade de um esforço, no sentido de se conservarem as suas raízes tradicionais, de aumentar o interesse pelo estudo de seu folclore, para que não se perca a característica de cidade mineira de montanha, de um povo altamente radicado no meio rural, que tem um humorismo sadio e uma filosofia de vida “sui generis”**⁴³.

⁴² “Vem aí a ‘Semana do Folclore’”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1275, 24 de Julho de 1993. P.5.

⁴³ PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. *Viçosa: Tradições e Folclore*. 1983. Introdução. P.11-12.

Ao longo do trabalho, Paniago menciona as práticas culturais – por ela denominadas “folclore rural” – que considera representativas para Viçosa⁴⁴. A autora cita festas religiosas, como a “Festa do Divino”, “Cavalcadas”, “Festa do Rosário”, “Semana Santa”, “Mês de Maria”, “São Sebastião” e “Santa Rita”. Entre as festas não-religiosas, destaca os bailes, blocos caricatos e escolas de samba ligados ao “Carnaval”, “Folia de Boi”, além de “crendices e superstições”, as quais, segundo a autora, “já foram profundamente arraigadas na população viçosense. Com o aumento da bagagem cultural do povo elas foram desaparecendo, embora ainda restem algumas de suas manifestações”⁴⁵.

É interessante observar que, dez anos após a publicação do livro, em meio a um contexto sócio-político de incentivo ao setor do Turismo em Viçosa, o “folclore” emergia como questão importante. Evidentemente, a professora Maria do Carmo T. Paniago é apontada no artigo do *Folha da Mata* como uma das idealizadoras e coordenadoras da “Semana do Folclore”. Sua ligação com a Universidade, seu trabalho já desenvolvido na área, desde a década de 1980 e seu engajamento no que se poderia chamar de “luta em defesa das tradições e da identidade locais”, são fatores que contribuíram para o seu envolvimento direto no evento. Ressaltamos, neste caso, a proporção dada ao livro de memórias sobre Viçosa, escrito por Paniago. Nele a autora descreve as supostas “origens da cidade e do povo viçosense” e elenca as práticas culturais que, segundo ela, caracterizariam essa comunidade.

Uma década depois, essas mesmas ideias servem de base à uma política pública desenvolvida pela SMCELT e pela SME, em prol do desenvolvimento do turismo na cidade. Desta maneira, a autora é responsável por definir um “perfil cultural” da cidade. Posteriormente, seu discurso seria naturalizado, na medida em que a própria Universidade, os meios de comunicação locais, o Poder Público e até mesmo instituições de outras localidades, o abraçam e transformam em evento.

Os trabalhos desenvolvidos sobre Viçosa pela professora Maria do Carmo Tafuri Paniago são um bom exemplo disso. Entre as décadas de 1980 e 1990 a professora escreveu diversos livros sobre a “história”, a cultura e o folclore de Viçosa, além de personalidades consideradas importantes, como o maestro Hervé Cordovil. Seu trabalho acabou assumindo nas décadas posteriores um papel bastante relevante, pois, é tido como entre os principais acerca das características socioeconômicas e histórico-culturais da cidade. Não podemos afirmar se foi a própria Maria do Carmo Paniago que elencou segundo seus critérios os principais elementos da cultura viçosense ou se ela apenas compartilhava de um senso comum

⁴⁴ *Ibidem*. P.17-75.

⁴⁵ *Ibidem*. P.75.

e nada mais fez que oficializá-lo. Entretanto, pode-se dizer que o conjunto de sua obra cristalizou uma certa visão sobre a cultura de Viçosa e sobre sua “história”, personalidades, tradições e isso teve consequências para as atividades de cunho cultural desenvolvidas na cidade, as quais tomaram suas referências como ponto de partida. Tendo sido utilizada repetidas vezes por pessoas e objetivos diversos, sua obra acabou sendo elevada ao patamar de um “discurso de autoridade” sobre Viçosa. Por essa razão, as atividades culturais, as personalidades, as atividades folclóricas, as tradições mencionadas em documentos oficiais da PMV, em recortes de jornais, ou discussões sobre o patrimônio, por exemplo, partem de elementos selecionados por Paniago. É o que ser percebe, por exemplo, no trecho a seguir, publicano do *Folha da Mata* em 1994:

[...] De acordo com a programação [...], o evento, em seus três primeiros dias será dedicado a palestras sobre o folclore (curso), a serem proferidas na UFV, pela professora Maria do Carmo Tafuri Paniago. No dia 30 (dia da cidade), a programação se desenvolve na avenida Santa Rita, a partir das 19h, com um show de danças folclóricas. No dia 1º, sábado [...], barracas de comidas típicas mineira, italiana e portuguesa [...] feira de artesanato [...], banda (CBIA) [...]. [...] Show Folclórico
[...] O show de danças folclóricas será aberto [...] com a apresentação do Coral do Clube da 3ª idade [...]. A seguir, [...] Dança Afro-Brasileira [...]; Dança de São Gonçalo [...]; As Pastorinhas [...]; Dança Tarantela – Associação Ítalo-Brasileira Duarte Tafuri (Viçosa); Folclore Brasileiro – participação de diversos grupos; Dança dos Caboclinhos – grupo de Cajuri (Paraguai); Dança ‘Mineiro Pau’ – atiradores do Tiro de Guerra; Capoeira [...]⁴⁶.

Vejamos em seguida, mais uma publicação do *Folha da Mata* acerca do desenvolvimento do turismo em Viçosa. Nela foi citado o chefe do Departamento de Cultura da PMV, Marcelo Andrade e na legenda da imagem que mostra a Estação Ferroviária do centro de Viçosa (atual Estação Cultural Hervé Cordovil), foi mencionado o professor e arquiteto Ítalo Stephan. Este último foi lembrado como o mentor de um projeto em prol da transformação da referida estação ferroviária em espaço cultural de Viçosa.

Só depende das empresas e do apoio da população, para que Viçosa se transforme em pouco tempo em um pólo cultural. O presidente da Fundação CESGRANRIO, **Carlos Alberto Serpa**, e o presidente da Fundação Cultural da mesma instituição, **Fernando Portela**, em recente visita a Viçosa, disseram que é possível **investimentos de grandes multinacionais na área cultural da cidade** sendo que, a própria CESGRANRIO tem condições de conseguir esses recursos, como por exemplo, **para o Cine Brasil e Estação Ferroviária. Mas, para que isso aconteça é necessário que a população se manifeste e que de alguma maneira o espaço se torne vivo (entre em funcionamento) com mínimos recursos, porque só funcionando é que o empresário vai colocar o dinheiro [...].** Para **Marcelo Andrade, diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Viçosa – Que junto a assessora de comunicação da UFV, Valéria Braga, tem vendido o nome de Viçosa na área cultural** – a Prefeitura de Viçosa não tem condições financeiras

⁴⁶ “Folclore é atração na próxima semana”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1334, de 24 de setembro de 1994. P.9.

de bancar tudo isso sozinha. É preciso também a participação de empresários pois **a indústria cultural é a que mais cresce (junto a do turismo) e já é a segunda maior do mundo em recursos financeiros**. Viçosa – continua Marcelo – tem condições de crescer e partir daí, pois todo mundo que passa por aqui se encanta. [...] ⁴⁷.

Percebe-se claramente, a articulação de forças e discursos em prol do desenvolvimento cultural e turístico com vistas ao desenvolvimento econômico e também a interesses políticos. É evidente que isso é feito com as melhores intenções, pensando também no desenvolvimento do município de Viçosa, mas, é importante mostrar o processo de elaboração dessas ideias. Nosso objetivo não é desconsiderar o que foi feito ou denunciar alguma possível má intenção, mas, demonstrar que, o que vinha acontecendo em Viçosa estava em sincronia com outras cidades do Brasil e do ocidente. Houve um grande investimento intelectual na cultura e na preservação dos recursos naturais e das paisagens em confluência com os interesses do setor turístico. Temos a intenção de identificar os “arquitetos da memória e da identidade turística” de Viçosa (para mencionar a expressão de Márcia Chuva), desvelar seus discursos e evidenciar os alicerces ideológicos que foram mobilizados para erguer tanto a imagem turística quanto o patrimônio tombado de Viçosa.

Transcrevemos a seguir, outra publicação feita pelo *Folha da Mata* no mesmo ano de 1993, na qual destacamos a preocupação com a preservação do patrimônio, algo ainda incomum nos discursos da época, em Viçosa, tendo em vista a documentação que estamos analisando.

Viçosa será sede de um grande encontro no período de 6 a 9 do próximo mês de dezembro [...]. Um **evento conjunto da Fundação CESGRANRIO [...], Prefeitura Municipal de Viçosa [...], UFV [...], com apoio da Rede Globo**. O Fórum [...] tem, entre seus objetivos, **traçar uma política cultural integrada entre os municípios dos dois estados**; intercambiar produtos culturais e experiências; debates sobre recursos para a cultura, formação profissional, **relação cultura/educação** e as formas administrativas existentes para a melhor operacionalidade da ação cultural [...]; **Preservação do Patrimônio** (as formas de controle de preservação), **memória**, Biblioteca Pública e outros **temas ligados à identidade cultural dos municípios** e, enfim, a Cultura-Atividade (os espaços culturais e o circuito de eventos Jinas [sic]/Rio. [...]) ⁴⁸.

A realização do “Fórum de Integração Cultural Minas/Rio” no município de Viçosa repercutiu em outras publicações do *Folha da Mata*. No início de dezembro de 1993 foi

⁴⁷ “Viçosa poderá ter em breve sua Estação de Cultura”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1288, 16 de outubro de 1993. P.3.

⁴⁸ “Viçosa sedia Fórum de Integração Cultural Minas/Rio”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1290, 06 de novembro de 1993. p.1. [sic] No original. Grifos nossos.

comentada a participação de educadores da rede pública municipal no evento⁴⁹ e na edição seguinte, publicada no dia 11 de dezembro, um artigo noticiava o “sucesso” do curso:

Deu certo. O I Fórum de Integração Cultural Minas-Rio [...] atendeu às expectativas de seus organizadores e compensou todo o cansaço dos preparativos para a sua realização. [...] Espaço Cultural [...] **O I Fórum [...] ‘vendeu’ Viçosa para os grandes centros da cultura e economia nacional**, tamanha foi a mídia que o envolveu o fascínio pela cidade e universidade pelos presentes no encontro, um **momento de grande significado aconteceu [...] quando o presidente da Fundação CESGRANRIO [e outros] fizeram a entrega da chave simbólica da Estação Ferroviária onde, posteriormente, será instalada a Casa da Cultura e o Espaço Cultural ao prefeito Geraldo Reis. [...]**⁵⁰.

O artigo evidencia a associação entre a PMV e a Fundação CESGRANRIO, ligação essa, mediada pelo chefe do departamento de Cultura, Marcelo Andrade, como demonstramos anteriormente. A expressão “vendeu Viçosa” deixa transparecer um possível objetivo de desenvolver tais atividades culturais não por elas mesmas, mas, com a finalidade turística e, conseqüentemente de desenvolvimento econômico para o município. Esse termo aparecerá ainda em outros artigos que serão analisados mais adiante. Também chama a atenção neste trecho a mediação da CESGRANRIO na questão que havia muito tempo vinha sendo debatida em Viçosa, a respeito da doação da Estação Ferroviária do centro da cidade, para o poder público municipal. Mencionamos anteriormente, que o professor e arquiteto Ítalo Stephan já apresentara uma projeto à Prefeitura Municipal, com vistas a transformar a antiga Estação em um Centro Cultural. Ao que tudo indica, a parceria entre a PMV, nas gestões do prefeito Geraldo Reis e do chefe do Departamento de Patrimônio Marcelo Andrade, com a Fundação CESGRANRIO, atraiu o interesse de grandes investidores para a área cultural de Viçosa, e uma das repercussões disso, foi a doação da Estação Ferroviária para o município e sua posterior transformação em centro cultural. Destacamos que atualmente, a Estação está tombada como patrimônio cultural de Viçosa e foi transformada em Estação Cultural Hervé Cordovil.

Outras possíveis conseqüências da parceria com o Rio de Janeiro para Viçosa, podem ser observadas nas publicações transcritas a seguir:

⁴⁹ “Educadores da rede pública participaram do Fórum Cultura no CESGRANRIO”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1294, 04 de dezembro de 1993. p.3.

⁵⁰ “Fórum transforma Viçosa no Centro Mineiro da Cultura”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1295, 11 de dezembro de 1993. P.1. Grifos nossos.

Empresários do ramo turístico já vêm Viçosa como uma boa opção, principalmente como pólo cultural. No último final de semana, o empresário Napoleão Carneiro, do Rio de Janeiro, esteve na cidade e, ao se deparar com o **campus da UFV**, disse que **tal ‘monumento’ da educação nacional, não pode ficar fora dos principais roteiros turísticos do país.** A princípio, Napoleão pretende **incluir a cidade na rota Rio-Ouro Preto** e, a partir de então, numa próxima oportunidade, ele voltará à cidade para contactar[sic] com empresários e autoridades locais. ‘Se houver interesse **será feita a venda da cidade através de agências de Turismo**, principalmente no tocante ao **espaço para conferências, seminários e outros** encontros similares. Para agilizar ainda mais o trabalho, Napoleão **pretende divulgar a cidade**, já a partir do próximo mês, junto a outras ofertas de **sua agência, nos principais jornais de[sic] Rio de Janeiro**⁵¹.

Na legenda da foto onde se vê o empresário Napoleão Carneiro, posta em seguida à matéria, lê-se a seguinte afirmação feita por ele: “Viçosa tem muito a oferecer a nível de turismo cultural”. Certamente, devido à esse potencial turístico atribuído a Viçosa, a Prefeitura Municipal empenharia grandes esforços junto à população e aos empresários locais para que o projeto de uma cidade turística se concretizasse. Em março de 1994, por exemplo, o *Folha da Mata* publicou uma notícia sobre um início de diálogo entre o Departamento de Turismo da PMV e os empresários da rede de hotelaria da cidade:

[...] Os donos de hotéis de Viçosa estão interessados em **patrocinar um folder turístico para Viçosa** e entrarem firmes para levar esta idéia adiante. Nesta reunião **foi discutido a criação de um Conselho Municipal de Turismo, que seria responsável por definir as prioridades do setor** [...]. Segundo informações do Departamento de Turismo, novas reuniões já estão marcadas com outros segmentos de prestadores de serviços turísticos da cidade, como por exemplo, os **motoristas de táxi**. **‘Depois de falarmos com os envolvidos, faremos um seminário para toda a comunidade, no sentido de conscientizá-la que Viçosa tem tudo para dar certo neste setor de economia’**. Paralelo a este trabalho o Departamento está se empenhando junto à realização da 3ª Olimpíada do TG em Viçosa, marcada para maio e que trará a Viçosa 600 pessoas para sediar, em junho, o Congresso Nacional de Cabeleireiros, que trará a Viçosa 2 mil pessoas, aproximadamente⁵².

Parece evidente que o patrocínio do “folder turístico para Viçosa” é o resultado de uma negociação que prevê a criação de um Conselho formado por profissionais que poderão se beneficiar ao o desenvolvimento do setor turístico em Viçosa. Ainda mais se considerarmos que tal Conselho seria “responsável por definir as prioridades do setor”. Também é interessante que a reunião tenha sido feito com proprietários de hotéis, mas, que o artigo já abre a perspectiva para a incorporação de outros profissionais, como os taxistas, por exemplo.

⁵¹ “Empresário carioca vê Viçosa como pólo turístico cultural”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1304, 26 de fevereiro de 1994. P.3. [sic] No original. Grifos nossos.

⁵² “Turismo Municipal conversa com hotéis da cidade”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1307, 19 de março de 1994. P.7. Grifos nossos.

O patrocínio é buscado em um determinado grupo e o apoio político pretende abarcar a todos e, obviamente, os diferentes interesses deverão ser postos em discussão para que isso se efetivasse.

Destacamos ainda nesse trecho, na parte sublinhada, o fato de que o articulista deixa explícito que, um determinado grupo de empresários e profissionais interessados na indústria do turismo, participariam das reuniões e alguns deles poderiam compor o futuro Conselho Municipal do Turismo, elegendo as áreas a serem privilegiadas com políticas públicas nesse sentido. A partir de então, a PMV promoveria um trabalho de conscientização do restante da população de Viçosa, a qual deveria meramente acatar a decisão e colaborar para que ela entrasse em prática. Percebe-se claramente, o turismo sendo tratado tão somente como um negócio e a nítida separação, dentro da comunidade, entre os grupos envolvidos e os não envolvidos na questão.

Em maio de 1994 foi publicada outra notícia referindo-se ao empenho da PMV em desenvolver o turismo local. Trata-se de mais uma tentativa de criar uma lista de atrações turística para Viçosa.

O Assessor de Assuntos Comunitários e Extensivos das Faculdades Integradas Milton Paiva, Herbert Viana e o coordenador do Centro de Documentação e Informação Turística daquelas Faculdades, (CEDITUR), Celso Mendonça, participaram [...] da solenidade da entrega oficial do **Inventário de Potencial Turístico de Viçosa**, que foi realizado pela CEDITUR, a partir de informações colhidas na cidade por aquele órgão, no ano passado. **Na oportunidade, Herbert fez uso da palavra, dizendo que o turismo é uma obra de Deus, já que ele se faz mais presente nas obras de arte da própria natureza (rios, lagos, montanhas e outros), e, por isso, deve ser trabalhado com toda a atenção.** Depois, o prefeito municipal Geraldo Reis falou da importância do inventário, mostra as potencialidades turísticas de Viçosa, que, a partir de agora, poderá se integrar a outras cidades turísticas do Estado. [...] ⁵³

Infelizmente, como ainda não há um arquivo do Departamento de Turismo da PMV, muitos documentos não são encontrados ou podem até mesmo terem se perdido. É o caso do referido “inventário de potencial turístico de Viçosa”, o qual gostaríamos imensamente de poder analisar. Entretanto, a nota publicada no *Folha da Mata* já nos traz algumas questões interessantes, sobretudo a naturalização do turismo como atividade “criada por Deus”. Esse é, evidentemente, um recurso retórico que fortalece o discurso acerca da importância do turismo e, além disso, ofusca a ação deliberativa de alguns políticos, empresários e outros, no sentido de escolher determinadas atividades e/ou locais para o investimento no turismo, em

⁵³ “Prefeito recebe inventário turístico de Viçosa”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1315, 14 de maio de 1994. p.5. Grifos nossos.

detrimento de outros. O exercício que aqui nos empenhamos em realizar, de tornar transparentes tais escolhas e de desmistificar seus resultados, vai de encontro à ideia manifesta pelo articulista transcrito acima, segundo a qual, os bens a serem “vendidos” como mercadorias turísticas – se assim podemos dizer – possuem valor em si mesmos. Evidentemente, nossa intenção é relativizar tal naturalização e apresentar os personagens e possíveis interesses que estão por trás das negociações das quais os resultados podem ser uma “identidade turística” ou um conjunto patrimonial tombado.

Na mesma página em que foi publicado o artigo que acabamos de citar, também foi estampado outro texto sobre o turismo, desta vez, destacando a ação do *Rotary Club* de Viçosa, no incentivo àquela atividade econômica no município:

Numa iniciativa da Avenida de Serviços Internacionais, presidida por Eduardo E. L. Borges, foi realizado em Viçosa [...] o **fórum rotário ‘Viçosa turismo – uma visão internacional’**. O objetivo do Rotary Clube local [...] foi o de **buscar subsídios para a implantação de um programa de incentivo ao turismo para Viçosa, utilizando-se de experiências norte-americanas, alemã e japonesa, motivado pelas existências de 3 rotarianos radicados em Viçosa, dessas nacionalidades**. Entre eles, o **professor James J. Griffith, dos EUA**, que sugeriu a criação de uma prova de velocidade no campo de pouso como forma de atração turística para a cidade. Para James Griffith [...] um programa de turismo tem que levar em conta, sempre, a oferta e a procura. **A forma operacional depende, [...] ‘principalmente da maneira que o turista quer realizar sua viagem, variando desde a busca do máximo de conforto e segurança até o desejo de sacrificar algo das comodidades para ter aventura e liberdade’**. Segundo Mr. Griffith, Viçosa talvez pudesse explorar turisticamente eventos chamados ‘especiais’ como a **marcha Nico Lopes**, as encenações da Semana Santa ao vivo e outras. [...] Sugeriu ainda que podem ser explorados turisticamente a **Serra do Brigadeiro, como Turismo de aventura** [...]; bem como a UFV, mas acredita que **Viçosa têm poucas possibilidades num ‘pacote comercial’ final de turismo, vendo mais chances como o turismo de trânsito para instâncias turísticas maiores da região**. O segundo palestrante [...] o **professor Walter Brune, sugeriu que se invista na divulgação de entidades de expressões sociais típicas para o espírito comunitário**, a exemplo da APAE, Lar dos Velinhos, Lar das Meninas, Obra do Berço, CBIA e outras como **Escola de Florestas da UFV; Centreinar, Fábricas de Rações** [...] ou ainda **Casa da Cultura, feiras de artesanato e agropecuária, condomínios do Acamari e Parque do Ipê, Serra do Brigadeiro e, também, a unanimidade de todos os palestrantes: a casa de Arthur Bernardes**. [...] o terceiro palestrante [...] professor Kiyoshi Matsuoka foi incisivo: ‘Mas que casa de Bernardes, se ela está fechada constantemente?’ [...] **Para Kiyoshi, Viçosa não tem potencial turístico para concorrer com Ouro Preto, Mariana, [...] já conhecidas internacionalmente e por isso jamais será um centro turístico. Ele acredita no entanto que se possa fazer turismo na cidade utilizando-se as atrações da UFV e salientando que no Japão, as cidades pequenas tem suas características preservadas, passando com o tempo a atrair visitasões**. [...] ⁵⁴.

⁵⁴ “Fórum rotário busca incentivo ao turismo para Viçosa”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1315, 14 de maio de 1994. p.5. Grifos nossos.

Com apenas este artigo seria possível desenvolver um trabalho inteiro acerca das diferentes visões que EUA, Alemanha e Japão vão desenvolver acerca do turismo e quais as estratégias que cada um deles criará para efetivá-las. Sem condições de enveredar por esses caminhos no momento, vamos nos concentrar a três pontos que consideramos fundamentais no trecho transcrito. Primeiramente, os “itens” sugeridos para compor o menu turístico de Viçosa: Serra do Brigadeiro para o turista aventureiro, APAE, Lar dos Velhinhos e outros para o turista que quisesse ver o “espírito comunitário” (esses últimos de gosto bastante duvidoso como oferta para o lazer alheio) a Marcha Nico Lopes e a casa de Arthur Bernardes, além de outras “características de cidades pequenas” que poderiam servir de atrativos, quem sabe, pitorescos.

O segundo ponto que destacamos é a intenção explícita nas “falas” dos três rotarianos de moldar um “perfil turístico” para Viçosa, tendo em vista o mercado consumidor, ou seja, o seu turista em potencial. Trata-se verdadeiramente de um negócio, no entanto, ele tem como principal matéria-prima, as atividades culturais, tradições, locais, etc., que fazem parte da vivência das pessoas que moram em Viçosa. Percebe-se que tais atividades e/ou locais, bem como as pessoas a eles tradicionalmente relacionadas, não são os pontos mais importantes. Eles contam como ganhos financeiros em potencial, o que não precisa ser visto, necessariamente, como algo ruim, mas, deve ser analisado como interesse impulsionador de políticas públicas de incentivo à cultura local.

O terceiro ponto que destacamos nesta publicação é a ressalva feita pelos três senhores, deixando claro que Viçosa não é “por si só” uma cidade turística, mas pode vir a ser. Certamente, nenhuma cidade possui potencial turístico em si mesma. Como todo tipo de valor, esse também é atribuído pela ação humana, constituindo, portanto, uma atividade cultural. No entanto, a sociedade ocidental que passa a valorizar o turismo a partir do final do século XX, elencou alguns tipos de lugares ou de atividades que passaram a ser acompanhadas do termo “turístico”. A partir de então, tem-se “cidades turísticas”, como as mencionadas no artigo, Ouro Preto e Mariana, em Minas Gerais; os “roteiros turísticos” como os que incluem parques naturais, tais como o da Serra do Brigadeiro, também citada no artigo. A questão principal é que Viçosa não se encaixa, a priori, em nenhuma dessas definições pré-concebidas de atividades turísticas. Por essa razão, ao pensar a atividade como uma empresa que se pretende implantar, o primeiro passo de um investidor prudente, é avaliar as demandas do mercado consumidor em comparação às capacidades que o local apresenta para atendê-las.

As atividades culturais não serão o fim das políticas públicas, mas o meio de viabilizar a indústria do turismo e, conseqüentemente, atrativos financeiros e políticos.

Entre os meses de maio de julho de 1994 o jornal *Folha da Mata* acompanhou os preparativos e a realização de um seminário que objetivava discutir a cultura e colocava Viçosa no papel de um “polo cultural” do Estado de Minas Gerais. Na mesma edição nº1315 de 14 de maio de 1994 de onde extraímos os dois últimos trechos analisados, publicou-se, também na página 5, o seguinte texto:

Dentro da proposta da Secretaria de Estado da Cultura de MG em **descentralizar o setor, criando cidades-pólos em toda[sic] as regiões do Estado**, a superintendente da Ação Cultural, daquela Secretaria, Silvana Maria Leal Cóser, visitou Viçosa [...] para continuar as **negociações junto ao secretário municipal da Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, Marcelo Andrade** [...]. [...] Para Silvana, o motivo principal da descentralização [...] é o de que o Estado possui dimensão territorial muito ampla e **cada região tem as suas singularidades** tanto no potencial quanto na carência em diversos setores e, isso, se reflete na cultura [...] **tornando-se necessário, antes de qualquer empreendimento que se conheça a potencialidade cultural de cada uma delas.** [...] ⁵⁵.

Mais uma vez, é nítida a ação de Marcelo Andrade, quanto às questões relativas à cultura em Viçosa, especialmente, no que se refere ao estabelecimento de vínculos com outras instâncias de poder, grandes centros políticos, econômicos e culturais, projetando Viçosa como uma localidade importante, do ponto de vista cultural. Também pode-se perceber que o intuito de averiguar as potencialidades culturais de uma região com vistas ao negócio do turismo não era uma ação localizada em Viçosa. O próprio governo estadual de Minas Gerais estava envolvido no processo e, pode-se até mesmo afirmar que essa fosse uma conjuntura nacional e até internacional naquele momento. O turismo havia se tornado um grande negócio e cada localidade se preocupava em transformar o seu cotidiano em mercadorias vendáveis a pessoas vindas de outros contextos.

Em junho de 1994 o jornal noticiava a proximidade da realização do evento, com a publicação da chamada: “Viçosa sedia Pólo Cultural”, na primeira página da edição nº1319⁵⁶. Algumas semanas depois, relatava-se o encerramento e comentavam-se algumas propostas do seminário cultural.

A **distribuição de um formulário modelo** para a realização do censo cultural na região, marcou o encerramento do **Seminário Pólo Cultural da Mata Norte** [...]. Durante o seminário [...] **foram abordados temas sobre políticas culturais e bens culturais,**

⁵⁵“Projeto Pólo Cultural tem seminário em Viçosa”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1315, 14 de maio de 1994. p.5. Grifos nossos.

⁵⁶“Viçosa sedia Pólo Cultural”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1319, 11 de junho de 1994. P.1. Grifos nossos.

Instituições culturais e programação cultural, cotidiano da administração cultural e promoção, divulgação e Marketing cultural. Para a superintendente de Ação Cultural da Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Silvana Maria Leal Cóser, **o objetivo maior dos seminários [...] é a descentralização da cultura no Estado, para que os municípios de cada região tenham autonomia par[sic] fomentar o seu potencial nesta área** cabendo, ao Estado, oferecer condições para o desenvolvimento do projeto como um todo (uma região tomando, reciprocamente, conhecimento da manifestação cultural de outra). [...] ⁵⁷.

E os comentários continuavam na página 7:

[...] Na ocasião [...] o **Secretário municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo de Viçosa, Marcelo Andrade, falou dos esforços da administração para divulgar o potencial de cultura da cidade [...]. Sobre a atual administração da Secretaria de Estado da Cultura, Marcelo só teceu elogio**, já que a mesma está preocupada em conhecer as manifestações culturais de cada região do Estado para trata-las como um todo indivisível, respeitando as suas particularidades, **não agindo como antes, quando a cultura de MG era a cultura de Belo Horizonte ou aquilo que a capital determinasse que fosse cultura.** Já a secretária de Assuntos Municipais, em exercício, Maria Coeli Simões Pires, fez uma rápida abordagem [...] dizendo que esta medida, longe de significar a retirada da responsabilidade do Estado para com esta área, significa **dotar os municípios de poderes e recursos para o desenvolvimento de seu potencial turístico e cultural**, sem, contudo, abandonar estes municípios à própria sorte como muitos pensam. [...] ⁵⁸.

Não impressiona o fato de que o secretário municipal de cultura tenha tecido muitos elogios ao governo estadual, mas, sim, que tenha elogiado o fato de que aquela administração não agia de forma arbitrária, definindo o que seria ou não cultura em todas as regiões do Estado. Se o encerramento do seminário foi marcado pela entrega de um “formulário modelo” o qual estava sendo aplicado em todas as regiões de Minas Gerais, é evidente que há uma padronização por parte do Estado. Se, como referenciamos na nota nº84, a superintendente de Ação Cultural da Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Silvana Maria Leal Cóser, afirma que “é necessário, antes de qualquer empreendimento que se conheça a potencialidade cultural de cada uma”, referindo-se às várias sub-regiões do Estado de Minas Gerais, fica claro que está-se falando de um projeto que envolverá recursos e que, primeiramente, conhecerá as diferentes manifestações culturais existentes em todo o Estado, para então, eleger aquelas que receberão recursos. Por mais que se esforce em afirmar o contrário, o processo é arbitrário e envolve ações de escolhas, as quais, por sua vez, subentendem o privilégio de algumas atividades em detrimento de outras. Trata-se, portanto, de um jogo

⁵⁷ “Propostas encerram seminário de Pólo Cultural”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1322, 02 de julho de 1994. P.1. Grifos nossos.

⁵⁸ “Discutida em Viçosa a descentralização da cultura *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1322, 02 de julho de 1994. P.7. Grifos nossos.

político, no qual se sobreporão as vozes cujos discursos forem mais fortes ou interessantes, de diversos pontos de vista, principalmente, o político e o do potencial turístico.

E dando continuidade aos trabalhos iniciados no seminário, o *Folha da Mata* comunicava ainda em julho de 1994, a realização do primeiro “Censo Cultural” de Viçosa, com vistas a mapear as atividades culturais do município e enviá-las aos órgãos competentes, ligados ao governo estadual de Minas Gerais.

Com o objetivo de cadastrar artistas [...] e pessoas que contribuem direta ou indiretamente para a cultura do município, a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Viçosa (**todos os municípios de MG estão fazendo o mesmo**), através do Departamento de Turismo, está realizando o I Censo Cultural da cidade. [...] Todos os questionários deverão ser enviados para o[*sic*] Secretaria Estadual de Cultura, em BH, para o cadastramento geral, **o que fará com que o artista de Viçosa seja conhecido em todo o Estado.**

Relação

Na relação dos questionários [...] consta a **caracterização do município, arquivo, biblioteca, casa de cultura ou centro cultural, museu, área natural, bem representativo da história e da cultura do município, área livre, auditório ou salão para convenções, ginásio ou estádio ou campo de futebol ou quadra poliesportiva, cinema, sala de exposições ou galerias, teatro, curso e oficina na área cultural (pessoa física), [...] empresa de serviços culturais e de comércio de produtos culturais, [...] escola de samba ou bloco carnavalesco, grupo folclórico, grupo de dança, [...] evento permanente e atrativo turístico.** Em posse de todos os dados de cada município, a Secretaria de Estado da Cultura confeccionará uma **revista mostrando o que cada cidade oferece.**⁵⁹

Mais uma vez reiteramos que o objetivo do programa estadual é identificar as práticas culturais, divulgá-las em revistas para atrair turistas. É um grande investimento na cultura, com vistas a um grande retorno financeiro por meio de atividades turísticas. Reiteramos que não pretendemos aqui, fazer nenhum juízo de valor quanto a isso. Queremos apenas salientar que a importância atribuída às práticas culturais, a partir de um determinado momento, atendiam a objetivos econômicos e políticos muito específicos e que o exercício de escolha do que seria ou não apoiado com recursos advindos da iniciativa privada ou dos cofres públicos, foi feita por um grupo de pessoas. Conhecer os papéis sociais ocupados por essas pessoas e as possíveis motivações que impulsionavam seus atos, nos dá, segundo as orientações de Pierre Bourdieu, condições melhores de analisar as ações e suas consequências.

No dia 23 de julho de 1994 o *Folha da Mata* divulgou um cifra bastante instigante, relacionada o “Censo Cultural” que vinha sendo realizado no Estado de Minas Gerais:

⁵⁹ “Viçosa realiza I Censo Cultural”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1322, 09 de julho de 1994. p.9. [*sic*] No original. Grifos nossos.

[...] Considerado o maior inventário da cultura já realizado em Minas, o Censo Cultural já recebeu do Estado investimento superior a 1 milhão de dólares⁶⁰.

E, finalmente, no início de agosto do mesmo ano, foi divulgado o aval dado pela Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR – ao relatório produzido pelo Departamento de Turismo da PMV, sobre o potencial turístico do município:

[...] Comunicado neste sentido foi enviado à prefeitura no final do mês passado e providências já estão sendo tomadas, segundo revelou a chefe do Departamento de Turismo, Rita Márcia Teixeira Costa, **para que o município possa integrar o Programa Nacional de Municipalização do Turismo**. O comunicado [...] anuncia para o decorrer deste mês de agosto a **realização do Encontro Nacional com todos os prefeitos e secretários de turismo dos municípios classificados com potencial em Brasília, para discussão visando ao início do programa nacional**. [...] Com a oficialização, **os novos municípios têm direito a financiamento** para participar do programa nacional, a ser lançado junto com o Ministério da Indústria, do Comércio e Turismo, Banco do Brasil, Sebrae e outros órgãos. Para que Viçosa pudesse conseguir seu credenciamento [...] **o Departamento de Turismo da PMV fez extenso trabalho de pesquisa, que gerou o ‘Inventário Turístico’** da cidade e, com base nos levantamentos, foi encaminhado um relatório para Embratur – BH. Além disso, Rita Márcia [chefe do Departamento de Turismo de Viçosa] esteve em visita à Turminas, para uma exposição a respeito do potencial turístico da cidade, que agora **poderá ser incluída no roteiro turístico das Minas Gerais, oferecendo atrações diversas, principalmente na área de cultura**⁶¹.

Para finalizar este capítulo, apresentaremos duas discussões bastante intensas no jornal *Folha da Mata*, referentes a dois pontos considerados importantes para a elaboração de uma “identidade turística” de Viçosa. Como não poderia ser diferente, as duas questões envolvem conflitos de interesses públicos e particulares, disputas entre grupos pelo poder político e social na cidade e têm como plano de fundo, a definição de “produtos” que Viçosa poderia oferecer ao mercado do turismo.

⁶⁰ “1º Censo Cultural já atingiu 312 municípios”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1325, 23 de julho de 1994. p.6.

⁶¹ “Embratur: Viçosa é município de potencial turístico”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1327, 06 de agosto de 1994. p.6. Grifos nossos.

3.3 – Duas possibilidades de atração turística em Viçosa: disputas de poder no exercício de escolha das referências da cidade

3.3.1: O Museu Casa Arthur Bernardes

Apresentaremos a seguir, uma série de publicações feitas no jornal *Folha da Mata*, entre os anos de 1994 e 1995, envolvendo de um lado, as discussões de um determinado grupo da cidade, em defesa da criação de um memorial em honra a Arthur Bernardes, e de outro, uma disputa com a família do ex-presidente, pela casa que pertenceu ao mesmo, localizada à Praça Silviano Brandão, no atual Centro de Viçosa. Uma das pessoas mais empenhadas nas duas questões, foi o então vereador Euter Paniago, que se serviu algumas vezes, de sua Coluna independente publicada na *Folha da Mata*, para expressar suas opiniões favoráveis a que a família de Arthur Bernardes doasse o imóvel à PMV e que esta, por sua vez, instalasse ali, um memorial em honra ao ex-presidente da República.

Em 21 de maio de 1994, o vereador Euter Paniago utilizou o seguinte recurso retórico para defender suas posições acerca da criação do memorial Arthur Bernardes em Viçosa:

O museu histórico

Quinta-feira da semana passada, dia 12, deixei Viçosa com destino à cidade de Jataí, no sudoeste goiano [...]. [...] A fim de que me fosse possível participar [...] de uma cerimônia tocante na sede do município em que nasci. A cerimônia [...] dizia respeito à **inauguração do museu histórico da cidade que leva o nome de Francisco Honório de Campos, meu avô materno**. Na oportunidade, coube a mim, em nome da família, dirigir a palavra ao numeroso público que prestigiou o solene ato de incorporação ao patrimônio público do imponente museu localizado bem no coração da cidade de Jataí. [...]

Meu avô materno foi um cidadão comum. Austero, honrado, justo, era tudo aquilo que se espera de um homem de bem. Após sua morte, minha avó [...] manifestou o desejo de que o imenso casarão onde a família vivera [...] deveria ser usado em benefício da comunidade. **Morta minha avó, seus 7 filhos realizaram o sonho da boa velhinha, doando o casarão ao governo do município, que decidiu implantar nele o Museu Histórico Francisco Honório de Campos.**

Há mais de 25 anos, por intermédio da imprensa, da tribuna da Câmara e por gestões[sic] de natureza pessoal **tenho sido um soldado na batalha em prol da criação do sonhado Museu Arthur Bernardes**. [...] Até o presente momento nada de concreto se conseguiu. **Arthur Bernardes, estadista de dimensão nacional, vulto de grandeza incomparável, continua sem ter o local apropriado para que sua memória seja adequadamente cultuada**. [...]

Será que Jataí é uma cidade que valoriza a cultura mais do que faz Viçosa? Será que a gente da terra em que nasci é diferente da gente de Viçosa? A resposta a ambas as indagações é seguramente não. **A diferença está em que os familiares do grande presidente Arthur Bernardes ainda não se dispuseram a doar ao município o velho e majestoso casarão da praça Silviano Brandão, onde viveu, durante vários anos, o maior viçosense de todos os tempos. Viçosa continua esperando que os descendentes de Arthur Bernardes, num gesto de grandeza e louvor a sua memória, dêm[sic] condições**

para que Viçosa tenha seu museu histórico. Arthur Bernardes merece ser reverenciado. Seus descendentes têm condições de fazer com que isso se transforme em realidade. [...]⁶².

Já discutimos em capítulo anterior a relevância atribuída à figura de Arthur Bernardes na construção de uma memória sobre Viçosa. Aqui destacamos, sobretudo, o recurso discursivo do vereador, mencionando a “boa atitude de seus familiares”.

Outro ponto que sobressai à esta questão é o fato de que legalmente, havia o recurso de tornar a casa de Arthur Bernardes, um bem de “utilidade pública”, e, por força da Lei, aliená-la dos herdeiros do ex-presidente. Há, explicitamente, um jogo político envolvido na questão e ele passa, sobretudo, por uma tentativa de manter o memorial associado à família Bernardes. Na proposta do vereador, a instituição deveria ser criada para enaltecer a figura de Arthur Bernardes, e, nesse caso, haveria a necessidade de que tudo se fizesse com o apoio da família. Os interesses políticos demonstram a finalidade da criação do memorial e nos remetem ao tipo de associação entre esta instituição e o restante da população de Viçosa. A finalidade é, claramente, iluminar uma determinada memória acerca de uma pessoa específica. Evidentemente, do ponto de vista social, isso implica em questões importantes, pois, trata-se de uma ação do poder público no sentido de estabelecer um discurso dominante e apresentá-lo à população de Viçosa e aos seus potenciais turistas como uma imagem da sociedade viçosense.

Na mesma edição, na página 5, um articulista do jornal comenta a crítica do vereador Euter Paniago, explicitada na página 2:

[...] Para o vereador [EuterPaniago], **os jovens viçosenses de hoje já nem sabem mais quem foi Arthur Bernardes, por causa da inexistência do museu em sua memória.** O vereador informou que, há 25 anos vem lutando para fazer do prédio onde residiu Arthur Bernardes um museu em sua honra. Disse também que reza para que não seja preciso mais um quarto de século para ver concretizado esse desejo maior de todos os viçosenses, e que **tem esperanças de que os descendentes do maior e mais ilustre filho de Viçosa decidam em breve doar o prédio ao patrimônio público**⁶³.

⁶² PANIAGO, Euter. “A inauguração do museu histórico de Jataí, Goiás e outras coisas”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1316, de 21 de maio de 1994. Coluna do Paniago. P.2. [sic] No original.

⁶³ “Vereador critica familiares de Arthur Bernardes”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1316, de 21 de maio de 1994. P.5.

Em setembro de 1994, o vereador Euter Paniago publicou em sua coluna independente um texto no qual noticiava a sanção ao projeto de lei de sua autoria, o qual instituída o “Dia de Arthur Bernardes”, como data cívica de Viçosa:

A nova lei

Ao sancionar projeto elaborado pelo autor desta coluna, que também ocupa uma cadeira na Câmara Municipal, **o senhor prefeito municipal instituiu o Dia de Arthur Bernardes, a ser comemorado, anualmente, a oito de agosto, data do nascimento do mais ilustre filho de Viçosa.** A lei, que recebeu o número 1033, estabelece que a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo realizarão no dia 8 de agosto de cada ano, comemorações alusivas à data, pelo menos no âmbito da rede escolar do município. Há vários anos, a Associação Comercial de Viçosa vem comemorando o dia do nascimento do ex-presidente, oportunidade em que concede a Comenda Arthur Bernardes a pessoas que tenham prestado serviços relevantes à comunidade. Tal procedimento e, nos dias de hoje, a única manifestação que se faz, em Viçosa, à **memória daquele que é, sem dúvida alguma, a expressão maior do passado de nossa terra. Nenhum povo pode ignorar os vultos que deixaram marcas indelévels em sua história.** Como exemplos, **eles devem ser cultuados, em sinal de reconhecimento do povo e como incentivo às novas gerações. Morto há mais de 40 anos, Arthur Bernardes vai-se tornando uma figura sem expressão maior para os jovens viçosense[sic] de agora, por inteira culpa dos adultos que não têm sabido criar condições para preservar a memória daquele vulto ímpar na história de nossa terra.** [...] **A comunidade viçosense não pode se conformar com a não-implantação do Museu Arthur Bernardes na majestosa mansão nº69 da praça Silviano Brandão.** Não pode também esquecer de que os restos mortais de Bernardes, atualmente no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, deverão ser um dia trasladados para Viçosa. [...] **Ninguém tem dúvidas de que, [fazendo isto] [...], Viçosa experimentará vigorosa fase de desenvolvimento, propiciado pelo turismo que passará a ser uma constante na vida da cidade.**

**

O Dia de Arthur Bernardes poderá ser o 1º passo em mais uma etapa no processo de valorização da figura do ex-presidente. Queira Deus que passos mais largos sejam dados por aqueles que são detentores de mais poder de decisão. [...] ⁶⁴.

Este artigo é um exemplo do que vimos tentando demonstrar ao longo de nossos argumentos, ou seja, o discurso presente nos trabalhos da professora Maria do Carmo Tafuri Paniago, constituíram um dos principais alicerces para a elaboração de uma imagem identitária para Viçosa. Neles surge a figura de Arthur Bernardes como o “viçosense mais ilustre” e principal personalidade da cidade. Nesse caso, o vereador Euter Paniago, agiu no sentido de definir um ícone para Viçosa, motivando políticas públicas de incentivo à criação do Museu Arthur Bernardes.

É fato que o museu existe e, o que estamos tentando demonstrar, é que as pessoas que estiveram à frente de sua criação tinham concepções bem definidas acerca dos seus objetivos: enaltecer a imagem de Bernardes e atrair turistas para Viçosa. Nos dois casos, o discurso que

⁶⁴ “A nova lei que institui o Dia de Arthur Bernardes e outras coisas”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1334, 24 de setembro de 1994. “Coluna do Paniago”. P.2.

está sendo mobilizado é: Bernardes seria o “viçosense mais ilustre” e isso precisaria ser reconhecido dentro e fora de Viçosa. É evidente, portanto, que a professora Maria do Carmo Tafuri Paniago e o vereador Euter Paniago tiveram uma influência marcante, tanto no sentido ideológico quanto no prático (políticas públicas), no que diz respeito ao estabelecimento de uma memória dominante acerca de Viçosa e da construção de espaços que dessem suporte a essa memória.

Em outubro de 1994 foi a vez do secretário municipal de cultura, Marcelo Andrade, comentar a instituição do “Dia de Arthur Bernardes”:

O Secretário Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, Marcelo Andrade, **declarou que achou muito interessante e de grande importância para a cultura de Viçosa a idéia do vereador Euter Paniago**, que apresentou projeto de lei instituindo o Dia de Arthur Bernardes, a ser comemorado, anualmente, a 8 de agosto. [...] **‘Quando vejo outros segmentos trabalhando em prol da cultura de Viçosa sinto uma alegria muito grande porque sinto que não estou sozinho nesta luta [...]’**. Questionado sobre o tipo de comemoração que deverá ser promovida no Dia de Arthur Bernardes, Marcelo Andrade informou que quer ouvir a Câmara e a Comunidade, afirmando que **este evento deverá envolver a Secretaria Estadual de Estado e até mesmo a esfera federal. ‘Afinal, Arthur Bernardes foi o presidente do Brasil’, enfatizou. Segundo Marcelo Andrade, o mais viável para o momento seria iniciar um movimento para Viçosa conseguir a casa do ex-presidente.** ‘Isto chamaria atenção para esta personalidade tão importante, considerando que seria mais fácil iniciar por aí. **Quero ouvir todos os segmentos de Viçosa, principalmente nossas tradições.** [...]’⁶⁵.

Fica claro que o vereador Euter Paniago e o secretário de Cultura de Viçosa tinham a mesma opinião acerca da importância de Arthur Bernardes para a cultura de Viçosa e acerca da necessidade de que a família da ex-presidente, viabilizasse a inauguração do memorial em sua homenagem, através da doação da casa que pertenceu a Bernardes à PMV. Além disso, chama também a atenção, o recurso retórico às “*nossas tradições*”, como transcrito acima, referindo-se à fala de Marcelo Andrade. Não é possível definirmos quem ou quais seriam tais “tradições”, mas, é certo que o peso dessa palavra é um recurso retórico considerável. Diante da resistência da família de Bernardes em ceder a casa para a instalação do memorial, seria bastante convincente se aquilo que estava sendo entendido como “as tradições de Viçosa” reivindicassem a casa. Resta saber quais seriam as vozes às quais seria dada a autoridade para tanto e perceber qual a conveniência de utilizá-las para viabilizar a instalação do referido memorial.

Em abril de 1995 a CMV voltava a se posicionar em relação à casa do ex-presidente Arthur Bernardes:

⁶⁵ “Secretário de Cultura fala sobre ‘Dia de Arthur Bernardes e Semana Cultural’”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1336, 08 de outubro de 1994. P.3.

A Câmara Municipal quer que o reitor da UFV forneça à Casa cópia do relatório da comissão presidida pelo arquiteto Aguinaldo Pacheco, que avaliou o imóvel localizado à praça Silvano Brandão, pertencente aos herdeiros do ex-presidente Arthur Bernardes. O documento [...] pode servir para instruir outros processos que visem à mesma coisa, ou seja, **transformar o velho casarão em instituição de interesse comunitário. A representação que faz a solicitação ao reitor foi apresentada pelo vereador Euter Paniago, e teve aprovação de todos os membros da Casa. Na justificativa ao requerimento, o vereador diz que ‘[...] Como o Poder Legislativo tem demonstrado desejo de contribuir para a solução do problema, **a solicitação da Câmara parece consultar o interesse da comunidade viçosense**’⁶⁶.**

É inevitável constatar a partir da leitura da passagem transcrita acima, que, de fato, é algo complicado elencar um conjunto de referências identitárias a um grupo heterogêneo como é o formado pelos moradores de uma cidade (ou pelo menos por todos os seus eleitores) e considerar que este conjunto tenha reais condições de representar a todos da mesma forma.

Outro ponto que gostaríamos de destacar nesta passagem são os nomes sublinhados. Mais uma vez aparecem o arquiteto Aguinaldo Pacheco e o vereador Euter Paniago, embora seja necessário esclarecer que suas opiniões nem sempre eram as mesmas no que diz respeito às políticas públicas de cunho cultural para Viçosa. Em geral, nos interessa enfatizar a insistência de tais nomes nos discursos veiculados pelo *Folha da Mata* em tudo o que se referia às questões culturais de Viçosa ao longo da década de 1990.

Um contraponto a todas as iniciativas de se criar um museu em homenagem a Arthur Bernardes foi apresentado pelo Editor Chefe do jornal *Folha da Mata*, ao comentar a visita do Ministro da Educação a Viçosa em 1995:

O Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, esteve na Câmara Municipal de Viçosa [...] para receber a ‘Moção de Apoio e Louvor pelo seu gigantesco e patriótico esforço para bem conduzir etc...etc...’, aprovada, na noite anterior, quando se soube que ele estaria em Viçosa, mais do que propriamente pelo seu esforço hercúleo (alguém usou o adjetivo ao saudar o ministro) pela educação, que aliás não pode ser tão grande assim. Afinal ele está na função há apenas 110 dias [...]. [...] Depois de plenamente incensado, **o ministro visitante foi coagido a apoiar com recursos do seu pobre e caudatário ministério, o sensato projeto de se construir em Viçosa um museu para homenagear a memória do Presidente Arthur Bernardes, o mais ilustre filho desta cidade. (Há controvérsias: ouçam os Pachecos). O prefeito municipal, para sair do mesmo de seus pronunciamentos, sem abrir mão das empolações[sic] e solecismos, solicitou apoio e recursos para restaurar o prédio do Colégio de Viçosa que, na verdade, nunca foi concluído e que, como tal, nem existe mais.** O pleito do Executivo foi negado de pronto e, quanto àquele outro, do museu, recebeu do ilustre visitante a mesma deferência de tantas vezes anteriores em ocasiões idênticas: ‘Muito louvável, anotarei e estudarei com especial atenção para futuras providências’. Se menos político fosse, o ministro poderia ter

⁶⁶ “Legislativo quer avaliação da Casa de Bernardes”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1363, 15 de abril de 1995. P.5.

respondido: Tais problemas são de exclusiva competência municipal [...]. **Quanto ao memorial...memorial...vão procurar memorial na casa do chapéu. Afinal, tudo aqui sabe a Bernardes:** na Universidade, prédios e fundação; na cidade, outros edifícios, ruas e estátuas; em toda repartição, retratos. **Falta mesmo é uma biblioteca com 5 ou 6 livros sobre o presidente,** sem dúvida, um dos grandes da república, **para que ele seja reconhecido como tal e não se transforme em um mito... Um Hércules da roça ou um saci-pererê!!!**⁶⁷.

Com uma crítica contundente em relação ao Poder Público Municipal e à intenção do grupo que desejava enaltecer a imagem do ex-presidente da República Arthur Bernardes, Pélmio S. de Carvalho apresenta, no entanto, um argumento interessante. Ele relativiza as afirmações positivas sobre Bernardes, embora explicita que ele tenha sido “um dos grandes da república” e chama a atenção para a necessidade de que sua memória fosse preservada através de estudos a seu respeito. Essa forma mais “aberta” de memória, que não cristaliza uma única versão da história, nos parece bastante sensata, mas não foi o discurso que predominou na época.

O vereador Euter Paniago, por sua vez, que sempre manifestou-se totalmente favorável à criação do Museu Arthur Bernardes, tendo sido um de seus grandes entusiastas e mentores, aproveitou a ocasião da vinda do Ministro da Educação para reiterar sua proposta. E ainda aproveitou para mencionar também o desenvolvimento do turismo na cidade, argumento bastante forte naquele momento. Em sua Coluna independente publicada no *Folha da Mata* ele publicou o seguinte texto, em maio de 1995:

A nova tentativa

Morto há 40 anos, Arthur da Silva Bernardes **ainda não teve sua residência em Viçosa transformada em museu histórico, como costuma acontecer nas cidades em que um de seus filhos chega à Presidência da República.** [...] Nova esperança surge agora com a vinda a Viçosa do atual ministro da Educação [...]. A pretensão de se criar um museu tem motivações variadas. A primeira delas – a mais importante– diz respeito aos aspectos histórico, cívico e cultural. **Arthur da Silva Bernardes merece ter sua memória reverenciada por ter sido o filho mais ilustre que Viçosa já produziu. Não se pode ignorar também o efeito de um museu sobre o turismo.** Com a universidade que tem, **um museu seria talvez o elemento chave para desencadear um processo rotineiro de visitas a Viçosa, com apreciável reflexo sobre o comércio, notadamente hotéis e restaurantes.** Embora muito importante, o aspecto econômico de um museu fica longe de ter o mesmo significado dos aspectos histórico, cívico e cultural. **Afora possíveis razões da natureza político-partidária, ninguém de sã consciência pode hoje fazer restrições ao papel desempenhado por Arthur Bernardes como vereador, deputado estadual, secretário estadual, deputado federal, governador, senador e presidente da República.** Um homem que se elegeu vereador no dia 1º/11/1904 e faleceu em pleno exercício do mandato de deputado federal no dia 23/03/1955, com pouco mais de 50 anos de vida pública, **tem que merecer o respeito do povo brasileiro e principalmente de seus**

⁶⁷ CARVALHO, Pélmio Simões de. “Mitologia e Folclore”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1365, de 29 de abril de 1995. Editorial. P.1. [sic] No original. Grifos nossos.

conterrâneos de Viçosa. 50 anos dedicados à vida pública, com exclusão do período em que esteve exilado em Portugal, são um marco que enobrece qualquer cidadão. Sempre disputando eleições, Bernardes construiu brilhante carreira política, toda ela baseada em sua firmeza de propósito, sua **inquestionável competência e sua honestidade a toda prova.** [...] ⁶⁸.

Sem dúvida este é posicionamento bastante distinto daquele expresso pelo Editor Chefe do mesmo jornal, em edição anterior. A visão do vereador Euter Paniago com relação a Arthur Bernardes é idealizada e, percebe-se que, na sua opinião, a função do Museu seria enaltecer tal imagem.

Em setembro de 1995 foi publicada nova matéria sobre a casa de Arthur Bernardes em Viçosa:

O presidente da República, Federal[sic] Henrique Cardoso e o Ministro da Educação e Desporto, Paulo Renato Souza, assinaram, no último dia 5, o Decreto que visa a desapropriação da casa do ex-presidente Arthur da Silva Bernardes em favor da Fundação UFV, com a finalidade de ali ser instalado o centro de Estudos Históricos da UFV/MG – Memorial Arthur da Silva Bernardes. A notícia foi dada pelo deputado federal Danilo de Castro, que, junto ao reitor da UFV, professor Antônio Lima Bandeira, foi o grande responsável pela agilização do processo de desapropriação ⁶⁹.

O primeiro passo para a criação do Museu Casa Arthur Bernardes (MCAB) havia sido dado e, evidentemente, seus defensores não perderiam a oportunidade de mais uma vez enfatizar a necessidade de sua criação. Foi o que fez o vereador Euter Paniago na edição seguinte àquela que noticiou a desapropriação da casa pelo Governo Federal:

O futuro Centro de Estudos Históricos da UFV e outras coisas
[...] **Viçosa tem razões de sobra para rejubilar-se com a decisão do presidente FHC. Ele teve a coragem de fazer a desapropriação da casa onde residiu Arthur Bernardes, colocando-a a serviço da preservação de sua memória.** [...] Tal é a importância do acontecimento que o presidente FHC manifestou ao **deputado Danilo de Castro** seu desejo de vir a Viçosa no dia da inauguração. Caso isso aconteça, **a presença do atual presidente em Viçosa terá a dimensão de uma homenagem à figura austera do ex-presidente Arthur da Silva Bernardes, o mais ilustre filho desta terra.** [...] ⁷⁰.

Fica explícita a articulação política nos níveis Municipal, Estadual e Federal para conseguir a casa que pertenceu a Arthur Bernardes. Foi uma disputa que o Poder Público local

⁶⁸ PANIAGO, Euter. “Mais uma tentativa para a criação do Museu Arthur Bernardes e outras coisas”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1366, de 06 de maio de 1995. Coluna do Paniago (publicação independente). P.2. Grifos nossos.

⁶⁹ “Governo Federal quer desapropriar casa de Bernardes”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1385, de 16 de setembro de 1995. p.1.

⁷⁰ “O futuro Centro de Estudos Históricos da UFV e outras coisas”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1386, de 23 de setembro de 1995. Coluna do Paniago (publicação independente). P.2. Grifos nossos.

não quis enfrentar, provavelmente porque isso significaria ingressar numa disputa política com os herdeiros do ex-presidente e, quem sabe, criar indisposições. Entretanto, de forma indireta o intento foi alcançado e, em seguida, o projeto de se criar o MCAB se concretizou. De acordo com o site oficial da UFV:

Finalmente em 26 de agosto de 1996, após algumas providências de conservação, preservação, pintura e montagem, foi inaugurado o **memorial Arthur Bernardes, integrado ao complexo da Casa Arthur Bernardes, juntamente com o Centro de Estudos Históricos** (sede a ser construída), na administração universitária do Reitor prof. Antônio Lima Bandeira, **com a finalidade de exaltar a memória do Presidente Bernardes, pesquisar e preservar o acervo legado por ele**⁷¹.

Como é possível perceber, o discurso defendido pelo grupo representado pelo vereador Euter Paniago foi o que venceu o debate político daquele contexto e, até hoje, o Museu se propõe ao enaltecimento da memória de Arthur Bernardes e à pesquisa e preservação de seu legado. É um exemplo de políticas públicas, elaboração de um discurso, articulações políticas e chancela da memória, associados a um determinado grupo político e intelectual da cidade de Viçosa.

3.3.2: Definindo a “vocação turística” de Viçosa: o caso da “Marcha/Festa Nico Lopes”

Uma questão que gerou grande polêmica entre alguns grupos sociais de Viçosa, durante a primeira metade da década de 1990 foi uma festividade realizada por alunos da UFV, com participação de moradores da cidade, denominada por seus defensores de “Marcha Nico Lopes” e por seus críticos “Festa Nico Lopes”. É importante mencionar que a festividade teve como uma de suas principais características o teor de crítica política. Além do mais, as festividades constituíam uma oportunidade em que os alunos da UFV interagiam com moradores de Viçosa, uma vez que se tratava de uma festa de rua e os eventos extrapolavam as “Quatro Pilastras”, vindo a ocupar a Praça Silviano Brandão, no Centro de Viçosa.

Entre 1993 e 1995 as discussões acerca da proibição ou liberação das festividades da Nico Lopes ganharam espaço no jornal *Folha da Mata*. Grupos de políticos, estudantes da UFV, jornalistas e cidadãos comuns debateram longamente, uns defendendo a comemoração pela sua tradição, pela diversão dos estudantes, pela interação Universidade-Cidade e,

⁷¹ Conferir site oficial da UFV – “Museu Arthur Bernardes”. <http://www.ufv.br/CEE/pec/cab/historico.htm>. Consulta em 31/12/2015.

logicamente, pensando nela como um atrativo turístico para Viçosa. Outros, por sua vez, condenavam o uso excessivo de bebidas alcóolicas, o alto volume do som durante as madrugadas, pelo Centro da cidade e os comportamentos tidos como extravagantes dos participantes da festa. Estes últimos alegavam que Viçosa deveria se apresentar como cidade turística, mas com outros tipos de eventos.

Os debates demonstram os diferentes interesses que estiveram em jogo, os argumentos mobilizados por cada grupo para atingir seus objetivos e as vozes que conseguirão se impor nesse contexto e fazer valer o seu discurso. Ao longo dos debates, ambos os grupos conflitantes mencionariam sua preocupação com o desenvolvimento do turismo em Viçosa, o que explicitaria, por fim, uma discussão mais profunda. Tratava-se de uma discussão sobre o perfil turístico que a cidade adotaria. Uma vez que tal atividade econômica estava sendo vista por muitos como uma boa oportunidade, restava saber que tipo de atividades turísticas Viçosa poderia e/ou gostaria de oferecer. Mais uma vez, argumentos diversos serão apresentados, até que um discurso se torne preponderante e acabe por definir os rumos da questão.

No dia 20 de fevereiro de 1993, o vereador Euter Paniago publicou o seguinte texto em sua coluna independente, publicada no *Folha da Mata*:

O vereador EuterPaniago disse, na última reunião da Câmara, que estranhou muito ao tomar conhecimento, através da imprensa, da realização do Seminário, promovido pela UFV, propondo a integração da UFV e municípios, realizado na última terça-feira. “O encontro foi realizado apenas com a presença dos prefeitos. Sabe-se que o município tem 2 pilares: o poder Executivo e o Legislativo. [...] Na oportunidade o vereador aproveitou para fazer reivindicações ao Executivo em relação a realização da marcha Nico Lopes. **Em forma de representação, o vereador solicitou o seguinte: ‘Na forma regimental, solicito a vossa excelência (presidente da Câmara) que seja indicado ao senhor prefeito a conveniência de que se leve na devida conta a participação da municipalidade da chamada “Festa Nico Lopes”, anunciada para o mês de abril próximo, a fim de evitar que se cometam os mesmos excessos do ano passado’. Na justificativa do documento, Paniago diz que a hoje chamada ‘Festa Nico Lopes’ tem pouco da antiga ‘Marcha Nico Lopes’. ‘No ano passado houve protesto de apreciável parcela da população viçosense contra os excessos praticados na praça Silviano Brandão. Seria oportuno que fosse criteriosamente estabelecida a participação do poder público municipal, para evitar que esse mesmo poder viesse a patrocinar atividades contrárias à índole e às tradições do povo viçosense’⁷².**

Num período de grande valorização das tradições e da cultura, um bom argumento para não apoiar a realização de uma festividade era afirmar que ela havia perdido suas características tradicionais (“a hoje chamada ‘Festa Nico Lopes’ tem pouco da antiga ‘Marcha

⁷² “Paniago critica UFV e reivindica sobre Nico Lopes”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1253, 20 de fevereiro de 1993. P.3. Grifos nossos.

Nico Lopes”). Também é importante ressaltar que o vereador Euter Paniago fazia parte de um grupo em Viçosa, diretamente envolvido com a definição de uma “identidade local” e também com o intento de desenvolver o turismo na cidade. Esse é mais um exemplo de sua participação nesse processo de seleção e afirmação do que vem ou não a ser uma “tradição viçosense”, embora, neste caso, ele esteja excluindo a festividade. Ao final de seu texto, Euter Paniago se dirige diretamente ao Poder Público Municipal e afirma que este não deveria auxiliar na realização de um evento que, segundo ele, é contrário “à índole e às tradições do povo viçosense”. Deixa claro, portanto, que, para ele existem as características do “viçosense” e estas se contrapõem às características que ele atribuiu à festa intitulada “Nico Lopes”. Sendo assim, na sua opinião, a PMV não deveria apoiar a comemoração, uma vez que ela não representava Viçosa.

Na edição seguinte do *Folha da Mata*, Euter Paniago mais uma vez dedicou sua Coluna para manifestar seu posicionamento contrário à realização da “Nico Lopes” para além dos limites do *campus* universitário:

A hoje chamada “Festa Nico Lopes”, dos estudantes de nossa Universidade, tem muito pouco a ver com a antiga, tradicional e bem-humorada “Marcha Nico Lopes” do passado. A velha marcha era uma explosão de alegria e irreverência próprias de um grupo de jovens de mente sã e povoada de sonhos e esperanças. Num sábado à tarde, logo após a Semana Santa, os universitários calouros de nossa grande e respeitável instituição de ensino superior, sob o comando dos veteranos, dirigiam-se ao centro da cidade, extravagantemente vestidos, para fazer críticas mordazes, porém respeitosas, às pessoas e aos costumes. O quilométrico ‘Testamento de Judas’ lido no centro da praça Silviano Brandão, satírico e irreverente, era o ponto alto e ansiosamente aguardado da grande comemoração. A marcha de então, seguia-se o Baile do Calouro, acontecimento marcante da época e prestigiado pelas famílias da comunidade viçosense. Agora os tempos são outros e é natural que ocorram mudanças no processo de comemoração da entrada de novos estudantes em nossa Universidade. Todavia, as mudanças introduzidas na antiga ‘Marcha Nico Lopes’ para transformá-la em ‘Festa Nico Lopes’ são de tal ordem que a Praça Silviano Brandão não é mais palco adequado para a realização do evento. No ano passado, o então prefeito municipal não só autorizou a realização da festa em nossa praça maior como também concedeu, irregularmente, generosa contribuição financeira para o evento. O que se viu, bem na frente da majestosa igreja matriz de Santa Rita de Cássia, foram três noites plenas de acontecimentos que chocaram sobremaneira as pessoas sensatas e religiosas de nossa gente. Os atuais dirigentes de Viçosa tem a obrigação de contribuir para a preservação dos padrões de comportamento de nosso povo. Quando tais padrões são tão seriamente ameaçados, como aconteceu na ‘Festa Nico Lopes’ do ano passado, nossos líderes não podem cruzar os braços e ignorar os fatos. Os estudantes de nossa Universidade são bem-vindos a Viçosa. Ao longo de quase 70 anos, eles têm recebido o carinho, a acolhida e o respeito de nossa gente. Queremos, pois, que os atuais estudantes também respeitem Viçosa. Queremos que eles respeitem nossos valores, nossas crenças, nossos sentimentos. Queremos que eles, filhos adotivos e bem-amados, saibam respeitar o afeto, o carinho e o respeito da grande família viçosense. [...] ⁷³.

⁷³ “A comemoração que não deixou saudade alguma e outras coisas”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1254, 27 de fevereiro de 1993. p.2 – Coluna do Paniago (independente). Grifos nossos.

Ficava explícito o conflito entre os dois grupos: viçosenses e estudantes da UFV. Mencionamos tal embate no capítulo 2 quando analisamos os elementos de uma identidade local, forjada em contraposição à ideia que se fazia da Universidade e das pessoas ligadas a ela. Para o vereador, está muito bem definida a fronteira cultural entre estes dois grupos, sendo que, em sua opinião, a “comunidade viçosense” de valores religiosos (católicos), não poderia concordar com tantos comportamentos “estranhos”, em seu território, sobretudo em sua “praça maior”, a Silviano Brandão.

Trata-se claramente de uma disputa pelos espaços da cidade, além de uma disputa ideológica acerca do que deve ou não ser acatado como “festa típica” de Viçosa. Se as características da festa estiverem de acordo com os elementos definidos para compor a “identidade viçosense”, não haverá problemas, mas, do contrário, o cenário será de longas discussões, como este que se seguiu em Viçosa nos anos 1990.

Retomamos o pensamento de Pierre Bourdieu citado no início deste capítulo, a propósito destas colocações do vereador Euter Paniago. Para Bourdieu, as compatibilidades que encontramos nas outras pessoas, nas artes, nos padrões de comportamento ou nas regras sociais, muito distantes de representarem nossas opções naturais, nada mais são do que escolhas preestabelecidas que só temos condições de realizar devido ao arcabouço cultural e econômico que recebermos. A isso o autor denominou “*afinidades eletivas*”⁷⁴, ou seja, o grupo socioeconômico ao qual uma pessoa pertence, acaba definindo, pelo que lhe oferece, uma gama de possibilidades de escolhas, as quais não serão as mesmas oferecidas a outros grupos sociais. Desta feita, o que difere os grupos sociais não são fatores naturais e sim culturais ou socioeconômicos.

Na mesma edição, na página 3, foi publicada outra notícia sobre o mesmo assunto:

Os organizadores da Marcha Nico Lopes/93 reconheceram, que estão encontrando resistência junto a alguns segmentos da comunidade viçosense quanto à realização do evento na praça Silviano Brandão, como acontece todos os anos. **Segundo a comissão do Diretório Central dos Estudantes (DCE), encarregada de promover a festa, empresários e vereadores de Viçosa vêm se colocando contra a Nico Lopes, sob a alegação de que a marcha (principalmente aquela do ano passado) tem causado incômodo aos moradores da região central da cidade. Mesmo assim, os estudantes deixam claro que a marcha vai descer até o centro, podendo ocorrer apenas uma vez na semana, se houver negociações com representantes da comunidade. A comissão do DCE informou que está disposta a negociar com as autoridades, mostrando que a Nico Lopes tem um aspecto cultural e já se tornou uma tradição de décadas em Viçosa.** Este ano, está sendo programada uma semana para a realização da festa, incluindo uma série de eventos culturais na UFV e na cidade, entre os dias 12 e 17 de abril. De acordo com o

⁷⁴ BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.* P.225.

programa, a marcha vem até o centro, nos dias 16 e 17 de abril, acompanhada de um trio elétrico. Mas, se não houver mesmo entendimentos com a comunidade viçosense, segundo os estudantes, a marcha acontecerá somente um dia, **como é tradição**. [...] Se houve excessos ano passado, a comissão da Nico Lopes está disposta a repará-los, desta vez, fortalecendo assim a própria imagem do DCE. **No entendimento dos estudantes, além de ser um evento de natureza cultural, a Nico Lopes representa também uma integração entre as comunidades viçosense e universitária. Este será o argumento usado junto a vereadores, empresários e até mesmo na Justiça.** Há informações de que o Ministério Público instaurou um processo contra a festa, ano passado⁷⁵.

De fato, todos já haviam percebido o peso da palavra “tradição” e, portanto, os dois grupos a utilizariam como argumento. O vereador Euter Paniago alegava que o município não deveria apoiar a festa e nem permitir que ela ocorresse nos espaços públicos da cidade, afirmando que ela havia “perdido suas tradições”. Agora, o Diretório Central dos Estudantes – DCE – clamava à importância da tradição para conseguir manter a realização da festa, no centro da cidade. A questão central é que para os estudantes da UFV, a Praça Silviano Brandão em especial, e as ruas de Viçosa, em geral, constituíam também seus espaços, por serem espaços públicos. Por outro lado, havia um grupo em Viçosa que não considerava os alunos da UFV como parte integrante da cidade e que elaborara sua identidade viçosense - entre outros elementos - em contraposição ao que entendiam como características dos alunos da UFV.

Em março de 1993 o *Folha da Mata* noticiou a participação do Presidente do DCE numa reunião da CMV, para tratar do assunto:

O presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) Marconi Rocha, usou a tribuna livre da Câmara Municipal na última reunião, realizada terça-feira, para fazer um pronunciamento sobre a realização da marcha Nico Lopes, programada para acontecer de 12 a 17 de abril. Em seu discurso, intitulado ‘Nico Lopes 93: sim ou não’, **o estudante fez várias colocações em relação à dimensão da marcha no aspecto cultural, tradicional, econômico e turístico.** [...] Marconi falou ainda das dificuldades encontradas e superação das mesmas **lembrando o grupo de moradores da praça Silviano Brandão que tem resistido quanto a concentração da marcha naquele local.** [...] E fez apelo ao **empresariado de Viçosa no sentido de que participem do evento, considerado tradicional e importante para a cidade. O vereador Euter Paniago se posicionou contra a realização da marcha com concentração na praça; enquanto os demais vereadores que se pronunciaram elogiaram a iniciativa e declararam apoio ao evento.** [...] ⁷⁶.

⁷⁵ “Vereadores e empresários dificultam a realização da Nico Lopes no centro”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1254, 27 de fevereiro de 1993. p.3. Grifos nossos.

⁷⁶ “Presidente do DCE vai à Câmara para falar da Nico Lopes”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1256, 13 de março de 1993. p.3. Grifos nossos.

O conflito agora se dava de maneira aberta e, até aquele momento, a maioria dos vereadores se posicionava favorável à realização da festa. Percebe-se que, além do argumento da “tradição”, o Presidente do DCE mencionou também os ganhos econômicos e o desenvolvimento do turismo e dirigiu-se diretamente ao “empresariado de Viçosa”. Evidentemente, isso fortalecia seu discurso, considerando-se que naquele contexto, havia um grande empreendimento por parte da PMV para desenvolver o turismo local.

Ao longo daquele mês de março, as discussões continuaram bastante intensas, como demonstram as publicações do *Folha da Mata*:

A vinda da Marcha Nico Lopes ao centro da cidade continua recebendo os **protestos dos moradores da praça Silviano Brandão e adjacências**. [Dois professores, Osvaldo Valente e Eliana Itaboraí] [...] inscreveram-se na tribuna livre da Câmara para falarem em nome dos moradores e pedirem apoio dos vereadores para que as famílias residentes na referida praça sejam ouvidas quanto aos exageros cometidos durante a manifestação estudantil, traduzidos pelo excesso de barulho e o uso da praça para atos que atentam contra a moral e os bons costumes. O professor Osvaldo Valente disse [...] que ‘isso tem que elementar para quem é responsável pela ordem pública. Qualquer coisa que fuja daí, não passa de subterfúgio para esconder a fraqueza da autoridade, ou então a vontade de beneficiar um determinado grupo’. Osvaldo criticou o fato de uma autoridade municipal (não citou o nome) achar, como se manifestou em uma reunião, que os moradores é que escolheram o local errado para morar, como se a cidade já tivesse nítida separação de zona comercial e residencial. [...] **‘Os moradores da praça Silviano Brandão e arredores não somos contra a “Marcha Nico Lopes”. Somos contra o resíduo da marcha, a tal “Festa Nico Lopes” que permanece na praça a noite toda, uma verdadeira orgia’** [...]. Osvaldo Valente concluiu sua participação na tribuna livre citando o artigo 3º, inciso V da Lei do Silêncio [...] ⁷⁷.

O desmerecimento da festa, apresentada como “resíduo” da comemoração “tradicional”, sua caracterização como algo incompatível à “moral e aos bons costumes” e a apelação legal foram os principais instrumentos discursivos e práticos para mobilizar a opinião e a Administração públicas contra a realização da “Nico Lopes” no Centro de Viçosa. E as brigas não pararam por aí.

Moradores do centro da cidade continuam se movimentando no sentido de impedir que a Marcha Nico Lopes seja realizada na praça Silviano Brandão, nos moldes do ano passado. Essa semana, **um abaixo-assinado de 15 pessoas residentes na Silviano Brandão, ruas do centro e adjacências foi encaminhado ao promotor de justiça de Viçosa** [...]. **A Marcha Nico Lopes está marcada para realizar-se, este ano, na semana de 12 a 17 de abril. Num desses dias – e não em 3, conforme já admitira o DCE – viria à cidade** ⁷⁸.

⁷⁷“Marcha Nico Lopes: protestos na Câmara”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1257, 20 de março de 1993. p.4. Grifos nossos.

⁷⁸“Protestos contra a Nico Lopes chegam ao promotor de justiça”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1258, 27 de março de 1993. p.1.

Nesse artigo é interessante ressaltar a opinião favorável de seu autor, sugerida ao final do texto. Primeiramente, ao se referir à “Nico Lopes” como “Marcha” e não “Festa”, o articulista estava utilizando o termo “tradicional” do evento e que vinha sendo refutado pelo grupo que se opunha à sua realização. Vimos que o vereador Euter Paniago foi um dos primeiros (o quem sabe, o primeiro) a utilizar tal diferenciação, afirmando que a “Marcha” foi substituída pela “Festa”, perdendo assim suas tradições. Em um dos artigos transcritos acima, observamos que um morador da Praça Silviano Brandão afirmou que a “Festa” era um “resíduo” da antiga “Marcha”. Uma vez que os termos estão cunhados e que cada um deles representa um grupo e um posicionamento frente à questão, o autor do artigo do *Folha da Mata*, está direta ou indiretamente manifestando sua opinião quanto à realização da festividade no Centro da cidade. Além disso, ele conclui o artigo justificando o DCE, através do esclarecimento de que, dos três dias de comemorações, em apenas um deles, as manifestações viriam às ruas de Viçosa. Percebe-se, portanto, que através das publicações deste jornal teremos acesso a posicionamentos distintos, não apenas de outras pessoas, mas também dos próprios jornalistas que trabalhavam em sua composição.

A primeira edição do jornal, de abril de 1993, trazia estampada na primeira página a notícia sobre as medidas tomadas pelo grupo oponente à “Nico Lopes”:

Foram entregues, dia 30 último, terça-feira, ao prefeito Geraldo Reis e ao comandante da 97ª Cia. Da PM de MG, capitão PM Eduardo César de Miranda, solicitação para que sejam adotadas medidas preventivas, no sentido de que se faça cumprir a Lei Estadual nº7.302, de 21 de julho de 1978, que dispõe sobre a proteção contra a poluição sonora no Estado de MG [...]. **A comissão de moradores volta a reiterar seu integral apoio à ‘Marcha Nico Lopes’, como é tradição, ou seja: os estudantes saem em passeata da UFV, mais cedo, fazem o chamado ‘Testamento de Judas’, até no máximo 22h, e retornam à Universidade para a concentração final da festa [...].** No documento encaminhado ao prefeito Geraldo Reis, em certo trecho, a comissão diz: [...] ‘se não somos obrigados a cumprir uma Lei Estadual também não deveríamos ser obrigados a quitar as obrigações legais com a Prefeitura’. [...] Na semana passada, outro documento, **com diversas assinaturas**, foi entregue ao Promotor de Justiça e Defensor do Povo, Fernando Galvão da Rocha, solicitando a adoção de medidas que impeçam os abusos praticados no ano passado durante a Marcha Nico Lopes, **quando, pela primeira vez, foi introduzido o trio elétrico, quebrando a tradição da antiga marcha, nascida na ESAV, hoje UFV**⁷⁹.

Nesse artigo enfatizamos o fato de que o grupo que desejava impedir que a comemoração tomasse o Centro da cidade, agora propunha uma negociação com os estudantes, definindo o que era e o que não era tradicional na festa. Já que a “tradição” era o argumento utilizado pelo DCE e que tratamos de um momento no qual refutar tradições

⁷⁹ “Comissão faz até ameaças ao prefeito por mudanças na Nico Lopes”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1259, 03 de abril de 1993. p.4 .

passou a ser um discurso politicamente incorreto, a questão tomou outra direção. Tratava-se agora de definir o que era tradicional na “Nico Lopes” e, de acordo com o artigo é possível saber que, para um grupo de moradores dos arredores da Praça Silviano Brandão, uma passeata, seguida da leitura do “Discurso de Judas”, sem “Trio Elétrico” – responsável por “quebrar a tradição da antiga marcha” – e com hora marcada para retornar à UFV, caracterizaria o evento tradicional.

Naquela mesma edição do início de abril de 1993 a Coluna Social assinada por Tony Mello também mencionou as discussões em torno da realização da “Nico Lopes” em Viçosa:

O grupo de moradores da Praça Silviano Brandão e adjacências que é contrário à realização de festejos populares naquela praça, à exemplo da Nico Lopes após as 22h, reivindicando das autoridades a aplicação da Lei do Silêncio, é também contrário ao ‘badalar dos sinos’ do Santuário de Santa Rita de Cássia, no horário compreendido entre 22 às 6h da manhã. A alegação é a de que o seu sono é incomodado, nas madrugadas, pelo badalar dos sinos, que acontece de hora em hora. **Esse grupo vem recebendo convites da Associação dos Intolerantes e Ranzinzas de Salvador, Recife e Sergipe, interessada em acabar com carnavais prolongados e noites de frevança que acontecem todos os anos no Nordeste,** às vezes a semana toda na época do carnaval.

Nico Lopes

Voltamos a bater na mesma tecla: é preciso dar um crédito de confiança para os organizadores da Festa Nico Lopes, deste ano. [...] Saibam todos que este ano os organizadores contam com o apoio integral da Prefeitura, através da Secretaria de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, que dará toda infra-estrutura e acompanhamento na cidade, porque vê nesta Festa a maior integração de lazer entre universitários e uma atração turística para Viçosa, que deverá receber [...] mais de 5 mil pessoas que se juntarão ao público viçosense, proporcionando uma noite de gala para cerca de 15 mil pessoas [...] que ao som do Trio Elétrico, vindo especialmente da Bahia, terão uma noite inesquecível. Do sucesso deste ano dependerá a inclusão para os próximos anos da Marcha Nico Lopes no calendário de Festas de MG. A Marcha poderá ainda tornar-se conhecida nacionalmente. E isto é bom para Viçosa, que caminha para conquistar o espaço turístico existente na região. Esta meta é do atual prefeito Geraldo Reis, como forma de desenvolvimento da cidade. Vamos dar asas para nossa juventude, pois dela depende o progresso de Viçosa. [...]⁸⁰.

O apoio de Tony Mello à gestão do Prefeito Geraldo Eustáquio Reis e do Secretário de Cultura Marcelo Andrade, já foi manifesta em outros artigos analisados anteriormente. Contudo, neste trecho transcrito acima, o colunista social não apenas reitera seu apoio político como também e/ou conseqüentemente, seu apoio à realização da “Nico Lopes”, com “Trio Elétrico” na Praça Silviano Brandão. Com ironia Tony Mello critica as ações dos moradores da Praça e adjacências, os quais tentavam por meios legais, impedir a realização das festividades, próximas às suas residências. O colunista utiliza ainda, o mesmo argumento da

⁸⁰ “Sinos da Matriz”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1259, 03 de abril de 1993. Coluna TonyMello. P.9.

PMV para se posicionar favoravelmente à festa, ou seja, o desenvolvimento do turismo em Viçosa, através da “Nico Lopes”.

Às vésperas da data prevista para a realização das festividades, o *Folha da Mata* publicou a seguinte nota, apresentando o resultados das discussões para o ano de 1993:

Um acordo entre o promotor de Justiça, Fernando Galvão da Rocha, e a Prefeitura Municipal permitirá a realização da Marcha Nico Lopes em Viçosa, no próximo dia 17 de abril (sábado). Segundo informações da comissão do DCE encarregada de organizar a marcha, o acordo garante a **permanência dos estudantes, na praça Silviano Brandão, até às 2h da madrugada de 18 de abril (domingo)**, apesar da posição contrária de alguns moradores do local. [...] ⁸¹.

O artigo veio acompanhado de foto do evento e do cartaz com sua programação para 1993! Uma evidente provocação ao grupo de moradores da Praça Silviano Brandão e a todos os outros que se opuseram à ida da “Nico Lopes” ao Centro de Viçosa e que pareciam ter perdido a disputa. Entretanto, a briga se estendeu até o último momento e, na edição publicada em 17 de abril de 1993, dia marcado para a descida da “Nico Lopes/93” à Praça Silviano Brandão, o Promotor de Justiça teve publicada sua resposta à afirmação segundo a qual teria feito um “acordo” com a PMV para permitir a ida da manifestação estudantil até o Centro da cidade:

O Promotor de Justiça da Comarca de Viçosa [...], **afirmando que não fez nenhum tipo de acordo com a prefeitura para permitir a realização da Nico Lopes** garantindo a permanência dos estudantes, na praça Silviano Brandão, até às 2h da madrugada de amanhã, dia 18. [...] **As declarações sobre o ‘acordo’ foram feitas pela comissão do DCE** encarregada de organizar a marcha. A seguir, na íntegra, o esclarecimento do promotor: [...]
‘[...] **Certamente o Ministério Público não poderia fazer um acordo contra texto expresso em lei.** [...] Diante da disposição municipal em auxiliar o evento, o Promotor de Justiça formulou pedido no sentido de que fosse, ao menos, respeitado um limite máximo de horário para utilização do trio elétrico. Na oportunidade, esta última colocação também não recebeu qualquer acolhida. Como já foi percebido pelo grupo de moradores da praça, a tarefa mais difícil a realizar-se neste nosso país diz respeito ao cumprimento das leis vigentes, principalmente, quando estas importam em uma obrigação para a autoridade pública. [...] ⁸².

Na mesma edição, o colunista Tony Mello comemorava a realização da “Nico Lopes”, apesar dos esforços contrários de seus oponentes políticos:

⁸¹ “Acordo garante descida da Nico Lopes, no dia 17”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1260, 10 de abril de 1993. P.3.

⁸² “Nico Lopes: Promotor nega acordo”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1261, 17 de abril de 1993. p.4.

Viçosa se engalana para receber com muita alegria e animação mais uma de suas festas populares neste ano de 1993. Hoje as atenções estão voltadas para a polêmica Marcha Nico Lopes. [...] É necessário que os moradores das ruas e avenidas em que os integrantes da Nico Lopes passarão, recebam estes jovens com muita alegria, enfeitando a fachada de suas residências, saudando os universitários e seus convidados, durante a passagem, com toda cordialidade, maneira inteligente pela qual todo bom viçosense recebe seus visitantes, pois a Nico Lopes nada mais é do que um momento de confraternização entre a comunidade viçosense e a comunidade universitária, duas forças vivas que unidas elevam o conceito do Município de Viçosa. Há 65 anos, de uma simples e inocente brincadeira estudantil, surgiu a chamada Nico Lopes (batizada com este nome para homenagear um dos moradores dos mais alegres da época), cujo espírito da festa perdura até hoje: conagraçamento entre as comunidades. Ninguém esperava que o fato gerado de uma brincadeira se tornasse uma festa séria que hoje envolve não só as comunidades, como as mais altas autoridades do Município. Sua preparação requer meses de trabalho de um batalhão de pessoas dirigidas pelo Diretório Central dos Estudantes, imbuídos do mais puro espírito da diversão sadia, onde apenas uma noite de festas na cidade passa a representar anos de convivência e amizade. Com a realização da Nico Lopes, Viçosa e a UFV unem ainda mais seus laços de amizade e valoriza-se a credibilidade dos estudantes junto a comunidade, inclusive os recém-chegados, com os quais já convive anos e anos na melhor harmonia. E, a integração da juventude viçosense com a juventude universitária é fator de desenvolvimento cultural do município. Saudemos os jovens participantes da Nico Lopes, pois eles integram a força maior deste país. [...]⁸³.

Na semana seguinte, o *Folha da Mata* publicou textos de alusão positiva à “Nico Lopes” em quatro páginas diferentes:

Na página 1:

[...] **Ao contrário do ano passado**, quando toda a movimentação foi feita na praça Silviano Brandão, este ano a marcha ficou pouco tempo naquele local, seguindo após, para o campus da UFV, espaço onde realmente aconteceu a **festa, já considerada por muitos como uma das melhores do gênero em todo o Estado** (página interna)⁸⁴.

Em seguida, na página 2:

O ex-prefeito Antônio Chequer disse à Folha da Mata, na última semana, que a ‘Festa Nico Lopes’, com duração de 3 dias, foi instituída por ele no ano passado juntamente com os organizadores da marcha. Segundo Chequer, não existe motivo para tanta polêmica, voltando a afirmar que os moradores da praça Silviano Brandão deveriam entender que Viçosa cresceu e existem vários bairros afastados do centro, deixando claro que ‘os incomodados que se mudem’. [...] ‘Infelizmente a comunidade de Viçosa não entende que as quatro pilastras da UFV não é uma divisão, mas apenas um marco. Nós devemos nos integrar. [...] A comunidade de Viçosa, inclusive os moradores da Silviano Brandão, deve à universidade, pois direta e indiretamente todo o viçosense depende da UFV. [...] Um ponto negativo dessa história toda foi em relação ao comércio. A marcha não permaneceu na praça e os comerciantes próximos (barzinhos) não venderam nada. No ano passado houve denúncia junto ao Ministério

⁸³ MELLO, Antônio. “Nico Lopes”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1261, 17 de abril de 1993. Coluna Social TonyMello. P.9.

⁸⁴ “Nico Lopes repete sucesso de anos anteriores”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1262, 24 de abril de 1993. P.1.

Público. Conversei com o juiz e ele permitiu que a festa continuasse, pois não é qualquer forasteiro que vem cá que lhe falta o bom senso. **Em outras cidades, como Ouro Preto, Rio Branco, existem festa[sic] como a Nico Lopes e todas são realizadas em praça pública sem esse ‘blá-blá-blá’ de Viçosa. [...] Gostaria de deixar bem claro que quando voltar a ser prefeito, em 1996, terei o grande prazer de patrocinar tal festa.** A Nico Lopes só não ocorrerá, com sua programação normal, encerrando com a concentração na praça, se o DCE não quiser. A Nico Lopes deverá sempre estar no coração dos nossos jovens. **A título de informação, fui eu que implantei a Semana Santa ao vivo, a Comenda Arthur Bernardes junto com a ACV.** Viçosa precisa de alegria e lamento não termos tido carnaval. **São essas festas populares que dão condições ao assalariado de participar.** Chega de tristeza, vamos promover a alegria’, concluiu Chequer. [...] ⁸⁵.

Mais uma vez, percebe-se a oposição política entre Antônio Chequer e Euter Paniago, manifesta aqui por suas opiniões contrárias em relação à “Nico Lopes” e de maneira indireta, por suas concepções acerca do desenvolvimento turístico e cultural de Viçosa. O discurso político de Chequer é explícito, uma vez que menciona a ausência da comemoração do Carnaval em 1993, anuncia seu retorno ao cargo de Prefeito Municipal, menciona seus feitos no âmbito da cultura e declara, abertamente, favorável à realização da “Nico Lopes”, deixando subentendido que Viçosa poderia desenvolver o turismo tal como Ouro Preto e Rio Branco e os comerciantes poderiam tirar proveito disso. Percebe-se que o assunto tangencia questões como a cultura, o turismo, a “Nico Lopes”, etc, mas o objetivo principal do discurso é criticar seus oponentes políticos e preparar a próxima campanha eleitoral.

Ainda naquela mesma edição, a página 8 trouxe uma chamada bastante sugestiva, tendo em vista as preocupações com o desenvolvimento do turismo e da definição das atividades culturais para atraí-lo. O título da notícia era: “Nico Lopes comprovou que Viçosa tem uma festa”⁸⁶. E ainda, na página 9, Tony Mello aproveitou o espaço para ironizar a situação dos moradores da Praça Silviano Brandão com seu texto intitulado “Tapa de Luvas” e com o relato de episódio que teria ocorrido em Viçosa, no qual um morador chamado João Cupertino, que amava Viçosa, embora não fosse viçosense, sentindo-se incomodado pelo barulho provocado por uma festa de estudantes, teria saído de sua casa vestindo pijama e se juntou a eles até o fim da festa⁸⁷. História bem sugestiva para o clima de comemoração no qual se encontrava o colunista social do *Folha da Mata*.

Desenvolver um projeto de turismo cultural para Viçosa, considerando que esta modalidade é nova e respeitada, é a meta de trabalho do atual Chefe do Departamento

⁸⁵ “Chequer apóia Nico Lopes e Paniago”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1262, 24 de abril de 1993. p.2.

⁸⁶ “Nico Lopes comprovou que Viçosa tem uma festa”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1262, 24 de abril de 1993. p.8.

⁸⁷ MELLO, Antônio. “Tapa de Luvas”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1262, 24 de abril de 1993. Coluna Social TonyMello. P.9.

de Turismo da Prefeitura Municipal de Viçosa, Ronaldo Vitarelli ... engenheiro civil [...]. O projeto é composto por 4 vertentes: turismo escolar (excursões), turismo com pais de alunos e ex-alunos da UFV e de eventos e convenções. Vitarelli explicou que a 1ª vertente (escolares) envolveria alunos do 1º e 2º graus e cursinhos de toda a região sudeste. **O Departamento já está fazendo um ‘inventário’ de Viçosa e elaborando um diagnóstico** [...]. ‘A partir daí vamos trabalhar com empresas de turismo promovendo as diversas excursões. **Os pontos que serão visitados pelos alunos serão o horto florestal, museu de zoologia, museu da ecologia, grupo Entre Folhas, casa da formiga, tecnologia de alimentos, diversos laboratórios da UFV, trilhas ecológicas pelo campus.** [...] Na cidade, temos alguns espaços já montados ou para serem trabalhados, como por exemplo, **a casa do mel, em Silvestre e o Espaço Cultura** [...], além da **estação ferroviária que será transformada num teatro, biblioteca e provavelmente Casa da Cultura**; e ainda um projeto fantástico que é a ‘Cidade do Pequeno’ que será desenvolvido pelos alunos do CBIA. [...] ‘Viçosa é uma cidade que tem um passado de eventos, e, podemos dizer que Viçosa tem um charme que não se compara com as demais cidades da região. **Hoje nós temos a Marcha “Nico Lopes” que é a maior festa do interior mineiro; Estação Viçosa, [...]** juntamente com Juiz de Fora [...]. **Temos também o Seara** [...]. Vamos realizar um festival de teatro, após conseguirmos o espaço do Cine Brasil (em negociação) e a estação. [...] **No carnaval, como Viçosa exporta pessoas, não é interesse do Departamento de Turismo investir nessa festa, ou seja, o carnaval de Viçosa não é um evento turístico** [...]. Pensamos em realizar o festival da canção. Acredito nessa idéia, que está morta no país, mas que pode movimentar Viçosa e, ainda em **transformar em tradição** os eventos de menores projeções como por exemplo o Encontro de Contadores de Causos. O importante para este Departamento e para a cidade é investir em projetos periódicos de forma que Viçosa vire atração turística. [...] Questionado sobre a polêmica da Nico Lopes, Vitarelli disse que, como chefe do Departamento de Turismo da PMV, quer que a Nico Lopes seja a melhor possível. [...] Particularmente entendo que essa história de moralismo seja falsa. Pra mim não faz diferença atentar à moral na praça ou nos cantos da UFV. Acredito que a marcha está tomando uma dimensão tal que nos próximos anos não poderá ser realizada na praça. Inclusive, vamos fazer um parque municipal numa área próxima ao Colégio de Viçosa e uma praça de eventos, também naquelas imediações [...]’⁸⁸.

Este artigo é muito interessante, pois, o Secretário de Turismo de Viçosa, apresenta uma lista de atividades que, segundo ele, Viçosa poderá apresentar em seu “menu turístico”. Em um artigo analisado anteriormente, o vereador Euter Paniago havia oposto a “Nico Lopes” ao suposto caráter religioso – subentenda-se católico – dos viçosenses. É interessante como o Secretário de Turismo não faz essa mesma distinção, uma vez que menciona não apenas a “Nico Lopes” como um dos mais importantes eventos de Viçosa, como também cita o “Seara” que é um retiro espiritual Católico, realizado desde a década de 1980 em Viçosa.

Outro ponto de destaque na declaração do Secretário de Turismo de Viçosa, é com respeito às festividades do Carnaval. Talvez numa resposta aos oponentes políticos, que, tais como o ex-prefeito Antônio Chequer, porventura estivessem criticando a PMV pela não realização das festividades daquele feriado, Ronaldo Vitarelli tenha afirmado que a Secretaria Municipal de Turismo não tinha interesse em investir no Carnaval. Contudo, sendo ou não por motivações políticas, o Secretário estava abertamente, descartando o apoio da Prefeitura a

⁸⁸ “Vitarelli fala sobre o turismo em Viçosa”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1263, 1º de maio de 1993. P.4. Grifos nossos.

uma manifestação cultural, e, portanto, selecionando aquilo que teria ou não apoio e visibilidade no projeto de Viçosa como cidade turística.

Em 1994 a história se repetiu, tendo ocorrido novo debate entre políticos, representantes estudantis, jornalistas, cidadãos comuns, etc., em torno da polêmica realização da “Nico Lopes” no Centro de Viçosa. Em fevereiro o *Folha da Mata* já anunciava a chegada da comemoração, oficializando-a como grande evento da cidade:

Agora numa visão empresarial e turística, sem deixar, contudo, o lado tradicional e irreverente do evento, está prevista para os próximos dias 7, 8 e 9 de abril [...] a realização de mais uma versão da tradicional **Marcha Nico Lopes, evento que há 66 anos vem misturando com a história da UFV e da própria cidade, sendo o principal evento turístico da microrregião e muito próximo da famosa Festa do 12, de Ouro Preto.** [...] ⁸⁹.

Na CMV Euter Paniago conseguia o apoio de mais vereadores para mais uma tentativa de impedir a descida da “Nico Lopes” até a Praça Silviano Brandão⁹⁰. Não obstante, outros grupos também ligados à PMV continuavam a manifestar seu apoio à festa, sempre se apoiando no argumento do desenvolvimento turístico de Viçosa:

O Secretário Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, Marcelo Andrade, informou que a Prefeitura Municipal de Viçosa dará apoio à realização da marcha Nico Lopes, marcada para o próximo mês, no sentido de oferecer infra-estruturadurante o evento. [...] Segundo Marcelo, a marcha Nico Lopes já ocupa espaço no cenário nacional é a **grande oportunidade de vender Viçosa neste acontecimento,** já os organizadores esperam receber pessoas de todas as regiões do país⁹¹.

Esse pronunciamento de Marcelo Andrade provocaria uma reação imediata por parte do vereador Euter Paniago, embora os dois tenham trabalhado juntos em outras ocasiões. No dia 26 de março de 1994, o vereador publicou o seguinte texto em sua coluna independente, no *Folha da Mata*:

Governar é também respeitar e preservar os valores, as crenças, os sentimentos de um povo. Governar não é, e nunca foi, amparar e incentivar atos e **manifestações que atentam contra a lei, contra a decência e contra os padrões de comportamento de uma sociedade organizada.** Estupefato, leio, na última edição deste semanário, declarações do senhor secretário municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, no sentido de que o poder público local apoiará a marcha Nico Lopes na praça Silviano Brandão, por ser essa ‘a

⁸⁹ “Nico Lopes vem de cara nova em 94”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1304, 26 de fevereiro de 1994. p.4. Grifos nossos.

⁹⁰ “ ‘Nico Lopes’ agita reunião da Câmara”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1304, 26 de fevereiro de 1994p.4.

⁹¹ “Nico Lopes tem apoio da PMV”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1307, 19 de março de 1994. P.1.

oportunidade de vender Viçosa'. **Viçosa não merece ser vendida por preço tão vil. O turismo que interessa a Viçosa é o de cunho cultural, científico e religioso.** Por que o governo municipal não promove nossa Universidade? **Por que não instala o Memorial Arthur Bernardes,** criado há quase 4 anos de um **projeto de co-autoria do autor desta nota? Por que não apoia a realização da Semana Santa? Por que não estimula iniciativas da importância do SEARA?** Há tanta coisa a ser feita em Viçosa que causa espécie ver o governo municipal usar recursos para apoiar uma noite de excessos sem conta na praça maior de nossa terra. Queira Deus que o bom senso volte a prevalecer e o senhor prefeito municipal não permita que a praça central de Viçosa se transforme em palco de tudo aquilo que **ofende a consciência cristã de nossa gente.**

Viçosa, 22 de março de 1994.
Vereador Euter Paniago⁹².

Desta vez, de forma direta, Euter Paniago define o que para ele deveria ser o perfil turístico de Viçosa, mencionando a Universidade, o Museu Arthur Bernardes a “Semana Santa” e o “Seara” como eventos culturais ou lugares que, segundo ele, seriam bons atrativos turísticos para Viçosa, por condizerem com o que ele entendia por uma espécie de “perfil moral” do cidadão viçosense. Evidentemente, ele considerava que a “Nico Lopes” tinha características incompatíveis com a “identidade viçosense” e esse era seu principal argumento contra a possibilidade de que Viçosa fosse conhecida no cenário regional ou nacional como a “cidade da Nico Lopes”.

As discussões entre vereadores, representantes do DCE e moradores da Praça Silviano Brandão seguiam, e, na aproximação de mais uma edição da “Nico Lopes”, o Editor Chefe do *Folha da Mata*, Pélmio S. Carvalho, publicou o seguinte texto na primeira página do semanário:

Desde os tempos dos Ramsés, Tutmés e Amenófis, em Mênfis, Tebas ou Sais; dos Darios, Xerxes, Ataxerxes, em Persépolis, Ecbátana ou Pasárgada; Clístenes e Leônidas, em Atenas ou Esparta; Césares, Augustos e Cosntantinos, em Roma ou Bizâncio; Clóvis, Carlos e Luises, em Soisson, Reims ou Paris; Alexandres, Urbanos ou Leões, em Roma ou Avinhão; Henriques, Jaimes e Isabéis, em Londres; Afonsos, Fernandos e Marias, em Lisboa ou Madrid; Fredericos, Carlos e Guilhermes, em Berlim; Pedros, Catarina e Miguéis, em Moscou; e, até Joões, Pedros e Fernandos, no Rio de Janeiro e Brasília, enfim, desde os templos da antiguidade oriental, até nossas repúblicas, velha, nova, colorida ou acromoitamarina, **morar na praça principal de uma cidade, ou nas avenidas que nelas afluem, foi um privilégio dos deuses a bem poucos afortunados do destino.** Se, na praça principal de uma capital, então era a suprema ventura de um terráqueo que nem mesmos a anjos e arcanjos acessível. Residir em tais logradouros centrais sempre significou grande destaque na sociedade, na política, no clero. [...] **Mas os tempos mudaram.** Abruptamente. Primeiro, vieram os automóveis e os pontos de táxi, seguidos dos ônibus, com seus barulhentos terminais. Depois chegou a televisão, colorida, e tudo aquilo que se via das janelas [...] tornou-se monótono [...]. E, finalmente, **chegou a grande invenção dos conterrâneos do Toninho Malvadeza, o baiano Antônio Carlos Magalhães: o trio-elétrico [...] para acabar de vez com a paz e as benesses celestiais dos afortunados cidadãos das acrópoles.** A praça que outro baiano declarou em versos ser do povo [...].

⁹² PANIAGO, Euter. “Apelo ao Senhor Prefeito”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1308, 26 de março de 1994. –Coluna do Paniago (publicação independente). P.2.

tornou-se, de vez, um logradouro público, inabitável, propício a abrigar terminais rododiferroviários, armazéns, bancos, sindicatos, repartições públicas diversas. E, mais acertadamente, o espaço preferido para as manifestações políticas, sociais, religiosas, etc. Eram findas todas as mordomias e privilégios dos cidadãos unguídos dos deuses e moradores das praças. Os “centros” – antigas praças – transformaram-se em guetos, **seus moradores mais avisados fugiram para os ricos condomínios fechados [...]. Os pobres puderam invadir o rossio. Para ver a si mesmos e o seu próprio e feio mundo. Desvalorizadas, alguns deles até puderam ali fixar residências, em casas de ‘antigos barões’**. Em Viçosa, os habitantes da praça principal e de Silviano Brandão [...] tentam resistir à deterioração crescente de seu ‘bairro’. Especialmente, contra a poluição sonora e, notadamente, contra a chamada **Marcha Nico Lopes que estudantes da Universidade resolveram relançar**, ampliar, modernizar – **pode-se ler, também, bacanalizar – e adequar à mania do momento: sonorizar com o trio baiano**. [...] **Os habitantes do centro têm suas razões inúmeras em querer impedir que os ‘vândalos’** – os bárbaros ou os espanhóis da Andaluzia? – **venham à praça com os imensuráveis decibéis da carreta baiana sonorizada**. Razões legítimas, mas, direitos questionáveis. A invocada chamada Lei do Silêncio é tão subjetiva como a lei dos direitos consuetudinários. **Alegar que o barulho na praça incomoda os convalescentes do Hospital São Sebastião, cerca de 400m retirado, é exagero exacerbado. Afinal, a Liga Operária faz carnaval, há 50 anos, no fundo da cozinha do referido nosocômio (êpa!), sem que sua direção, jamais, protestasse**. Morar na praça já foi como viver no Olimpo. Hoje, como se no quinto dos mundos a que nos induz Dante, em sua Comédia, e em cuja soleira fixou a inscrição: ‘Lasciate ogni speranza, voich’entrate’⁹³.

Num discurso irônico, como de costume, mas também bastante elitista, o Editor Chefe do *Folha da Mata* critica o que poderíamos chamar de “popularização” da Praça, antes logradouro de “barões” e então apropriada pelos pobres que se aproveitavam de sua desvalorização. Este texto é interessante para nosso intento, pois, embora apresente um ponto de vista já apresentado – contrário à realização da “Nico Lopes” na Praça Silviano Brandão – apresenta novos argumentos, explicitando o que talvez fosse também a opinião de outras pessoas em Viçosa, ou seja, que a disputa não era apenas política ou ideológica, mas também socioeconômica, ou seja, um exemplo de luta de classes.

Apesar das tentativas de impedi-la, a comemoração denominada “Nico Lopes” voltou a acontecer em 1994, embora não tenha podido permanecer na Praça Silviano Brandão. Em 1995, para amenizar a polêmica e fortalecer seu discurso, o próprio DCE decidiu não utilizar mais o “trio elétrico” durante a festa e adotou a ideia de “resgate das tradições”. Assim, em março daquele ano os estudantes tomaram a iniciativa de anunciar a mudança nas comemorações:

O trio elétrico, principal motivo da ‘briga’ do pessoal do centro da cidade contra a marcha Nico Lopes, como ocorreu no ano passado, foi abolida, por decisão da atual diretoria do DCE, **usando como argumentos o resgate da tradição da marcha e a falta de estrutura da cidade para a inclusão desse aparato sonoro montado. ‘O DCE está preocupado**

⁹³ CARVALHO, Pélmio S. “O Inferno... Aqui e agora!”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1309, 02 de abril de 1994. Editorial. P.1.

com a descaracterização da marcha’, argumenta o coordenador geral do órgão estudantil, Julian Rodrigues⁹⁴.

E em abril, mês de realização da festa, publicou-se uma nota positiva a respeito da “Nico Lopes” e de sua nova relação com Viçosa:

[...] O resgate

As comunidades aplaudiram a Nico Lopes deste ano. Realmente a tradição foi resgatada em diversos aspectos, como a atenção dos blocos com a contestação e a irreverência em vez da preocupação dos anos anteriores com a bebedeira. [...] **Outro aspecto resgatado foi a chegada da Marcha na praça Silviano Brandão, fato que não aconteceu no ano passado, devido a uma liminar da justiça** [...]. E ainda outro aspecto, os discursos realmente contestaram com referência à política e aos problemas da Universidade. [...] **Além do resgate, também foi feito um trabalho de preservação da memória sobre a Nico Lopes com exposições de fotos e vídeos** [...] ⁹⁵.

Além de provocar os opositores à festa, considerando que sua realização na Praça Silviano Brandão também é parte de suas tradições, o articulista constrói um discurso bastante atraente para o contexto da época, enfatizando o “resgate da tradição” e a preservação da memória, duas expressões-chaves para aquele momento político, social e econômico.

Tendo em vista todos os interesses que, na década de 1990 impeliam o Poder Público em Viçosa a desenvolver as áreas relacionadas à cultura, visando o Turismo, e todos os debates que perpassaram tal contexto, analisaremos no último capítulo alguns de seus desdobramentos.

A legislação Estadual incentivará o apoio dos Municípios à cultura, ao turismo e também à proteção do patrimônio histórico-cultural. Com vistas ao desenvolvimento turístico e à captação dos recursos financeiros advindos da proteção ao patrimônio, Viçosa entrará numa nova fase de discussões políticas que culminará em mudanças significativas tanto em sua Legislação quanto em sua paisagem urbana.

⁹⁴ “Nico Lopes/95 descarta o trio elétrico”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1360, 25 de março de 1995. P.1.

⁹⁵ “Nico Lopes/95: Resgatando a Tradição – Cultura, Irreverência e Contestação”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº 1365, 29 de abril de 1995. P.3.

Capítulo 4: “A régua e o compasso: o papel dos arquitetos na construção do patrimônio histórico, cultural e artístico da cidade”

Os documentos até aqui analisados mostram que as preocupações de determinados grupos sociais em preservar a memória e estabelecer os elementos de uma identidade local, o desenvolvimento do setor do Turismo e a defesa do patrimônio histórico-cultural e arquitetônico de Viçosa, estiveram intimamente ligados. Não necessariamente numa simples relação de causa e consequência, mas, poderíamos dizer que todos esses elementos fizeram parte de uma mesma trama discursiva. Tal debate, evidentemente, não perpassou toda a comunidade de Viçosa, mas concentrou-se, sobretudo, entre grupos ligados à UFV, e mais especificamente ao DAU/UFV e à PMV, sobretudo, a Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo (SMCELT) e o Conselho Municipal de Cultura, Patrimônio Cultural e Ambiental (CMCPCA).

Nos capítulos anteriores, procuramos demonstrar as duas primeiras partes desta tríade: a elaboração de uma identidade local e a preocupação de políticos, intelectuais e empresários de Viçosa com o desenvolvimento do Turismo. Neste capítulo, temos a intenção de apresentar as principais políticas públicas, ao mesmo tempo decorrentes e intensificadoras, do amplo debate que as antecedeu. Seja pela “defesa da memória e da identidade”, seja pela melhoria da qualidade de vida ou ainda, para melhorar a infraestrutura urbana, o que se verá, por parte do Poder Público Municipal de Viçosa, a partir da segunda metade da década de 1990, é uma preocupação em desenvolver políticas públicas que viabilizassem tais objetivos. Nesse ínterim é que foram criados o PDV, que analisamos no primeiro capítulo, o CMCPCA, o MCAB, os decretos de tombamentos municipais.

O capítulo estrutura-se, portanto, em três etapas: primeiramente vamos analisar textos publicados no jornal *Folha da Mata* durante a primeira metade da década de 1990. Buscaremos demonstrar a transição, ocorrida naquele período, entre a preocupação com o turismo, que generalizava as atividades e propostas dos intelectuais e do Poder Público, e a preocupação específica com a proteção de bens imóveis tidos como de valor histórico, cultural e/ou arquitetônico. Ou seja, consideramos que a proteção do patrimônio histórico-cultural foi concomitante ao investimento no negócio do turismo. Entretanto, a partir de um determinado momento, este discurso protecionista se intensificará em Viçosa, tornando-se o principal eixo de ação num movimento que visava dois objetivos principais: o desenvolvimento do turismo local e a captação de recursos por meio de incentivos dados pelos Governos Estadual e Federal.

Num segundo momento, analisaremos as Atas do CMCPCA de Viçosa, ressaltando que não tivemos acesso a todas. O atual Departamento de Patrimônio, ligado à Secretaria Municipal de Cultural, ainda não possui o seu arquivo organizado, o que dificulta bastante a pesquisa,

especialmente porque alguns documentos estão “perdidos”, ou seja, nem a própria chefia teve acesso a eles, pois não se sabe onde eles estão. É o caso de algumas Atas do Conselho, que iniciou suas atividades em 1998, registrando-as em um Livro de Atas, que foi oficialmente “fechado” em abril de 2008, embora a última Ata que conste ante deste encerramento, date de 19 de julho de 2006. Na nota explicativa para o encerramento do Livro, consta o seguinte:

Declaro para os devidos fins que este Livro de Atas foi encerrado na presente data. Na mesma ocasião, será aberto novo livro, cujas atas serão digitadas e terão outra formatação. Viçosa, 10 de abril de 2008. Ricardo dos Santos Teixeira – Presidente do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa¹.

Em página posterior, o Livro de Atas foi reaberto, pela presidenta do Conselho, Liliane Márcia Lucas Sayegh, e com data de 16 de dezembro de 2009, embora todas as Atas registradas a partir desta reabertura, tenham sido do próprio ano de 2009, sendo a última datada de 17 de dezembro daquele ano. Ou seja, o registro da reabertura do Livro de Atas provavelmente, foi feito às vésperas da última reunião ali registrada.

Juntamente com as Atas das reuniões do CMCPA de Viçosa, analisaremos duas consequências das discussões do Conselho, ou, em outras palavras, duas materializações, dois conjuntos de políticas públicas que surgiram como consequência ou foram fortemente influenciados pelos trabalhos desenvolvidos pelos conselheiros. A primeira é a legislação municipal; acompanharemos as repercussões das discussões do Conselho, dentro da Câmara Municipal de Vereadores e o surgimento de novas leis municipais regulamentando questões referentes ao patrimônio e à cultura. A segunda é a documentação preparada pelo Departamento Municipal de Patrimônio para o IEPHA, afim de captar os recursos financeiros disponibilizados através da Lei “Robin Hood”, ou “Lei do ICMS Cultural”².

¹ ATAS, Livro de. Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa. 10 de abril de 2008. P.67.

² A Lei nº 12.040, de 28 de dezembro de 1995, conhecida como Lei “Robin Hood” indica novos critérios para a distribuição da cota-parte do ICMS dos municípios mineiros, visando descentralizar a distribuição da cota-parte do ICMS dos municípios, desconcentrar renda e transferir recursos para regiões mais pobres; incentivar a aplicação de recursos municipais nas áreas sociais; induzir os municípios a aumentarem sua arrecadação e a utilizarem com mais eficiência os recursos arrecadados, e, por fim, criar uma parceria entre estado e municípios, tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida da população destas regiões. Assim, os novos critérios introduziram outras variáveis que modificaram a metodologia de cálculo usada. Daí ser conhecida como Lei “Robin Hood”. Conferir: <http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/leirobinhood/historico>. Consulta em: 09/02/16. Adaptado.

4.1: Antes do bem tombado, a “*retórica da perda*”: “*cismogênese*” patrimonial em Viçosa, MG.

*Paris muda! Mas nada em minha nostalgia
Mudou! Novos palácios, andaimes, lajedos,
Velhos subúrbios, tudo em mim é alegoria,
E essas lembranças pesam mais do que os rochedos.*

Baudelaire

Reginaldo Santos considera mutualística a relação entre o discurso da perda e a criação de relíquias a serem preservadas. Segundo o autor:

Este discurso, que se opõe vigorosamente àquele processo de destruição, é o mesmo que, paradoxalmente, o produz. Os objetos que vêm a integrar as coleções ou os patrimônios culturais, retirados do contexto histórico, social, cultural e ecológico em que existem originalmente, são recodificados com o propósito de servirem como sinais diacríticos das categorias e grupos sociais que venham a representar. Esses discursos operam concomitantemente em um plano de fragmentação e em outro de integração, cada um deles alimentado pelo outro, através de um processo similar ao que Bateson chamou de “*cismogênese*” (1972). Num mesmo movimento produzem-se, transformados em coleções e patrimônios culturais, os objetos que estão sendo destruídos e dispersados³.

Considerando esse movimento dialético, pode-se dizer que, a partir de um determinado momento, marcado pelo processo acelerado de modernização das cidades e dos padrões sociais, especialmente os relacionados à produção e ao consumo, houve uma preocupação com a defesa de elementos que constituíam as antigas paisagens daquelas cidades. Num contexto de mudanças tão rápidas e profundas, teve início, paradoxalmente, um movimento em sentido contrário: não permitir que tudo fosse derrubado e refeito, frear a modernização, preservar alguns ícones que pudessem servir como pontos de referência ao passado, em meio a uma avalanche “*progressista*” ou modernizadora.

Essa modernização acelerada, datada a partir da década de 1970, teria provocado o que José Reginaldo Gonçalves, chamou de “*retórica da perda*”, ou seja, um discurso amplamente divulgado, segundo o qual, algo estaria se perdendo em meio a tantas mudanças. Esse algo,

³ GONÇALVES, José Reginaldo. *Op. Cit.* P.23.

estaria relacionado à identidade dos grupos sociais e à sua memória, às suas tradições culturais e o caminho para frear esse processo seria criar meios legais para salvaguardar os resquícios de “originalidade” ou ainda obras primas consideradas de “excepcional valor”.

Em sua genealogia do patrimônio Françoise Choay explica como diferentes sociedades, em seus respectivos momentos históricos, constituíram um pensamento específico acerca dessa noção e enfatiza a importância dos discursos que foram e continuam sendo criados para estabelecer critérios de seleção e práticas de preservação patrimonial. No que diz respeito a essas práticas no mundo contemporâneo, a autora afirma que elas fazem parte de um novo ideário Ocidental inaugurado com a Revolução Francesa e com o advento da era industrial.

Quando se reflete a questão do patrimônio como um interposto entre o antigo e o moderno, surgem várias questões que merecem ser discutidas. Segundo Regina Abreu, a partir da Segunda Guerra Mundial, o conceito de cultura se tornaria democrático e perderia sua conotação elitista e erudita, passando a ser relacionado às manifestações sociais como um todo. A partir desse momento as discussões sobre práticas de patrimonialização também se modificariam adaptando-se ao debate.⁴ Françoise Choay faz uma associação entre esse contexto que se inicia no Pós-Guerra e as práticas de patrimonialização. A autora afirma que

Nessa época em que não construímos mais tais monumentos [‘intencionais’] e em que abandonamos os modos articulados tradicionais de construir, defrontamo-nos, no entanto, com a perda do poder sobre o tempo orgânico que nos era oferecido por esses artefatos, por intermédio de nosso corpo. Esse poder, essa relação ancestral com a duração, são agora objeto feroz e insaciável, vividos como ausência e como carência intoleráveis, de que o patrimônio pré-industrial constituiria a chave perdida, cujo vazio a *imago* patrimonial serviria simbolicamente para preencher⁵.

Portanto, na opinião de Choay, o patrimônio tal como é concebido, seria uma manifestação do período conturbado que o mundo ocidental vivencia após a II Guerra Mundial, marcado por um desenvolvimento acelerado do sistema capitalista e por uma modernização e urbanização também intensas. Naquele contexto, surgiria um clima de instabilidade que levaria a uma preocupação em preservar relíquias do passado. Além disso, era também um momento de preocupação mundial com a valorização do multiculturalismo para evitar mais catástrofes como as que vinham ocorrendo desde o século XIX. Segundo Choay, foi esse o cenário em que teria emergido a atual noção de patrimônio histórico-cultural, com sua função ligada ao

⁴ ABREU, Regina. “A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio”. In: CHAGAS, Mário e ABREU, Regina (orgs.). *Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. P. 36.

⁵ CHOAY, Françoise. *Op. cit.* P.249.

civismo, à tentativa de fortalecimento do Estado-nação e sua ligação com a identidade de grupos sociais.

No entanto, se por um lado, é um ganho que bens e práticas, marginalizados durante muito tempo, passem a merecer a atenção de órgãos públicos e da sociedade civil; e ainda, que grupos sociais que antes não se viam representados nos próprios patrimônios, passem a ter a oportunidade de ver preservados seus valores culturais; por outro lado, existe um grande risco de que se perca o sentido do patrimônio em meio à essa frenesi de preservar tudo para valorizar tudo. É a isso que Françoise Choay se refere quando menciona o fenômeno do “*complexo de Noé*”, ou seja, uma espécie de “inflação patrimonial” que a autora percebe na sociedade contemporânea⁶. Dominique Poulot também apresentou uma análise interessante sobre esse aspecto, pontuando que

A defesa, desenvolvida frequentemente nos dias de hoje, em favor de um patrimônio cada vez mais completo, contra o elitismo ou em nome da exaustividade científica, deixa escapar o fato de que o objetivo do patrimônio não consiste, de modo algum, em duplicar a realidade à maneira do ‘mapa dilatado’ de Borges, coincidente com o território que, supostamente, ele representa⁷.

Trata-se de uma constatação, acompanhada de crítica, acerca de um comportamento que a sociedade ocidental contemporânea tem desenvolvido em relação ao patrimônio. Se por um lado é compreensível que o patrimônio tenha adquirido uma função social, política e econômica no pós-II Guerra, por outro lado, chama a atenção dos cientistas sociais o fato de que o culto ao patrimônio, sua naturalização e sua inflação – interpretada como democratização cultural – tenham muito a dizer, não acerca do passado, mas do presente.

Segundo Choay isso ocorre em parte devido à transformação do patrimônio em mercadoria altamente lucrativa, que oferece ao mesmo tempo saber e prazer como “produtos culturais” prontos para serem consumidos. Todavia, não se trata apenas de uma questão mercadológica, pois, segundo a autora, vive-se um “narcisismo” em relação ao patrimônio. Ele seria visto como um espelho no qual a sociedade deseja se enxergar o tempo todo. O apego à própria imagem estaria ligado a uma crise de identidade e a uma noção totalmente idealizada do passado. Esse último se tornaria uma válvula de escape ou uma zona de conforto para uma fuga do momento crítico presente⁸. Visto por esse prisma a noção de patrimônio passaria por um novo viés. A necessidade de um “retorno ao passado”, bem como a construção de um

⁶ *Ibidem*. P.235-237.

⁷ POULOT, Dominique. *Op. Cit.* P.11.

⁸ CHOAY, Françoise. *Op. cit.* P.248.

“passado ideal” e sua anexação à memória coletiva, orientariam, portanto, as políticas públicas e as discussões sobre patrimonialização.

Dominique Poulot enfatiza a necessidade de o historiador interpretar todo esse processo vivido pela sociedade ocidental contemporânea, desmitificando o patrimônio e demonstrando os bastidores que erguem o espetáculo patrimonial. Segundo o autor, deve-se, primeiramente, assumir que o patrimônio não é uma simples herança do passado que traz em si um valor próprio, mas, antes, trata-se de um processo de valorização, com base em necessidades do presente e em uma visão idealizada do passado. E deve-se ressaltar que, talvez, pela falta de interesse dos historiadores pela questão do patrimônio, os importantes debates que vinham ocorrendo no âmbito da história profissional desde a primeira metade do século XX, não tiveram influência sobre as questões relacionadas ao patrimônio. Sendo assim, teria predominado uma visão que se assemelha muito à concepção positivista da história no século XIX. Tal visão pode ser considerada equivocada depois de trabalhos como os de Jacques Le Goff e Pierre Nora. Entretanto, a semelhança entre história e memória, teria predominado no âmbito do patrimônio, impulsionando ou vindo ao encontro de um desejo social de “resgatar o passado” ou de mantê-lo vivo a despeito da modernização cada vez mais acelerada. Nas palavras de Poulot:

O patrimônio define-se, ao mesmo tempo, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético – e, na maioria das vezes, documental, além de ilustrativo, inclusive de reconhecimento sentimental – que lhes atribui o saber comum, enfim, por um estatuto específico, legal ou administrativo. Ele depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública; essa dupla relação é que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades⁹.

Por essas razões em todo o percurso do trabalho tivemos a intenção de demonstrar como é arquitetado o pensamento que leva à constituição de um bem tombado e elevado à categoria de patrimônio histórico-cultural. Miramos os exemplos de trabalhos como os de Márcia Chuva e Maria Cecília Londres Fonseca, que promoveram um esforço intelectual no sentido de demonstrar a trajetória de elaboração do pensamento e das políticas públicas patrimoniais no Brasil, bem como suas consequências, ou seja, o conjunto patrimonial brasileiro constituído a partir deles. Esse mesmo exercício é o que procuramos fazer, para demonstrar, no caso específico de Viçosa, quem são as pessoas envolvidas, quais elementos culturais serão

⁹ POULOT, Dominique. *Op. Cit.* P.13.

operacionalizados para a elaboração de um discurso identitário e patrimonialista e como isso se desdobra em uma paisagem urbana, marcada fisicamente pelos valores elaborados e defendidos por determinado grupo de intelectuais e políticos em um determinado contexto. Afinal, como afirma Dominique Poulot:

O patrimônio não deixa de ser – como havia sido desde sempre – o resultado de um processo consciente de seleção [...] O desafio consiste, desde então, em saber quem, na comunidade, decide o que deve ser protegido e como legitimar as escolhas adotadas¹⁰.

Nesse sentido, propomos neste primeiro momento, a análise de discursos referentes à cultura de maneira geral e do patrimônio especificamente, em Viçosa, para percebermos a emergência das práticas patrimonialistas no município, seus agentes, suas características e suas consequências.

No *Folha da Mata* publicado no dia 09 de Julho de 1988, publicou-se uma notícia que provavelmente, teve grande repercussão em Viçosa e que havia muito era aguardada por uma parcela de sua população:

O casarão da família do ex-presidente Arthur Bernardes, localizado na praça principal de Viçosa (Praça Silviano Brandão, 69), foi tombado pelo IEPHA-MG, juntamente com outros conjuntos históricos-arquitetônicos localizados em diversas cidades mineiras. Este tombamento é consequência da campanha levantada, em 1984, pelo então deputado estadual Paulo Araújo, que requereu, através da Assembléia Legislativa, a instalação do Museu Arthur Bernardes, que ficaria na casa onde morou o ex-presidente, filho de Viçosa. Em certo trecho de sua justificativa, o ex-deputado afirmava que ‘o casarão de nº69 da Praça Silviano Brandão é majestoso em suas austeras linhas arquitetônicas: ditosa é a cidade que ostenta uma edificação daquele porte; feliz é a terra que recebeu para o País um político do jaez de Arthur Bernardes. Em Viçosa, uma casa e um homem merecem providências oficiais que os abriguem no sagrado território da memória’. Em outro trecho, o ex-deputado Paulo Araújo insistia que ‘é fundamental ter-se em mente que Viçosa cidade dinâmica e progressista, experimenta acelerada expansão urbana, cuja consequente supervalorização imobiliária, tende a pôr em risco a integridade do imóvel em foco, verdadeiro patrimônio sentimental de um povo que não se restringe a limites geográficos’¹¹.

Como vimos no capítulo anterior, no início dos anos 1990, havia em Viçosa um grupo desejoso de transformar a residência que pertenceu à família de Arthur Bernardes, em um

¹⁰ *Ibidem*. P.230.

¹¹ “IEPHA tomba Casa de Bernardes”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1012 de 09/07/1988. P.1.

museu dedicado à “preservação de sua memória”. Ocorreu, então, uma disputa “velada” entre políticos locais e herdeiros do ex-presidente da República, de quem alguns representantes do Poder Público de Viçosa esperavam a doação da casa para a instalação do museu. Entretanto, para a análise que pretendemos realizar nesta etapa do trabalho, o artigo acima é relevante por tratar do primeiro tombamento ocorrido com um bem pertencente ao município de Viçosa. Ele representa o início de uma nova fase em Viçosa, marcada pela preocupação com a preservação de seu patrimônio histórico-arquitetônico. Isso, evidentemente, não era apenas uma relação de causa-consequência entre o tombamento Estadual e os posteriores tombamentos municipais.

Como também já analisamos, os anos 90 do século XX foram marcados pelo intuito de desenvolver atividades turísticas em Viçosa, e isso também tinha relação com a preservação dos patrimônios da cidade. Além disso, o próprio período de redemocratização que o Brasil vivenciava, a Constituição de 1988 que valorizava novos grupos sociais e a cultura de maneira geral e, conseqüentemente, as legislações Federais e Estaduais de incentivo à cultura, ao turismo, ao patrimônio, etc., estabeleciam o cenário no qual Viçosa seria inserida também.

É importante salientar que, a maioria das pessoas que compõem este grupo defensor da memória, da identidade, da cultura e do patrimônio em Viçosa, entre as décadas de 1980 e 2010, eram consideradas, do ponto de vista político, “conservadoras”. Entre 1989 e 2004 Viçosa foi governada pelo ex-prefeito Antônio Chequer ou por seu vice Fernando Sant’Ana e Castro, que assumiu após o seu falecimento em 1997 e, em seguida foi eleito Prefeito. Neste período, houve apenas um intervalo entre 1993 e 1996 em que o Executivo Municipal foi representado pela oposição àquele primeiro grupo, estando à frente o Prefeito Geraldo Eustáquio Reis¹². É notório como nesta fase, o jornal *Folha da Mata* publica muitas referências positivas em relação à Administração Pública de Viçosa e apresenta o ano de 1993 como o “ano da cultura em Viçosa”. Isso, provavelmente, se justifica pelo fato de que este grupo cujos discursos estamos analisando, ter feito dura oposição à gestão de Antônio Chequer e, considerar que seu mandato não privilegiou a cultura como deveria.

Vemos, por exemplo, uma publicação de novembro de 1992, intitulada “Educação e cultura levam 30% do orçamento municipal em 93”¹³. Ou ainda, nesta outra, publicada em janeiro de 1993, a qual anunciava: “Escolas Municipais incluem história de Viçosa nos

¹² Cf: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_prefeitos_de_Vi%C3%A7osa_\(Minas_Gerais\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_prefeitos_de_Vi%C3%A7osa_(Minas_Gerais)). Consulta em: 29/12/2015.

¹³ “Educação e cultura levam 30% do orçamento municipal em 93”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.241 de 28/11/1992. P.1.

currículos”¹⁴. Pode-se ainda afirmar que, a chegada de Marcelo Andrade à frente do Departamento de Cultura da PMV, também foi um marco significativo para o que diz respeito à cultura de forma geral e à preservação do patrimônio em particular. Em março de 1993 o *Folha da Mata* publicava a seguinte nota a seu respeito:

Marcelo Andrade e os planos da cultura para Viçosa

[...] Leitura e Biblioteca

O **incentivo à leitura e criação de uma biblioteca pública** é o primeiro passo do Departamento de Cultura, **dentro da atual gestão** [...]

Intelectual

No entendimento do chefe do Departamento de Cultura, Viçosa tem uma vocação cultural que passa muito pela área intelectual. “Mas quando digo intelectual, não é para ficar entre 4 paredes. É um intelectual que tenha idéias e ação; que vá para o meio da rua trocar experiências com o povo”, ressaltou. [...]

2ª prioridade Além da leitura, a meta do Departamento de Cultura é **investir também no teatro, dança, música e artes plásticas**, criando projetos que envolvam, inclusive, crianças carentes da cidade. [...]

Meninos de rua

Para **Marcelo**, é interessante o envolvimento dos meninos de rua no projeto cultural da cidade, e para que isso aconteça, **disse que tem ido ver um trabalho semelhante, realizado no Rio de Janeiro, com menores abandonados.** [...] A capoeira também não foi deixada de lado [...] ¹⁵.

De maneira geral, a gestão de Marcelo Andrade foi marcada por diversos intercâmbios com o Rio de Janeiro, com projetos na área da cultura ou ainda, pelo apoio de políticos de instâncias superiores, que muito favoreceram as atividades desenvolvidas pelo Departamento de Cultura de Viçosa.

Não podemos afirmar que o *Folha da Mata* como um todo, apoiava a gestão Geraldo Eustáquio Reis (Prefeito)-Marcelo Andrade (Chefe do Departamento de Cultura), mas certamente o colunista social Antônio Mello fazia questão de manifestar seu apoio e acabou cunhando a expressão “ano cultural” referindo-se à nova administração municipal iniciada em 1993:

Ano Cultural

Este ano, pelo visto, será o ano maior da cultura viçosense, graças ao apoio que a Secretaria de Cultura vem recebendo da Prefeitura e da UFV, onde suas ações em conjunto com a Divisão de Assuntos Culturais vêm desenvolvendo vários projetos que já estão em andamento e serão realizados a curto prazo, destacando-se ainda para este primeiro semestre:

I) No dia 19 de abril começam suas atividades a **Escola Municipal de Cultura (Experimental) com aulas e cursos de teatro, música, dança e artes plásticas** [...]

¹⁴ “Escolas Municipais incluem história de Viçosa nos currículos”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.250 de 30/01/1993. P.8.

¹⁵ “Marcelo Andrade e os planos da cultura para Viçosa”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.257 de 20/03/1993. P.10.

II) Dia 1º de maio é esperada a presença em Viçosa do escritor e assessor do MEC, Afonso Romano Sant'Anna, acompanhado do Presidente e Assessor Cultural da Rede Ferroviária Federal, para assinaturas de convênios com a Prefeitura de Viçosa. Dentre eles a **transformação da Estação Leopoldina em Viçosa, num espaço cultural para a cidade**¹⁶.

Entretanto, cerca de um mês depois desta nota dada por Tony Mello na “Coluna Social”, o *Folha da Mata* trazia estampada em sua primeira página, outra notícia sobre a área da cultura em Viçosa:

Cultura ganha mais espaço

O poeta, escritor e presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Afonso Romano Sant'Anna, estará em Viçosa hoje [...]. Visita, hoje, também, a cidade, o coordenador geral da Rede Ferroviária Federal, Victor José Ferreira, que fará a entrega simbólica da estação da RFFSA e dois vagões para implantação da Biblioteca Municipal. **O chefe do Departamento de Cultura da Prefeitura de Viçosa, Marcelo Andrade, acredita que essa doação seja o primeiro passo para a realização do grande sonho dos viçosenses: instalação da Biblioteca Municipal. Marcelo afirma que depois dessa realização outras também importantes acontecerão, como por exemplo a escola de música, museu, oficinas culturais, etc**¹⁷.

Fica evidente que as ações deste político terão bastante visibilidade em Viçosa, não apenas pelos seus méritos, mas também pelo apoio que recebia de um grupo, que já havia alguns anos, vinha defendendo a importância da cultura, tanto para fins sociais, quanto também para os políticos e econômicos. Também é claro que Marcelo Andrade apresentaria seu feito como “grande sonho dos viçosenses”, uma vez que seus intentos e os desse grupo de políticos e intelectuais que o apoiavam, se transformariam em políticas públicas para todo o município e seria bom que isso fosse visto como um ganho pela comunidade, em geral.

Na edição do dia 05 de maio de 1993 do *Folha da Mata* a “Coluna TonyMello” trouxe um comentário sobre o chefe do Departamento de Cultura da PMV, Marcelo Andrade, e sua atuação no processo que culminou com a doação dos vagões e empréstimo das Estações de Viçosa para a área da cultura. Ao final da nota, o colunista concluiu afirmando que “Marcelo voltou a afirmar que está impressionado como Viçosa já está respirando cultura”¹⁸. No mês seguinte, a mesma coluna trouxe outra referência à nova gestão pública de Viçosa e a seu investimento na cultura:

A revolução cultural que se instalou em Viçosa, na administração Geraldo Reis, é um fato inédito em nossa cidade. Viçosa, nos últimos meses passou a ser cidade [sic] nos

¹⁶ MELLO, Antônio. “Ano Cultural”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.259 de 03/04/1993. Coluna Social TonyMello. P.9.

¹⁷ “Cultura ganha mais espaço”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.263 de 01/05/1993. P.1.

¹⁸ MELLO, Antônio. “Departamento de Cultura continua agitando”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.265 de 15/05/1993. Coluna TonyMello. P.4.

maiores e melhores jornais de todo o País, como **uma cidade cultural por excelência**. Inclusive pelos colonistas de fama, como Ibrahim Sued que citou Viçosa, na sua coluna do dia 05/06, como uma cidade na busca de ‘know-how’ na área cultural. **Mas, o projeto para Viçosa vai muito além, pois está sendo coordenado por jovens viçosenses de visão e que têm grande vivência com a cultura do município. [...] Buscam fora das fronteiras do município, benefícios para a área cultural de Viçosa, mantendo contatos com as maiores autoridades culturais do país. [...]**¹⁹.

Como formador de opinião, o *Folha da Mata* e, especificamente o colunista Tony Mello estavam colaborando para a difusão do apoio a um determinado grupo político que estava no poder em 1993 e também a ideia de que Viçosa era uma “cidade cultural” e que tal vocação vinha sendo estimulada pela nova gestão. Era o momento oportuno para tornar dominantes os discursos deste grupo social que até então não tinha o apoio da PMV. Paralelamente eram publicadas outras notícias que contrastam com a ideia que se poderia fazer *a priori*, relacionando o apoio político à cultura como algo necessariamente ligado à proteção do patrimônio histórico-cultural e arquitetônico. São textos que comentam e elogiam a suposta modernização que o espaço urbano de Viçosa vinha sofrendo naquele momento. Alguns deles, publicados na própria “Coluna Tony Mello”, como os que seguem abaixo:

“Viçosa Moderna I”

Um dos casarões do Balaústre, construído na década de 20, acaba de ser demolido. No local, um terreno de 1.100 m² será construído um novo prédio, para abrigar uma clínica médica odontológica e fisioterapêutica. **A era moderna que se inicia em Viçosa vem de um grupo de jovens, filho desta terra,** que depois de concluírem seus cursos superiores em diversas áreas da medicina, aqui se estabeleceu e agora procura dotar Viçosa do que existe de mais moderno em seus campos de trabalho. [...] Existe a possibilidade deste grupo ser ampliado com a adesão de outros profissionais, pois **o projeto é bastante ambicioso, mas viável para Viçosa**²⁰.

E na sequência, após comentar outros assuntos, Tony Mello publica, na mesma página, o texto “Viçosa moderna II”, transcrito a seguir:

As inovações sob o aspecto arquitetônico de Viçosa não param mais, pela carência de lotes vagos nos pontos centrais da cidade. Por isto os casarões aos poucos serão demolidos. Outra casa residencial localizada também no Balaústre, está desocupada e à venda. Não se sabe ainda o que será feito no local – caso a venda se concretize -, se dará lugar a mais um prédio residencial ou de finalidades múltiplas, ou se conservado como residência. Outra área bastante valorizada que a qualquer momento pode ser negociada encontra-se em pleno Calçadão, em poder dos herdeiros de José Ubirajara Euclides – Bajá. Área nobre destinada a prédios públicos, agência bancária ou centro comercial, pela localização privilegiada²¹.

¹⁹ MELLO, Antônio. “Cidade Cultural”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.269 de 12/06/1993. Coluna TonyMello. P.6.

²⁰ MELLO, Antônio. “Viçosa Moderna I”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.261 de 17/04/1993. Coluna Social TonyMello. P.9. Grifos nossos.

²¹ MELLO, Antônio. “Viçosa Moderna II”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.261 de 17/04/1993. Coluna Social TonyMello. P.9. Grifos nossos.

Tratam-se de dois comentários claramente elogiosos ao processo de derrubada de “casarões antigos” de Viçosa e de sua substituição por edifícios novos e de uso comercial. No entanto, é também um indício de que, se o assunto da preservação patrimonial já era importante para alguns grupos em Viçosa no ano de 1993, certamente, essa não era uma preocupação geral e tampouco um consenso. Além disso, o posicionamento do colunista Antônio Mello chama a atenção pelo fato de que em alguns momentos ele apresenta uma posição mais conservadora e em outros é mais progressista²². Alguns de seus artigos são carregados de menções a Arthur Bernardes como grande vulto de Viçosa ou a Santa Rita de Cássia e ao catolicismo como elementos importantes da “cultura viçosense”. Por outro lado, nas discussões relativas à comemoração intitulada “Nico Lopes”, como vimos no capítulo anterior, ele se posicionou contrário aos grupos conservadores, tendo sido um grande defensor da festa. Agora mais uma vez percebe-se sua posição vanguardista ao elogiar a demolição de construções antigas e a modernização do espaço urbano de Viçosa.

Entretanto, é curioso pensar que oito anos depois ele seria convidado a ser um membro do CMCPA de Viçosa. Isso, no mínimo, evidencia o quanto a ideia de defesa do patrimônio histórico e arquitetônico de uma cidade como Viçosa – que não é considerada uma “cidade histórica” – e de sua associação com a defesa da memória e da identidade, cresceram a partir da segunda metade da década de 1990. Percebe-se que essas não eram preocupações gerais e que, portanto, elas assim se tornaram, pelo discurso de algum ou alguns grupos. Daí percebe-se que não apenas o valor do patrimônio é atribuído pela sociedade, como também a própria preocupação com a proteção dos bens ‘patrimonializáveis’ é também construída. Como há interesses ideológicos, mas também econômicos e políticos envolvidos, o discurso patrimonialista ganhará força e será tornado um discurso dominante com a criação de políticas públicas e leis que o transformam em um discurso de autoridade.

Não demorou muito e o colunista Antônio Mello estava novamente demonstrando seu apoio à cultura de Viçosa e ao desenvolvimento do turismo na cidade, embora isso ainda não tivesse, pelo menos em seu discurso, uma relação direta com a defesa do patrimônio de “pedra e cal”. Menos de um mês após as publicações transcritas acima, a “Coluna TonyMello” trazia estampado a seguinte nota, referente à Estação Ferroviária do Centro de Viçosa:

²² Neste contexto, os termos se referem a uma posição favorável quanto à proteção dos casarões antigos (conservadora) ou contrária a isso (progressista).

Viçosa está vivendo seus melhores momentos, que a consagraram como Cidade Universitária: sua cultura. Com apoio integral do atual prefeito, Geraldo Reis e do Atual [sic] reitor, Antônio Bandeira, toda equipe da Secretaria de Cultura, Lazer, Esportes e Turismo, especialmente, da Casa da Cultura e da Divisão de Assuntos Culturais da UFV, está sendo desenvolvido um trabalho dinâmico, não só para as comunidades local [sic] como também levando o nome de Viçosa a se destacar na cultura nacional. Trabalho este que vai gerar bons frutos para o Município, inclusive a implantação do turismo que será o maior filão a ser explorado e que trará divisas para Viçosa, gerando ainda bons empregos em vários setores. [...]²³.

Por outro lado, se o colunista Antônio Mello não demonstrava preocupação com a preservação do casario antigo de Viçosa, mas, pelo contrário, aplaudia sua demolição e considerava esse um processo de modernização da cidade, o mesmo não se pode dizer sobre a posição do arquiteto e professor da UFV, Ítalo Stephan. Ativista proeminente na defesa do patrimônio arquitetônico e histórico de Viçosa, Ítalo Stephan esteve à frente do processo de elaboração do PDV e foi membro do CMCPA durante quase todo o período que estamos analisando.

Ainda na primeira metade da década de 1990, com a ainda recente implantação do DAU na UFV, o arquiteto já manifestava sua preocupação com relação ao processo de modernização que a região central de Viçosa vinha sofrendo e a necessidade de proteger o patrimônio edificado naquela mesma região. Já analisamos em capítulo anterior essa relação estabelecida, em trabalhos de cunho acadêmico ou não, entre a federalização da UFV e o crescimento desordenado de Viçosa ou entre a ampliação dos cursos da UFV e novo crescimento acelerado e desordenado da cidade. Também menciona-se a questão da especulação imobiliária na área central, também em decorrência da Universidade. Conhecendo as razões apresentadas pelo arquiteto, vamos agora analisar seu discurso em defesa dos casarões antigos de Viçosa que, como mencionou o colunista Antônio Mello, vinham dando lugar a prédios modernos naquele período.

Em agosto de 1993 Ítalo Stephan publicou o seguinte artigo no *Folha da Mata*:

Viçosa e seu patrimônio histórico

Como qualquer outra cidade brasileira, Viçosa vem crescendo sempre com a caótica da remoção dos seus **prédios de inequívoco valor histórico, arquitetônico e cultural, que participaram por décadas na formação da identidade local, como referências concretas de espaço e tempo**. A tão decantada modernidade está trocando seus belos casarões por prédios novos de porte muito maior, com muitas unidades residenciais ou comerciais, e sempre aumentando densidade populacional, o que acarreta vários problemas de

²³ MELLO, Antônio. “Espaço Cultural”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.264 de 08/05/1993. Coluna TonyMello. P.4. [sic] No original.

infraestrutura urbana. A dificuldade de crescer, espalhando-se por outras áreas, é uma característica local e, a verticalização espremida entre os seus morros é uma das consequências desta situação. A maior parte das construções repete mediocrementemente o partido do ‘caixote’, carecendo de cuidados na sua implantação no terreno, no seu aspecto plástico e, até pior, nas condições mínimas de habitabilidade, ou seja, de iluminação e ventilação adequadas [...] etc. Com isso, **a cidade vai ficando com uma ‘cara’ insossa à medida em que vai desfigurando continuamente a sua identidade, com reformas inadequadas**, vide o Cine Odeon, ou simplesmente demolindo, vide os belos casarões do Balaústre ou da Avenida Gomes Barbosa. **Este processo vem ameaçando os não tão numerosos exemplares existentes. Basta se ausentar da cidade por algum tempo, para averiguar a ausência de mais algum deles [...]. Este processo chega a ser assustador, pela sua rapidez e frieza com que se desenvolve. [...] Voltando a Viçosa, restam cada vez menos prédios, construídos em diversas épocas passadas, para testemunhar a sua história e para caracterizar a sua identidade cultural. O desequilíbrio que surge da substituição sem critérios, em nome do progresso, da modernidade, privará irremediavelmente da memória dos seus futuros habitantes muitos exemplares que configurariam um caráter único e muito rico desta pequena grande cidade.** Por outro lado, devemos mencionar algumas das gratas iniciativas que mostram a compatibilidade desta convivência, tais como a residência da Sr^a. Terezinha Mucci, no Balaústre, ou da atual administração municipal que trabalha efetivamente para dar nova vida aos prédios da Estação Ferroviária e do Colégio de Viçosa, resgatando-os para utilização pública, atendendo às necessidades que a comunidade carece. **Sem destruir suas características originais e principalmente valorizando seus potenciais**, estas iniciativas proporcionam indiscutivelmente a revitalização da área e seu entorno. Não podemos ser contra a construção de novas edificações, como [sic] todas as suas ‘mais avançadas técnicas’, que ofereçam conforto e podem, por sua vez, também contribuir para a melhoria da qualidade de vida, ou como outros novos referenciais para a população de Viçosa. Mas também **não podemos simplesmente criar fantasmas**. Com critérios, **podemos conviver saudavelmente com o ‘velho’ e o ‘novo’**. Com critérios, pode-se preservar um número significativo de edificações das mais diversas épocas, muitas vezes com reciclagens e adaptações para novos usos. **Um programa de preservação não pode ser apenas questão de uma eventual prioridade por um ou outro esquema político, ou de uma consciência individual por parte dos proprietários de bens particulares, sob o risco de convivermos com uma grande ameaça de chegarmos a uma triste ‘amnésia social’²⁴.**

Se até então o discurso em defesa do patrimônio de “pedra e cal” ainda não havia sido difundido em Viçosa, principalmente, vindo de um “lugar de autoridade” como um arquiteto e professora da UFV, agora isso acabava de ser feito. Consideramos que o texto de Ítalo Stephan seja um bom exemplo daquilo a que Reginaldo Gonçalves dos Santos chamou de “*retórica da perda*”. Segundo este autor, entre o discurso de que algo está se perdendo (essência, tradição, identidade, etc) e o discurso preservacionista ou patrimonialista, existe uma relação mutualística, chamada por ele de “*cismogênese*”. Ou seja, o fim dos prédios antigos dá início ao discurso de preservação e, conseqüentemente, às práticas para sua conservação, de maneira que um gera o outro²⁵.

²⁴ STEPHAN, Ítalo I. C. “Viçosa e seu patrimônio histórico”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.280 de 28/08/1993. P.7.

²⁵ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996 (Série “Risco Original”). P.22-23.

Percebe-se no texto do arquiteto Stephan uma associação direta entre patrimônio de “pedra e cal”, memória e identidade e, além disso, desde o início ele deixa claro que, na sua opinião, o valor histórico de algumas edificações é “inequívoco”, ou seja, inquestionável, e, portanto, naturalizado. Esse é um discurso que sobressai e ainda sobressai em muitos casos, quando se trata do assunto patrimônio. Dominique Poulot menciona a maneira hostil como são tratadas as pessoas que questionam o valor de um patrimônio, comumente consideradas “vândalas”²⁶.

A “*retórica da perda*” se justifica pela ideia de que certas edificações antigas possuem valor histórico, arquitetônico e/ou cultural e, além disso, são considerados os guardiões de uma memória – entendida como algo que existe *a priori* e não como um fenômeno socialmente construído – que se perderá com a sua demolição. Por essa razão, apenas pessoas consideradas “ignorantes” não se posicionariam a favor do patrimônio. É justamente esse o ponto em que a educação tangencia a questão do patrimônio, vista como um caminho de esclarecer as mentes ignorantes. Trataremos da relação entre educação e patrimônio no último capítulo, quando analisaremos os resultados de nossa proposta de intervenção, uma das etapas deste trabalho.

Uma questão relevante para a análise desses discursos em defesa do patrimônio de Viçosa é que no momento em que eles se tornam mais enfáticos, busariam na “história de Viçosa” o embasamento para falarem de “perda da memória, da identidade ou das tradições” etc. Para tanto, os defensores desse “discurso da perda” lançarão mão às obras de memorialistas como a professora Maria do Carmo Tafuri Paniago e outros, dando a elas um “lugar de autoridade” que não apenas será difundido como “a história de Viçosa” como também – pelo peso dado à história e à memória – proverá os debates e as políticas públicas patrimonialistas de argumentos tidos como inquestionáveis.

Percebe-se essa influência, por exemplo, pelo texto transcrito a seguir, publicado no *Folha da Mata* em setembro de 1993:

“Nossos Casarios” é o tema da Exposição, cuja abertura está prevista para amanhã, sexta-feira, às 21 horas na Casa da Cultura [...]. Em comemoração aos dez anos daquela casa, será feita uma retrospectiva da obra da artista plástica viçosense, pioneira da área e fundadora do espaço, D. Stella Costa Val Brandão [...].

HISTÓRIA

Grande pesquisador [sic] da história, da cultura e do folclore de Viçosa e região, **a professora e escritora Maria do Carmo Tafuri Paniago** escreveu que “O casario das velhas ruas Gomes Barbosa, Bueno Brandão, Vaz de Melo, entre outras, **queda silencioso no borbórinho dos dias agitados desses anos noventa**. Há quanto tempo estão ali **essas casa** [sic] e **prédios testemunhas de história de vida**, de lutas, de vitórias e de derrotas? Imóveis plantados por mãos obreiras, que já não existem mais, viram eles as noites

²⁶ POULOT, Dominique. *Op. Cit.* P.202.

e os dias transcorrerem numa sucessão infinita para o infinito. **Janelas de guilhotina, frisos trabalhados, telhados de biqueira ou de plataforma, portas de madeiras maciças, também elas centenárias, estilos marcantes de épocas diversas, as casas e os prédios contam a história de Viçosa.** Imponentes, bonitos, fortes, hoje eles já são poucos nessa terra de Santa Rita. **Dia-a-dia, vão eles caindo, dando lugar a prédios altos, símbolos do urbanismo modernizante da era do capitalismo. Não há a preocupação de conservá-los o estilo. Não há a preocupação de fazer deles um patrimônio histórico cultural,** criando-se, para isso, instrumentos e políticas municipais adequadas. **A maioria da população não se dá conta da importância de se preservarem valores étnicos, morais, cívicos e sociais das comunidades, muitas vezes embutidos em velhas construções, praças e jardins.** Viçosa viu a derrubada do seu coreto, junto com todo o jardim da Praça Silviano Brandão, relíquia histórica, que tombou em nome da modernidade. Assistiu-se à derrubada do prédio onde funcionou a Prefeitura Municipal e o Colégio Estadual Dr. Raimundo Alves Torres, também na Praça Silviano Brandão; a velha Igreja do Rosário teve destino idêntico e, assim, sucessivamente, **Viçosa vai perdendo a sua memória, suas raízes, sua cultura que fazem dela uma cidade única entre tantas outras cidades por esse Brasil afora. Felizmente, em Viçosa, começam a despontar trabalhos e projetos visando o resgate de espaços urbanos pouco utilizados que poderão vir a ser a mola mestra de uma reformulação profunda na política urbanística da cidade. Todos os caminhos que conduzem ao resgate das raízes de um povo devem ser trilhados com amor e objetividade.** A ânsia pelo lucro financeiro e a necessidade premente e ilusória que a população sente de viver espremida em apartamentos no centro da cidade deformam a visão e o conceito da qualidade de vida que se pode experimentar em bairros residenciais mais distantes do centro comerciais [sic] das cidades. O que daí resulta é a **derrubada indiscriminada de belos casarões** que poderiam ser restaurados, constituindo-se em vivendas confortáveis no coração da cidade, numa convivência saudável do ‘velho’ com o ‘novo’. Por essas e outras razões, **a EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIAS ‘NOSSOS CASARIOS’ tem importância fundamental para a formação da consciência cultural da comunidade viçosense.** É um passo decisivo para uma caminhada segura em direção ao desenvolvimento orientado e coordenado que fará de Viçosa uma cidade ideal para se viver, dentro dos postulados que regem a **integridade cultural, moral e ética dos povos**²⁷.

Ainda que este não tenha sido seu objetivo ao escrever tantos trabalhos sobre Viçosa e seus “grandes vultos”, “importantes acontecimentos históricos” e “mudanças culturais”, o discurso de Paniago, agora, era percolado aos dos defensores do patrimônio (e pretensos defensores da memória e da identidade vistas como intrínsecas a ele), como o arquiteto Ítalo Stephan, cujo texto analisamos logo acima. Há uma diferença de apenas um mês entre as duas publicações e, percebem-se muitas semelhanças nos argumentos. Se nas obras de Paniago não há uma relação direta entre as “tradições viçosenses” e seus “casarões antigos”, no novo momento sócio-político vivenciado por Viçosa em 1993 essa associação se tornava quase um senso comum e até mesmo ela propagava tal discurso.

Pode-se dizer que, até o momento, havia um grupo que pode ser representado pelo arquiteto e professor do DAU/UFV Ítalo Stephan, o Chefe do Departamento de Cultura da PMV, Marcelo Andrade, o colunista social do jornal *Folha da Mata*, Antônio Mello (Tony Mello), o vereador Euter Paniago e sua esposa, a professora da UFV Maria do Carmo Tafuri

²⁷ “Nossos Casarios amanhã, na Casa da Cultura”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.285 de 30/09/1993. P.3.

Paniago. Este grupo será o elaborador e difusor de um discurso identitário para Viçosa, se apresentará como defensor da cultura e/ou do patrimônio cultural da cidade e será o responsável pelas ações que se sucederão entre o restante da década de 1990 e primeira década do século XXI e que se materializarão em políticas públicas e mudanças na paisagem urbana de Viçosa.

No entanto, o discurso defendido por este grupo não era apregoado sem alguma contraposição. No próprio *Folha da Mata* ele não era uma unanimidade, sobretudo se considerarmos a opinião de seu Editor Chefe, Pélmio Simões de Carvalho. É que se percebe em sua crítica aos “defensores de casarões antigos de Viçosa”, a seguir:

‘In boca chiusa non entrò mai mosca’

Virou mania nacional. Agora, todos clamam e gritam a plenos pulmões pela Conservação da Memória Nacional. E Viçosa não poderia ficar de fora, na sua mania de cidade do eixo (deslocado) Rio-São Paulo. Conservação de Memória Nacional é o termo pomposo e moderno para designar conhecimento histórico e, por extensão, a própria história. E saber história para que? [...] Se o homem for apenas matéria, máquina enfim, não servem para nada. Mas, ao homem que é também espírito, para colocá-lo na posição superior e ímpar que ocupa entre todos os seres vivos do planeta, como querem os materialistas, ou como ser criado à imagem e semelhança de Deus, como afirmam os religiosos. Devemos ter um bom conhecimento histórico porque a história é o relato da experiência, seja individual ou, preferencialmente, coletiva. [...] Mas, em Viçosa, agora, a moda é a conservação de nossos casarios. Coisa de ‘couvicultor’. Praguejam contra os que derrubam as casas velhas da Vaz de Melo e do Balaústre (este, sim, tem que ser conservado). Confundem velharia com antiguidade e querem conservar monstros de madeira e barro que, há muito já deveriam ter cedido lugar a modernos prédios e edifícios, fossem os nossos pouquíssimos empresários e muitíssimos balconistas mais eficientes, de maior visão, menos imediatistas e tivessem a capacidade de reterem, aqui, pelo menos, uma fração decimal de tudo que o governo federal despeja na cidade, via UFV. Um exemplo elucidativo do despropósito dos novéis natixiitas: querem conservar os casarios da Vaz de Melo. Lá, entre eles, a casa velha que foi do saudoso ex-prefeito Parrique. Não seria melhor juntar todas as atas da Câmara Municipal de então, todas as leis e decretos de sua gestão, todos os seus artigos e crônicas publicados pelo imprensa [sic] da época, em um arquivo municipal? Assim, far-se-ia história. Sábios são os alemães e japoneses, duas das 3 maiores economias hodiernas que têm a maior tradição histórica, os melhores arquivos e bibliotecas públicos e que não pensam duas vezes, para remover catedrais góticas e palácios milenares ou cortar com modernas avenidas jardins imperiais, quando de absoluta necessidade para facilitar a vida de seu povo e **deixar fluir o progresso. História se faz com documentos – mesmo que de tijolos e concretos – que dizem alguma coisa. **E não com velharias. A História existe em benefício do homem, não para atravancar-lhe o progresso**²⁸.**

Por outro lado, em julho de 1994, o mesmo *Folha da Mata* publicava a uma nota a respeito de um “Cruzeiro” existente em Viçosa, que estava para ser retirado para a construção de uma casa. Isso demonstra como o debate sobre patrimônio estava ganhando espaço entre alguns grupos sociais de Viçosa (em particular no contexto do *Folha da Mata*) e ainda, como ele era

²⁸ CARVALHO, Pélmio S. “*In boca chiusa non entrò mai mosca*”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.288 de 16/10/1993. Editorial. P.1.

controverso, pois havia opiniões conflitantes a esse respeito. A seguir transcrevemos a notícia sobre o “Cruzeiro”:

A **existência sexagenária do cruzeiro do Alto do Santa Clara**, ponto de referência preservado ao longo dos anos por religiosos do bairro, **pode estar chegando ao fim**. À sombra dos braços daquele cruzeiro, símbolo de fé cristã, toda uma geração se prostou [sic] para pagar promessas, pedir graças ao criador, para sacrifícios em nome da fé cristã, como as verdadeiras romarias [...] e apesar de ter até mesmo dado com sua tradição o nome a uma das ruas da cidade (rua ou morro do Cruzeiro), apesar de tudo isso, [...], local também regado pelas lágrimas de emoção ou tristeza de tantos crentes...não vai ser construída a capela do bairro, como queriam os moradores em seu redor, mas simplesmente uma casa de morada. Dizer que ninguém fez nada para preservar aquele local, considerado santo por muita gente, não é verdade. O vereador José Ailton Rocha, prevendo o que poderia acontecer, fez, em março do ano passado, uma Indicação ao prefeito Geraldo Reis, pedindo a desapropriação de 200 metros quadrados de área, justificando tratar-se de uma antiga reivindicação dos moradores, que ali pretendiam construir [...] a Capela do Cruzeiro. A Indicação, enviada ao prefeito em 2 de março/93, voltou 2 dias depois ao autor com a seguinte resposta: **‘A desapropriação para o fim justificado é inconstitucional’**. **Mais uma tradição viçosense jogada na lata do lixo da burocracia dos tecnocratas**. Quanto ao cruzeiro, para construir, o proprietário do terreno solapou toda a terra em volta de seus pés e a tendência é de que ameace cair. Aí, ‘justificadamente’ será retirado, dando fim a uma tradição de 60 anos²⁹.

Junto ao texto, há uma foto do Cruzeiro e da construção que está sendo erguida ao seu lado. Na legenda, lê-se: “A casa está sendo construída sob os braços do cruzeiro, local em que moradores pretendiam erguer uma capela”³⁰. Este é um caso - e não são muitos os que aparecem – de solicitação de valorização de um bem material imóvel da cidade, por alguém que não aparece de maneira proeminente no âmbito deste debate, e que é negligenciado pelo Poder Público. Em todas as Atas CMCPA a que tivemos acesso (e tivemos acesso a todas as Atas da década de 1990), não houve uma menção sequer, à sugestão do vereador José Ailton Rocha. Percebe-se, portanto, como é arbitrário o processo de seleção daquilo que será ou não patrimonializado e de como ele se trata, sobretudo de um jogo político, no qual algumas vozes sobressaem e outras são silenciadas. A mesma gestão Geraldo Reis-Marcelo Andrade (Prefeito Municipal e Secretário de Cultura) que vinha sendo exaustivamente incensada, por exemplo, por articulistas do *Folha da Mata*, como a gestão da cultura em Viçosa e que vinha trabalhando arduamente pela constituição de um patrimônio histórico-cultural arquitetônico na cidade, não demonstrou o menor interesse pela solicitação referente ao Cruzeiro e apresentou uma justificativa no mínimo simplista, para negar o pedido do vereador.

²⁹ “Cruzeiro sexagenário pode ser retirado do Alto do Santa Clara”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.326 de 30/07/1994. P.8 –[sic] No original.

³⁰ *Ibidem. Loc cit.*

A seguir transcrevemos outra publicação do *Folha da Mata*, na qual se percebe novamente, um discurso condizente com aquele apregoado pelo grupo defensor do patrimônio, do PDV, da preservação da memória e das tradições, etc. O texto é do vereador Euter Paniago e foi publicado em sua coluna independente:

Viçosa é, sem dúvida, uma das cidades com maior volume de construções em andamento de toda a região. Por todo lado que se olha, há novas casas aparecendo, novos edifícios sendo construídos e até mesmo barracos sendo levantados. Essa explosão de novas residências, de novos locais de comércio e de novos escritórios e gabinetes é um sinal evidente da existência de uma população com razoável nível de renda, pelo menos quando comparada com as populações das cidades circunvizinhas. Com tantas construções aparecendo por toda parte, seria natural imaginar que a Prefeitura Municipal tivesse um mecanismo capaz de acompanhar todo o processo de construções. Infelizmente, isso não é verdadeiro. De modo muito simplificado, quem vai construir precisa ter um projeto. De posse dele, consegue-se um alvará de construção. Depois loca-se o futuro imóvel no terreno, constrói-se e obtém-se o ‘habite-se’. [...] Viçosa já não é mais uma cidadezinha qualquer, que independe de normas bem definidas e que pode continuar sendo dirigida como se ainda fosse a Santa Rita do Turvo do século passado. Viçosa é uma cidade importante, de projeção além-fronteiras e de difícil administração, principalmente depois que ela foi expandida pelo alto dos morros da periferia. A máquina administrativa do município precisa modernizar-se para corresponder aos tempos atuais [...]. Permitir que muitas construções continuem a surgir sem o devido amparo legal é contribuir para que Viçosa cada vez mais se transforme na cidade-problema que todos queremos evitar³¹.

Observe-se como esse discurso encaixa perfeitamente na proposta que se fará alguns anos depois, de um Plano Diretor para Viçosa. Assim como verificamos grande semelhança entre os textos do arquiteto Ítalo Stephan e da professora Maria do Carmo Tafuri Paniago acerca da necessidade de se preservar os casarões antigos de Viçosa, neste caso, percebe-se uma aproximação entre as ideias defendidas pelo arquiteto e pelo vereador Euter Paniago, com relação à legislação urbana e à necessidade do Poder Público regulamentar as obras no município para organizá-lo melhor.

Por fim, vamos citar outra publicação do *Folha da Mata* que traz uma opinião contrária à do grupo representado por Ítalo Stephan, Maria do Carmo Tafuri Paniago, Euter Paniago e outros:

Maria Auxiliadora Leão, 58 anos, aposentada com um salário mínimo, [...] está pedindo socorro à comunidade viçosense. É que a chuva do último dia 13 quebrou a cumieira do antigo sobrado em que reside, na **Avenida Santa Rita**, nº81 [...]. Maria diz que só está conseguindo morar no sobrado porque tem um antigo contrato de aluguel a preço irrisório. Ela não tem marido e tem em casa três filhos [...]. [...] **Taí, uma boa oportunidade para os defensores da conservação de velharias (que se abrigam sob o títulos [sic] de ‘Defensores**

³¹ PANIAGO, Euter. “As construções que são iniciadas todos os dias e outras coisas”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.355 de 18/02/1995. “Coluna do Paniago”. (Publicação independente do vereador Euter Paniago). P.2.

dos Velhos Casarões’) de defenderem mais uma casa que já deveria ter sido demolida há anos, e ao mesmo tempo, ajudarem sua necessitada moradora³².

Consideramos importante esse exercício de apresentar posições diferentes acerca dos mesmos assuntos, pois, em primeiro lugar, isso demonstra como tais questões são políticas, e, por isso, trazem implícitas as discussões e divergências de posicionamentos. Além disso, é possível perceber como as ideias propagadas por intelectuais, políticos, órgãos de comunicação em massa, formadores de opinião em geral, não são unânimes. A comparação ainda nos permite conhecer alguns argumentos mobilizados pelos diferentes grupos, em defesa de suas ideias.

A respeito de toda essa análise, chamamos a atenção para as relações entre esses discursos e as políticas públicas, bem como os resultados de suas execuções para as pessoas que convivem no espaço da cidade. Estamos nos referindo aos patrimônios públicos, à memória coletiva, à identidade e aos espaços públicos; estamos falando de políticas públicas e de cifras consideráveis, provenientes dos cofres públicos. Estamos falando da modelagem da paisagem urbana, na qual são territorializadas algumas memórias, através do tombamento de alguns bens que se tornarão assim, “suportes de memórias”, e da supremacia dos grupos sociais que se identificam com tais memórias. Por outro lado, simultaneamente, nos referimos à grupos sociais cujas memórias são obscurecidas, cujos discursos são silenciados e cujas referências não recebem a chancela do Poder Público. Ao fim e ao cabo, fica explícito aquilo que Márcia Chuva pontuou a respeito de o patrimônio histórico-cultural, longe de ser um lugar de concórdia, ser um campo de disputas: disputas por espaços na cidade, disputas por poder, disputas pela memória; a definição do que será lembrado e do que será esquecido. Esse é exatamente o processo de construção da memória a que se referia Pollack ao mencionar as lembranças, mas, também os esquecimentos e os silêncios que constituem o processo de elaboração de uma memória³³.

Não apenas o patrimônio, mas, em qualquer forma de registro de uma memória, há sempre implícito um exercício de seleção, em que determinados elementos serão privilegiados em detrimento de outros. Quando a história de um determinado lugar ou grupo social privilegia determinadas personagens e acontecimentos, outros tantos estão sendo negligenciados por essa mesma memória. Tem-se um exemplo disso, numa publicação do *Folha da Mata*, de outubro de 1994:

³² “Aposentada pede socorro na Santa Rita”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.360, de 25/03/1995. P.7.

³³ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989. P.3-15.

Um mergulho no passado para viver o presente. Ou como disse Pedro Nava: ‘O passado e o presente não são coisas estáveis, tornadas interpenetráveis pela memória que arruma e desarruma as cartas que vai embaralhando’. A exposição fotográfica *Nossas Famílias*, que está sendo realizada na antiga sede da Caixa Econômica Federal, na praça Marechal Deodoro, 41 [...] é um **mergulho na história de Viçosa. São fotos antigas de quase 50 famílias que aqui chegaram ainda no início do século e, através de gerações permanecem até hoje, ajudando a construir uma história de 123 anos.** [...] Nessa exposição, entre tantas fotos curiosas de fatos e famílias, pode-se ver, por exemplo, desde o presidente Arthur Bernardes, no portão de entrada de sua ‘mansão’ na praça principal até os gêmeos Antônio Chequer e José Chequer, lá com seus 2-3 anos [...]. Ou ainda a atual matriz de Santa Rita, em fase de construção já bastante adiantada, por volta de 1950, ao lado da antiga matriz [...]³⁴.

Ao final do artigo são mencionadas algumas famílias, consideradas entre as mais importantes para a história Viçosa. E se o patrimônio for constituído com base nesta visão de “história da cidade”, apenas os bens e as referências relacionadas, por exemplo, a essas famílias mencionadas serão considerados passíveis de tombamento e, evidentemente, este patrimônio não será representativo de toda a sociedade viçosense. Valeria aqui, lembrar as *Perguntas de um Operário Letrado*, de Bertolt Brecht³⁵ para problematizarmos a questão da história, da memória e do patrimônio como coisas “naturais” e que possuem valor em si mesmas. Quando se pensa no patrimônio de Viçosa, deve-se questionar: de que patrimônio está-se falando? Qual é a memória que está sendo valorizada? Assim será possível analisar criticamente o que já foi feito e será possível avançar.

Evidentemente, não se trata de desmerecer tais famílias e tampouco criticar o trabalho de patrimonialização já realizado em Viçosa. No entanto, não podemos deixar de elucidar o fato de que ao longo do processo foram feitas escolhas, com base em determinados valores defendidos não por todos, mas, por determinados grupos políticos e intelectuais.

Para elucidar este argumento sobre os problemas de uma visão muito restrita de história e de sua associação com o patrimônio, podemos citar outros dois exemplos com base em publicações do *Folha da Mata*. No mesmo mês de outubro de 1994 em que foi publicado o artigo anterior, encontra-se outro, de discurso bastante parecido, divulgando o lançamento de um livro sobre Viçosa:

Dentro de poucos dias estará sendo lançado, pela Academia de Letras de Viçosa, o livro **Seu Nome está na Rua**, escrito pela presidente desta instituição, **Maria Aparecida Simões**. De acordo com a escritora o livro foi concebido pela ALV com o **propósito de resgatar para a**

³⁴ “Exposição mostra as raízes da família viçosense”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.337, de 15/10/1994. P.6. Grifos nossos.

³⁵ Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/frase/MTQ5MDc5/>. Consulta em 29/12/2015.

história do município, a memória daqueles que dão nome às ruas da cidade [...]. Pois o livro de Maria Aparecida vai contar a história de dezenas e dezenas desses ‘imortais’ das ruas de Viçosa. A autora e a ALV buscam, também, [...] **que as escolas de Viçosa incentivem os alunos a pesquisarem sobre os vultos que fizeram a história e o dia-a-dia do município. Tudo isto [...] recomenda que cada escola, cada biblioteca viçosense tenha um exemplar de Seu Nome está na Rua. Assim como cada viçosense, que deve tê-lo na estante de sua casa**³⁶.

Este é mais um exemplo de como uma determinada memória está sendo oficializada e é evidente que ela privilegia determinadas personagens. Isso não é necessariamente um problema, desde que outras memórias também encontrem espaço para se manifestarem nos espaços públicos da cidade e que diferentes grupos sociais que a compõem, se sintam representados e tenham condições de se relacionar efetivamente com estes espaços. A relação entre tudo isso e o patrimônio se faz através da associação que normalmente é feita entre ele e aquilo que ele pretensamente deve representar: a memória coletiva, a identidade, a representatividade de determinado grupo social. Se essa memória é única, está relacionada a grupos muito específicos, o patrimônio também o será e isso será comprometedor, tendo em vista que a cidade se compõe de diversos e não apenas de único grupo coeso.

Ainda neste sentido, podemos citar outras duas publicações do *Folha da Mata*, referentes a um monumento que seria posto numa praça de Viçosa, para homenagear a viçosense Alice Vaz de Mello Loureiro:

Muitos dos viçosenses chegaram ao mundo através dos cuidados da parteira Alice Loureiro e, por isso, sua memória é sempre lembrada por muito carinho que tem se transformado em repetidas homenagens, como é o caso da escola estadual de Silvestre e da Praça localizada após o primeiro quarteirão da Rua Francisco Machado, no Bairro de Ramos, ambos levando o seu nome. Porém, há muito tempo algo mais vinha sendo idealizado por Dona Stela Costa Val Brandão, no sentido de prestar uma homenagem tendo como aquilo que a celebrou um dia: o seu trabalho. [...] Na última semana, num trabalho conjunto de Marcelo Andrade (secretário municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo) e Humberto Candeias Cavalcante (secretário municipal de Agricultura e Meio Ambiente) foi elaborado um projeto paisagístico para a praça onde, inclusive será construída uma escultura simbolizando uma parteira. [...] ³⁷.

Cerca de duas semanas depois, o *Folha da Mata* trazia nova notícia sobre a homenagem a Alice Loureiro:

Comunidade apoia projeto da Praça Alice Loureiro
O projeto da Praça Alice Loureiro em breve poderá transformar-se em realidade. A comunidade viçosense, principalmente os moradores próximos à praça aprovaram a idéia de reconstrução e transformação do local em área de lazer. Segundo Humberto C. Cavalcanti,

³⁶ “Seu Nome está na Rua”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.336, de 08/10/1994. P.6. Grifos nossos.

³⁷ “Escultura homenageia Alice Loureiro”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.352 de 28/01/1995. P.6.

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, o projeto paisagístico em estudo foi elaborado por um dos moradores daquele logradouro, que apresentou à Secretaria uma proposta de execução da obra, através de sua empresa, em um trabalho conjunto com o Departamento de Parques, Jardins e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Viçosa. Além de outros materiais, a PMV tem em seu Horto Florestal várias espécies de plantas necessárias ao projeto³⁸.



Figura 18: Foto da atual Praça Alice Loureiro, no Bairro de Ramos, Viçosa – MG. Acervo pessoal. 06/07/2015.



Figura 19: Detalhe da escultura mencionada no artigo acima transcrito, presente ainda hoje na Praça que leva o nome da homenageada. Acervo Pessoal. 06/07/2015.

³⁸ “Comunidade apoia projeto da Praça Alice Loureiro”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.354 de 11/02/1995. P.3.

Percebe-se, claramente, que à medida que uma determinada memória se torna um discurso dominante e é difundida como algo estanque, que aos outros cabe acolher, a cidade vai sendo marcada por elementos simbólicos associados a ela. Isso significa, na prática, o estabelecimento de referências de determinados grupos em espaços públicos, o que por si só pode representar um problema para a convivência dos diferentes grupos sociais de uma mesma cidade e para o que Joël Candau denominou “*grau de pertinência das retóricas holistas*”, das quais o patrimônio pode ser uma forma de expressão. Segundo o autor, quanto mais o discurso dominante for incorporado - por meio do compartilhamento de “estados mentais, ou de representações factuais e/ou semânticas “supostamente compartilhadas por um grupo de indivíduos -, maior será a adesão social ao discurso que se deseja cancelar, ou seja, maior será o grau de pertinência desse patrimônio³⁹.

O que propomos com essa análise é a possibilidade de pensar o processo de elaboração de uma memória coletiva e de como isso pode estar relacionado a outro processo, que é o de construção do conjunto patrimonial de uma nação ou de uma cidade. Esse exercício realizado em nível nacional por Márcia Chuva, e cujo exemplo pretendemos seguir, apontando pelo menos alguns aspectos do processo de constituição do patrimônio tombado de Viçosa, não visa ao desmerecimento do trabalho feito, mas tão somente à sua desnaturalização. Pretendemos enfatizar uma nova visão de história e de memória, à luz do trabalho de Jacques Le Goff (já mencionado), para explicitar o jogo de “*luzes e sombras*”⁴⁰ que constitui o processo patrimonialista e, a partir desta reflexão, propor ideias e discussões para que se possa avançar em relação ao que já está feito.

³⁹ CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. Trad. Maria Letícia Ferreira. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2014. P. 38-39.

⁴⁰ CIVALE, Leonardo. Sobre Luzes e Sombras: A revitalização da Praça XV de Novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982-2012). In: *Cadernos de Geografia*. DOI 10.5752. V.25, nº44. 2015. P.134-148.

4.2: Conselho Municipal do Patrimônio e Legislação patrimonialista: os arquitetos da memória de Viçosa.

Como vimos, desde a década de 1980 havia grupos preocupados com a defesa da memória, das tradições e a identidade. Vimos também que isso fazia parte de um contexto maior que abarcava tanto o âmbito nacional quanto também o internacional, marcado pela valorização da cultura e da diversidade cultural. Isso gerou diversas repercussões e uma delas pode ser observada através das legislações voltadas para a área cultural.

A título de exemplificação, podemos citar “Projetos de Leis” e “Indicações” que demonstram a intenção de alguns vereadores ou prefeitos de incentivar atividades de cunho cultural. Evidentemente, não aprofundaremos nos contextos de produção desses documentos, para analisar criticamente as razões que os podem ter motivado e que vão para além do que as aparências destes mesmos documentos permite considerar. Entretanto, a existência desta documentação demonstra, pelo menos, que as questões referentes à cultura, já chamavam a atenção dos políticos, ainda que seus interesses não fossem puramente as questões sociais relativas à cultura.

A evolução da legislação patrimonial de Viçosa demonstra como a questão vai ganhando peso ao longo das décadas de 1970, 80 e 90, até chegarmos à criação da SMCELTP, do DPAP e do CMPCAV. A partir de então, os discursos preservacionistas, a memória coletiva sobre o desenvolvimento da cidade, tornava oficial, o “discurso da perda” associação à preservação da memória, da identidade e do patrimônio histórico-cultural passarão a se materializar em forma de legislação municipal, convênios, captação de recursos, investimentos de capitais públicos e privados na área da cultura e na constituição de um conjunto patrimonial tombado, com suportes de memória cravados na paisagem urbana de Viçosa.

4.2.1: Uma política pública Estadual: o IEPHA, a Lei “Robin Hood” e a proteção ao patrimônio das cidades “não-históricas” de Minas Gerais.

O discurso da perda da memória e da identidade vem acompanhado de uma legislação que visa à proteção do patrimônio, visto como seu portador. Portanto, no mesmo contexto no qual se percebem tantos discursos nostálgicos e apocalípticos em relação às referências culturais de um grupo social interpretadas como evanescentes em meio a um processo de modernização

acelerada, também pode ser constatado o surgimento de leis que visam à proteção dos bens patrimoniais. Esta legislação passa a delinear as práticas de preservação e as medidas socioeducativas que deverão ser implementadas para o cumprimento efetivo das determinações legais. O cenário que se estabelece é composto por diversas ações que chancelam uma ideia de patrimônio e uma memória coletiva.

Percebe-se, portanto, que as políticas públicas e ações de preservação do patrimônio não constituem atos isolados ou completamente arbitrários. Eles fazem parte de uma teia ampla de discursos, ideias, conceitos os quais se materializam em legislações e práticas sociais. Ao final, o resultado pode ser conferido nas paisagens urbanas marcadas pelos ícones preservados, aos quais é atribuída a função de “suportes” de uma memória tornada oficial por grupos de poder.

Vimos que no Brasil, a década de 1980 foi um marco para o desenvolvimento de políticas públicas no âmbito cultural. No Estado de Minas Gerais, de maneira especial, tradicionalmente relacionado à proteção do patrimônio histórico-cultural, devido às suas “cidades históricas” como Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, entre outras, o incentivo à cultura e, de maneira particular ao patrimônio, de outras cidades não reconhecidas como “históricas”, pelo fato de não terem seu processo histórico diretamente relacionado ao século XVIII e à economia mineradora, passaram a ser alvos do interesse do Governo Estadual. Numa política de descentralização cultural, o Governo de Minas Gerais cria em 1995 a Lei 12.040/95, conhecida como Lei “Robin Hood” ou Lei do “ICMS Cultural”, oferecendo um repasse de verbas aos municípios, relativo às suas ações de incentivo e proteção às práticas culturais e, sobretudo, ao patrimônio arquitetônico e histórico-cultural protegidos por lei.

Como a aplicação do recurso do “ICMS Cultural” fica a critério do Poder Público Municipal – embora a falta de investimentos na área cultural e, principalmente no patrimônio, acarrete perda de pontos e, conseqüentemente, de recursos financeiros – esse acabou se constituindo como um grande atrativo aos municípios mineiros. Não estamos negligenciando outros fatores que possam ter influenciado as políticas de preservação do patrimônio em Minas Gerais, tais como o próprio interesse dos grupos sociais em preservar suas referências culturais ou os interesses políticos derivados disso. No entanto, também não podemos deixar de elucidar o fato de que o incentivo financeiro oferecido pela Lei “Robin Hood”, certamente, contribuiu para a intensificação das práticas de preservação do patrimônio histórico-cultural em Minas Gerais. Observa-se esta influência, sobretudo em cidades que, até então não eram vistas como

portadoras deste tipo de bens, devido às diretrizes implantadas no país desde a década de 1930 pelos modernistas, como demonstra Márcia Chuva⁴¹.

Para a captação do recurso do “ICMS Cultural”, o IEPHA, representado por uma equipe técnica formada, sobretudo por arquitetos, estabeleceu uma matriz de referência, com critérios que seriam avaliados e pontuados por aqueles técnicos. Os critérios são inúmeros e, determinam, por exemplo, o estabelecimento de uma “política cultural local”, representada por uma legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural, pela existência de um Conselho Municipal do Patrimônio que esteja comprovadamente em funcionamento, além de um setor ou repartição específica para o patrimônio cultural, com equipe técnica. Exige-se a realização de um trabalho contínuo de “Educação Patrimonial”, sendo oferecidas aos municípios algumas atividades de referência, mas, dando a cada um a liberdade de realizar suas próprias atividades. Também são pontuadas as documentações produzidas pelos técnicos de cada município, a respeito de seus bens inventariados e efetivamente tombados ou registrados⁴². São laudos acerca do estado de conservação dos bens, obras de restauro necessárias, características arquitetônicas e materiais originais, entre outros, além de dossiês de tombamentos contendo os históricos do município e do bem tombado, fotografias, análises do entorno, estilo arquitetônico, justificativa para o tombamento, etc. Além da apresentação obrigatória desses documentos para a pontuação, eles ainda são analisados um por um e recebem pontuações específicas de acordo com sua qualidade, tendo em vista os critérios estabelecidos pelo IEPHA.

A realização de reuniões periódicas do CMPCAV, com registros de todas as atividades em Atas, a publicidade destas, os recursos legais que forem criados pelo município para a preservação dos bens culturais, os convênios com entidades públicas ou particulares também são critérios avaliados para fins de captação do “ICMS Cultural”. Também é levado em consideração, numa relação hierárquica de pontuação, os níveis dos tombamentos, ou seja, se são tombamentos municipais, estaduais ou federais. E, evidentemente, os municípios que investem a maior parte dos recursos captados na própria área da cultura e do patrimônio, em especial, aumentam sua pontuação e, é claro, sua arrecadação para o ano seguinte.

Não é difícil concluir que a Lei “Robin Hood” tenha provocado uma explosão de proteção ao patrimônio em Minas Gerais a partir da década de 1990, tendo envolvido 656 dos 853

⁴¹ CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. p.61-63.

⁴² Registro é o instrumento legal que garante a preservação dos bens imateriais brasileiros. No âmbito federal existem quatro tipos de livros de registros: saberes, formas de expressão, celebrações e lugares. Tombamento é um ato administrativo realizado pelos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais com objetivos de preservar, por meio da lei, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população. Cf. www.iphan.gov.br. Acesso em: 07/07/2015.

Municípios do Estado, nas atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2015, segundo dados do IEPHA⁴³. Também fica evidente a maneira como os técnicos do IEPHA acabam por moldar as práticas patrimonialistas dos municípios mineiros e por determinar o que é ou não patrimônio, quais as características que um bem precisa ter para ser considerado patrimônio, como ele deve ser preservado, etc. Ainda que devamos reconhecer que se trata de um órgão do Governo, que tem a função de estabelecer critérios de seleção e proteção de bens patrimoniais, e a necessidade de que isso seja feito, sobretudo, por envolver repasses financeiros, não podemos nos esquivar de uma análise crítica sobre tais ações. Para o bem ou para o mal há critérios, há seleções, os pontos não são atribuídos aleatoriamente e os municípios precisam adequar sua visão acerca do patrimônio e acerca das formas de preservá-lo, de acordo com os critérios pré-estabelecidos, se quiserem pontuar e captar a verba referente à Lei “Robin Hood”.

4.2.2: Em nome da preservação da memória e da identidade, mas também do desenvolvimento do turismo e da Lei “Robin Hood”: nascem as políticas públicas de proteção ao patrimônio histórico-cultural de Viçosa

Responsabilizar unicamente a Lei “Robin Hood” por todas as ações de preservação do patrimônio cultural e ambiental em Viçosa, que ocorre a partir da segunda metade da década de 1990 seria negligenciar todos os discursos voltados à preservação da memória e da identidade difundidos desde a década de 1980. Além de toda a preocupação do Poder Público e de empresários locais em desenvolver a indústria do turismo como alternativa de ganhos econômicos para o município. Entretanto, seria igualmente um exagero desconsiderar completamente a influência daquela Lei para todo o trabalho que se desenvolverá em Viçosa a partir dos anos 90 do século XX e que foram essencialmente voltados à proteção do patrimônio. Ela pode não ter sido o único fator preponderante em todo esse processo, mas, provavelmente, tenha funcionado como um catalizador que direcionou os esforços políticos, sociais e econômicos ao patrimônio histórico-cultural de Viçosa.

Quase que como uma resposta imediata à Lei “Robin Hood”, foi assinada em Viçosa no dia 15 de outubro de 1996, pelo então Prefeito Municipal Geraldo Eustáquio Reis, a Lei 1.143/96. Segundo o “*caput*”, a Lei estabelecia “normas de proteção do patrimônio histórico,

⁴³ IEPHA, Minas Gerais. Publicação da Pontuação Provisória, exercício 2016. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/ICMS/documentos-recebidos-exerc-2016.pdf>. Página consultada em 05/01/16.

artístico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, turístico, cultural, científico e ambiental do município”⁴⁴. Em seu segundo artigo a Lei esclarece que a proteção à qual se destina, deverá abarcar bens de natureza material e imaterial e o 5º artigo estabelece ainda dois livros de registros de tombamentos, sendo um para os bens de natureza cultural e outro para os de natureza ambiental.

O artigo 4º da Lei 1.143/96 estabelece que

Os bens a que se refere o “caput” do artigo 1º só passarão a ser considerados como de interesse cultural ou ambiental do Município depois da verificação do seguinte procedimento:

- a) Enquadramento dos bens dentro das especificações constantes das modalidades previstas no art. 1º da presente Lei;
- b) Expedição de um parecer conclusivo do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental sobre a conveniência e oportunidade da integração do respectivo bem ao patrimônio cultural ou ambiental do Município.
- c) Inscrição, junto à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, no Livro de Tombo da respectiva categoria a que pertencer, de acordo com as especificações do art. 5º desta Lei⁴⁵.

Mais um vez é possível perceber como o patrimônio protegido é o resultado de um processo elaborado por determinados grupos que estabelecem critérios de seleção e salvaguarda. Sendo assim, mesmo que seu objetivo final seja a representação das referências culturais de grupos sócias, são os órgãos públicos e os intelectuais a eles relacionados que acabam por definir o que será ou não iluminado pelos holofotes sócio-políticos. É claro que muitas práticas e bens materiais importantes são preservados, graças a essas políticas e é igualmente verdade que outros tantos caem no esquecimento ou não são elevadas aos mesmos patamares de importância por não se adequarem àqueles mesmos critérios. Para nosso objetivo, interessa destacar que o patrimônio que se recebe de herança não nos vem ao acaso, como um simples legado do passado. Pessoas específicas, por razões específicas, relacionadas ao seu presente e não ao passado, baseadas em concepções de sua época, estabelecem critérios de seleção, atribuem importância, legislam, cancelam determinadas versões de histórias e deixam um legado às gerações futuras. Os bens tombados não são monumentos que algumas mentes esclarecidas têm a capacidade de identificar nas paisagens. Eles são elementos culturais selecionados e monumentalizados de acordo com a sociedade e o tempo histórico que os elaboram intelectualmente e os realizam através de políticas públicas.

⁴⁴ Documentação do Departamento de Patrimônio da PMV. O arquivo do Departamento ainda não foi criado, mas, a documentação está disponível para consulta.

⁴⁵ LEI, Nº1.143/96. PMV. Secretaria Municipal de Cultura. Arquivo do Departamento de Patrimônio.

Ainda segundo a Lei 1.143/96, as decisões da SMCELT com relação aos bens a serem tombados e às medidas cabíveis a eles ainda não seriam definitivas, cabendo recurso ao Prefeito Municipal, de acordo com o artigo 11º. Essa prerrogativa, certamente, permitia um bom espaço de negociações em relação aos bens particulares que por ventura se tornassem alvos de ações patrimoniais. Aliás, a esse respeito, deve-se também considerar o disposto no art.6º, o qual define três modalidades de tombamentos em Viçosa: o tombamento de ofício, aplicado aos bens públicos, o tombamento voluntário, que seria para os bens privados e ainda o tombamento compulsório, que abre uma prerrogativa ao Poder Público para casos excepcionais considerados de interesse público, nos quais não se conseguisse alguma forma de acordo com o proprietário do bem. Este talvez fosse o principal obstáculo para a preservação de imóveis considerados de valor histórico e localizados na região de maior influência e interesse da especulação imobiliária em Viçosa. Como veremos mais adiante, o Poder Público Municipal tentou criar dispositivos legais que estabelecessem contrapartidas aos proprietários de bens patrimoniais, visando ao seu apoio às práticas protecionistas. Analisaremos algumas das principais iniciativas nesse sentido e suas consequências para cidade. No entanto, desde a legislação vigente em 1996, já ficava determinado pelo art.35 que os imóveis tombados seriam isentos do pagamento do IPTU, desde que estivesse sendo bem preservado pelos proprietários.

Ainda no ano de 1996 foi criado o CMPCAV, pela Lei Municipal Nº1147/96. Segundo o arquiteto, professor do DAU/UFV e membro do Conselho, Ítalo Stephan

A política e o conselho foram concebidos com a iniciativa de alguns membros da Secretaria Municipal de Cultura e professores do DAU/UFV. Dois motivos levaram à sua criação: a preocupação com a ausência de ações municipais, no sentido de preservar importantes marcos representativos da história do município; e reconhecendo a Lei 12040/95 (Lei Robin Hood) como uma importante alternativa para o aporte de recursos financeiros visando à preservação. A criação do Conselho constituía, na verdade, uma condição para a apresentação de processo de tombamento visando à aplicação dos recursos previstos na Lei. No entanto, devido a questões políticas, o CMPCAV foi instalado apenas em 1998⁴⁶.

No relatório apresentado por Stephan fica clara a relação entre a “Lei Robin Hood” e a legislação patrimonialista de Viçosa, embora o incentivo financeiro oferecido pelo Governo Estadual seja considerado pelo arquiteto, um elemento de viabilização e não um impulsionador das políticas de preservação no município. Também fica evidente um ponto que pode ser considerado um dos grandes diferenciais de Viçosa quanto às questões relativas à preservação

⁴⁶ STEPHAN, Ítalo I. C. Viçosa, MG: Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Plano Diretor como instrumentos aliados na preservação. *Fórum Patrimônio*: amb. constr. e patr. sust. , Belo Horizonte, v.2, n.1, jan./abr. 2008. PP. 114-128. P.118. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/material/pdfs/fa29fc24604a6cdb7760.pdf>. Página consultada em 02/01/16.

do patrimônio e à arrecadação de recursos pelo “ICMS Cultural”, se comparada a outras cidades mineiras. A existência de um curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo na UFV criado em 1992⁴⁷ e, portanto, de arquitetos e alunos de arquitetura, muitos dos quais estiveram diretamente envolvidos com a questão patrimonial em Viçosa, como veremos mais adiante.

De acordo com o primeiro Regimento aprovado para o CMPCAV, este teria por finalidade, tendo nisso absoluta prioridade, a efetivação do cadastramento de bens móveis e imóveis, a proteção e o estímulo à preservação dos bens de valor cultural e/ou ambiental e a deliberação quanto às normas da política cultural, artística, paisagística e ambiental do município de Viçosa⁴⁸. Ainda segundo este documento, o Conselho seria formado por representantes de diferentes entidades de Viçosa, tais como a SMCELTP, o Departamento Municipal de Patrimônio, a SME, a SMMA, a UFV, representada pela Divisão de Assuntos Culturais (DAC/UFV) e pelos Departamentos de Direito, Arquitetura e Letras, a ACV, um profissional com conhecimentos específicos em História, além de representantes de entidades culturais sem fins lucrativos.

Na etapa a seguir, analisaremos algumas das Atas das reuniões realizadas pelo CMPCAV entre 1998 e 2009. A análise se refere às Atas às quais tivemos acesso e que constam no Livro de Atas do Conselho, arquivado no atual Departamento de Patrimônio da PMV. Entretanto, esse Livro não contém as Atas de alguns anos tais como 2005, segundo semestre de 2006, 2007 e 2008 e nem as Atas das reuniões ocorridas a partir de 2010.

4.2.3: A atuação do CMPCAV entre 1998 e 2009.

No dia 25 de março de 1998 tomou posse o primeiro grupo de conselheiros do patrimônio de Viçosa. Segundo consta na Ata desta primeira reunião:

O CMPCAV de Viçosa será composto pelos seguintes membros que passarão a ser denominados conselheiros:

I – pelo chefe do Departamento de Cultura, como seu Presidente, Sr. Marcelo Soares Andrade, suplente – Débora de Mello Sant’Ana.

II – Pelo, digo por (01) um representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, Maria Cristina Valério, suplente Antônio Luiz Miranda.

III – Por (01) um representante da Secretaria Municipal de Educação, Maria das Graças Salgado, suplente – Elia Saraiva Guimarães Oliveira.

⁴⁷ Cf. Site oficial da UFV: <http://www.dau.ufv.br/interna.php?p=historico>. Página consultada em 02/01/16.

⁴⁸ REGIMENTO, do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa. s/d. Documentos do Departamento de Patrimônio da PMV.

IV – Por (01) um representante da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Viçosa, Flávio Alencar D’Araújo Couto, suplente – José Ricardo Gonçalves dos Santos.

V - Por (01) um representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Luciano Piovesan Leme, suplente – Abdo Mucci Mattos.

VI - Por (01) um profissional com conhecimentos específicos na área de História: Denise Obina Boeckel, suplente – France Maria Gontijo Coelho.

VII - Por (01) um profissional, digo representante do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa, Ítalo Itamar Caixeiro Sttrephan [sic], suplente – Geraldo Brown [sic] Ribeiro Filho.

VIII – Por (01) um representante do Departamento de Direito da Universidade Federal de Viçosa, Jamile Bergamachine Matadiz, suplente – Guilherme Nacif Faria.

IX – Por (01) um representante do Departamento de Letras e Artes da Universidade Federal de Viçosa, Regina Maria Fuccolo Barragat de Andrade, suplente – Cristina da Rosa Bustamante.

X – Por (01) um representante da Associação Comercial de Viçosa, Petrônio Pacheco da Fonseca. Lúcia Helena Mollica.

XI – Por (03) três representantes de Entidades Culturais sem fins lucrativos – Lions Clube de Viçosa, Lúzia [sic] Borges da Cunha, suplente – Esmeralda Gomes Lélis. Rotary Clube de Viçosa, Ricardo Seixas Brites, suplente – Luciano Baião Vieira.

XII [sic – provavelmente este é o terceiro representante do item XI] Casa Arthur Bernardes, Júlio de Castro Paixão, suplente – Helena Fortes Nasser [...]⁴⁹.

Em seguida foi lavrado o “Termo de Posse da Diretoria Executiva do Conselho”:

[...] Para esta primeira gestão a eleição dos membros do Conselho foi feita por aclamação. E para constar foi lavrado o presente termo de posse que será assinado pelos eleitos. Sendo estes os eleitos. Vice-presidente - Maria Cristina Valério; suplente – Ítalo Stephan; Diretor Financeiro – Lúcia Mollica; suplente – Ricardo Seixas Brites; Diretor-Secretário – Júlio de Castro Paixão; suplente – Denise Obino Broeckel. Viçosa, 25 de março de 1998⁵⁰.

Na primeira reunião do CMPCAV, realizada no dia 15 de abril de 1998, os conselheiros discutiram a respeito da necessidade de elaborar o Regimento do Conselho e sobre a necessidade de envolver a comunidade, conscientizando-a sobre o tombamento. Foram feitas três sugestões: a primeira, de que fosse solicitado um estagiário de arquitetura para levantar os dados históricos e físicos dos imóveis; a segunda para solicitar ao IEPHA um curso sobre Patrimônio para os conselheiros; e a terceira referente a bens que poderiam ser tombados, entre

⁴⁹ ATA, do Termo de Posse do Conselho Municipal de Cultura, Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa. 25 de março de 1998. P.1 (verso) e P.2 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

⁵⁰ ATA, do Termo de Posse da Diretoria Executiva do CMPCAV. 25 de março de 1998. P.2 (verso). No original constam apenas as assinaturas dos membros eleitos, as quais identificamos comparando-as às assinaturas do Termo de Posse do Conselho, constante na P.2 (frente) da mesma Ata. Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

os quais foram mencionados o Colégio de Viçosa, o prédio da Escola Municipal Ministro Edmundo Lins e o Edifício Arthur da Silva Bernardes na UFV⁵¹.

A segunda reunião do Conselho ocorreu no dia 05 de maio de 1998 e teve como pauta a revisão do Regulamento Interno daquele órgão⁵². O curso do IEPHA, solicitado na primeira reunião, foi anunciado na terceira reunião, ocorrida no dia 02 de junho do mesmo ano. O curso versaria sobre tombamentos de bens públicos e particulares e sobre memória. O arquiteto e professor do DAU/UFV, Ítalo Stephan, também membro do Conselho, convidou os demais conselheiros a participarem das discussões sobre o PDV que estavam ocorrendo naquele mesmo período. Stephan também apresentou, na ocasião, projetos de tombamento que havia elaborado e que já haviam sido encaminhados à PMV⁵³.

No segundo semestre de 1998 foram realizadas mais quatro reuniões do CMPCAV, nos meses de julho, setembro, novembro e dezembro⁵⁴. Nesse período os conselheiros enfatizaram a importância da “Educação Patrimonial”, tendo, inclusive, sugerido a formação de uma Comissão para elaborar um projeto de campanha educativa sobre o patrimônio cultural. Infelizmente, as Atas do CMPCAV são, por vezes, bastante sucintas, e nem sempre relatam posteriormente, a continuidade ou descontinuidade das discussões propostas em cada reunião. O conselheiro Ítalo Stephan insistiu no pedido de sugestões para o PDV e também sugeriu a realização de palestras sobre o patrimônio, enquanto a conselheira Débora Sant’Anna acrescentou que o mesmo deveria ser feito com o Turismo Cultural.

Ainda naquele período o Conselho discutiu a possibilidade de estabelecimento de um convênio com a PM de Ouro Preto (MG), para que Viçosa fizesse parte da Rede Nacional de Cidades Históricas. Na ocasião, o representante de Ouro Preto mencionou que o Colégio de Viçosa estava arruinado e precisava de restauro. Isso talvez explique em parte, a razão da escolha daquele edifício para tombamento e as reiteradas tentativas do Conselho para obter recursos financeiros para reformá-lo ou restaurá-lo, o que de maneira ampla só está acontecendo recentemente, a partir de 2015. Por último, devem-se destacar a proposta de implantação do Arquivo Municipal e um relato acerca do treinamento de jovens entre 14 e 16 anos, através do

⁵¹ ATA, da Primeira Reunião do CMPCAV. 15/04/1998. P.3 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

⁵² ATA, da Segunda Reunião do CMPCAV. 05/05/1998. P. 3 (verso) e P.4 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

⁵³ ATA, da Terceira Reunião do CMPCAV. 02/06/1998. P.5 (frente e verso) e P.6 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

⁵⁴ Conferir: ATAS, da quarta, quinta, sexta e sétima Reuniões do CMPCAV. 14/07/1998; 01/09/98; 27/11/98; 16/12/98. P.6 (frente e verso) à P.10 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

projeto Oficina-Escola. O curso, voltado para jovens de baixa renda do município, seria voltado para técnicas de restauro, entre outros. A esse respeito, houve ainda, a sugestão para que os jovens treinados no projeto atuassem na restauração do Colégio de Viçosa.

O ano de 1999 seria um dos mais importante para o CMPCAV, pois, sete dos dezessete bens tombados até hoje pelo município, foram tombados somente neste ano. Entre o mês de fevereiro e o início de abril, foram feitas três reuniões do Conselho⁵⁵, tendo a primeira, contado com a participação do Presidente do Conselho, o Chefe do Departamento de Patrimônio da PMV, Marcelo Soares Andrade. Na ocasião, o Presidente discorreu sobre contatos que vinha tentando estabelecer com os Governos Estadual e Federal, para conseguir apoio para as áreas do patrimônio e da cultura. Marcelo Andrade ainda manifestou preocupação pelo grande número de sugestões de tombamentos apresentadas pelos conselheiros e pediu cautela quanto a isso. Solicitou ainda, a presença de um assessor de imprensa da Prefeitura nas reuniões do Conselho, provavelmente preocupado em dar visibilidade aos trabalhos realizados na área do patrimônio.

Ainda nessas três reuniões do início de 1999, chama a atenção a atuação marcante do conselheiro Ítalo Stephan o qual elaborou, apresentou para apreciação do Conselho e teve “unanimemente” aprovados os dossiês de tombamentos do Colégio de Viçosa, Casa Arthur Bernardes (já tombada pelo IEPHA pelo Decreto Estadual nº 29399 de 21 de abril de 1989), dos edifícios das Escolas Municipais Edmundo Lins e Dona Nanete, do Livro de Atas da Câmara de Vereadores do município de Viçosa, no período entre 1903 e 1909, quando foi assinada pelo então Presidente da Câmara Arthur da S. Bernardes e da Estação Ferroviária do Centro de Viçosa . Além dos dossiês, o arquiteto também apresentou plantas e um projeto descritivo para a área de entorno da referida Estação Ferroviária, todos igualmente aprovados pelo Conselho. Foi registrado em Ata também, os elogios feitos pelos técnicos do IEPHA aos dossiês enviados por Viçosa, todos eles elaborados pelos arquitetos, professores do DAU/UFV e conselheiros do patrimônio de Viçosa, Ítalo Stephan e Geraldo Browne Ribeiro Filho.

Além da reunião do dia 08 de abril, mencionada entre as três acima, foram realizadas naquele mesmo mês, mais três reuniões, sendo a do dia 09 de caráter extraordinário⁵⁶. O motivo da reunião foi a apresentação de impugnação à proposta de tombamento do Colégio de Viçosa,

⁵⁵ Conferir: ATAS, da oitava, nona e décima Reuniões do CMPCAV. 08/02/1999; 24/03/99; 08/04/99. P. 10-12 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

⁵⁶ ATA, da Reunião Extraordinária do CMPCAV. 09/04/1999. P.12 (verso) e P.13 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

por um dos seus acionistas, Lacyr Dias Andrade. Na Ata, constam as seguintes justificativas do Conselho para defender o tombamento:

O procedimento de tombamento visa preservar a memória histórico-cultural de uma comunidade. [...] A relevância do procedimento de tombamento justifica-se na medida em que compete ao administrador público competente decidir, com conveniência e oportunidade, sobre as decisões que melhor se adequam ao interesse público. Quanto à alegação de que o impugnante não terá que, digo, como arcar com as despesas de conservação, manutenção e gerenciamento do bem tombado, é de suprema improcedência vez que tais despesas proceder-se-ão às custas dos cofres públicos municipais, mediante convênio firmado entre a Secretaria Municipal de Cultura e órgãos privados com apoio do próprio governo federal. [...] Como senão, digo se não bastasse, é público e notório, podendo ser demonstrado por documentos de pleno e legal valor jurídico, que a a [sic] Prefeitura Municipal vem, por anos a fio, mantendo toda a estrutura do Colégio de Viçosa, tendo até mesmo arcado com as verbas rescisórias trabalhistas deixadas pela Sociedade Anônima, a qual o impugnante diz fazer parte. [...] Assim, tendo realizado, digo analisado as alegações apresentadas pelo Sr. Lacyr Dias Andrade e formado o parecer conclusivo presente, decidimos pela completa improcedência das razões de impugnação, devendo o Colégio de Viçosa ser tombado consoante a Lei Municipal 1.143/96. [...] ⁵⁷.

Estava aberta a temporada de conflitos abertos entre o CMPCAV e os proprietários dos bens inventariados ou tombados e dos representantes do setor imobiliário de Viçosa, uma das atividades econômicas mais lucrativas da cidade. É evidente que entre todos os bens listados até agora como sugestões dos conselheiros para possíveis tombamentos, o único que gerou este tipo de problema foi o Colégio de Viçosa e não por acaso. A respeito do trabalho desenvolvido pelo Conselho Municipal do Patrimônio em Viçosa, Ítalo Stephan afirmou que:

As primeiras ações do CMPCAV se voltaram para o tombamento de alguns edifícios públicos considerados de grande valor para a história do município. Entretanto, passada esta primeira fase, a preservação de imóveis privados tem sido uma luta constante, a desafiar a criatividade e o empenho dos membros do Conselho nas suas tentativas, algumas vezes frustradas, de preservar o patrimônio ambiental urbano⁵⁸.

É exatamente o que se percebe ao ler as Atas do Conselho: a primeira grande leva de tombamentos em Viçosa abarcou principalmente bens imóveis públicos, pertencentes ao município ou à UFV. Entre eles, o único bem parcialmente privado foi o Colégio de Viçosa e, portanto, o único que apresentou uma dificuldade maior aos conselheiros. É importante salientar que, naquele período, o Conselho ainda era apenas consultivo e não deliberativo, o que significa dizer que suas decisões podem, mas não necessariamente serão acatadas. Muito embora, deva-se lembrar, que uma das principais intenções do Poder Público Municipal naquele período – no

⁵⁷ *Ibidem*. P.12 (verso) e P.13 (frente e verso).

⁵⁸ STEPHAN, Ítalo I. C. *Op. Cit. Loc. Cit.*

qual se destaca a atuação de Marcelo Andrade na área cultural – fosse desenvolver a cultura em Viçosa, visando aos recursos advindos de órgãos dos Governos Estadual e Federal e da iniciativa privada e, é claro, ao desenvolvimento do negócio do turismo. Por essa razão, o CMPCAV gozava de amplo respaldo por parte da CMV e do Executivo Municipal, além do apoio da UFV.

Além do exposto, não deve ter sido muito difícil para o Conselho, recusar juridicamente o pedido de impugnação já que de fato, boa parte das ações do Colégio de Viçosa, já pertencia à PMV, a qual inclusive, vinha realizando obras no seu entorno, pelo menos desde o início da década de 1990, como se observa num artigo do vereador Euter Paniago, publicado em sua Coluna independente no jornal *Folha da Mata*:

Quase no final da Rua Gomes Barbosa, no nº 803, existe um prédio majestoso, em cuja fachada está escrito “Colégio de Viçosa”. Inaugurado em 1949, o velho prédio representa a etapa final da longa e comovente história do antigo Colégio de Viçosa, aqui implantado em 1913 pelo saudoso professor Alípio Peres. Além do prédio da Rua Gomes Barbosa, o patrimônio do velho educandário é representado também por uma área de cerca de 20 hectares adjacente ao prédio. Vinte hectares, praticamente no centro da cidade, representam valiosíssimo patrimônio. Ocorre, porém, que o valiosíssimo patrimônio do velho Colégio vem sendo utilizado de maneira absolutamente inadequada, por determinação do Senhor Prefeito Municipal. Como a Prefeitura de Viçosa é detentora de mais de 80% das ações do Colégio, o Prefeito do Município julga-se senhor absoluto do patrimônio e vem decidindo, por conta própria, o que deve ser feito dele. Sem planejamento algum, sem autorização alguma, sem aprovação de quem quer que seja, exceto a dele próprio, o sr. Prefeito vai autorizando a construção de obras absolutamente inadequadas e inapropriadas para aquele local nobre. [...] Se nada conseguir de positivo quanto à destruição do valioso patrimônio, que fique pelo menos o registro de mais um grito de protesto contra o que vem acontecendo nos 20 hectares do Colégio de Viçosa. Não defendo a idéia simplista de que os 20 hectares devam permanecer intocados simplesmente como reserva de valor. Defendo, contudo, o princípio de que, se conveniente, o uso da referida área deve ser precedido de rigoroso e criterioso planejamento. [...] Seria oportuno que os conselheiros e os assessores do sr. Prefeito – e ele os tem – fizessem-no entender o malefício que ele está cometendo contra o patrimônio público, no que diz respeito ao Colégio de Viçosa. [...] Vamos torcer para que, mesmo após haver cometido erros lamentáveis, o processo de dilapidação daquele patrimônio seja estancado, para salvaguarda dos interesses maiores da comunidade⁵⁹.

A palavra “patrimônio” é utilizada pelo vereador em 1990 com o sentido de bem público, inclusive de valor financeiro e não no sentido de patrimônio histórico-cultural ou arquitetônico. No entanto, o trecho nos ajuda a compreender melhor contexto em que ocorria a disputa pelo tombamento ou não daquele edifício, uma vez que ele era majoritariamente, mas, não exclusivamente, um bem público. Evidentemente, - sobretudo porque o tombamento de imóveis era ainda uma novidade em Viçosa - os proprietários privados temiam suas consequências, em

⁵⁹ PANIAGO, Euter. “O destino do patrimônio do Colégio de Viçosa e outras coisas”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1141 de 29/12/1990. “Coluna do Paniago” (Publicação independente do vereador Euter Paniago). P.2.

que pese a possibilidade de serem obrigados a arcar com as despesas de restauro e manutenção daqueles bens.

No dia 12 de abril de 1999 foi realizada a décima primeira reunião do CMPCAV⁶⁰, com a presença de Dora Monerat, funcionária do Departamento de Turismo. Na ocasião, o conselheiro Ítalo Stephan apresentou o dossiê que havia elaborado, para o tombamento do Balaústre. Leu também o parecer técnico, que também elaborou, para o tombamento da Estação Cultural, o qual foi aprovado unanimemente. Por último Stephan ainda sugeriu que fosse oferecida uma palestra, ministrada pelo professor Rogério Fuscaldi Lelis do DAU/UFV, sobre sua disciplina sobre Restauro e, especificamente, sobre a restauração do Colégio de Viçosa. O chefe do Departamento de Patrimônio e Presidente do Conselho, Marcelo Andrade, também esteve presente à reunião para falar sobre tombamento e foi anunciado o início de uma campanha de “Educação Patrimonial” no município.

Por fim, na reunião do dia 26 de abril do mesmo ano⁶¹, foram feitos informes gerais a respeito dos sete tombamentos que estavam sendo realizados por intermédio do Conselho. O conselheiro Ítalo Stephan sugeriu que fossem elaboradas placas para os bens tombados. Na mesma reunião foram apresentadas trinta e cinco fichas de imóveis considerados bens culturais, feitas por alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFV. Esses documentos seriam registrados em Cartório, afim de que o município recebesse a verba da Lei Robin Hood, referente àqueles bens. Foi feito ainda, o relato de que a pontuação de Viçosa na avaliação do IEPHA para captação do “ICMS Cultural” havia sido aumentada.

Ao cruzar as informações contidas no Livro de Atas do CMPCAV com a legislação referente ao patrimônio em Viçosa, percebe-se o porquê de tantas reuniões ao longo do mês de abril e de tamanha urgência em solucionar o problema da tentativa de impugnação do tombamento do Colégio de Viçosa e da insistência em desenvolver um projeto de “Educação Patrimonial” para o município. No dia 30 de abril o Prefeito Municipal Fernando Sant’Anna assinou, de uma só vez, sete Decretos de Tombamentos de bens patrimoniais em Viçosa. Foram eles: a Balaustrada, localizada à Avenida Bueno Brandão, Centro, Viçosa – MG. Tombamento: Decreto nº 3436/99. O Parque Tecnológico de Viçosa – CENTEV (Antigo Patronato Agrícola), localizado na Avenida Oraída Mendes de Castro s/nº, Silvestre, Viçosa – MG. Tombamento: Decreto nº 3434/99. O Colégio de Viçosa, localizado à Rua Gomes Barbosa, nº 803, Centro,

⁶⁰ ATA, da Décima Primeira Reunião Ordinária do CMPCAV. 12/04/1999. P. 14 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

⁶¹ ATA, da Décima Segunda Reunião Ordinária do CMPCAV. 26/04/1999. P. 15 (frente e verso) e 16 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

Viçosa – MG. Tombamento: Decreto nº 3432/99. A Escola Municipal Ministro Edmundo Lins, localizada à Avenida Santa Rita, nº 337, Centro, Viçosa – MG. Tombamento: Decreto nº 3438/99. A Estação Ferroviária de Viçosa, localizada à Praça Marechal Deodoro, s/nº, Centro, Viçosa – MG. Tombamento: Decreto nº 3435/99. O Livro de Atas da Câmara Municipal de Vereadores de Viçosa (período 1903-1909), localizado na CMV de Viçosa, Praça Silviano Brandão, nº 05, Centro, Viçosa – MG. Tombamento: Decreto nº 3433/99. E a Casa de Arthur Bernardes, localizada à Praça Silviano Brandão, nº 69, Centro, Viçosa – MG. Tombamento: Decreto Municipal nº 3.437/99⁶².

Estes sete, mais a Estação Ferroviária do Silvestre, tombada em 2001, são os oito tombamentos municipais reconhecidos pelo IEPHA para fins de captação dos recursos referentes à “Lei Robin Hood”. Segundo informação do atual Departamento de Cultura e Patrimônio da PMV, os outros bens tombados posteriormente pelo município não foram reconhecidos pelas avaliações do IEPHA, pelo não envio ou pela necessidade de reformulação dos dossiês de tombamentos.

A partir de então, a paisagem urbana de Viçosa sofria uma considerável alteração: edifícios antigos, possivelmente pouco perceptíveis naquele cenário tão familiar e cotidiano, agora clamariam por atenção. Eles se destacariam pelas obras de reforma ou restauro, pelos eventos realizados ou instituições neles instaladas, pelos debates que suscitariam ainda por um bom tempo e porque agora, pelo menos no plano desejável, eles deveriam se destacar na paisagem de Viçosa como os ícones da memória e da identidade daquela comunidade. Enfatizamos a participação de arquitetos e estudantes de Arquitetura e Urbanismo da UFV em todo o processo, exatamente para que se perceba a influência de suas concepções, de sua formação e de sua atuação prática por meio do Conselho de Patrimônio, modelando a nova paisagem urbana de Viçosa, com seus pontos patrimoniais. Para usar a expressão de Márcia Chuva, assim como ocorreu no SPHAN em nível nacional, também em Viçosa, a existência da UFV e do DAU contribuíram para que o patrimônio tombado da cidade fosse o fruto dos “arquitetos da memória”. Esses profissionais, munidos de conhecimentos técnicos específicos, do discurso de autoridade que eles haviam adquirido no âmbito das práticas patrimoniais no Brasil – desde o início, na década de 1930, como demonstra Chuva -, do fato de que elaboravam documentos que seriam avaliados pelos seus pares no IEPHA, e encontraram um ambiente social e politicamente propício à defesa do patrimônio em Viçosa, receberam e assumiram a missão de elaborar a “paisagem patrimonial de Viçosa”.

⁶² Conferir site oficial da PMV: <http://www.vicosamg.gov.br/a-cidade>. Consulta em 03 de junho de 2015.

Entretanto, deve-se destacar que o trabalho de constituição de um patrimônio não carece apenas de conhecimentos técnicos da área de Arquitetura e Urbanismo, mas também conhecimentos relativos à história e à memória, bem como ao seu papel social e político. Como pontuamos anteriormente, parece-nos que as discussões a que os historiadores se dedicaram sobre o seu próprio fazer, relativas à história científica e à memória, estiveram à margem das discussões sobre o patrimônio. Nesses últimas, a visão predominante de história e memória como coisas semelhantes – ou até indissociáveis –, do passado como algo existente em si mesmo e passível de ser “resgatado” e da história como o meio para que isso fosse viabilizado, produziram uma determinada visão do que seja o patrimônio. Nesta visão, o patrimônio é visto como algo que tem valor em si mesmo e que necessita do auxílio de intelectuais que percebem o seu valor e lutam por defendê-lo. Como a história e a memória não são vistas como elaborações e sim como processos naturais, o patrimônio é interpretado como uma espécie de “santuários da memória e da história”, cuja destruição provocaria a perda da memória e, conseqüentemente, da identidade do grupo social.

Nesse contexto, o embasamento historiográfico foi buscado em obras de memorialistas de Viçosa, como as da professora Maria do Carmo Tafuri Paniago que analisamos nos primeiros capítulos, mas não apenas essas, como também os trabalhos de Alexandre Alencar, Fernando Antônio Oliveira Mello, Cláudio Pupo Filho, Antônio Mello, Terezinha Azis Sant’Ana, Geraldo Browne Ribeiro Filho entre outros⁶³. Esse grupo de intelectuais escreveu dissertações de mestrado, compendiou fotos antigas da cidade, analisou determinados aspectos como crescimento urbano, verticalização, mudanças socioculturais e econômicas, além da narrativa de uma história de Viçosa. O que queremos ressaltar é que esses trabalhos embasaram, do ponto de vista histórico, os dossiês de tombamentos para os bens a serem patrimonializados pela PMV. Isso aproxima a análise que fizemos nos dois primeiros capítulos acerca da “história oficial” de Viçosa, difundida por trabalhos como os que citamos acima, e a identidade local que ela ajudou a elaborar.

Possivelmente, a ausência naquele período, de um Curso de História na UFV – o qual seria criado pouco tempo depois – pode ser considerada um elemento que contribuiu para tal situação. Muito embora, a sua existência em anos seguintes e até hoje, não tenha garantido uma parceria sólida com o CMPCAV. No entanto, a criação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pelo Departamento de História da UFV em 2013,

⁶³ Conferir referências bibliográficas ao final do trabalho.

pode ser uma ponte, se não entre a história científica e o CMPCAV, com certeza entre ela e o patrimônio de maneira geral e o de Viçosa em particular.

Chama a atenção, por exemplo, o fato de que já nas primeiras reuniões do CMPCAV, as Atas não registram discussões dos conselheiros para definir quais seriam os bens tombados. O que se vê são menções de bens, seguidas de aprovações unânimes que demonstram a existência entre aquele grupo, de uma ideia mais ou menos formada a priori acerca de quais bens seriam patrimônios de Viçosa. A visão bem definida do que poderia ser considerado patrimônio, restringia essa possibilidade apenas a determinados bens da cidade. Enfim, assim como Márcia Chuva descreve as ações do SPHAN e dos intelectuais e arquitetos que estiveram à sua frente, a partir do governo Vargas na década de 1930, ela também analisa o arcabouço intelectual que embasou todas aquelas atitudes. Uma visão europeia de patrimônio, o pensamento modernista e seu projeto para o Brasil, a visão acerca do passado colonial minerador, como berço da nacionalidade brasileira e o sonho de um Brasil moderno, teriam sido, segundo Chuva, os principais elementos que estiveram por trás dos tombamentos das igrejas católicas em estilo barroco, das cidades coloniais do período minerador, entre outros⁶⁴. Pode-se dizer que, guardadas as proporções - espaciais e históricas – é possível identificar em Viçosa durante as décadas de 1980 e 2000 um movimento bastante parecido, marcado pela defesa de um conjunto de ideias por um determinado grupo social e, posteriormente, materializado em forma de patrimônio histórico-cultural e arquitetônico ou em monumentos.

Esse é ponto chave desta análise que propomos, ou seja, as discussões sobre o processo de patrimonialização analisadas do ponto de vista da história científica, do saber historiográfico da memória e da identidade revelam como o próprio processo é fruto de elaboração intelectual. Este possui, portanto, objetivos políticos e econômicos muito claros. Reiteramos que a intenção não é criticar ou depreciar o trabalho realizado, mas, tão somente demonstrar que se trata de um processo e acompanhar de que forma ele se dá. As razões são simples: se o patrimônio for desmitificado, poderá ser discutido – posto que o sagrado não se discute -, e, ao discuti-lo será possível avaliar determinadas atitudes, consequências das políticas patrimonialistas para a sociedade viçosense de maneira geral e, até mesmo modificar tais posturas caso se chegue à conclusão de que não foram positivas.

⁶⁴ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Op. Cit.* P.59-63.

Voltando às Atas das reuniões do CMPCAV, após toda a euforia dos primeiros tombamentos, a próxima reunião do Conselho ocorreu apenas em novembro de 1999⁶⁵. Na ocasião foi registrado o discurso de tombamento da motocicleta do professor Lopes do Colégio de Viçosa. Foi relatado que familiares do professor sugeriram a criação da Fundação Amigos do Colégio de Viçosa, formada por ex-alunos, ex-professores do colégio, além de outras pessoas a ele ligadas. No dia da reunião do Conselho o Estatuto da Fundação já havia sido feito, tendo sido escolhido para presidi-la o Chefe do Departamento de Patrimônio da PMV e Presidente do CMPCAV, Marcelo Andrade. A referida motocicleta é considerada um bem móvel tombado pelo município de Viçosa, embora no site oficial da PMV não constem as informações do tombamento e tampouco a localização do bem patrimonializado⁶⁶. Também no atual Departamento de Patrimônio não conseguimos mais informações sobre a motocicleta.

Destacamos ainda, duas discussões levantadas naquela reunião. A primeira referente a uma intenção do Conselho de conseguir um tombamento a nível Federal para a Casa Arthur Bernardes. Embora não conste em Ata, a provável razão deste desejo do Conselho era a possibilidade de aumentar a pontuação na avaliação do IEPHA e, conseqüentemente, a captação de recursos pela Lei “Robin Hood”. Mais uma vez, percebe-se como os valores do patrimônio são, não apenas investidos como o próprio processo de investidura é essencialmente político e, por vezes, motivado por interesses econômicos. Para finalizar, a Ata registra também a proposta de tombamento de uma placa do Partido Republicano Mineiro existente na Casa Arthur Bernardes.

Nas Atas das reuniões do Conselho realizadas ao longo do ano de 2000⁶⁷ foi registrada uma única sugestão para novo tombamento: o Parque Municipal de Viçosa (região do Cristo Redentor no Bairro Bom Jesus). Percebe-se que este foi um ano difícil para o Conselho, pois, passada a euforia dos primeiros tombamentos e da alta pontuação e arrecadação de verbas vindas do Governo Estadual, vinha agora a etapa mais difícil: conseguir investir a maior parte possível dos recursos no próprio patrimônio, restaurar e manter em funcionamento e perfeitas condições físicas os bens tombados, e, avançar, promovendo novos tombamentos. Além disso, todos os edifícios públicos do município, considerados de valor histórico-cultural e/ou

⁶⁵ ATA, da Décima Terceira Reunião do CMPCAV. 22/11/1999. P. 18 (verso) e 19 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

⁶⁶ Conferir site oficial da PMV: <http://www.vicosamg.gov.br/a-cidade>. Consulta em 03 de junho de 2015.

⁶⁷ Conferir: ATAS, da décima quarta, décima quinta, décima sexta, décima sétima e décima oitava Reuniões do CMPCAV. 16/02/2000; 11/04/00; s/d - 05/07/00(assinatura da Ata); 05/07/00 e 06/12/00. P. 19 (verso)-P.26 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

arquitetônico já haviam sido tombados e, para avançar com a pontuação da Lei “Robin Hood” seria necessário enfrentar o grande obstáculo dos imóveis particulares.

É notória a predominância da ideia de patrimônio relacionada a bens materiais e, principalmente as edificações. Talvez essa seja outra grande influência do direcionamento dado pelos arquitetos aos trabalhos do CMPCAV e não apenas disso, mas também da persistência ainda no senso comum de que patrimônio estaria relacionado apenas à “pedra e cal”. Aliás, vale mencionar que, segundo Maria Cecília Londres Fonseca, a despeito do que traz o texto Constitucional em seu 216º artigo, sobre o patrimônio cultural brasileiro ser constituído de bens de natureza material e imaterial, “o que deveria ser uma das modalidades de formação desse patrimônio terminou por ser, durante mais de sessenta anos, a única disponível”⁶⁸. A autora menciona o avanço da discussão patrimonial no Brasil a partir da publicação do Decreto 3.551/2000 o qual oficializava a ampliação da concepção de patrimônio, através dos registros do chamado patrimônio imaterial ou intangível⁶⁹. A esse respeito, segundo Maria Cecília Londres Fonseca:

Essa abordagem da questão do patrimônio cultural vem evidenciar um aspecto que a prática de preservação dos monumentos, centrada nos aspectos técnicos da conservação e da restauração, tende a ocultar: a ideia de que a preservação do patrimônio cultural é uma “prática social”, que implica um processo de interpretação da cultura como produção não apenas material, mas também simbólica, portadora, no caso dos patrimônios nacionais, “de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade”. [...] É, portanto, a partir de uma reflexão sobre a função de patrimônio e de uma crítica à noção de patrimônio histórico e artístico, que se passou a adotar – não só no Brasil – uma concepção mais ampla de patrimônio cultural, não mais centrada em determinados objetos – como os monumentos –, e sim numa relação da sociedade com sua cultura⁷⁰.

A ampliação da noção de patrimônio poderia ser um caminho que facilitaria os trabalhos do Conselho de Patrimônio e, ao mesmo tempo, promoveria uma democratização do patrimônio de Viçosa, abarcando bens e práticas que fossem referências para outros grupos sociais que também compõem a cidade. No entanto, tal discussão demoraria a chegar ao contexto de Viçosa e, até hoje, a cidade ainda não possui um bem imaterial inventariado, embora essa seja uma sugestão do IEPHA, cujo seguimento renderia uma boa pontuação para o município. Segundo informação do atual Departamento de Patrimônio da PMV, o Conselho estuda a possibilidade

⁶⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. “Para além da *pedra e cal*”. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio*. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A Editora/FAPERJ/UNIRIO, 2003. P.62-63.

⁶⁹ *Ibidem*. P.65.

⁷⁰ *Ibidem*. P. 69.

de um inventário para a Feira Livre que ocorre aos sábados, na área externa do Colégio de Viçosa, da “Lira Santa Rita” (uma corporação musical) ou do “Congado do Distrito de São José do Triunfo”.

Também é mister ressaltar o papel que os órgãos gestores do patrimônio como o IPHAN e o IEPHA, bem como as políticas públicas patrimoniais a níveis estadual e federal, ajudam na modelagem do patrimônio de Viçosa, assim como de todas as cidades brasileiras e o próprio patrimônio nacional. Os critérios de pontuação são definidos por esses órgãos e legislações e, como no caso de Minas Gerais, onde há recurso financeiro envolvido por causa da Lei “Robin Hood”, existe um grande empenho da parte dos municípios para selecionar bens elaborar documentos a seu respeito, que atendam às demandas dos avaliadores. É evidente que nesse processo, contam muito mais as ações políticas e os interesses econômicos que necessariamente os valores e objetivos sociais do patrimônio histórico-cultural. Este é mais um argumento que embasa nosso argumento de que o patrimônio é elaborado a partir de um processo difuso, composto de muitas intencionalidades e por atores que mobilizam papéis sociais distintos. O resultado deste movimento é a paisagem urbana territorializada pelos discursos que, em cada contexto, foram vitoriosos por alguma razão.

Tem-se um bom exemplo disto num dos assuntos debatidos pelo CMCPHAV no ano 2000. A preocupação maior agora, era manter em bom estado os bens tombados e lutar por um tombamento federal. O Conselheiro Ítalo Stephan mencionou em uma das reuniões daquele ano, a dificuldade em obter um tombamento federal e a necessidade de que fossem feitos novos tombamentos. Sua sugestão era a de que o Reitor da UFV recomendasse alguns tombamentos federais. Na mesma oportunidade, o Presidente do Conselho, Marcelo Andrade, afirmou que pediria apoio ao Deputado Danilo de Castro para conseguir os tombamentos federais. Ou seja, para aumentar a pontuação do “ICMS Cultural”, o município necessitava de um tombamento Federal e, para consegui-lo, seria necessário lançar mão aos recursos políticos disponíveis. Todo o apoio da UFV e de governantes de instâncias superiores seria bem-vindo e, nesse movimento, percebe-se claramente, como o valor do patrimônio é atribuído e como essa atribuição faz parte de um contexto que envolve diversos interesses, não apenas o social.

Para além disso, pode-se dizer que, de maneira geral, no ano de 2000 as atividades se concentraram na manutenção dos bens já tombados, nos cursos de “Educação Patrimonial”, provavelmente para difundir os trabalhos realizados e conquistar o respaldo e o apoio cada vez maior do restante da sociedade viçosense. Além disso, pode-se destacar a menção a uma verba que o *Rotary Clube* teria cedido ao Conselho e que seria utilizada na reforma do Colégio de

Viçosa, mas que posteriormente, por razões não esclarecidas, não foi mais disponibilizada. Também registrou-se a intenção de reformar o Balaústre e de utilizar os alunos que estavam sendo formados pela Oficina-Escola neste trabalho. O Projeto de Lei nº071 que propunha a criação do Centro Experimental de Artes vinculado ao Departamento de Cultura da SMCELT, foi apresentado no ano de 2000 e sua concretização já surtia efeitos tanto no Conselho, que contava com a mão-de-obra qualificada dos restauradores para os bens tombados pelo município, quanto nos resultados destas restaurações que poderiam ser vistos pelo Centro da cidade.

Os trabalhos do ano de 2001 são inaugurados com a reunião do dia 07 de fevereiro⁷¹, na qual era anunciada a verba de R\$63.800,00 (sessenta e três mil e oitocentos reais), dos quais sessenta mil vinham de arrecadação pelo município através da “Lei Robin Hood” e o restante era uma doação do *Rotary Clube* de Viçosa. Segundo consta em Ata, o dinheiro seria revertido nas reformas do Balaústre e do Colégio de Viçosa, respectivamente, segundo decisão dos membros presentes àquela reunião. O conselheiro Ítalo Stephan havia elaborado um parecer técnico sobre as duas reformas e o projeto de urbanização foi elaborado pelo DAU/UFV. Também registrou-se que a arquiteta Marina Cruz, convidada para aquela reunião, faria o inventário dos “bens móveis e fontes arquivísticas de Viçosa”.

A respeito dos bens tombados e de novos tombamentos, houve a advertência para que a Estação Cultural e as Escolas Municipais Edmundo Lins e Dona Nanete fossem fiscalizadas para que fossem mantidas suas condições de funcionamento. Também foram mencionadas as necessidades de restaurar a Pinacoteca e de se realizar um projeto de preservação ambiental, o qual poderia ser enviado à “*Fundação O Boticário*”. Foi sugerido ainda, o tombamento da igreja da Rua dos Passos, no Centro de Viçosa. A conselheira que fez a indicação, informou que o pedido vinha da comunidade. Posta em votação, a indicação foi aprovada unanimemente.

Outro ponto de destaque nesta Ata é a discussão do Conselho acerca do Processo 0097/2001 por meio do qual José Mauro Osório Paiva pedia licença para a demolição dos números 13 e 25 da Rua Capitão José Maria, no Bairro de Lourdes. Tinha início um período difícil de disputas entre o CMPCAV e os proprietários e empresas do ramo imobiliário, pelos imóveis inventariados pelo município. O inventário naquela época era apenas um registro do imóvel e demonstrava a intenção de tombamento por parte do Poder Público Municipal. No entanto, o registro já obrigava o proprietário a pedir licença para a demolição ou a realização

⁷¹ ATA, da Décima Nona Reunião do CMPCAV. 07/02/2001. P. 26-28 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

de qualquer reforma no imóvel. Embora o Conselho ainda fosse apenas consultivo, não foram poucos os pedidos de demolições e tampouco era pequeno o impasse que tudo isso gerava na cidade de grande especulação imobiliária. Para tentar aplacar os embates, o Conselho procurava investir em ações de “sensibilização” dos proprietários e da comunidade em geral para evitar novas demolições, embora, de maneira geral, os pedidos geralmente fossem aceitos, devido à grande pressão política e de grupos econômicos poderosos sobre o Conselho.

No dia 21 de março de 2001 realizou-se a vigésima reunião do CMPCAV⁷², na qual o Presidente Marcelo Andrade comentou que Viçosa tinha uma conta bancária específica para receber a verba da Lei “Robin Hood” e que naquele ano, esperava-se arrecadar R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para o patrimônio. A proposta do Presidente do Conselho era usar o recurso para reformar cerca de 70% do telhado do Colégio de Viçosa, restaurar o Balaústre e a Pinacoteca, investir em cursos de restauro e preservação do patrimônio incentivos à publicações sobre a história e a cultura da cidade, além de apoio à realização de simpósios e exposições. Marcelo Andrade sugeriu ainda, o tombamento da UFV e comunicou que era desejo do Prefeito Municipal, ampliar o Balaústre até a Rua Padre Serafim.

O Conselho ainda discutiu a demolição de um casarão inventariado, localizado à Rua Vaz de Mello, no Centro da cidade, a retirada do trailer de lanches, instalado em região próxima à Estação Ferroviária e propostas de utilização da área do entorno do Balaústre e da Estação Cultural. Uma das sugestões foi transformá-la em uma praça com coreto e espaço de leitura. Ficou decidido que o DAU/UFV faria os projetos para a apreciação dos conselheiros. Também foi feita uma proposta de urbanização para a área de entorno do Colégio de Viçosa, na qual sugeriu-se a criação de um centro educacional com núcleo de escolas e um teatro. Esta proposta foi unanimemente aprovada e o conselheiro Ítalo Stephan foi incumbido de realizar o projeto. Por fim, foi levantada a discussão referente aos trilhos da linha férrea que corta o Centro de Viçosa. De acordo com a Ata da reunião, houve um debate entre os conselheiros a respeito de retirar ou não os trilhos ou ainda, a opção de intercala-los com asfalto, deixando-os aparentes na superfície da via.

Embora não haja registros de discussões do Conselho a respeito da Estação Ferroviária do Bairro Silvestre, primeira que foi construída em Viçosa ainda no início do século XX, seu Decreto de tombamento nº 3582/01 foi assinado no dia 04 de abril de 2001. Esse tombamento completaria o conjunto patrimonial tombado pelo município de Viçosa e reconhecido pelo

⁷² ATA, da Vigésima Reunião do CMPCAV. 21/03/2001. P.28 (verso) e 29 e 30 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

IEPHA para fins de captação do “ICMS Cultural”. Os bens tombados posteriormente a nível municipal, não conseguiram até o momento, segundo informações do atual Departamento de Patrimônio da PMV, tal reconhecimento por parte do órgão Estadual.

Os tombamentos das duas Estações Ferroviárias de Viçosa, foram precedidos de uma longa discussão entre grupos da cidade, Governo Estadual de Minas Gerais e proprietários da antiga *Leopoldina Railway*, da qual a linha férrea que corta Viçosa fazia parte. A discussão girou em torno da desativação ou não da linha férrea, do pedido do Governo Municipal de que a Estação do Centro da cidade fosse doada para a instalação de um Centro Cultural e sobre o que fazer com os trilhos que cortam a malha urbana, também em sua região central.

Exatamente dez anos antes do tombamento da Estação Ferroviária de Silvestre, em 1991, o jornal *Folha da Mata* acompanhou e divulgou alguns artigos sobre as discussões referentes às Estações e à Linha Férrea de Viçosa:

“Superintendente da RFFSA anuncia desativação da ferrovia que passa por Viçosa”

[...] O anúncio surpreendeu as autoridades, políticos e empresários viçosenses, que haviam convidado o superintendente, para tratarem da retirada do trecho da ferrovia que corta o perímetro urbano da cidade. [...] Os presentes à reunião, conduzida pelo Reitor Antônio Fagundes, deixaram claro que a ferrovia é importante para a região; **apenas o trecho que corta o perímetro urbano vem causando transtornos à população, com o desenvolvimento da cidade.** A idéia é voltar com a linha para o seu traçado original, pela chamada Estação Velha⁷³.

A questão central é que havia um grupo de políticos e empresários em Viçosa desejosos de retirar a linha férrea da área central. Entretanto, quando realizaram uma reunião com o representante dos proprietários da linha, ele ameaçou desativar todo o trecho que passava pela cidade. Na página 3 daquela mesma edição do *Folha da Mata*, foi feita outra publicação sobre o mesmo assunto, apresentando a discussão entre o Reitor da UFV, o Presidente da ACV e o Prefeito Municipal:

[...] “Entre a possibilidade de ficar sem a ferrovia e manter o que está aí, **eu sou pela manutenção do trecho. Estaríamos esvaziando mais a região,** se concordássemos com a extinção do ramal Rodrigo Silva”, **disse o Reitor Antônio Fagundes de Souza.** [...] Um dos presentes à reunião, **o prefeito Antônio Chequer lembrou que a preocupação da comunidade de Viçosa com a linha férrea em seu traçado atual é grande, porque a cidade vem se desenvolvendo, com o conseqüente aumento do tráfego de veículos. Para o Presidente da Associação Comercial de Viçosa, Luiz José de Arruda Alves (Tilu), a linha férrea já trouxe progresso para o município, mas hoje já não está cumprindo sua**

⁷³ “Superintendente da RFFSA anuncia desativação da ferrovia que passa por Viçosa”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.167, de 29/06/1991. P.1. Grifos nossos.

função, dentro do trajeto do perímetro urbano. “Se hoje é problema, amanhã se tornará pior”, enfatizou o Presidente da ACV⁷⁴.

Em 1991 o arquiteto Aguinaldo Pacheco mantinha sua coluna independente no *Folha da Mata*, intitulada “Cidade aberta”, assinada conjuntamente com Dionísio Ladeira. Nela o arquiteto comentou a questão da linha férrea de Viçosa, em julho de 1991:

Há 12 anos a crise do petróleo estava no auge, o Pró-álcool incipiente e Viçosa detinha o 2º maior índice de crescimento do Estado de MG. Tempo de Milagres Econômicos. Por essa época, **os ARQUITETOS DA UFV tiveram e desenharam a idéia de aproveitar as POTENCIALIDADES oferecidas pela existência da VIA FÉRREA que corta toda a cidade de Viçosa, como uma linha de bonde. Essa idéia contrariava todos os pensamentos da época, que queriam (querem) destruí-la.** [...] O ano de dois mil chegando... e nada. O problema de transporte urbano local e suas ligações com os distritos e cidades vizinhas continua sem solução satisfatória. **Agravante maior agora é o crescimento desordenado de Viçosa, sem um sistema viário adequado.** [...] **Falta transporte. Paralelamente, a Estrada de Ferro continua a incomodar. Agora, de chofre, querem extingui-la. Arrancar-lhe os trilhos. A idéia da extinção tem o apoio dos mesmos de antigamente. Não no todo, é verdade, mas pelo menos de tirá-la do centro da cidade e construir uma avenida [...].** Entretanto, num ato de extrema concessão e clientelismo, podemos construir também, uma avenida novinha. (Já sei até o seu nome!) **Esta avenida serviria para beneficiar os 10% da população que é motorizada [...]** e talvez para atender alguns que possuem propriedades e interesses às margens da RFFSA e desejam valorizar seu ‘terreninho’ ao fazer a rua mais larga (não seriam estes os que batalharam pela extinção, que nos surpreende agora?). Deste modo, contemplando o interesse de todos [...] resolvemos um problema e preservamos um patrimônio público conquistado por gerações de trabalhadores de um país pobre. Logo, a estrada de ferro, de problema, vira solução e reencontra sua posição de destaque dentro da cidade de Viçosa. Alea iacta est...⁷⁵.

Na semana seguinte, o jornal ainda trazia publicação sobre o debate acerca da possível desativação da linha férrea de Viçosa:

[...] Várias autoridades, representantes dos municípios da região, empresários e sindicalistas se colocaram a favor da manutenção do trecho da ferrovia entre Cataguases-Rodrigo Silva. [...] O Superintendente da Rede, José Henrique, falou da importância da integração da comunidade, buscando uma solução para o transporte ferroviário da região, mas deixou claro que a empresa tem de tomar decisões para reduzir os seus custos e na tentativa de aumentar a rentabilidade. [...] “A história da Rede corre junto com a história de Minas Gerais e do país”, lembrou o Superintendente [...]⁷⁶.

⁷⁴ “Rede Ferroviária ameaça desativar trecho de Viçosa”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.167, de 29/06/1991. P.3. Grifos nossos.

⁷⁵ PACHECO, Aguinaldo. “Em extinção”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.168, de 06/07/1991. Coluna Cidade Aberta, Aguinaldo Pacheco e Dionísio Ladeira. P.4. Grifos nossos.

⁷⁶ “Lideranças regionais discutem desativação da ferrovia que corta Viçosa em reunião na UFV”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.169, de 13/07/1991. P.1.

No início de agosto de 1991 publicou-se a notícia de que o vice-presidente da República, Itamar Franco interferiria na situação a favor da manutenção da linha férrea ativa em Viçosa⁷⁷. Com isso, a discussão foi silenciada por alguns meses, até que em maio de 1992 foi publicada uma nota acerca das más condições de manutenção do trecho ferroviário do centro de Viçosa:

[...] O mato vem tomando conta de toda a extensão da linha, principalmente no centro da cidade [...]

DESATIVACÃO

Apesar das reuniões, entre autoridades municipais e representantes da Rede, na UFV, para tratar da retirada do trecho da ferrovia que corta a cidade, nenhuma solução foi tomada, ao longo de 1 ano. Para a população, a situação piorou, pois os trens – que não estavam circulando em Viçosa até o ano passado – voltaram a trafegar normalmente, apesar de a Rede não realizar a manutenção do trecho. A proposta de transformar o traçado da linha-férrea numa avenida, de criar bondes e de construir ciclovias ao longo do trecho, entre a UFV e Silvestre, não saiu do papel. A RFFSA alega crise, mas os trens estão circulando. Resta saber de quem é a responsabilidade pela sujeira na beira-linha. Os moradores querem uma solução⁷⁸.

Quase um ano e meio após esta publicação, o *Folha da Mata* noticiou a realização de um Seminário em Ouro Preto para que se discutisse o futuro da linha férrea que cortava a Zona da Mata Mineira:

Várias autoridades e segmentos interessados estão discutindo alternativas de aproveitamento integral do trecho ferroviário que vai de Japeri, no Estado do Rio de Janeiro, a Ouro Preto (MG), passando por 28 municípios e chegando a atender mais de 40, economicamente, situados nas imediações da linha. [...] Devido a fatores políticos e econômicos, há alguns anos, o trecho ferroviário da região vem passando por um processo de esvaziamento, causando gradual degradação da malha e dificultando o pleno atendimento da demanda comercial, nos mais de 40 municípios integrados pela linha. A Prefeitura de Ouro Preto e a Superintendência Regional Campos da RFFSA programaram para esta sexta-feira (dia 17), em Ouro Preto, o Seminário de Desenvolvimento da Linha Mineira, justamente com a finalidade de discutir o aproveitamento integral do trecho. Prefeitura, RFFSA e a Comissão de Defesa da Linha Mineira reivindicaram a manutenção do ramal e sua exploração econômica, abordando a ferrovia como fator de desenvolvimento da Zona da Mata e **propondo a replantação do trem turístico** que liga as cidades históricas de Ouro Preto e Mariana. [...] ⁷⁹.

A discussão ainda se estenderia por muitos anos até a doação definitiva da Estação Ferroviária do Centro de Viçosa para a Prefeitura Municipal e sua transformação em Estação

⁷⁷ “Suspensa a desativação da ferrovia que corta Viçosa”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.172, de 03/08/1991. P.1.

⁷⁸ “Mato toma conta e reflete abandono da linha-férrea”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.213, de 16/05/1992. P.11.

⁷⁹ “Em discussão, o aproveitamento integral do trecho ferroviário que corta Viçosa”. *Folha da Mata*. Viçosa – MG. Nº1.283, de 18/09/1993. P.2.

Cultural e se concluiria com os tombamentos das duas Estações de Viçosa – a do Centro em 1999 e a do Bairro Silvestre em 2001 – e das posteriores discussões, dentro e fora do CMPCAV sobre o que fazer com os trilhos da linha que cortavam algumas ruas do Centro da cidade.

Na reunião ocorrida em maio de 2001⁸⁰ o conselheiro Ítalo Stephan se posicionou contrariamente à retirada dos trilhos da linha férrea que corta a região central de Viçosa. Mencionou também os projetos que vinham sendo elaborados para o entorno do Colégio de Viçosa, acrescentando o projeto do vereador Euter Paniago de construção do novo prédio para a instalação do Fórum naquela área. O Presidente do Conselho, Marcelo Andrade, mencionou o possível tombamento da UFV e informou que a instituição estava tomando uma decisão a esse respeito e que “os alunos” já estavam fazendo os dossiês. Também foi comentada a retirada das árvores que ladeavam o Balaústre e que foram consideradas inapropriadas para a conservação da obra e Ítalo Stephan sugeriu que fosse posta naquela região, uma placa para esclarecer à população a origem do recurso para a obra (Lei “Robin Hood”).

Ainda no mês de maio de 2001 realizou-se nova reunião do CMPCAV⁸¹ com a participação do convidado Sérgio Pinheiro, Secretário de Trânsito do Município e com o anúncio de um novo membro para o Conselho, representante da Secretaria Municipal de Obras. O Presidente do Conselho comentou sobre o tombamento do centro histórico da UFV. Também insistiu-se no tombamento da igreja da Rua dos Passos, no Centro de Viçosa. Uma conselheira reiterou que este pedido vinha “da comunidade” e que ela não quer a retirada da imagem do Senhor dos Passos de lá e que pediam ainda, a mudança do nome da Praça onde se localiza a igreja para “Praça Senhor dos Passos”. A esse respeito, Marcelo Andrade sugeriu que o presidente da Associação do Bairro remetesse uma solicitação formal ao Conselho e que se ressaltasse ao IEPHA que “o pedido vinha da comunidade”. Também foi registrado que o conselheiro Ítalo Stephan comentou a respeito do dossiê de tombamento do prédio principal da UFV (Edifício Arthur da Silva Bernardes) que vinha sendo feito, e sobre o projeto do Fórum no entorno do Colégio de Viçosa.

No dia 25 de junho de 2001 realizou-se a vigésima terceira reunião do CMPCAV⁸², a qual iniciou-se com a leitura do ofício remetido pelo Reitor da UFV, aprovando o tombamento

⁸⁰ ATA, da Vigésima Primeira Reunião do CMPCAV. 02/05/2001. P. 30 (verso), P.31 (frente e verso) e P.32 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

⁸¹ ATA, da Vigésima Segunda Reunião do CMPCAV. 23/05/2001. P. 32 e 33 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

⁸² ATA, da Vigésima Terceira Reunião do CMPCAV. 25/06/2001. P. 34 e 35 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

do Edifício Arthur Bernardes (Ofício 0245/2001, birc. 22/06/01) e nomeando o professor Ítalo Stephan como representante oficial da UFV no processo de tombamento municipal daquele edifício. Stephan comentou o desejo de tomar o conjunto da UFV e as alterações que foram feitas em relação ao projeto originalmente apresentado para a apreciação dos órgãos competentes da UFV. Segundo consta em Ata, retiraram da área prevista para tombamento, a parte de trás do Centro de Vivência, a área do campinho dos Alojamentos e o edifício Belo Lisboa (Alojamento Velho). A proposta de tombamento do Edifício Arthur Bernardes foi aprovada com unanimidade pelo Conselho e seria remetida ao IEPHA. Foram feitas ainda duas sugestões: uma para que se realizasse um programa transmitido pela “TV Viçosa” para divulgar o tombamento municipal do Edifício Arthur Bernardes na UFV e outra a respeito da retirada do ponto de caminhões e do orelhão ao longo do Balaústre. O Prefeito Municipal pediu um parecer do Conselho a respeito desta última sugestão e ficou decidido entre os conselheiros, que Ítalo Stephan faria o parecer técnico em nome do Conselho.

As reuniões intensificadas entre os meses de maio e junho se justificaram pelo empenho para o novo tombamento. No dia 29 de junho de 2001 foi assinado o Decreto nº 3603/01, pelo qual se efetivava o tombamento do Edifício Arthur da Silva Bernardes (Prédio Principal da UFV), localizado na Avenida P.H. Rolfs, s/nº, *campus* UFV, contínuo ao Centro, Viçosa.

A última reunião do CMPCAV do ano de 2001 ocorreu no início de setembro e contou com a participação da restauradora Thais Helena de Almeida⁸³. Um dos principais assuntos debatidos nesta reunião foi referente aos novos critérios de pontuação para o “ICMS Cultural” que o IEPHA utilizaria. De acordo com o que consta em Ata, o órgão estadual ofereceria uma bonificação para cidades que aplicassem pelo menos 85% dos recursos obtidos na conservação de seu patrimônio. A oferta era dobrar os pontos dos municípios que atingissem tal meta. Além disso, propunha-se também, ceder mais 50% dos pontos às cidades que tivessem o seu Plano Diretor. Os conselheiros comentaram que com mais três tombamentos, que seriam a igreja dos Passos, a Escola Normal (Colégio Carmo, localizado à Rua Virgílio Val, no Centro de Viçosa), CASB, Colégio Arthur Bernardes (Bairro Silvestre) ou igreja Matriz de Santa Rita de Cássia (Praça Silviano Brandão, Centro), o município de Viçosa aumentaria sua pontuação e alcançaria um nível mais alto na avaliação do IEPHA.

Naquela mesma reunião o conselheiro Antônio Mello (Tony Mello) propôs o levantamento do controle acionário da “Usina de Açúcar” (não constam mais informações sobre

⁸³ ATA, da Vigésima Quarta Reunião do CMPCAV. 12/09/2001. P. 35 (verso), 36 (frente e verso) e 37 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

ela na Ata) e afirmou que o “Cine Brasil” foi tombado na gestão do professor José Américo. Respondendo a essa afirmação, o Presidente do Conselho, Marcelo Andrade, disse que o “Cine Brasil” foi considerado de “Utilidade Pública” na gestão do prefeito Geraldo Reis. Tony Mello sugeriu ainda, o tombamento do prédio dos Correios, que segundo ele, era de 1948. É interessante confrontar esse novo posicionamento do ex-colunista do *Folha da Mata*, pois, na década de 1990, como vimos anteriormente, Tony Mello havia defendido por mais de uma vez, a demolição de edificações antigas e a modernização do espaço urbano de Viçosa. Na década seguinte, como membro do CMPCAV seu posicionamento havia mudado radicalmente, tendo se tornado um grande defensor dos “antigos casarões” e dos tombamentos para a constituição do patrimônio de Viçosa.

4.2.4: O CMPCAV, o PDV e a “transferência do potencial construtivo”: o combate pela preservação do patrimônio e as concessões aos interesses privados.

Outro ponto que merece ser destacado na pauta da vigésima quarta reunião do Conselho é a explanação do conselheiro e arquiteto Ítalo Stephan a respeito do instrumento previsto no PDV para auxiliar na preservação dos “casarões antigos” da cidade. Tratava-se do recurso jurídico denominado “Transferência do Potencial Construtivo” (TPC), sobre o qual comentamos no capítulo 1. Ao longo dos próximos anos, Ítalo Stephan, que foi uma das principais figuras envolvidas com a elaboração do PDV, defenderia em diversas reuniões do CMPCAV, a utilização do recurso de TPC para a preservação de imóveis considerados de valor histórico e/ou arquitetônico de Viçosa e que pertencessem a proprietários ou empresas privados. Durante a reunião do Conselho realizada em setembro de 2001, Stephan assumiu o compromisso de realizar simulações do uso da TPC para as casas da região do Balaústre, e demonstrar posteriormente ao Conselho.

A preocupação de Ítalo Stephan e do Conselho de maneira geral, era que, após tombar os principais edifícios públicos municipais e um edifício da UFV (que foi o único para o qual a PMV obteve permissão por parte da Universidade), agora restavam, sobretudo edificações particulares e, como já enfatizamos, essa seria uma etapa bastante difícil para o CMPCAV. Assim, a utilização da TPC foi a alternativa proposta e defendida por Stephan e, é por essa razão que se torna relevante analisar a elaboração do PDV para uma discussão sobre o patrimônio da

cidade, como fizemos no primeiro capítulo. Em Viçosa, os arquitetos que estiveram à frente da elaboração do PD também participavam do Conselho do Patrimônio e os dois trabalhos foram pensados conjuntamente e como instrumentos complementares, no intuito de “proteger o patrimônio do município”⁸⁴. Em sua avaliação acerca da atuação do PDV, Ítalo Stephan destacou os seguintes pontos, os quais considerou positivos:

Influenciou na organização de certos grupos de moradores; estabeleceu uma maior integração entre a UFV e a Prefeitura; proporcionou um longo processo de discussões sobre a cidade, envolvendo muitas pessoas e com a realização de amplos debates públicos na Câmara Municipal. Com a aprovação do Plano e da Lei de Zoneamento, **iniciou-se para o Conselho uma nova fase em que se procura instrumentalizar o Poder Público Municipal, mediante a adoção de mecanismos previstos do Plano Diretor do município.** Após várias reuniões em que se discutiu sobre o instrumento e as suas possibilidades, **os membros do Conselho iniciaram um processo de negociação e de informação à comunidade. A primeira parte desse processo consistiu na apresentação do instrumento transferência de potencial construtivo a representantes do setor imobiliário, visando captar a sua receptividade entre os setores envolvidos com a construção civil**⁸⁵.

Segundo o arquiteto, portanto, o principal benefício que o PD trouxe para Viçosa é a integração de diferentes grupos sociais e a oportunidade de pensar aspectos da cidade e poder discuti-los conjuntamente. Entretanto, ao tratar da proteção ao patrimônio e de como o PDV auxiliou o CMPCAV nessa missão, Stephan enfatiza a TPC e não a participação de membros da comunidade ou a discussão sobre o patrimônio. Em seu discurso o patrimônio é algo pré-estabelecido, com valor em si mesmo. A função do PD nesse caso, seria apenas prover os meios legais para que a defesa do patrimônio pudesse se concretizar.

Nas reuniões já citadas de 02 de maio e 25 de junho de 2001 foram registrados em Atas, pedidos de demolições de casarões remetidos ao Conselho de Patrimônio. Na reunião de 12 de setembro do mesmo ano (citada acima) foram relatadas as vendas de duas casas consideradas referências históricas e arquitetônicas de Viçosa: a casa de “Dona Corita” e a casa onde funcionava então a Casa da Cultura da PMV. Esse relato inicia um longo debate entre o CMPCAV e os proprietários das casas mencionadas, de forma específica, e pela defesa dos casarões inventariados de Viçosa de maneira geral, bem como a difusão do recurso de TPC às construtoras.

No segundo semestre de 2002 os familiares do “Dr. Horta”, proprietários da casa onde estava instalada a Casa da Cultura, visitaram uma reunião do Conselho realizada naquela casa e

⁸⁴ STEPHAN, Ítalo. *Op. Cit.*

⁸⁵ *Ibidem.* P.124. Grifos nossos.

doaram um acervo fotográfico ao município⁸⁶. Na reunião seguinte⁸⁷, foi feita a leitura do Ofício (Of. 475/2002/PJV de 16/10/02) do Promotor de Justiça Luís Cláudio Fonseca de Magalhães solicitando informações sobre eventual tombamento do imóvel que pertenceu ao “Dr. Horta”. Também foi mencionado naquela ocasião, o Ofício nº74, de 23/10/02 por meio do qual os vereadores da CMV encaminhavam ao Conselho a Representação nº 011/02, solicitando que o Conselho se esforçasse pela preservação da antiga residência do “Dr. Horta”. O Secretário de Obras do município lembrou que o processo de demolição da Casa da Cultura para construção de um edifício, havia sido aprovado em julho de 2000. De acordo com a Ata, o Presidente do Conselho, Marcelo Andrade, presente à reunião, teria defendido o tombamento de bens públicos municipais e federais, mas teria feito a ressalva de que no caso de bens particulares, o tombamento só deveria ser efetuado à pedido dos interessados. Defendeu ainda que a CMV criasse leis de incentivo à preservação dos casarões e a regulamentação do instrumento de TPC, previsto no PDV.

É importante salientar que a partir de agosto de 2002 o arquiteto Ítalo Stephan deixou de ser membro do CMPCAV, devido a uma viagem ao exterior em decorrência de seus estudos de doutoramento⁸⁸. No lugar dele, assumiu a arquiteta Aline Werneck Barbosa, também professora do DAU/UFV. Na reunião de 06 de dezembro de 2002⁸⁹ ela foi incumbida de realizar um parecer técnico sobre a demolição de um casarão de 1919 localizado na Avenida Santa Rita. A arquiteta deu um parecer oferecendo aos interessados a possibilidade de se beneficiarem com o recurso da TPC. Ainda foi registrado em Ata que Aline Werneck havia entrado em contato com Ítalo Stephan para discutirem a melhor forma de solucionar a questão da casa de “Dona Cora”. Relatou-se ainda, que os familiares de “Dona Cora” eram sensíveis à preservação do casarão. Percebe-se, portanto, que apesar de sua ausência, o arquiteto Ítalo Stephan continuava sendo uma voz ativa no Conselho e uma referência para seus trabalhos. A TPC foi um instrumento posto no PDV e defendido arduamente por ele como via para a preservação dos edifícios mais antigos e de propriedade privada. Assim, durante sua ausência, suas ideias e seu legado através do PDV perpetuavam suas ações, por meio de uma profissional da mesma área e que vinha, desta forma, dar continuidade ao seu trabalho no CMPCAV.

⁸⁶ ATA, Reunião do CMPCAV. 11/10/2002. P.41 (verso) e P.42 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

⁸⁷ ATA, Reunião do CMPCAV. 25/10/2002. P. 42 (frente e verso) e P.43 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

⁸⁸ Cf: ATA, Reunião do CMPCAV. 20/08/2002. P. 39 (verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

⁸⁹ ATA, Reunião do CMPCAV. 06/12/2002. P. 43 (frente e verso) e P.44 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

A primeira reunião do Conselho do ano de 2003⁹⁰, iniciou-se com a apresentação da proposta de utilização do recurso da TPC visando à preservação da casa de “Dona Cora”, localizada na Avenida Bueno Brandão (Balaústre). A conselheira Aline Werneck foi incumbida de obter a informação acerca da possibilidade de isentar completamente o imóvel da obrigação do pagamento do IPTU, “para tornar a proposta mais atraente”. Os conselheiros Tony Mello e Doris de Oliveira voltaram a sugerir que o Conselho redigisse uma “minuta de Lei de Proteção dos Casarões de Viçosa” e a entregasse a um vereador para que a apresentasse à CMV. Na ocasião, foi mencionado o nome do vereador Euter Paniago, “uma vez que ele é um defensor do nosso patrimônio histórico e cultural”⁹¹.

Nas reuniões realizadas entre os meses de abril, maio e junho de 2003⁹² foram feitas discussões sobre a TPC, as negociações com os proprietários da casa de “Dona Cora” e sobre a necessidade que alguns conselheiros apontavam de que a população de Viçosa de maneira geral, e os empresários, políticos e construtores em particular, fossem “conscientizados” a respeito da necessidade de que os “casarões antigos” da cidade fossem preservados. Foram sugeridas, inclusive, reuniões do Conselho com construtores, corretores e vereadores para explicar a TPC e a “importância da preservação dos casarões”. A conselheira Aline Werneck foi escolhida para realizar as palestras.

No segundo semestre de 2003 ocorreram as referidas palestras. Primeiramente com corretores de imóveis⁹³. Segundo consta em Ata, o Presidente da Associação dos Corretores Imobiliários de Viçosa achou “muito interessante” a proposta da TPC. Na ocasião, anunciou-se a venda do casarão localizado numa das extremidades da Avenida Bueno Brandão (Balaústre), próximo ao Hospital São Sebastião. O casarão vendido foi o local onde funcionou o primeiro Hospital de Viçosa. No mês seguinte, foi feita uma reunião do CMPCAV com os vereadores da CMV, entre os quais manifestaram apoio aos trabalhos do Conselho, os vereadores “Adriano, Euter Paniago, Chequer, Lúcia Duque e Vera”.⁹⁴ Posteriormente, realizou-se também uma reunião do Conselho com alguns construtores de Viçosa, os quais manifestaram o desejo de construir um edifício na Rua Gomes Barbosa, no terreno da casa

⁹⁰ ATA, Reunião do CMPCAV. 27/02/2003. P. 44 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

⁹¹ *Ibidem*. P.44 (verso).

⁹² Conferir: ATAS, das Reuniões do CMPCAV. 02/04/2003; 07/05/03; 04/06/03. P. 45-46 (frente e verso). P.47 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

⁹³ ATA, Reunião do CMPCAV. 02/07/2003. P. 48 (frente e verso) e P.49 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

⁹⁴ ATA, Reunião do CMPCAV. 12/08/2003. P. 48 (frente e verso) e P.49 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

nº129⁹⁵. Segundo a Ata da reunião, os construtores propuseram a manutenção das casas na frente do novo prédio, e, em troca, solicitavam ao Conselho, a permissão para construir dezesseis andares, ao invés dos dez andares permitidos para aquela região da cidade, segundo o PDV e outras legislações afins. A Presidenta do Conselho solicitou às arquitetas Aline Werneck e Patrícia Bhering que realizassem simulações para verificar a possibilidade de atender ao pedido dos construtores e sugeriu ainda, um Projeto de Lei “mais genérico” sobre a TPC, “visando à preservação do patrimônio histórico”. Ainda segundo a ata da reunião, o Projeto seria encaminhado como Emenda ao Código de Obras ou à Lei de Uso do Solo.

A discussão sobre a proposta do construtor a respeito das casas da Rua Gomes Barbosa se estendeu até a próxima reunião do Conselho, ocorrida no dia primeiro de outubro de 2003. Nesta mesma reunião foi registrada a substituição da conselheira Miriam Habib Feres, a qual foi substituída pela arquiteta Patrícia Bhering. Cada vez mais, os arquitetos assumiam os trabalhos do CMPCAV⁹⁶.

Na reunião do dia 05 de novembro de 2003⁹⁷ a arquiteta Aline Werneck mencionou a “necessidade de vistoriar o casarão que foi o antigo Hospital de Viçosa” e sugeriu que o Conselho apresentasse uma proposta de incentivo fiscal para restaurar o conjunto de casas da Travessa Belo Lisboa. E na última reunião daquele ano, ocorrida no dia 03 de dezembro⁹⁸, a pauta foi bastante diversa, tendo variado desde de discussões sobre o tipo de luminárias que seriam postas no Balaústre, já que o modelo originalmente utilizado não estava mais sendo fabricado, até a formalização de um protesto por parte do Conselho, à UFV, pela “descaracterização” do salão nobre do edifício Arthur Bernardes, já tombado como patrimônio por Decreto Municipal. A respeito da preservação dos casarões de Viçosa, o Conselho realizou nova discussão, tendo decidido que qualquer obra a ser realizada em bens inventariados, teria que ser submetida previamente ao Conselho e que a TPC também deveria ser aplicada aos imóveis inventariados, como incentivo à sua preservação. Os conselheiros também sugeririam que o órgão passasse de consultivo para deliberativo.

Em um artigo publicado em 2004, Aline Werneck defendeu a TPC como instrumento para a preservação do patrimônio cultural de Viçosa e citou a experiência do CMPCAV que

⁹⁵ ATA, Reunião do CMPCAV. 03/09/2003. P.49 (verso) e P.50 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

⁹⁶ ATA, Reunião do CMPCAV. 01/10/2003. P.50 (frente e verso) e P.51 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

⁹⁷ ATA, Reunião do CMPCAV. 05/11/2003. P.51 (frente e verso) e P.52 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

⁹⁸ ATA, Reunião do CMPCAV. 03/12/2003. P.52 (frente e verso) e P.53 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

utilizou este recurso para a preservação da fachada do Primeiro Hospital de Viçosa. Segundo a arquiteta:

Conscientes das dificuldades de lutar contra as forças do mercado imobiliário, os membros do Conselho de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental têm apostado na tese de que apenas mediante a adoção de instrumentos urbanísticos que permitam uma flexibilização e representem ganhos para as partes envolvidas, **será possível preservar o que resta da memória e da história da cidade, contada através dos seus monumentos e edifícios representativos.** [...] A Câmara Municipal aprovou, sob indicação do Conselho de Cultura e Patrimônio Cultural e Ambiental, uma lei específica autorizando o uso da transferência do direito de construir para a preservação da fachada de um casarão colonial onde, no passado, havia funcionado o primeiro hospital da cidade. Além das etapas mencionadas, esse processo incluiu também uma fase de negociações com os proprietários do imóvel, que já tinham em mãos o projeto arquitetônico de um edifício para o local. **Após amplos debates com os proprietários e o arquiteto responsável pelo projeto, decidiu-se pela preservação de 1/3 do volume do edifício, de modo que se conservasse a fachada e parte do telhado colonial de 4 águas. O potencial construtivo decorrente da preservação foi utilizado no próprio terreno, gerando um ganho na área total construída.** Essa lei representa **um passo muito importante na preservação do patrimônio viçosense. Por outro lado, abre novos espaços de discussão sobre o uso e a ocupação do solo no município, tendo em vista a necessidade de se avaliar, com muito critério, as áreas que serão objeto de recepção dos potenciais construtivos decorrentes do uso do instrumento proposto**⁹⁹.

Alguns dias após a publicação deste artigo, na reunião do CMPCAV, Aline Werneck apresentou o “Projeto de Lei – Estabelece a Transferência do Direito de Construir para Imóveis de valor histórico-cultural e Ambiental do município, adequando a Legislação local ao disposto na Lei nº10.257 de 10/07 de 2001” de sua autoria. A proposta foi discutida e foram feitas sugestões de mudanças. O Conselho decidiu enviar cópias do documento à Assessoria Jurídica da PMV e ao IPLAM para apreciação¹⁰⁰.

Apesar de ser uma análise positiva do trabalho que ela e os demais conselheiros vinham realizando em defesa do patrimônio histórico e arquitetônico de Viçosa, a autora não deixa de fazer uma ressalva quanto às consequências do uso da TPC para o funcionalismo urbano. Se a Lei de Uso do Solo e o PDV previam as normas para construções e os potenciais construtivos de cada região da cidade, tendo em vista o conjunto de seu funcionamento – fornecimento de água, captação de esgoto e lixo, trânsito, etc. – a flexibilização desta Legislação visando a proteção do patrimônio, tinha, evidentemente o seu benefício, mas, traria também novos desequilíbrios urbanos.

⁹⁹ CARVALHO, Aline Werneck Barbosa de. A transferência do potencial construtivo como mecanismo de preservação do patrimônio cultural: Uma experiência concreta. *Minha Cidade*. Viçosa MG Brasil ano 04, fev. 2004. ISSN 1982-9922. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/04.043/2020>. Consulta em 28/12/2015. S/p.

¹⁰⁰ ATA, Reunião do CMPCAV. 11/02/2004. P.53 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

Entretanto, essa ressalva demonstra a preocupação de Aline Werneck, como arquiteta e urbanista, pensando no funcionamento da cidade, mas partindo do pressuposto de que a proteção ao patrimônio deveria ser feita. A autora não chega a fazer uma análise crítica acerca dos resultados que esse recurso à TPC traria em matéria de preservação do patrimônio e do seu significado social. Como o edifício em si é considerado portador da memória e/ou da história local, sua preservação por inteiro seria considerada ideal e sua preservação parcial, seria um mal menor frente à possibilidade de “perda total da memória”. É com base neste pensamento que se defende a TPC como um bom recurso à preservação patrimonial, mas valeria uma reflexão acerca de como o mercado imobiliário utilizará tal prerrogativa a seu favor, conseguindo flexibilizar leis municipais, maximizar seus lucros e provocar mais problemas urbanos que terão de ser enfrentados por todos os moradores da cidade. Além disso, há que se refletir, em que medida, do ponto de vista de sua função social, como suportes da memória coletiva, como espaços públicos, tais fachadas poderiam cumprir estas funções.

Como resultados de toda esta discussão no CMPCAV, houve a criação de uma legislação municipal voltada para a proteção do patrimônio histórico-arquitetônico da cidade, com a utilização da TPC e a efetivação dos tombamentos de fachadas ou de casarões completos, transferindo-se seu potencial construtivo para outros logradouros. Um dos exemplos disso é a Lei nº 1560/2003 autoriza o uso da TPC, segundo explica em seu primeiro artigo:

Fica o proprietário do imóvel urbano localizado na Praça Emílio Jardim, nº03, Centro, autorizado a exercer, em parte de seu imóvel, por meio de escritura pública, a transferência do potencial construtivo prevista no inciso IX do artigo 47 do Plano Diretor, para fins de preservação, uma vez que o imóvel residencial nela construído é considerado de interesse histórico pelo Município¹⁰¹.

A mesma Lei determinava no inciso II do artigo 2º que “a área a ser tombada fica impedida de ter alteradas as características da fachada frontal, de parte da cobertura, mantendo sua inclinação, e de 35% da volumetria do corpo principal da residência”. E ainda, de acordo com o artigo 3º o imóvel tombado ficaria isento do IPTU, desde que o seu proprietário mantivesse suas boas condições de uso. A partir desta Lei, foi posta em prática a primeira experiência de Viçosa com o tombamento de fachada por meio do recurso à TPC. A Fachada da Casa Sede do Primeiro Hospital de Viçosa, localizada à Praça Emílio Jardim, nº03, Centro, foi tombada por meio do Decreto nº 3818/04 de 19 de abril de 2004.

¹⁰¹ LEI MUNICIPAL. Autoriza o uso da Transferência do Direito de Construir. Lei 1560/2003. Disponível em: www.leismunicipais.com.br. Consulta em 28/12/15. Prefeito Fernando Sant’Anna e Castro. Viçosa, 19 de nov. de 2003.



Figura 20: Fachada da Casa Sede do Primeiro Hospital de Viçosa, MG. Bem tombado como patrimônio da cidade, desde de 2004. Acervo pessoal. 05/07/2015.

Observa-se neste primeiro exemplo, que apenas a fachada da antiga casa foi tombada, liberando o restante da volumetria do terreno para a construção de um novo edifício, logo atrás do bem tombado. Nesse caso, nada além da “aparência antiga” do casarão poderia ser aproveitado pela comunidade viçosense. Por se tratar apenas de uma preservação visual, é difícil imaginar qualquer possibilidade de relação que os moradores possam estabelecer com essa fachada ou qualquer sentido que a ela possa ser atribuído no novo contexto da cidade. Assim, uma análise dos resultados obtidos com a aplicação da TPC para a preservação de fachadas antigas em Viçosa, deveria abarcar, sobretudo, os ganhos – ou a falta deles – para a sociedade. Preservar o edifício completo ou a sua fachada como um fim em si mesmo é atribuir valor meramente à “pedra e cal”, desconsiderando que ela deve ter uma funcionalidade para a sociedade. Se no passado essa fachada pertenceu ao primeiro Hospital de Viçosa, no presente, ou seja, no século XXI sua função social era outra: se determinados grupos sociais de Viçosa, entenderam ser importante preservar a memória do primeiro Hospital da cidade e tiveram força política para territorializar o espaço urbano com um suporte para tal memória, esse é um fenômeno social importante, mas deve ser entendido como uma necessidade do presente. O

bem tombado não é o passado e não contém o passado. Ele é elevado à categoria de referência do passado e isso só é feito porque a preservação da memória tornou-se algo importante para a sociedade ocidental contemporânea. Por essa razão, deve-se sempre questionar: “patrimônio de quem? Para quem? Para quê? Essa seria uma reflexão pertinente acerca do patrimônio e de sua atual função social.

Na Ata da reunião do dia 11 de agosto de 2004¹⁰², quatro meses após o tombamento da fachada do Primeiro Hospital de Viçosa, a Presidenta do Conselho relatou que uma parte daquele bem havia desmoronado e que a construtora pediu a elaboração de um laudo técnico sobre o estado do mesmo. A arquiteta Aline Werneck e o Engenheiro Civil e Especialista em Restauração Rogério Fuscaldi Lelis, ambos do DAU/UFV, fariam o laudo. Entretanto, no dia 07 de março de 2006¹⁰³ foi realizada uma reunião extraordinária do CMPCAV devido a uma interdição do IPLAM à obra localizada na parte de trás da Fachada do Primeiro Hospital de Viçosa, tombada em 2004. Segundo consta em Ata, a chuva e ventania ocorridas no dia 22 de fevereiro de 2006 haviam provocado o desmoronamento do telhado. A Presidenta do Conselho relatou que o engenheiro Rogério Lelis havia feito um laudo técnico no início de 2005, alertando o proprietário sobre o péssimo estado de conservação do bem. A conselheira Aline Werneck ainda acrescentou que, em 2005 a construtora havia sugerido uma interferência na área tombada, a qual foi rejeitada pelo Conselho.

Durante as discussões daquela reunião, o engenheiro Rogério Lelis chegou a dizer que não valia mais a pena manter a fachada, mas o conselheiro Amaury Matta Rocha “ressaltou a importância da memória da casa para ele mesmo, onde ao vêla [sic] relembra de fatos da sua história, da sua infância”. Os advogados presentes discutiam as questões legais referentes ao fato e, foi ressaltada a possível má fé dos construtores tendo destruído o telhado. Uma alternativa proposta foi que o proprietário fosse multado e que o dinheiro fosse investido na restauração da fachada. O engenheiro Rogério Lelis opinou que o dinheiro do pagamento da multa fosse revertido à restauração do Colégio de Viçosa e o arquiteto Ítalo Stephan salientou que, em futuros tombamentos a restauração imediata do bem por parte da construtora deveria ser prioridade. Por fim, foi feita a proposta de que o proprietário do imóvel fizesse toda a obra de restauro da fachada tombada, sob a supervisão do IPLAM e previstas as punições de pagamento de 100% no valor do imóvel mais a perda da TPC em caso de não cumprimento da

¹⁰² ATA, Reunião do CMPCAV. 11/08/2004. P.56 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

¹⁰³ ATA, Reunião Extraordinária do CMPCAV. 07/03/2006. P.60 (verso), P.61 e 62 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

determinação do CMCPHAV. A sugestão foi aprovada unanimemente, mas, com a ressalva de Rogério Lelis que declarou ter votado apenas em respeito ao Conselho anterior que havia tombado a fachada.

Na reunião de 12 de junho de 2006¹⁰⁴ um dos itens constantes da pauta para discussão do Conselho foi a solicitação da abertura de uma porta na fachada tombada. A esse respeito

Os conselheiros entenderam que esta abertura deverá ser feita tendo em vista que era a única forma de entrada para o prédio que está sendo construído atrás da fachada [...]. Os conselheiros aprovaram unanimemente a abertura da porta no lugar da janela do canto esquerdo da fachada¹⁰⁵.

Percebe-se que toda a discussão da reunião extraordinária parece ter sido esquecida. Não se mencionou nada a respeito dela nesta outra reunião e, a intervenção que já havia sido negada pelo Conselho, não apenas foi aprovada, sem relatos de maiores discussões, como também todo o rigor da reunião extraordinária, contra o construtor, não foi mencionado na reunião de junho. A Ata não contém informações suficientes para que possamos analisar os resultados ou os efeitos práticos destas discussões feitas pelo Conselho. Sabe-se apenas, que, apesar de insatisfeitos com o insucesso do uso da TPC para a preservação do bem tombado, os conselheiros acabaram fazendo ainda mais concessões, sendo que o resultado final foi uma fachada, reformada, com as características alteradas, tombada como patrimônio de Viçosa.

Um segundo exemplo de uso da TPC em Viçosa, é o das casas nº119 e 129 da Rua Gomes Barbosa, no Centro. Ainda em 2004, na reunião do dia 07 de julho¹⁰⁶, a Construtora “*Erick e Paiva*” apresentou a pretensão de usar a TPC para acrescentar mais pavimentos ao prédio que pretendia erguer atrás das duas casas, cujas fachadas e volumetrias haviam sido tombadas pelo município, meses antes. Posta em discussão, a proposta da construtora foi aprovada unanimemente pelo Conselho. Na reunião seguinte, realizada no dia 11 de agosto de 2004, foi registrado em Ata que a mesma construtora pretendia tombar uma casa na Avenida Bueno Brandão. Segundo o texto da Ata a construtora pretendia fazer da preservação de casas, uma “marca registrada”¹⁰⁷. Esta proposta foi reiterada na reunião de dezembro¹⁰⁸, mas o Conselho

¹⁰⁴ ATA, Reunião do CMCPHAV. 12/06/2006. P.62 (verso), P.63 e 64 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

¹⁰⁵ *Ibidem*. P.63 (verso).

¹⁰⁶ ATA, Reunião do CMCPHAV. 07/07/2004. P.55 (verso) e P.56 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

¹⁰⁷ ATA, Reunião do CMCPHAV. 11/08/2004. P.56 (verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

¹⁰⁸ ATA, Reunião do CMCPHAV. 08/12/2004. P.58 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

decidiu discuti-la no próximo ano. Entretanto, após esta Ata, registrou-se outra, referente a uma reunião ocorrida em abril daquele mesmo ano e, na página seguinte, a próxima Ata refere-se à reunião de fevereiro de 2006. Ou seja, no Livro de Atas do CMPCAV não constam as Atas das reuniões realizadas no ano de 2005. Também não há nenhum registro explicando tal ausência, qual seja, a não-realização de reuniões pelo Conselho ou o registro feito em outro lugar.

Na reunião de 12 de junho de 2006¹⁰⁹, a mesma em foi permitida a reforma na fachada tombada do Primeiro Hospital de Viçosa, foi também registrado o pedido de tombamento da “Casa de Dona Cora”, localizada à Avenida Bueno Brandão. O pedido foi feito pela “*Andrade e Rodrigues Engenharia LTDA*” e “*Enfoque Engenharia Incorporadora e Construtora LTDA*”, pertencentes a um mesmo grupo de empresários, os quais haviam adquirido a casa, vendida pelos herdeiros de Dona Cora. A ex-presidenta do Conselho, Virgínia Moura, presente à reunião, salientou que aquele tombamento “era um sonho antigo do Conselho” e que havia feito a proposta aos herdeiros, mas eles não chegaram a um acordo sobre a venda ou preservação da casa. O conselheiro Ítalo Stephan relatou a “importância histórica e arquitetônica” da casa e relembrou fatos de quando ia visitar sua antiga moradora.

A conselheira Dóris Magma elogiou a iniciativa e sensibilidade dos novos proprietários com a salvaguarda da memória da comunidade viçosense. A Secretária de Cultura relatou que caso o imóvel seja tombado, os proprietários tem [sic] o direito de pedir a “transferência do direito de construir” para uma área que eles tenham interesse”¹¹⁰.

O Conselho não apenas aprovou unanimemente, naquela mesma reunião, a sugestão de tombamento feita pela Incorporadora, como ainda realizou uma reunião extraordinária, no dia 19 de julho de 2006, para analisar a nova proposta da mesma empresa, de anexar a área esquerda à “Casa de Dona Cora” (área aproximada de 85,39m²) ao tombamento municipal. De acordo com a Ata

[...] um dos motivos [...] seria que os proprietários da casa gostariam de ampliar o potencial construtivo da área tombada e que eles poderiam pleitear o desmembramento deste potencial no futuro e utilizá-lo em outros terrenos¹¹¹.

Na ocasião, a conselheira Lúcia Mollica

¹⁰⁹ ATA, Reunião do CMPCAV. 12/06/2006. P.64 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

¹¹⁰ *Ibidem. Loc. cit.*

¹¹¹ ATA, Reunião Extraordinária do CMPCAV. 19/07/2006. P.65 e 66 (frente e verso) e P.67 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

Elogiou a brilhante iniciativa do vereador Arnaldo Andrade, que é um dos proprietários da casa, em preservar a memória da cidade e que sem o grande apio [sic] dele a casa não seria preservada¹¹².

Estes relatos demonstram como o uso da TPC foi uma alternativa encontrada pelo CMPCAV para conseguir preservar alguns imóveis privados. Não admira que, a partir de tal prerrogativa, as próprias construtoras passassem a fazer indicações de tombamentos. O Conselho passou por uma fase em que se reunia para discutir propostas de tombamentos feitos por construtores de novos edifícios em Viçosa. Apesar de irônico, o fato não tem nada de inesperado, uma vez que a TPC constituía em uma forma de “burlar” outras Legislações Municipais tais como o PDV e a Lei de Uso do Solo, que determinavam o potencial construtivo de cada área da cidade, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida no espaço urbano, de maneira geral. É possível imaginar o quão lucrativa é a indústria da construção civil em Viçosa, a ponto de as construtoras se disponibilizarem a fazer as reformas ou restaurações nos casarões antigos – quase sempre em partes deles – em troca de mais alguns pavimentos em seus novos edifícios.

Embora a proposta de aumentar a área de tombamento da “Casa de Dona Cora” não tenha sido aprovada pelo Conselho¹¹³, chama atenção o fato de os conselheiros, cientes daquelas concessões e das reais intenções dos construtores, ainda registrassem em Atas e outros documentos (correspondências, por exemplo) o seu elogio às iniciativas daqueles empresários, no sentido de “preservar a memória da cidade”. Fica evidente que tais colocações tinham finalidades políticas, tendo em vista que, sem o acordo com as construtoras, dificilmente o Conselho conseguiria preservar algum casarão ou parte dele em uma cidade com tamanha especulação imobiliária como Viçosa. Finalidade política também, porque, ao ressaltar que um dos proprietários da Incorporadora era também vereador do município, a conselheira deixa escapar ainda outro ponto relevante para a análise que estamos propondo: a força desta empresa não era apenas econômica, mas, também política; mais uma razão para que o Conselho fosse razoável em suas contrapartidas, se quisesse mesmo preservar casas antigas da cidade.

¹¹² *Ibidem*. P.65 (frente e verso).

¹¹³ *Ibidem*. P.66 (frente).

Ainda no primeiro semestre de 2004, a arquiteta e membro do CMCPHAV, Patrícia Bhering Fialho realizou o “Parecer Técnico” indicando o tombamento das casas nº119 e 129 na Rua Gosmes Barbosa.

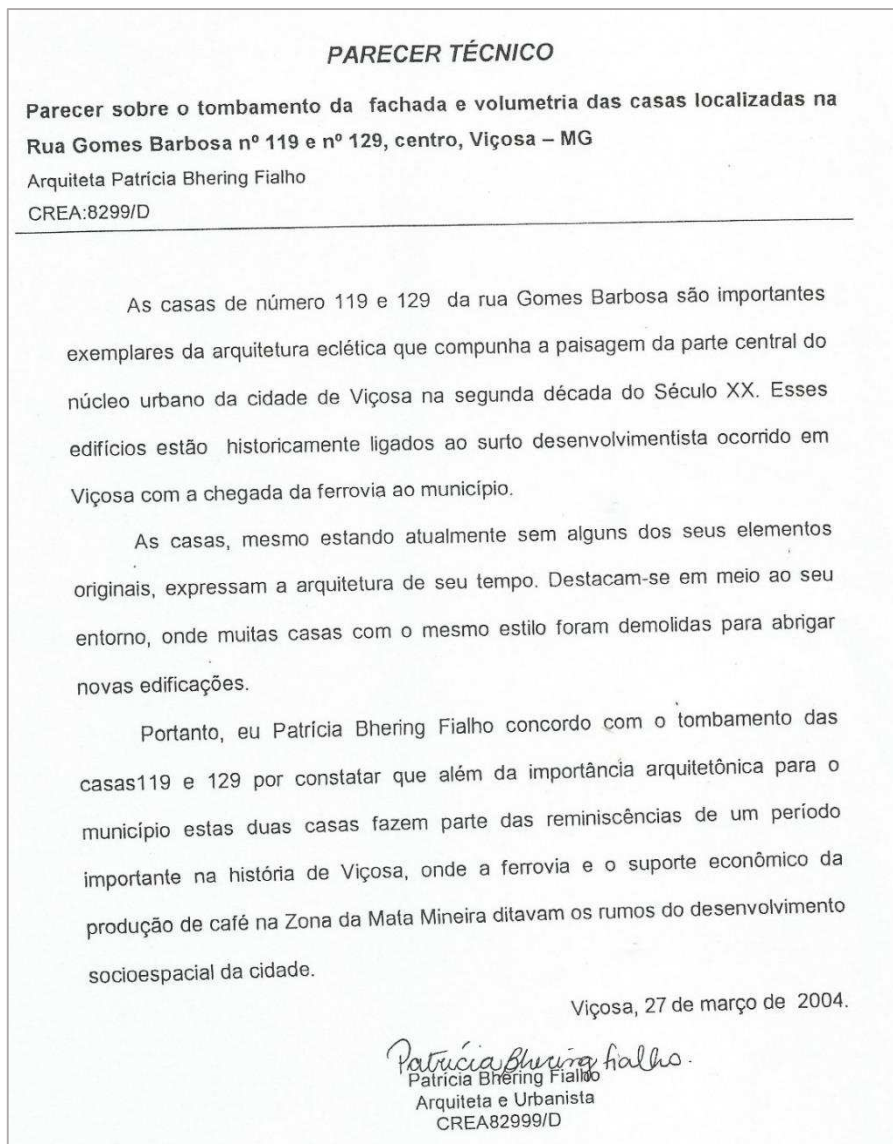


Figura 21: Parecer técnico expedido pela arquiteta e membro do CMCPHAV, para o tombamento das casas 119 e 129 da Rua Gomes Barbosa, no Centro de Viçosa – MG. Arquivo do Departamento de Cultura e Patrimônio da PMV.

Na reunião do CMCPHAV, realizada no dia 05 de maio de 2004¹¹⁴, os proprietários de uma Incorporadora (o nome não foi divulgado na Ata) apresentaram o projeto de um edifício que pretendiam construir na Rua Gomes Barbosa, atrás das residências nº119 e 129,

¹¹⁴ ATA, Reunião Extraordinária do CMCPHAV. 05/05/2004. P.54 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

preservando ambas. Na ocasião, foram pedidos os tombamentos de ambas as casas, o que foi unanimemente aprovado pelo Conselho. Foi mencionado ainda, que a TPC poderia ser feita para o próprio prédio a ser construído pela Incorporadora.

Na reunião de 03 de novembro de 2004¹¹⁵ foram relatados os tombamentos das casas nº119 e nº129 da Rua Gomes Barbosa (Decreto nº 3855/04 de 29 de setembro de 2004), além da Escola Municipal CASB, localizada à Rua Benjamin Araújo, nº71, no Centro de Viçosa (Decreto nº 3819/04 de 19 de abril de 2004), e da Fachada do Primeiro Hospital de Viçosa, cujo tombamento mencionamos anteriormente.

Em 2005 foi sancionada a Lei 1689/2005, autorizando o uso da TPC para a preservação das duas casas da Rua Gomes Barbosa, mas, neste caso, o potencial construtivo foi transferido para outro logradouro, como dispõe o artigo primeiro:

Fica o proprietário dos imóveis localizados na Rua Gomes Barbosa, números 119 e 129, nesta Cidade de Viçosa, matriculados sob os números 27.234, 27.295 e 28.692, no Registro Imobiliário desta Comarca, tombados por força do Decreto nº 3.855/2004, autorizado a transferir o potencial construtivo para o imóvel localizado na Avenida Bueno Brandão, 182 [...] ¹¹⁶.



Figura 22: Casas 119 e 129 da Rua Gomes Barbosa, Centro. Viçosa – MG. Cortesia de P. B. Fialho¹¹⁷.

Na reunião do CMPCAV do dia 06 de outubro de 2004¹¹⁸ houve uma discussão a respeito da troca do telhado da casa nº129, sem autorização do Conselho. Na ocasião, a maioria dos conselheiros aceitou a ideia de que a Lei de TPC fosse modificada e que todas as obras a serem realizadas em bens tombados tivessem que ser previamente aprovadas pelo Conselho.

¹¹⁵ ATA, Reunião do CMPCAV. 03/11/2004. P.57 (verso) e P.58 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

¹¹⁶ LEI MUNICIPAL. Autoriza o uso da Transferência do potencial construtivo nos termos dos artigos 47 a 49 da Lei nº 1383/2000 e dá outras providências. Lei 1560/2003. Disponível em: www.leismunicipais.com.br. Consulta em 03/06/15. Prefeito Raimundo Nonato Cardoso. Viçosa, 22 de set. de 2005.

¹¹⁷ Disponível em: <http://www.vicosa.mg.gov.br/a-cidade/bens-tombados>. Consulta em: 28/12/2015.

¹¹⁸ ATA, Reunião do CMPCAV. 06/10/2004. P.56 (verso), P.57 (frente e verso) e P.58 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

O terceiro exemplo emblemático da utilização da TPC para preservação de fachadas em Viçosa, foi o caso da antiga residência de “Dona Cora Bolívar”, localizada na região do Balaústre, no Centro de Viçosa. Após um longo período de discussões no CMPCAV e de negociações com os proprietários do imóvel, que teve início em 2003, o tombamento da Fachada e parte da volumetria da Casa Cora Bolívar, situada à Avenida Bueno Brandão, nº 254, foi oficializado por meio do Decreto nº 4057/06 de 30 de agosto de 2006. Cerca de dois meses depois, o Prefeito Municipal Raimundo Nonato, sancionou a Lei nº 1780/2006, que traz em seu artigo primeiro a seguinte determinação:

Fica o proprietário do imóvel localizado na Avenida Bueno Brandão, nº254, nesta cidade de Viçosa, matriculado sob o número 29.428 no Registro Imobiliário desta Comarca, tombado por força do Decreto nº4057/2006, **autorizado a transferir o potencial construtivo para o mesmo imóvel [...].** Parágrafo Único: **a autorização prevista no caput somente produzirá seus efeitos legais após pareceres favoráveis** da Comissão de Obras e Serviços Públicos da Câmara Municipal de Viçosa, do Conselho Municipal de Planejamento e **do Conselho Municipal de Cultural e Patrimônio Cultural, Histórico e Ambiental**¹¹⁹.

Assim, como resultado dos trabalhos do CMPCAV e dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais, ficava concluído mais um tombamento de fachada e, surgia mais uma materialização de tais esforços na paisagem urbana de Viçosa.



Figura 23: Vista da Fachada e parte da volumetria da antiga Casa Cora Bolívar (atual Edifício Cora, localizado na Avenida Bueno Brandão, Centro, Viçosa-MG), tombadas como patrimônio de Viçosa, em 2006. Acervo pessoal. 05/07/2015.

¹¹⁹ LEI MUNICIPAL. Autoriza o uso da Transferência do Potencial Construtivo nos termos da Lei nº 1.383/2000 e dá outras providências. Lei 1780/2006. Prefeito Raimundo Nonato Cardoso. Viçosa, 31 de out. de 2006. Disponível em: www.leismunicipais.com.br. Consulta em 28/12/15.

Neste exemplo, observa-se que houve a preservação da fachada da antiga residência de “Dona Cora Bolívar”, mas, também de uma parte de sua volumetria. Atualmente, essa parte da antiga casa que foi preservada, é utilizada como hall de entrada do Edifício Cora, considerado um logradouro de luxo, localizado no Centro de Viçosa. Neste caso, em que uma parte do antigo imóvel foi preservada e tombada como patrimônio da cidade, valeria também uma reflexão sobre a acessibilidade a esse patrimônio “público”. Se considerarmos a possibilidade de que muitos grupos sociais de Viçosa percebam a fachada da casa de “Dona Cora” como uma referência e que a memória à qual ela está ligada seja considerada importante para muitos de seus moradores, seria interessante refletir sobre de que maneira essa relação entre o bem tombado e a sociedade poderia se efetivar, tendo em vista que, para além da questão visual, este bem nunca deixou de ser estritamente privado.

Em seu *blog* “*Viçosa Cidade Aberta*” o arquiteto Aguinaldo Pacheco publicou no ano de 2008, textos nos quais criticava a maneira como a TPC vinha sendo utilizada para a preservação do patrimônio de Viçosa. Segundo Pacheco:

[...] **Arquitetura, sinteticamente, é espaço-forma-representação da cultura.** Esta é a **santíssima trindade arquitetônica**, três em um inseparáveis. **Quando se preserva apenas pedaços, a aparência, a fachada, se preservou parte da forma e parte da representação da cultura, mas o espaço, matéria prima da arquitetura, desapareceu, a santíssima trindade se rompeu, logo não é mais arquitetura, porque a "arquitetura" na sua dimensão apenas da forma, se torna escultura.** O mesmo acontece com a dimensão representação da cultura. **A fachada representa parte da cultura**, mas a tecnologia, os materiais, a maneira de organizar o espaço, o programa de necessidades daquela obra, os usos e costumes representados, os valores, estas "coisas" que fazem, por exemplo, uma construção de uma época se diferenciar da de outra época, isso tudo desapareceu. **Assim, rompida uma das três dimensões da arquitetura, a preservação de parte pode se tornar apenas cenário.** E quando se exige a reconstrução de uma fachada, que se deixou cair por negligência ou deliberado ato, com materiais e tecnologias novos, pode valer como um **"castigo exemplar" ao memoricida, mas é apenas um pastiche. Não é mais história. É farsa.** [...] ¹²⁰.

Neste caso, vemos uma avaliação negativa acerca do trabalho que vinha sendo realizado pelo CMPCAV no que diz respeito à TPC para a preservação de fachadas de antigos casarões da cidade. Trata-se de uma discussão presa ao entendimento do que seja ou não patrimônio arquitetônico e da definição do campo de atuação da própria ciência, como um campo que estuda as edificações ou a relação entre elas e as sociedades que as produzem. Nesse ponto,

¹²⁰ PACHECO, Aguinaldo. “Arquitetura não é só fachada”. *Blog Viçosa Cidade Aberta*. Postado em 15 de maio de 2008. Disponível em: <http://vicosacidadeaberta.blogspot.com.br/2008/05/arquitetura-no-s-fachada.html>. Consulta em 5 de julho 2015.

Aguinaldo Pacheco toca no ponto que estamos enfatizando também em nossa análise, pois insere a dimensão social na questão do patrimônio, embora sua preocupação tenha sido com as relações passadas e não com as do presente. Para o arquiteto Aguinaldo Pacheco a preservação da fachada prejudica outras dimensões da arquitetura, sem as quais o “valor do bem” que justifica seu tombamento, ficava comprometido. Tal crítica, embora pertinente, ainda não abarca a dimensão que estamos salientando sobre a relação entre o patrimônio e a sociedade presente, embora o autor chegue a tangenciar essa discussão quando afirma que

A indústria da construção, quando foca só o lucro, se torna "especulação imobiliária", e acaba trapaceando quando se trata de preservar o patrimônio histórico construído, criando falsas proposituras e tornando "mercadoria" este simulacro e ainda tiram proveito pedindo um "tombamento de fachada" e aumentando no mesmo local a taxa de aproveitamento do terreno, burlando o Plano Diretor, e ainda por cima solicitando e muitas vezes obtendo uma redução de IPTU, como "compensação" pela esperteza. Em Viçosa isso tem acontecido com imóveis passíveis de tombamento, com o beneplácito das autoridades. [...] Mas, a eleição de algo como patrimônio histórico não deve ser só uma decisão técnica. A comunidade tem que participar neste reconhecimento, pois, como exemplo, nos anos pós-guerra do século passado, o espírito de uma "nova Viçosa" baixou na cidade e foram demolidos o coreto, a Igreja Matriz e a do Rosário, e alguns acharam que isso era progresso. [...]¹²¹.

Com uma boa dose de “*retórica da perda*”, comum nos discursos de alguns arquitetos, Aguinaldo Pacheco defende a proteção do patrimônio edificado de Viçosa, critica a especulação imobiliária e a “esperteza” dos grupos a ela associados, tirando vantagens econômicas da TPC e menciona a importância da participação da comunidade no processo de proteção do patrimônio, embora não aprofunde tal discussão. Sua análise é pertinente e sua crítica bastante válida para um exercício de autoanálise sobre as políticas de preservação de patrimônio em Viçosa. Entretanto, ainda percebe-se a falta de uma análise crítica acerca do patrimônio em si e de seu suposto valor e a respeito das funções sociais que justificam ou deveriam justificar o combate pelo patrimônio.

¹²¹ *Ibidem.*

De volta às Atas do CMPCAV, vamos analisar as principais discussões para além daquelas relativas à TPC. Na reunião do dia 04 de junho de 2003¹²² a Secretária Municipal de Educação e conselheira da Patrimônio Maria das Graças Salgado apresentou proposta de tombamento do CASB, cuja edificação, segundo ela, data de 1916. A conselheira relatou ainda, que a escola possuía um piano de 1790 e mencionou o “valor afetivo e histórico da escola”. Após votação, a proposta de Maria das Graças Salgado foi unanimemente aprovada pelo Conselho. Na mesma reunião, o conselheiro Tony Mello informou que a “*Manga Ubá*” foi tombada pelo município de Ubá e sugeriu que um estudo fosse feito para que o “*Doce de Leite Viçosa*” fabricado pela Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE) pudesse ser tombado. Por último, foi feita a sugestão de que o “Livro de Ouro da UFV” fosse tombado e essa proposta ficou para ser avaliada posteriormente.

Com relação à sugestão de Tony Mello para tombamento do “*Doce de Leite Viçosa*”, a proposta foi rejeitada pelos membros presentes à penúltima reunião de 2003, realizada no dia 05 de novembro¹²³. Ainda nesta reunião, Tony Mello apresentou a proposta de tombamento de todos os bustos das praças da cidade. Esta segunda proposta foi aceita unanimemente pelo Conselho e demonstra mais uma vez como a noção de patrimônio predominante entre os conselheiros ainda era muito voltada à “pedra e cal” ou para alguns bens imóveis, mas os saberes e as práticas, que, desde o ano 2000 já vinham sendo registrados como patrimônio imaterial ou intangível no Brasil, ainda não haviam influenciado os trabalhos do CMPCAV.

Naquela mesma reunião de novembro de 2003, ainda foram apresentadas outras propostas de tombamentos. Os conselheiros discutiram a possibilidade de tombamento das “Quatro Pilastras”, localizadas na entrada principal do *campus* da UFV, proposta que foi aprovada pelo Conselho e seria submetida à apreciação dos órgãos competentes da UFV. Àquela época, ainda eram cogitados outros tombamentos, tais como os prédios da Escola Normal (Colégio Carmo), CASB, Correios, Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia e Igreja dos Passos, de acordo com a Ata da reunião.

Os três últimos anos do período analisado, dos quais tivemos acesso às Atas do Conselho foram 2004, 2006 e 2009. Neles, além dos tombamentos já citados e da predominante atitude de utilização da TPC na tentativa de preservar casarões antigos de propriedade privada,

¹²² ATA, Reunião do CMPCAV. 04/06/2003. P.46 (frente e verso) e P.47 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

¹²³ ATA, Reunião do CMPCAV. 05/11/2003. P.51 (frente e verso) e P.52 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

destacam-se ainda, algumas indicações de novos tombamentos e as tentativas de ampliar as políticas de proteção e requalificação dos bens já tombados.

No dia 05 de maio de 2004¹²⁴, por exemplo, o Conselho abriu uma discussão sobre o tombamento do violino do músico viçosense Adson Rodrigues Bicalho, o que foi aprovado unanimemente. No dossiê de tombamento encontramos textos de algumas pessoas que conviveram com o músico e que seriam utilizados para justificar o tombamento, entre eles, um que foi escrito pela professora Maria do Carmo Tafuri Paniago. Além disso, o dossiê contém uma carta remetida ao Conselho pela Presidenta da Divisão B1 do *Lions Clube de Viçosa*, Luzia Borges da Cunha, indicando o tombamento do referido violino (ver anexo com os documentos do Dossiê no CD-ROM que acompanha a dissertação).

Em junho de 2004¹²⁵ o professor Paulo Tadeu Arantes do DAU/UFV e a arquiteta Fernanda Giacomini participaram da reunião do Conselho e apresentaram o projeto de requalificação (restauro e mudança de função) do prédio onde funcionava o antigo CBIA (Patronato Agrícola, construído à mesma época que os primeiros edifícios da ESAV e inaugurado na mesma época, pelo então Presidente da República Arthur Bernardes), o qual seria transformado em Parque Tecnológico de Viçosa (CENTEV).

Na reunião extraordinária do CMPCAV realizada no dia 19 de julho de 2006¹²⁶, o conselheiro Jonas Marçal de Queiroz, representante do Curso de História da UFV, falou a respeito do acervo documental do Fórum, o qual, segundo ele, teria processos do período entre 1930 e 1950. O professor sugeriu o tombamento municipal do acervo para que ele fosse protegido e pudesse ser organizado em um arquivo. Em seguida, a Presidenta do Conselho apresentou proposta de tombamento do Parque Municipal do Cristo, feita por carta pelo Secretário Municipal de Agricultura, Luciano Piovesan. Na ocasião, a Presidenta mencionou o projeto de revitalização do Parque, elaborado por um professor do Departamento de Engenharia Florestal e por estagiários do DAU, todos da UFV. A Presidenta do Conselho relatou ainda, que, se caso houvesse mesmo o tombamento do Parque, o município aumentaria sua pontuação junto ao IEPHA para fins de captação dos recursos do “ICMS Cultural”. Esta foi a última Ata registrada no Livro de Atas do CMPCAV em 2006. Na página 67 do Livro, onde ela se encerra, consta a seguinte declaração, de 10 de abril de 2008:

¹²⁴ ATA, Reunião do CMPCAV. 05/05/2004. P.54 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

¹²⁵ ATA, Reunião do CMPCAV. 02/06/2004. P.54 (verso) e P.55 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

¹²⁶ ATA, Reunião Extraordinária do CMPCAV. 19/07/2006. P.65-66 (frente e verso) e P.67 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

Declaro para os devidos fins que este Livro de Atas foi encerrado na presente data. Na mesma ocasião, será aberto novo livro, cujas atas serão digitadas e terão outra formatação. Viçosa, 10 de abril de 2008. Ricardo dos Santos Teixeira – Presidente do Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa¹²⁷.

Segundo informações do atual Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico (DCPH) da PMV estas Atas do período entre o segundo semestre de 2006 até o final de 2008 estão “perdidas”. Durante a pesquisa realizada no arquivo do Departamento, também não foi possível localizar nenhuma destas Atas nas caixas às quais tive acesso.

É importante mencionar, no entanto, que no ano de 2008 foi tombada a Ala Antiga do Hospital São Sebastião, localizada à Rua Tenente Kümmel, nº36, Centro, por meio do Decreto nº 4222/08 de 21 de junho de 2008. De acordo com o dossiê de tombamento (ver anexo no CD-ROM que acompanha a Dissertação):

Em 2007, **Euter Paniago**, então provedor do Hospital, **encaminhou à Secretaria Municipal de Cultura**, Esportes, Lazer e Patrimônio uma solicitação para que o Departamento de Patrimônio, Arquivo e Memória tomasse as providências necessárias no sentido de que **a edificação fosse tombada em 21 de junho de 2008, dia do centenário da Casa de Caridade – Hospital São Sebastião**. Na mesma época, **a Câmara Municipal de Viçosa encaminhou ao Conselho Municipal de Cultura e do Patrimônio Cultural e Ambiental do Município, uma representação** pedindo para se estudar a possibilidade de realizar o tombamento da fachada do corpo antigo do Hospital São Sebastião, alegando que o edifício **é um dos mais antigos da cidade**, sendo **referência de nossa história** e de **grande valor sentimental para o viçosense**¹²⁸.

O Livro de Atas foi reaberto na página 69, no dia 16 de dezembro de 2009, pela então Presidente do CMPCAV, Liliane Márcia Lucas Sayegh. Foram então registradas todas as Atas das reuniões ocorridas naquele ano. As reuniões do ano de 2009 foram marcadas por pautas longas e muitas discussões sobre pedidos de demolições, necessidade de melhorar as políticas de proteção aos bens tombados, necessidade de promover novos tombamentos e atividades.

A primeira reunião do ano¹²⁹ contou com a participação do arquiteto Aguinaldo Pacheco, que apresentaria seu projeto de requalificação para uma parte do Centro de Viçosa, intitulado “O Centro é de todos”. A ideia principal era transformar a região da Estação Cultural (região do Balaústre), incluindo a Travessa Belo Lisboa e seu cruzamento com a Travessa Sagrados Corações, até a vizinhança da Casa Arthur Bernardes na Praça Silviano Brandão, em um Centro

¹²⁷ LIVRO, de Atas do CMPCAV. 10/04/2008. P.67 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

¹²⁸ DOSSIÊ, de Tombamento do Hospital São Sebastião. Documento relativo ao ano de 2009/Exercício 2010 enviado ao IEPHA para captação do ICMS Cultural. PMV – MG. p.7. Grifos nossos.

¹²⁹ ATA, Reunião do CMPCAV. 23/04/2009. P.69-70 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

Cultural e de promoção turística da cidade de Viçosa. De acordo com a Ata, Aguinaldo Pacheco explicou que

O lugar onde hoje funciona o Hotel Rubim seria o museu da cidade e a casa da esquina onde atualmente funciona um prostíbulo seria a casa de cultura. Ambos os imóveis seria adquiridos pela Companhia Vale do Rio Doce. [...] Seria implantado também um Veículo Leve Sobre Trilhos que faria a ligação da Universidade Federal de Viçosa até o seu Parque Tecnológico (CENTEV); uma Maria Fumaça que seria responsável pelo transporte turístico de Viçosa até São Geraldo, um turismo ecológico, com ênfase nas belas paisagens da Serra São Geraldo; e um parque linear ao longo de grande parte do trecho da linha férrea em Viçosa¹³⁰.

É evidente que após essa explanação, a primeira pergunta dos conselheiros foi com relação à viabilidade de execução do projeto, ao que o arquiteto respondeu, afirmando que “a grande visibilidade de Viçosa faria com que a Companhia Vale do Rio Doce se interessasse pelo investimento”¹³¹. Aguinaldo Pacheco ainda sugeriu que o Conselho ajudasse, institucionalizando a ideia, mas a conselheira Elaine Cavalcante Gomes fez um contraponto às suas ideias. Segundo a Ata a professora

Falou que a Companhia Vale do Rio Doce busca visibilidade mundial, coisa que um investimento em Ouro Preto, Mariana, ou outras cidades históricas proporcionarão, mas que Viçosa acontece de forma diferente¹³².

É interessante observar que a própria conselheira não considera que Viçosa seja uma “cidade histórica” e explicita a ideia de uma hierarquia patrimonial, na qual Viçosa não se encaixaria. Isso evidencia como a questão patrimonial é política e como se trata de um processo elaborado intelectual e politicamente. Demonstra também, a influência ainda marcante da primeira concepção de patrimônio brasileiro, elaborada a partir da década de 1930 pelos modernistas. Nela, cidades coloniais fundadas no período minerador (século XVIII) tais como Ouro Preto e Mariana foram consideradas símbolos do nascimento da nacionalidade brasileira. O resultado é que cidades imperiais como Viçosa, cujas origens remontam ao início do século XIX, não são consideradas “históricas” porque não se encaixam na matriz identitária que foi elaborada pelos intelectuais do SPHAN, ainda no início do século passado¹³³. E isso não é pouca coisa: o título de patrimônio e o reconhecimento que é dado a ele, atrai recursos financeiros, tanto pelo turismo quanto pelos investimentos públicos e também privados. Fica evidente,

¹³⁰ *Ibidem*. P.69 (verso).

¹³¹ *Ibidem*. P.70 (frente).

¹³² *Ibidem*. *Loc. Cit.*

¹³³ CHUVA, Márcia Romeiro. *Op. Cit.* P.61.

portanto, que os campos da memória e do patrimônio são de luta por poder político, social e econômico.

Ainda naquela reunião, o conselheiro Ítalo Stephan mencionou outro projeto, desenvolvido em 1994 por ele e pela também arquiteta, professora do DAU/UFV e conselheira do patrimônio de Viçosa, Maria Marta Camisassa. Segundo a Ata o projeto pretendia ligar por um trem as cidades de Ouro Preto e Cataguases, com o conceito “Do Barroco à Modernidade”, passando, evidentemente, por Viçosa. Todos os conselheiros apoiaram o projeto “pela sua visibilidade nacional e mundial”. Este exemplo reforça a análise que fizemos acima, pois, demonstra novamente, a força do discurso elaborado pelos intelectuais do SPHAN: Ouro Preto símbolo do “Brasil do passado” e Cataguases símbolo do “Brasil moderno”. Nessa perspectiva, o lugar que caberia a uma cidade como Viçosa seria o meio dessa relação, mas isso era visto como uma ótima oportunidade pelos conselheiros, pois, seria uma forma de dar importância cultural à cidade e, obviamente, atrair turistas e investimentos. Todos tinham as melhores intenções e, procuravam obter o melhor possível para Viçosa em uma área na qual a cidade já estava em desvantagem, por não ser considerada “histórica”. Entretanto, este fato endossa a necessidade de que o fazer patrimonial seja problematizado para que estereótipos sejam combatidos e a ideia de patrimônio democratizada.

Na reunião extraordinária realizada no dia 28 de abril de 2009¹³⁴, esteve presente a então vice-Prefeita de Viçosa, Lúcia Duque Reis, para repassar os informes relativos a uma reunião ocorrida em Belo Horizonte (MG) com representantes da *Cia. Vale*. Segundo a vice-Prefeita, todos os projetos relacionados à linha férrea de Viçosa teriam que passar pela apreciação da Vale, que era a concessionária responsável pelo trecho. Além disso, a empresa não teria manifestado interesse pela revitalização da linha pra uso turístico, alegando que somente se interessavam pelo transporte de cargas, embora estivessem propícios a oferecer algum auxílio a projetos de Viçosa.

A este propósito, o conselheiro Ítalo Stephan mencionou outro projeto seu, já enviado ao IPLAM para avaliação, formulado com base em uma experiência da cidade de Itabirito (MG). Sua proposta era de requalificação do trecho ferroviário de Viçosa entre a UFV e o Hospital São Sebastião, no Centro. De acordo com a Ata, houve interesse geral do Conselho e a Presidenta Virgínia Bettencourt aproveitou para ressaltar que tal proposta poderia atrair recursos para a cidade.

¹³⁴ ATA, Reunião Extraordinária do CMPCAV. 28/04/2009. P.71-74 (frente e verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

Nesta longa reunião, a Presidenta do Conselho aproveitou a presença da vice-Prefeita de Viçosa para reclamar a falta de um Fundo específico para o patrimônio e o fato de que os recursos do Departamento de Patrimônio, antes separado em uma conta bancária própria, agora se misturava ao orçamento geral da Prefeitura. Segundo a Presidenta do Conselho, havia pressão da Promotoria Pública do Estado de MG para a criação daquele Fundo, mas a vice-Prefeita respondeu que o Município estava arrecadando menos naquele ano. Ela ainda aproveitou a oportunidade para sugerir a atenção do Conselho à antiga “Usina Santa Rita”, localizada no Bairro Nova Era, ao que Virgínia Bittencourt respondeu que isso era importante, embora a prioridade fosse a restauração do Colégio de Viçosa.

Antes de sair da reunião, Lúcia Duque afirmou que sua preocupação maior naquele momento era a questão do trânsito na cidade. Esta parece ter sido mesmo, uma grande discussão que ocorreu em Viçosa, inclusive com relações diretas com seu patrimônio, tendo em vista a possibilidade de solucionar os problemas de congestionamentos no Centro, através da demolição do Balaústre, bem tombado do município. Em 2010 a questão gerou grande polêmica na cidade, tendo sido discutida em blogs e jornais, além de ter provocado uma movimentação liderada por alunos e professores da UFV, em favor do Balaústre. Juntos, moradores de Viçosa em geral e membros da comunidade universitária foram às ruas, amarraram laços de fita brancos nas balaustradas e realizaram o “abraço ao Balaústre”. Evidentemente, este “abraço” não simbolizava toda a cidade, pois, considerando-se apenas os que se envolveram diretamente nos debates, pode-se dizer que a questão dividiu opiniões e alguns foram completamente favoráveis à demolição do bem tombado¹³⁵.

Além de todas essas discussões, a reunião extraordinária fora agendada, principalmente, para que o Conselho pudesse opinar acerca do pedido de uma senhora para demolir sua casa localizada à Rua Gomes Barbosa, no Centro de Viçosa. A esse respeito houve uma discussão entre a Presidenta e o conselheiro Ítalo Stephan acerca do papel do CMPCAV, pois, ela se sentia pressionada pelo IPLAM e pelos proprietários a permitir as demolições e não achava que tal discussão fosse o foco no qual o Conselho devesse se concentrar. Por outro lado, o arquiteto Stephan explicava que esta era sim, função do Conselho, mas, em meio ao debate, a senhora Jurandy Lana que estava presente e era quem reivindicava a demolição do imóvel, fez uma interessante colocação, registrada em Ata:

¹³⁵ Conferir: <http://italostephanarquitecto.blogspot.com>; vicosacidadeaberta.blogspot.com/2010/12/o-balaustre-da-discordia.html; STEPHAN, Ítalo. Viçosa, MG: a difícil permanência do patrimônio histórico. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 11, n. 125.02, Vitruvius, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/11.125/3686>>. Páginas consultadas em 01/12/14.

A senhora Jurandy Lana lembrou que casas com grande valor histórico e artístico como a da escritora Cora Bolivar à Avenida Bueno Brandão não foi preservada como deveria¹³⁶.

Chama a atenção o argumento utilizado pela proprietária do imóvel em questão, pela possibilidade de ela ter percebido ou saber *a priori* que este seria convincente, talvez porque o próprio Conselho não aprovasse o resultado da utilização da TPC na Casa Dona Cora ou em outros bens. Existe também a possibilidade de que ela não soubesse dessa suposta insatisfação do Conselho com seu próprio trabalho ou que essa de fato sequer existisse, mas, então temos o registro de uma cidadã viçosense que se posiciona contrária à algumas ações do CMPCAV e critica a preservação de fachada e parte da volumetria que ocorreu na “Casa Cora”. Apenas pela análise da Ata não é possível saber se tal opinião expressa pela Senhora Jurandy Lana representava parcela significativa da comunidade viçosense ou se era um posicionamento próprio ou ainda um argumento oportunista, simplesmente para alcançar seu intento. Independentemente disso, ela obteve sucesso, uma vez que, após as discussões internas no Conselho, “não havendo quórum para votar” – o que é estranho, já que a reunião extraordinária havia sido agendada principalmente para aquela discussão – o Conselho decidiu emitir apenas um parecer. Segundo a Ata, o documento continha uma crítica ao inventário apresentado e afirmava que, apesar do “valor imagético para a história da cidade” o imóvel já havia passado por reformas que o descaracterizaram e, por essa razão, o Conselho não tinha mais a intenção de preservá-lo. Solicitaram ainda que, na nova construção a ser feita no local, fosse posta alguma “referência histórica” à edificação demolida “de modo que preserve sua memória construtiva”.

As reformas do Colégio Viçosa e da Estação Ferroviária do Centro, os pedidos de demolições de outros casarões antigos localizados também na área central da cidade e as dificuldades do Conselho em enfrentar o poder do setor imobiliário e da construção civil em Viçosa foram os principais assuntos das reuniões ocorridas no segundo semestre de 2009. A criação do Fundo Municipal do Patrimônio e, posteriormente, a utilização de seus recursos, também foram discutidas. Em geral, os pedidos de demolições persistiram e o CMPCAV

¹³⁶ ATA, Reunião Extraordinária do CMPCAV. 28/04/2009. P.73 (verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

permanecia na defesa do uso da TPC como atrativo para conseguir preservar mais algumas construções antigas da cidade¹³⁷.

Como resultados de tais discussões, podem-se citar, por exemplo, a Lei nº 1.960/09 de 02/06/2009, que transformou o “Parque Municipal do Cristo Redentor” em Unidade de Conservação, a Lei nº 2009/10 de 11/01/10, que criou o “Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural da Cidade de Viçosa” e a Lei nº 2052/10 de 20/07/10, a qual declara a Cachoeira do Distrito de Silvestre como Monumento Natural, em resposta à Indicação nº 314 apresentada no ano de 2005. Ainda em 2010 a Lei nº 2045/10 de 15/07/10 mudou a denominação da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Patrimônio, a qual passou a denominar-se Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio, sendo composta por dois Departamentos: Cultura e Patrimônio e Eventos¹³⁸.

A paisagem urbana é um texto que vamos construindo e reconstruindo continuamente. Entretanto, em meio às agitações cotidianas, substitui-se o olhar atencioso e observador do “*flaneur*”¹³⁹ e muitos aspectos importantes deste “texto” podem passar despercebidos. Compreender as relações que se estabelecem numa cidade, requer proximidade com seu ritmo natural e cotidiano, pois, entre o que está previsto para ocorrer nela e o que realmente ocorre, há muitos descompassos.

Flanar por Viçosa hoje, é ter a oportunidade de ler um texto do qual algumas partes foram “escritas” pelo CMPCAV. Como órgão do Poder Público Municipal, durante os nove anos de trabalhos que pudemos acompanhar por meio das Atas de suas reuniões, o Conselho arbitrou entre demolições e tombamentos, legislações municipais tiveram seus projetos feitos pelos conselheiros e o município arrecadou recursos do ICMS Cultural. Todos os bens tombados como patrimônios de Viçosa até hoje, foram frutos das discussões ocorridas durante aqueles anos e, portanto, para o bem e para o mal, a atual paisagem de Viçosa, marcada pelos bens patrimoniais, é o resultado dos trabalhos desenvolvidos por aquele grupo de políticos e intelectuais que entre 1998 e 2010 estiveram à frente do CMPCAV.

¹³⁷ Conferir ATAS, Reuniões do CMPCAV. 21/07/2009; 04/08/2009; 21/10/2009; 26/11/2009 e 17/12/2009. P.74 (verso)-P.81 (frente). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

¹³⁸ Cf: <http://www.vicosamg.gov.br/arquivos/secretarias/cultura-patrimonio-historico-e-esportes>. Consulta em 27/01/2016.

¹³⁹ BENJAMIN, Walter. “Paris, capital do Século XIX”. In: *Passagens*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. P.39.

Observou-se a grande influência do IEPHA definindo uma matriz de seleção e proteção aos bens de valor histórico, cultural e ou arquitetônico dos municípios do Estado de Minas Gerais, devido ao atrativo do recurso financeiro por meio do ICMS Cultural. Vimos ainda, como os interesses políticos e econômicos perpassam a questão do patrimônio, revelando que ele não é apenas fruto de demandas sociais pela valorização da cultura, das tradições, mas também frutos das negociações frente ao direito da propriedade privada e aos interesses imobiliários e da construção civil. E, por fim, também foi possível notar a grande influência da noção do que vem a ser patrimônio histórico e especificamente, do que é patrimônio histórico no Brasil. A predominância do patrimônio de pedra e cal, a noção de que o bem contém valor em si mesmo por constitui uma espécie de elo com o passado, de que a memória coletiva existe em si mesma e pode ser “preservada ou resgatada” ou de que Viçosa tenha dificuldades em captar recursos por não ser uma “cidade histórica”. Talvez uma das explicações para tudo isso seja a predominância de arquitetos à frente dos trabalhos do Conselho Municipal de Patrimônio em Viçosa.

A análise das Atas das reuniões do Conselho permitiu averiguar que, apesar da existência de outros conselheiros, representantes de órgãos educacionais e entidades culturais da cidade, a grande maioria das propostas, dos inventários e dossiês, dos laudos permitindo ou não demolições ou indicando tombamentos, foram elaborados por arquitetos. Não restam dúvidas de que a existência do DAU/UFV contribuiu sobremaneira para que Viçosa não só fosse elogiada por avaliadores do IEPHA – também predominantemente arquitetos – como também tenha atingido pontuações relevantes em alguns anos.

Observando os dossiês de tombamentos e os artigos escritos por arquitetos e membros do CMPCAV, nota-se que a bibliografia se reproduz com poucas alterações em todos eles. São trabalhos de Maria do Carmo Tafuri Paniago, Cláudio Pupo Filho, Alexandre Alencar e Geraldo Browne Ribeiro Filho, entre outros, embasando as discussões históricas sobre Viçosa, em meio a outras produções de caráter técnico ou discussões sobre patrimônio e cidade. No plano político sobressaem as propostas e a atuação enfática do vereador Euter Paniago, defendendo os “valores de Viçosa”, “sua cultura”, “tradições”, “identidade turística”, indicando tombamentos e levando todas essas discussões para a CMV, onde elas se materializavam em Indicações, Projetos de Leis, Leis, Monções e debates na tribuna da Câmara. Também não se pode deixar de destacar a atuação de Marcelo Andrade como Secretário Municipal de Cultural e Presidente do CMPCAV por algum tempo. Suas tentativas de desenvolver o turismo em Viçosa e de estabelecer contatos com outras instâncias do Poder Público e com órgãos culturais

e empresas privadas, sobretudo do Estado do Rio de Janeiro, também tiveram grande influência sobre as questões culturais e patrimoniais de Viçosa durante o período analisado.

Por fim, não poderíamos deixar de mencionar outros grandes protagonistas da questão patrimonial de Viçosa. Juntos, Ítalo Stephan, Aline Werneck Barbosa Carvalho, Maria Marta Camisassa, Geraldo Browne Ribeiro Filho e Rogério Fuscaldi Lelis formam o grupo de arquitetos (exceto Rogério Fuscaldi que é Engenheiro Civil de formação) e professores do DAU/UFV, que incidiram diretamente nas tomadas de decisões, tendo sido membros do CMPCAV. A eles somam-se o professor Paulo Tadeu Arantes também do DAU/UFV e o arquiteto e funcionário da UFV Aguinaldo Pacheco, os quais chegaram a participar de reuniões do Conselho e de discussões pertinentes ao patrimônio de Viçosa. A participação de Aguinaldo Pacheco antecede a criação do Conselho. Durante todo o período de sua atuação, foi incansável, seja por meio de sua coluna no jornal *Folha da Mata*, de seu trabalho na UFV ou de suas discussões propostas no *blog* de sua autoria, intitulado “*Viçosa, Cidade Aberta*”. Deve-se mencionar ainda, a participação da arquiteta Patrícia Bhering Fialho, que iniciou no Conselho como estagiária, vindo a se tornar Presidenta do mesmo em 2006¹⁴⁰.

Juntos todos eles formam um grupo político e intelectual que elaborou e executou as políticas públicas de patrimônio em Viçosa ao longo das décadas de 1990 e 2000. A avaliação destes atos para a cidade exigirá novas pesquisas. Nosso objetivo foi demonstrar como se deu o processo, quem foram seus protagonistas, quais as questões mais relevantes que surgiram no percurso e as soluções apresentadas a elas. Os resultados imediatos do processo podem ser vistos pelo Centro da cidade, no *campus* da UFV e no Bairro Silvestre. A paisagem urbana de Viçosa foi territorializada por algumas memórias, alguns valores e determinados critérios. O texto foi escrito pelos “*arquitetos da memória*” e está à disposição para ser lido e refletido.

¹⁴⁰ ATA, Reunião do CMPCAV. 09/02/2006. P.59 (verso). Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio. Arquivo do Departamento de Patrimônio da PMV.

Parte II

Memorial sobre o curso de Educação e Patrimônio:
“Educação e Patrimônio: reflexão sobre o patrimônio cultural
de Viçosa e seu potencial educativo”.

1: Refletir sobre o papel social da memória e do patrimônio

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.
Jacques Le Goff¹

Embora alguns historiadores tenham se aproximado do campo do patrimônio e demonstrado interesse por práticas patrimonialistas, lugar social onde por muito tempo predominaram apenas os arquitetos, este trabalho não se revelou uma tarefa fácil. A dimensão trágica se evidencia em ter que decidir entre ser um agente do patrimônio ou toma-lo como seu objeto de estudo. Trata-se de dois posicionamentos muito distintos, uma vez que, ao considerar, do ponto de vista do fazer historiográfico, a revolução provocada pela *École des Annales* a partir da década de 1930, o historiador não deixará de perceber as diferenças entre a *Nouvelle Histoire* e a perspectiva histórica predominante na área do patrimônio histórico.

O trabalho desenvolvido por Jacques Le Goff e Pierre Nora é emblemático neste sentido, ao apresentar uma nova visão sobre o que é o passado e como ele é reconstituído pelos historiadores. Visão esta que se debruça sobre os documentos e fatos históricos, o papel social da história e as diferenças entre a História e a Memória. É verdadeiramente um exercício de humildade por parte dos historiadores, reconhecer que apesar de importante, sério e embasado cientificamente, seu trabalho é interpretativo. O trabalho do historiador se pauta muito mais nas vicissitudes do presente e nas condições que ele oferece para que se interpretem os fatos passados, do que propriamente um acesso ao passado. O que chamamos passado e que é transmitido pela historiografia, são os resultados dos esforços intelectuais de cientistas sociais que utilizam como principais instrumentos de trabalho, vestígios de tempos passados, seus conhecimentos teóricos e a linguagem escrita.

Sem ter a pretensão de resumir os trabalhos de tantos historiadores que se dedicaram a explicar o próprio ofício, estas questões que para os pares, podem parecer ser elementares, parecem ainda pouco exploradas em outros campos. Nosso olhar para o passado, bem como a forma como olhamos, dizem muito a respeito do tempo presente. A sociedade ocidental contemporânea criou uma nova relação com o patrimônio a partir da segunda metade do século

¹ LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996. P. 477.

XX, atribuindo-lhe a função de suporte da memória e da identidade nacionais, mas também dos diversos grupos sociais, cada vez mais fragmentados. Tal fenômeno contemporâneo, pela dimensão política, social e econômica que alcançou, passou a atrair a atenção dos cientistas sociais, entre eles os historiadores.

Trata-se, portanto, de uma história do passado recente ou de uma história do presente, pois, nos referimos a um fenômeno cujo processo ainda está se desenvolvendo. Tal fato, por si só, se configura como um grande desafio para quem pretende analisá-lo. A outra grande dificuldade – talvez a maior – é que a noção comumente disseminada do patrimônio é de que ele é uma relíquia que o passado legou a um determinado grupo social. Algo que possui um grande valor, negligenciado por alguns, porém perceptível a outros. Essa noção implica pensar que existiria “um passado” que poderia ser acessado através destes vestígios e, evidentemente, tais vestígios seriam vistos como elos, cuja destruição provocaria a total perda de referência para a sociedade. As relíquias seriam como uma pessoa que ao perder a memória vagaria sem conexão com o mundo à sua volta se questionando da sua própria identidade. Essa é a principal justificativa que se encontra no cerne de todo o discurso patrimonialista: preservar o patrimônio para preservar a memória e a identidade.

No entanto, para o historiador o “passado” é um produto intelectual que, embora permita compreender muito sobre tempos passados não faz efetivamente o seu “resgate”. O bem patrimonializado, portanto, não pode ser visto como algo a mais que um vestígio do passado ao qual se atribuiu um sentido. Além disso, se a memória é um produto social, fruto de seleções inconscientes ou arbitrárias, *lembranças e esquecimentos*², e a história a ciência que estuda os acontecimentos passados e procura interpretá-los à luz de teorias e metodologias próprias, torna-se ainda mais difícil lidar com a questão do patrimônio.

Em tese, o patrimônio como comumente é apresentado e pensado, pretende ser a presença material do passado no presente e um ponto de referência para os grupos sociais uma vez que, representaria para esses uma ideia de continuidade e sentido para a própria existência. Por essa visão, que considera o valor intrínseco do patrimônio, é que Dominique Poulot afirma que

As ações em favor do patrimônio tornaram-se, frequentemente, a vanguarda de uma democratização cultural. Esse triunfo não deixa de implicar riscos para a definição e para o uso reflexivo do termo, aos poucos debilitado e banalizado a ponto de abranger uma multiplicidade de noções e de objetos. [...] A atualidade impactante da patrimonialização parece ter impedido o questionamento a respeito da construção dessa forma de obrigação relativamente à presença material do passado. A afirmação de um ponto de vista contrário – a eventual recusa da patrimonialização ou sua contestação – é rapidamente

² POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989. P.3-15.

estigmatizada, no debate público, com o termo “vândalo”. A emergência de críticas é, por isso mesmo, bastante improvável fora da expressão de divergências sobre a maneira de realizar, nas melhores condições, o tratamento dos monumentos, objetos e sítios. Ocorre, às vezes, que certas reivindicações, por parte de um grupo social, conduzem a debater ou a suscitar polêmicas a propósito de determinada forma de patrimônio vista como exagerada ou ilegítima; mas, em uma visão de conjunto, essas situações que eventualmente poderiam levar a um discurso crítico permanecem marginais³.

Além de mencionar a “*frenesi patrimonial*” contemporâneo, Poulot também alerta para a maneira como o patrimônio é visto por essa mesma sociedade. O patrimônio é posto como algo cujo valor é inquestionável e que, portanto, não é passível de discussão. Note-se que muitos dos debates acerca do patrimônio quase sempre são discussões que giram em torno de quais seriam as melhores práticas de preservação, os melhores usos, o que deveria ou não ser tombado, as questões legais pertinentes, etc. Como afirma Poulot, a sociedade contemporânea considera vandalismo qualquer atitude de questionamento do patrimônio como tal. Para o autor isso inibiria a possibilidade do patrimônio ser posto em discussão e, conseqüentemente, a avaliação dos seus próprios feitos e as suas conseqüências.

Como o patrimônio é tomado como uma relíquia do passado, a necessidade de sua preservação torna-se uma “verdade absoluta” e, portanto, inquestionável. Entretanto, se considerarmos que, na prática, o patrimônio – tal como a história ou a memória – é um construto social, cujo valor é atribuído e não revelado -, compreenderemos os riscos de fazer do patrimônio a “ponte real” entre o presente e o passado. É só pensarmos, que nem sempre a demolição de construções antigas, e sua substituição por outras modernas foi visto como algo ruim ou que o valor do patrimônio dificilmente será uma unanimidade, suscitando quase sempre, muitos debates.

Por outro lado, ao afirmar que o patrimônio não é de fato um “pedaço do passado no presente”, corre-se o risco de cair também num total esvaziamento do sentido que ele possa ter para as sociedades. Se a preservação do patrimônio e as questões relativas à memória e à identidade dos grupos sociais tornaram-se práticas tão importantes para a sociedade ocidental contemporânea, essa deve ser levada em consideração. Neste caso, seria uma contribuição útil por parte do historiador, utilizar seus conhecimentos para uma concepção mais ampla do que poderia vir a ser patrimônio. Ao tomar o patrimônio como objeto de análise, o objetivo do historiador seria contribuir para que se lancem outros olhares sobre o papel social do patrimônio.

³ POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. P.201-202.

Se a memória coletiva é um construto social elaborado por meio de lembranças e esquecimentos, muitas vezes intencionais, ela se constitui como um campo de disputa de poder entre os diferentes grupos sociais, uma vez que as lembranças e esquecimentos influirão sobre os papéis que estes grupos terão na própria sociedade. Neste sentido, um historiador como cientista social, até pode – e tem instrumentos para tanto – cancelar uma determinada memória e, conseqüentemente, o poder que ela atribui a determinados grupos em detrimento de outros. Entretanto, não é isso a que a história científica se propõe. Neste caso, segundo Le Goff

Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica⁴.

Não cabe, portanto, ao historiador reforçar a ideia de uma única memória, absoluta e verdadeira. Memórias são subjetivas e luta por memória é luta por poder. Assim sendo, cabe aos cientistas sociais incentivar a democratização da memória e de seus suportes, como o patrimônio histórico, por exemplo.

Segundo Dominique Poulot

A noção de patrimônio implica um conjunto de posses que devem ser identificadas como transmissíveis; ela mobiliza um grupo humano, uma sociedade, capaz de reconhecê-las como sua propriedade, além de demonstrar sua coerência e organizar sua recepção; ela desenha, finalmente, um conjunto de valores que permitem articular o legado do passado à espera, ou a configuração de um futuro, a fim de promover determinadas mutações e, ao mesmo tempo, de afirmar uma continuidade. Esboçadas progressivamente por dispositivos de enquadramento de artefatos, lugares e práticas, as diversas configurações desdobram-se através das sociabilidades que as cultivam, das afinidades que se estabelecem por seu intermédio, além das emoções e dos saberes que se experimentam nesse contexto. Tal postura é contrária à ideia de um galpão repleto de obras e monumentos, segundo o modelo do depósito destinado a fatos, desqualificado por Lucien Febvre, em que o conservador do patrimônio, à semelhança do historiador anterior aos *Annales*, iria coletar as pelas patrimonialistas em nome de uma moldura constantemente válida, marcada somente pelas vicissitudes do gosto⁵.

Em outras palavras, o valor que se atribui ao patrimônio, é algo que a sociedade presente pretende deixar de legado às gerações futuras, justamente porque atribui valor a determinados objetos e bens simbólicos. Entretanto, como a memória da sociedade é dinâmica, pois está no fluxo do tempo e sofre as vicissitudes das permanências mas, também das rupturas, o valor atribuído ao patrimônio, as relações que se estabelecem e os próprios critérios de seleção dos

⁴ LE GOFF, J. *Op. Cit.* P. 477.

⁵ POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. P.202-203.

bens também podem mudar com o passar do tempo. Até mesmo as memórias, as identidades, as justificativas sociais que embasam ou enquadram – para utilizar a expressão de Poulot – um patrimônio, podem mudar no espaço e no tempo e isso implica em que o patrimônio não possa ser tão perene quanto aquela visão mais tradicional pretenderia. O patrimônio é um legado do presente e não do passado, pois a prática da patrimonialização e o papel social a ela atribuído é uma preocupação do presente, embora suas ações incidam sobre elementos do passado. Por essa razão, o patrimônio não poderá ter um valor fixo, imutável, pois os valores e as práticas sociais mudam. Essa influência do fluxo do tempo sobre todas as coisas, inclusive sobre nossa capacidade de pensar o próprio tempo, talvez tenha sido uma das grandes contribuições dos *Annales* para o fazer historiográfico e talvez tenha a contribuir também no campo do patrimônio.

Joël Candau, em sua análise sobre as relações entre a memória e a identidade, chegou à conclusão de que o medo da perda das referências é o que pode levar um grupo social a definição de memórias e identidades “petrificadas”. Segundo o autor

Um costume não pode ser cristalizado, argumenta Hobsbawn, porque a vida também não o é. De fato, uma tradição petrificada é uma tradição que morre, e se a tradição não é mais legítima a priori isso se deve também ao fato de que, ao querer preservá-la, nós a despojamos daquilo que era sua força. [...] Toda memória petrificada tende ao fechamento em si. Porque se quer autorizada, não está disponível para as interpretações sucessivas que caracterizam toda memória viva e já não assegura o trabalho que, no decorrer das gerações, seleciona o que é admitido pelo grupo e o que deve ser rejeitado. Por essa razão, as chances de que venha a ser compartilhada se reduzem consideravelmente⁶.

Embora não esteja falando diretamente sobre patrimônio, Candau está analisando a importância que a sociedade contemporânea atribuiu à memória e a maneira como ela vem tentando estabelecer uma relação com suas memórias. Para o autor, essa relação tal como vem sendo vivida explícita uma dificuldade, tanto no âmbito individual quanto no coletivo, de lidar com a perda. As mudanças que a modernidade traz são perceptíveis e cada vez mais, devido à sua aceleração e diante disso, muitos grupos sociais têm assumido a postura de definir certas memórias as quais por sua vez alimentam suas identidades – cada vez mais fragmentadas – e engessá-las em suportes tais como museus, monumentos e patrimônios. Entretanto, se o grupo social que patrimonializa um bem atrelando seu valor a uma determinada memória, poderá fracassar em seu intento de que as futuras gerações atribuam àquele bem o mesmo valor que ela e queiram da mesma forma preservar aquela determinada memória. Segundo Candau esse

⁶ CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. Trad. Maria Leticia Ferreira. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2014. P.190-191.

engessamento tira a vivacidade da memória, que é dinâmica como a sociedade que a produz, tendendo ao que mais se teme, ou seja, ao desaparecimento pela perda de sentido.

Para evitar tal fato, Candau propõe, em primeiro lugar, que se aceite a perda e o caráter mutável que possui a memória, pois

[...] as heranças memoriais são recursos de significações que, cada um a seu modo e sempre com uma intensa criatividade, grupos e indivíduos vêm mobilizar para revificar suas identidades. Compreender e aceitar isso é aceitar perder o antigo para que o novo possa nascer. Nas sociedades modernas, o lugar da perda está reduzido a sua porção congruente – pensemos naquela que outorgamos à morte. Sem dúvida, elas devem voltar a aprender a assumi-la. No domínio da memória, da identidade e do laço social, eu sustento que essa assunção supõe uma reabilitação da falta e da ausência (sem as quais não pode haver desejo) do tempo morto, das “durações livres” e da incompletude: aceitar ter que fazer escolhas em nossas heranças, reconhecer que a totalidade das memórias nos é inacessível, admitir nossa radical individualidade e a impossibilidade definitiva de um compartilhamento absoluto com o Outro é, talvez, a única maneira de reconstruir as memórias que não serão mais hegemônicas, mas pelo menos sólidas e organizadoras de um laço social em condições de repudiar toda ideia de submissão⁷.

Não se trata de uma tarefa fácil, pois, dependerá de uma espécie de “terapia coletiva” para que se encontre um ponto de equilíbrio entre a inexorável realidade da mudança, inerente ao fato de que estamos imersos no fluxo do tempo e o desejo de estabelecer vínculos mais perenes. O próximo passo seria a seleção de tais vínculos, ficando claro que a seleção é sempre incompleta, todavia, poderia ser mais ampla quanto menos petrificada for a memória ou o sentido a ela atribuídos. A terceira etapa seria atribuir à memória selecionada um papel de elemento estimulador da autoanálise ou autorreflexão, feita individualmente, posto que cada pessoa é única e poderá se relacionar a esta memória de sua maneira única, mas, vivenciada coletivamente, uma vez que a todos será dada a oportunidade de fazê-lo. Este é, para Candau, um bom uso social da memória: oferecer à coletividade a oportunidade de se relacionar de maneira individual com a memória.

No caso do patrimônio, por exemplo, uma valorização petrificada seria atrelá-lo a uma memória específica e reproduzi-la de geração em geração, a todos os grupos sociais, sem que ela possa ser meio de reflexão, alvo de críticas, questionamentos e mudanças. Uma situação de memória vivificada seria aquela em que diferentes grupos de uma mesma época ou não, se sentiriam livres para refletir sobre o valor atribuído ao bem, sobre a sociedade que o selecionou e atribuiu valor, com a liberdade de concordar ou não com isso. Seria também oportunidade de que diferentes grupos demonstrassem as diferentes relações que podem estabelecer com tais

⁷ *Ibidem*. P.194-195.

bens e tais memórias e pudessem usufruir também de formas específicas de seus bens patrimoniais. A memória seria vivificada, porque se lhe permitiria a mudança, ao ponto de se admitir que um bem tornado patrimônio por uma geração pudesse não ser acolhido como tal por outra, podendo aquele bem ser substituído, posto que, seu valor só existe enquanto for socialmente atribuído ou compartilhado.

A isso poderíamos acrescentar o fato de que sendo a seleção de memórias um exercício de poder, nem todos os grupos sociais se sentirão igualmente representados por elas. Candau afirma que as pessoas se relacionam com suas memórias de maneiras diferentes. O mesmo se poderia dizer para o coletivo: uma sociedade não é coesa e seus grupos não possuem as mesmas referências. Uma memória única cria um tipo específico de patrimônio, o qual chancela e é, ao mesmo tempo chancelado por determinados grupos sociais que se beneficiam de tal exercício por se manterem no poder. A pluralização da memória gera a democratização do patrimônio e nisso, vemos uma possibilidade de uma importante contribuição da memória e do patrimônio para a ampla efetivação da cidadania.

Esta não é uma proposta completamente nova, se considerarmos as discussões já realizadas, de crítica à noção predominante de patrimônio ligada aos bens imóveis de “pedra e cal” e à proposição do chamado patrimônio imaterial ou intangível. No Brasil, essa discussão ocorreu entre o final do século XX e o início do XXI e suscitou um debate acerca do que seria patrimônio e de qual seria o seu papel social. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca

Reduzir o patrimônio cultural de uma sociedade às expressões de apenas algumas de suas matrizes culturais [...] é tão problemático quanto reduzir a função de patrimônio à proteção física do bem. É perder de vista o que justifica essa proteção, que, evidentemente, representa também um ônus para a sociedade e para alguns cidadãos em particular. [...] Porém não basta uma revisão dos critérios adotados pelas instituições. [...] É necessária, além disso, uma mudança de procedimentos, com o propósito de abrir espaços para a participação da sociedade no processo de construção e de apropriação de seu patrimônio cultural⁸.

Tal discussão acerca da necessidade de ampliação do conceito de patrimônio e da participação da sociedade no processo patrimonial, não apenas como receptora, mas como agente, selecionando, atribuindo valores, criando referências nos espaços urbanos, já foi um passo importante no contexto da crítica social do patrimônio. O que propomos a partir disto é que a própria importância atribuída à patrimonialização e à preservação da memória, bem como suas consequências para os diferentes grupos sociais também sejam discutidos. Que o processo

⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. “Para além da pedra e cal”. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio*. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A Editora/FAPERJ/UNIRIO, 2003. P.67.

de elaboração de memórias coletivas possa ser discutido, ampliado e que as políticas públicas possam de fato, representar múltiplos interesses.

2: Refletir sobre as relações entre o patrimônio e a educação

As “crianças” não aceitam mais um espetáculo imposto em nome da utilidade e, diante do desfile das autoridades, ousam bradar que estão nuas. Esse jogo torna-se impossível e elas proclamam abertamente os interesses que ele oculta.

Michel de Certeau⁹

Neste contexto socioeconômico e político da passagem do século XX para o XXI, marcado pela crescente valorização da memória, da identidade e da cultura, foram criadas diversas práticas sociais, legislações e conceitos, para proteger o patrimônio histórico. A retórica da perda, mencionada por José Reginaldo Santos Gonçalves¹⁰, faria nascer uma espécie de “moral patrimonialista”, composta não apenas de leis, mas também de regras socialmente compartilhadas, de comportamentos tidos como corretos em relação ao patrimônio e cuja inobservância, poderia automaticamente ser confundida com ato de “vandalismo”, como salienta Dominique Poulot¹¹.

Para estabelecer tais normas de conduta social em relação ao patrimônio, um dos caminhos mais importantes utilizados pelos órgãos que fazem a sua proteção, é a chamada “Educação Patrimonial”. Um dos principais manuais de “boas condutas” para com o patrimônio criados no Brasil até hoje, foi o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, um trabalho resultado da parceria entre o Museu Imperial de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, o IPHAN e o Ministério da Cultura, publicado em 1999¹². O trabalho, coordenado pela então Diretora do

⁹ CERTEAU, Michel de. *A Cultura no Plural*. 7ª ed. Trad. De Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papirus, 2012. (Coleção Travessia do Século). P.27.

¹⁰ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996 (Série “Risco Original”).

¹¹ POULOT, Dominique. *Op. Cit.* P.202.

¹² HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

Museu Imperial, a museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta, foi assim apresentado por Luiz Antônio Bolcato Custódio, Diretor de Promoção do IPHAN:

A valorização do patrimônio cultural brasileiro depende, necessariamente, de seu conhecimento. E sua preservação, do orgulho que possuímos de nossa identidade. Esta publicação busca incentivar o conhecimento do nosso patrimônio por meio de ações que envolvam comunidades, escolas, centros históricos, sítios arqueológicos, museus, monumentos, arquivos e bibliotecas¹³.

Portanto, parte-se princípio de que existe um patrimônio cultural e uma identidade brasileiros e que estes precisam ser valorizados, conhecidos, preservados e razão de orgulho. Neste sentido, o material apresentado pretendia oferecer algumas estratégias, atividades e conhecimentos teóricos que pudessem contribuir para tal valoração do patrimônio e da cultura brasileiros.

A primeira parte do livro é dedicada aos conhecimentos teóricos, sendo citados alguns conceitos, dentre eles, o da própria “Educação Patrimonial”, a qual, de acordo com o *Guia*:

Trata-se de um processo **permanente** e **sistemático** de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como **fonte primária** de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura [...] o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens [...] O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de **preservação sustentável** desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de **identidade e cidadania**. A Educação Patrimonial é um **instrumento** de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido¹⁴.

Perceba-se que, embora a Apresentação do trabalho, indique a existência de uma cultura e de uma identidade brasileiras, a definição dada para Educação Patrimonial como uma “alfabetização cultural” para o “fortalecimento da identidade e da cidadania”, pressupõe a “ausência de cultura” e as “fraquezas identitária e cidadã” dos brasileiros. A alfabetização é um processo através do qual a pessoa aprende a operacionalizar instrumentos da linguagem escrita, articulada à linguagem oral, para que tenha condições de, literalmente, “ler o mundo à sua volta”, ou seja, “ler um mundo” preexistente, já configurado, mas ao qual ela só passa a ter acesso no momento em que aprende a utilizar um de seus principais meios de expressão: a

¹³ *Ibidem*. “Apresentação”. P.5.

¹⁴ *Ibidem*. P.6. Grifos das autoras.

linguagem escrita. E mais ainda, os próprios instrumentos que são passados para a leitura, determinam as possibilidades de interpretação e expressão diante daquilo que se lê. Sendo assim, a “Educação Patrimonial” seria um instrumento por meio do qual, as pessoas poderiam “adquirir cultura” ou adquirir sensibilidade para valorizar a sua própria cultura e, por meio disso, fortalecer seu sentimento de identidade e sua postura cidadã.

Evidentemente, tal concepção está vinculada a um determinado conceito de cultura. Se a cultura será entendida como o conjunto de práticas, símbolos e seus significados compartilhados entre os membros de um determinado grupo, como explica o antropólogo Clifford Geertz¹⁵, não faz o menor sentido falar em “alfabetização cultural” para valorizar a cultura e a identidade, uma vez que tal processo deverá ter ocorrido no processo de socialização. A existência como membro do grupo esteve atrelada à capacidade de compartilhar com os outros membros os seus elementos culturais. Mas, se, por outro lado, parte-se do princípio de que existe uma matriz cultural com base na qual algumas referências serão enaltecidas, tidas como mais importantes e como representativas de uma identidade coletiva, que por sua vez, também é alimentada pelas mesmas ideias que dão origem àquela matriz, então fará sentido um processo de “alfabetização cultural”.

Essa seria, talvez, a diferença estabelecida por Michel de Certeau entre a “*cultura no singular*” e a “*cultura no plural*”, ou seja, quando este define quais são os elementos e práticas que representam uma cultura ou quando se está aberto à perspectiva de que todos os elementos e práticas são representativos de alguma cultura. Segundo o autor:

Apesar das divergências teóricas ou metodológicas que possam vir à luz em uma reunião de professores e de especialistas, todo grupo de pesquisadores tende a reconstituir uma interpretação unitária, a pensar na *cultura no singular*. Ele obedece, desse modo, à lei das pertenças sociais e profissionais. Uma homogeneidade de meio, de classe, de intelectuais ressurge e se trai no objeto (a cultura) abordado. O lugar de onde se fala, no interior de uma sociedade, emerge silenciosamente no discurso e reproduz-se no nível do conteúdo intelectual, com o ressurgimento de um modelo *totalitário*. Com efeito, a *cultura no singular* traduz o *singular de um meio*. Ela está na maneira como respiramos, nas ideias, na pressão autoritária de uma determinação social que se repete e se “reproduz” (Bourdieu e Passeron) até mesmo nos modos científicos. Na análise cultural, o singular traça em caracteres cifrados o privilégio das normas e dos valores próprios a uma categoria¹⁶.

Desta forma, assim como Pierre Bourdieu, cujo trabalho, anteriormente, mencionamos Michel de Certeau concebe a ideia de um arcabouço cultural como o produto de uma elaboração intelectual que depende do grupo social que o constitui e que está vinculado aos seus interesses,

¹⁵ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1ª ed. – [Reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC, 2012. P.8-9.

¹⁶ CERTEAU, Michel. *Op. Cit.* P.227. Grifos do autor.

em que pese a manutenção do poder através da chancela social dos elementos que representam a sua concepção de cultura. Por essa razão, talvez o caminho para o pleno exercício da cidadania seja a possibilidade da cultura e da identidade de grupos alijados do poder saíam do anonimato e possam ser reconhecidas com tais.

Com base nestas ideias e na análise do processo de elaboração do patrimônio histórico-cultural da cidade de Viçosa (MG), propomos uma atividade de intervenção no campo das relações entre a educação e o patrimônio. Pensamos na possibilidade de uma relação entre a educação e o patrimônio, que pudesse contribuir para a democratização do direito à memória e a um ganho no que diz respeito ao exercício da cidadania.

Neste sentido, a colega de curso Isabela Tavares Guerra, cujo trabalho do Mestrado foca a questão dos museus e dos usos sociais que se fazem ou são passíveis de fazer dele, e eu, elaboramos e executamos, sob a orientação do professor Drº. Leonardo Civale, um curso de “Educação e Patrimônio”, cujos resultados serão apresentados a seguir.

3. Processo de elaboração e análise dos resultados da execução do curso **“Educação e Patrimônio: reflexão sobre o patrimônio cultural de Viçosa e seu potencial educativo”**.

O curso foi elaborado com base nas pesquisas desenvolvidas pelas alunas Isabela Tavares Guerra e Walkiria Maria de Freitas Martins, do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa – MG, sob a supervisão de seu orientador, o professor Drº. Leonardo Civale, do Departamento de Geografia da mesma Universidade.

A seguir, apresentaremos a Ementa elaborada para o curso, que traz as informações a seu respeito:

CURSO DE EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO



Curso de formação para educadores e agentes culturais da Rede Pública Municipal de Viçosa – MG

“Educação e Patrimônio: reflexão sobre o patrimônio cultural de Viçosa e seu potencial educativo”

O curso pretende discutir questões relacionadas ao patrimônio cultural de Viçosa e sua relação com a educação, através da problematização de conceitos como paisagem, memória coletiva, identidade, patrimônio e suas relações com a educação. O objetivo é possibilitar que os educadores e agentes culturais reflitam sobre a cidade como contexto de diversas relações, sobre a transformação do espaço urbano ao longo do tempo e sobre as remodelações sofridas pela paisagem urbana em decorrência do processo de modernização da cidade e das práticas patrimonialistas. O curso será composto por aulas teóricas e práticas (aulas de campo), além de dinâmicas de grupo que estimularão as discussões e trocas de conhecimentos entre os participantes. Espera-se fornecer aos educadores ferramentas para a elaboração de aulas e oficinas nas escolas e instituições culturais multiplicando saberes e possibilitando a construção de espaços de debate acerca das práticas educativas e das potencialidades da cidade. Espera-se ainda, oferecer bases teóricas e práticas para que os educadores trabalhem com seus educandos as questões relacionadas à configuração e à vivência dos espaços públicos da cidade, em uma visão crítica, participativa, que estimule o envolvimento dos diferentes setores sociais e que conceba o envolvimento da sociedade com as questões patrimonialistas como um exercício de cidadania.

O curso terá duração total de 20 horas e será dividido em 5 encontros de 4 horas cada. Os certificados de participação serão emitidos pela Universidade Federal de Viçosa.

Programação:

Encontro 1: 20/10/15 - discussão sobre o patrimônio da cidade a partir da observação dos professores, dinâmicas e leitura de textos. Abordagem de conceitos básicos que aproximam o campo do patrimônio ao da educação. Atividades práticas. Horário: 18h às 22h.

Encontro 2: 24/10/15 - aula de campo com visitas a bens tombados e não tombados de Viçosa. Horário: 8h às 12h.

Encontro 3: 27/10/15 – Discussão teórica sobre Museus. Abordagem dos principais conceitos e realização de atividades práticas. Horário: 18h às 22h.

Encontro 4: 29/10/15 - Visita à instituição de memória, abordando os potenciais educativos do local. Local: Casa Arthur Bernardes. Horário: 18h às 22h.

Encontro 5: 03/11/15 - Produção de fotografias pelos participantes que serão utilizadas para reflexão sobre o patrimônio cultural. Avaliação do curso. Horário: 18h às 22h.

Finalização: Vernissage com as fotografias produzidas pelos cursistas.

Responsáveis:

Isabela Tavares Guerra- historiadora, especialista em história da cultura e da arte pela UFMG, mestranda no curso de patrimônio cultural, paisagens e cidadania pela UFV Atuou como educadora em diversas instituições museológicas de Belo Horizonte.

Walkiria Maria de Freitas Martins – historiadora, mestranda no curso de patrimônio cultural, paisagens e cidadania da UFV. Atua como professora de história do ensino médio e pré-vestibular na rede particular, em Viçosa.

Orientador:

Professor Dr. Leonardo Civale. Departamento de Geografia da UFV e do Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da mesma Universidade.

Número de vagas: total de 30 (trinta), das quais 15 (quinze) preferencialmente para professores da rede pública municipal de Viçosa.

Inscrições: as inscrições são gratuitas e deverão ser feitas no Laboratório de Pesquisa multimídia em História – LAMPEH, localizado no segundo pavimento da Biblioteca Central da UFV. Tel: (31) 3899-2035.

Local do curso: As aulas teóricas ocorrerão no Auditório do Espaço Cultural Hervê Cordovil (Estaçãozinha), no Centro de Viçosa, MG.

Nossos objetivos principais eram elaborar um curso no qual pudessem ser exploradas as possíveis relações entre o patrimônio histórico-cultural da cidade, do museu e a educação. Além disso, o curso teve como objetivo gerar um material para as análises teóricas, uma vez que, seria elaborado a partir das críticas que cada uma fizesse em seu próprio trabalho e das possibilidades práticas de que aquelas críticas pudessem de fato oferecer contribuições para a sociedade de maneira geral.

A primeira etapa do processo foi a concepção do curso e, a concomitante elaboração de um material que organizado que oferecesse suporte para que as ideias trabalhadas ao longo das aulas pudessem ser retomadas e utilizadas posteriormente, pelos cursistas. Durante alguns meses foram feitas reuniões presenciais, trocas de textos e ideias. Após essa etapa, elaboramos uma apostila com a concepção do curso. As hipóteses e conclusões acerca do trabalho, as interpretações das fontes ou da bibliografia foram compartilhadas. Além disso, foi também um momento de maior aprendizado porque precisávamos receber orientações separadamente e em conjunto, pois, os dois trabalhos precisariam convergir em uma atividade prática que pudesse abarcar os interesses de ambos e oferecer materiais de análises.

O caderno de campo elaborado consta em sua forma digital, no CD-ROM que acompanha esta dissertação. Ele foi pensado de forma a conter etapas: primeiro a abordagem teórica de conceitos que consideramos importantes para as discussões que desejávamos propor, tais como patrimônio, museu, e suas relações com a educação. Em seguida passamos à análise teórica que focaria as relações entre o patrimônio, identidade e memória. Num terceiro momento, realizamos a primeira aula prática que foi um *tour* pela área central da cidade de Viçosa e pelo campus da UFV. Uma visita com o objetivo de identificar os bens tombados pelo Município como patrimônio. Em quarto lugar realizamos uma aula teórica para abordar a temática dos museus e alguns usos sociais que se fazem ou podem ser feitos deles. Essa aula foi seguida de uma visita ao Museu Casa Arthur Bernardes, em Viçosa, para que as discussões teóricas pudessem ser feitas na prática, no caso específico daquele Museu. O material utilizado ao longo do curso foi elaborado de modo a intercalar a teoria e a reflexão dos cursistas, sendo composto também de questões que formulamos para tanto, e que seriam posteriormente analisadas, juntamente com as respostas apresentadas. O último encontro do curso seria dedicado às apresentações de atividades práticas realizadas pelos cursistas ao longo de todas as aulas, bem como, a uma discussão geral sobre as temáticas abordadas, seguida da avaliação do curso pelos participantes. As fotografias feitas pelos cursistas como parte de uma das atividades propostas,

foram apresentadas em um *vernissage*, ocorrida na Estação Cultural da UFV, entre os dias 10 e 20 de novembro de 2015.

3.1: Relatório das atividades desenvolvidas ao longo do curso

- Primeiro Encontro: Apresentação e Aula Teórica – dia 20 de outubro de 2015

Fizemos a recepção dos cursistas, nos apresentamos e apresentamos o curso, fazendo a entrega do material e explicando nossos objetivos e o transcorrer das atividades. Foi explicado aos cursistas que nenhuma das atividades propostas seria obrigatória e, portanto, nem todas foram realizadas.

Os cursistas também foram convidados a se apresentarem para que pudessem se conhecer e para que pudéssemos ter uma noção do perfil do grupo. Inicialmente o curso havia sido pensado para profissionais da Educação Básica de nível Fundamental das escolas públicas municipais de Viçosa e região. O resultado foi um grupo de onze e não trinta cursistas, como planejado. Neste grupo, tivemos apenas uma professora. Em geral o grupo foi constituído de alunos da UFV, dos cursos de História, Geografia e Ciências Sociais, funcionários da mesma instituição interessados em ingressar no Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania do Departamento de História da UFV, além da educadora, já mencionada.

Tal configuração foi importante para nossa análise, uma vez que não se tratava de um grupo no qual as discussões propostas fossem completamente estranhas. Muitas das atividades que pretendíamos realizar foram modificadas em função da grande participação do grupo ao longo das discussões. Por terem um conhecimento prévio sobre o assunto e até mesmo atuação prática na área – um dos cursistas é atual membro do CMPCAV – houve grande participação nas discussões, o que enriqueceu sobremaneira o curso e ultrapassou nossas expectativas, mas, também tornou o tempo curto para outras atividades que havíamos previsto.

Além das apresentações pessoais e discussões gerais sobre o curso e seus objetivos, passamos a uma discussão mais direta de alguns conceitos como “patrimônio cultural”, tombamento e outras formas de proteção aos bens patrimoniais. Além da discussão sobre patrimônio material e imaterial, os museus, a memória, etc. Propusemos a realização de algumas atividades que constavam no material distribuído e encerramos o primeiro encontro.



Figura 24: Aula teórica do curso. Momento de condução pela ministrante Walkiria Maria de Freitas Martins. Auditório da Estação Cultural Hervé Cordovil, Centro, Viçosa – MG. 20/10/15. Acervo pessoal.

- Segundo Encontro: Aula Prática – dia 24 de outubro de 2015

Este encontro foi propositalmente agendado para um sábado para que as atividades pudessem ser realizadas durante o dia, já que o objetivo principal era caminhar pela cidade com um olhar observador, tal como o *flâneur* de Baudelaire e discutir questões relacionadas ao patrimônio de Viçosa e à territorialização de determinadas memórias na paisagem urbana, de maneira geral.

A atividade foi realizada pela manhã e assim como em diversos outros momentos, contamos com apoio da Secretaria Municipal de Cultura de Viçosa, através de seus Departamentos de Cultura e Patrimônio Histórico e de Eventos. Como no mês de outubro estava sendo realizada uma atividade de “Educação Patrimonial” a nível Estadual, denominada “Jornada do Patrimônio” o Departamento de Cultura vinha utilizando um trenzinho para transportar crianças de diversas escolas do município para uma visita a alguns bens tombados. Este mesmo trenzinho foi gentilmente cedido para a realização de nossa aula prática.



Figura 25: Aula prática, conduzida pela ministrante Walkiria Maria de Freitas Martins. Visita à parte antiga do campus da UFV. Viçosa – MG. 24/10/15. Acervo particular.

Durante a aula procuramos visitar alguns bens tombados pelo Município de Viçosa e estimular a reflexão dos cursistas acerca das memórias relacionadas a eles, das ações de preservação e novos usos atribuídos, das áreas de entorno, entre outros aspectos. Alguns apontamentos feitos pelos cursistas chamaram a atenção, como os referentes à Feira Livre realizada por pequenos produtores e artesãos de Viçosa, aos sábados, na área externa do Colégio de Viçosa, um bem tombado pelo Município e às fachadas tombadas do Primeiro Hospital de Viçosa e da Casa de Dona Cora Bolivar.

A primeira visita foi à área externa do Colégio de Viçosa, aproveitando para analisá-lo como patrimônio de Viçosa e, ao mesmo tempo, refletir sobre a Feira Livre que atualmente é cogitada pelo CMPCAV para um possível registro de bem imaterial do Município, segundo informações do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico da PMV. Os cursistas mencionaram a importância da interação entre o urbano e o rural proporcionado pela Feira e também a presença de algumas barracas comercializando brinquedos, eletro-portáteis e outros objetos importados, o que foi considerado uma espécie de “invasão” ao sentido “original” da Feira. Também foi mencionada a antiga discussão em Viçosa, acerca do melhor local para a realização da Feira Livre, e das consequências de ela ter sido retirada de uma área mais central

da cidade, na Avenida Santa Rita. Segundo, nos foi relatado por alguns cursistas, os moradores da “Santa Rita” não gostavam da realização da Feira, principalmente pelo barulho, interrupção do trânsito e sujeira que ela provocava durante todas as manhãs de sábado. Entretanto, na opinião de alguns cursistas, a transferência da Feira Livre da Avenida Santa Rita para a área externa do Colégio de Viçosa, localizada no final da Rua Gomes Barbosa, na divisa entre o Centro e o Bairro Bom Jesus, teria afastado muitos antigos frequentadores, sobretudo alunos da UFV.

Na região da Avenida Bueno Brandão, conhecida como “Balaústre”, fizemos uma caminhada por todo o percurso entre uma extremidade e outra da balaustrada. Esta região, que atualmente é cogitada para a criação de um Centro Cultural em Viçosa, segundo informações do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico da PMV, concentra boa parte dos bens imóveis tombados pelo município. Próximo a uma das extremidades da Avenida Bueno Brandão, encontra-se o Hospital São Sebastião, cuja Ala Antiga é patrimônio tombado de Viçosa. Ainda nessa região, encontra-se a fachada do Primeiro Hospital de Viçosa, hoje, parte da frente do Edifício “Professora Nhánhá Maciel”, na Praça Emílio Jardim, nº3. A caminho da extremidade contrária, em direção ao Centro da cidade, encontram-se a fachada e parte da volumetria da antiga residência de Dona Cora Bolivar, e a Estação Cultural Hervé Cordovil, ambas também tombadas pelo Município.

Neste circuito foi bastante comentada a questão dos tombamentos de fachadas e o sentido social de tais patrimônios. Os cursistas se interessaram em conhecer melhor as diferentes formas legais de preservação de bens patrimoniais, tais como o registro, o inventário, o tombamento, entre outros e também a respeito do uso da TPC. Alguns se arriscaram a avaliar os resultados mais emblemáticos do uso daquele recurso em Viçosa, apresentando conclusões negativas a respeito da fachada do primeiro Hospital. Neste, observa-se apenas uma parede, como um mero cenário. Outra observação foi a volumetria preservada da Casa Cora, a qual, mesmo podendo ser visitada e estando bem preservada, não deixa de ser o hall de entrada de um edifício residencial de luxo, tendo, portanto, na opinião de alguns cursistas, pouca relação com a população de Viçosa.

Ainda naquela região foi comentada a intenção do CMPCAV em tomar os prédios dos antigos Hotéis Rubim e Alcântara. Este último ainda foi lembrado por ter funcionado, mais recentemente, como local de prostituição em Viçosa. Tal colocação permitiu que levantássemos a discussão acerca de quais memórias poderiam ser elucidadas no caso de um possível tombamento e quais as prováveis consequências para a sociedade viçosense, tanto da lembrança

quanto do esquecimento da memória do prostíbulo. Foram comentadas ainda, as obras de reforma feitas no Balaústre, o qual foi elevado em relação ao nível da rua e ganhou rampas de acesso ao longo do tempo. Também discutimos a respeito da superposição de memórias na Estação Cultural que ganhou há poucos anos, um memorial em homenagem ao músico Hervé Cordovil, nascido em Viçosa, e que cujo nome passou a estar associado também à Estação Cultural.

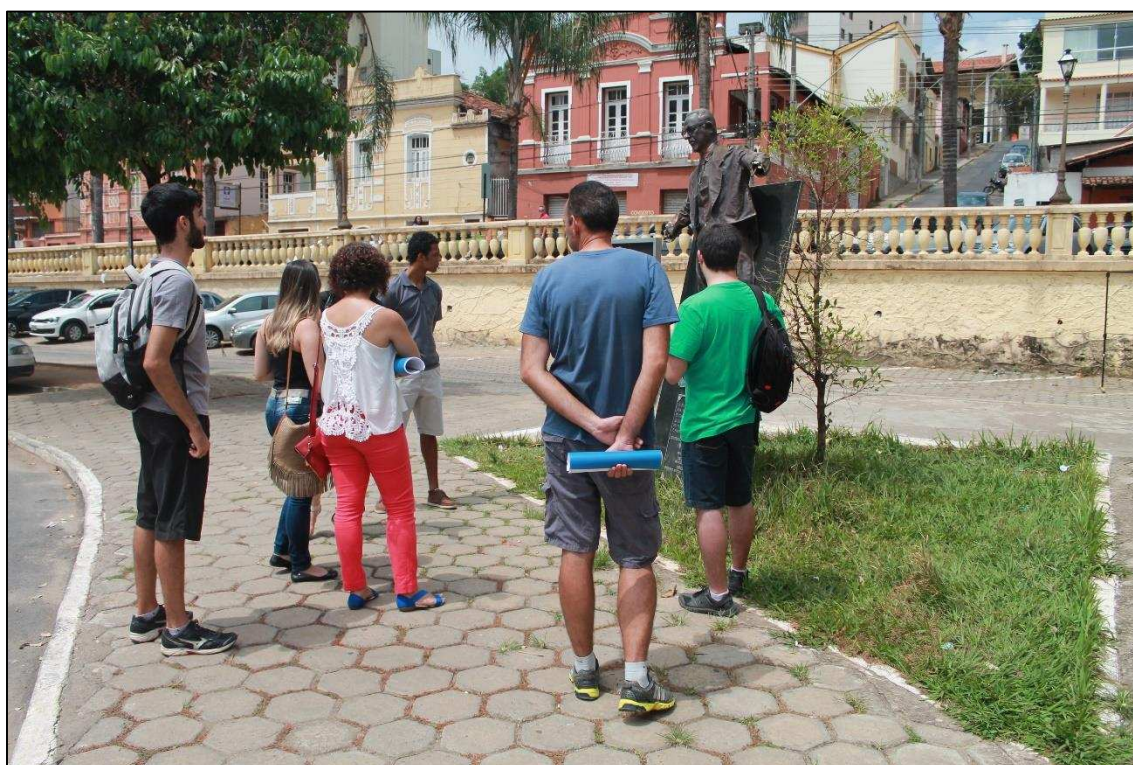


Figura 26: Aula prática: reflexões sobre bens tombados e localizados no Centro de Viçosa – MG. 24/10/15. Acervo pessoal.

Outro local visitado foi a Praça Silvano Brandão – praça da Matriz de Santa Rita de Cássia, no Centro de Viçosa. O dia era também propício, pois, normalmente se realiza uma feira de artesanato, além de atividades culturais em geral nesta Praça, aos sábados pela manhã. Nesta etapa, pedimos ao cursista Iuri Freitas Paglioto que compartilhasse com o grupo os resultados de sua monografia de conclusão do Bacharelado em Geografia, pela UFV, trabalho em que analisou os diferentes usos da Praça Gomes Freire feitos pela população de Mariana, MG, também sob a orientação do professor Leonardo Civale¹⁷. A troca de experiências foi muito

¹⁷ PAGLIOTO, Iuri Freitas. “Praça Pública: o Lugar Público enquanto Patrimônio Cultural. Uma análise da Praça Gomes Freire em Mariana – MG. Monografia de Bacharelado em Geografia. Departamento de Geografia UFV. Orientador Prof. Drº. Leonardo Civale. 2015. Disponível em: <http://www.geo.ufv.br/wp-content/uploads/2015/07/Iuri-Freitas-Paglioto.pdf>. Consulta em 05/01/16

enriquecedora e acabou atraindo a atenção de outras pessoas que passavam pela Praça Silviano Brandão e se juntaram ao grupo por alguns momentos.



Figura 27: Grupo de cursistas mais a ministrante Isabela Tavares Guerra, durante a explanação de Iuri Paglioto. Praça Silviano Brandão, Centro, Viçosa – MG. 24/10/15. Acervo pessoal.

Visitamos ainda, embora não nesta ordem, o *campus* da Universidade Federal de Viçosa onde analisamos o Edifício principal, intitulado Arthur da Silva Bernardes, tombado como patrimônio pelo município de Viçosa. Os cursistas puderam analisar a região do entorno, que se mostra a parte mais antiga da Universidade, as construções erguidas na década de 20 do século passado. Um ponto que suscitou bastante discussão entre os cursistas foi a construção do Centro de Vivência, um prédio de arquitetura moderna, em um local entre o Edifício Arthur Bernardes e a casa onde funciona a Reitoria da UFV. Após a discussão o grupo tinha defensores de dois posicionamentos: o de erguer edifícios novos com características arquitetônicas antigas, compatíveis com as dos edifícios já existentes no local, ou o de misturar em um mesmo espaço, estilos arquitetônicos diferentes, adequados às épocas das construções para marcar no espaço exatamente essas mudanças e não gerar a falsa impressão de que todos são da mesma época.



Figura 28: Grupo de cursistas mais a ministrante Walkiria Maria de Freitas Martins em frente ao Edifício Arthur Bernardes no campus da UFV. Viçosa, MG. 24/10/15. Acervo pessoal.

Após a visita a esses locais encerramos o segundo encontro e deixamos as atividades da apostila para o próximo encontro.

- Terceiro Encontro: Aula Teórica – dia 27 de outubro de 2015.

No terceiro encontro os cursistas que puderam participar da aula prática compartilharam experiências com os demais. Foram realizadas atividades propostas na apostila do curso e os participantes assistiram aos dois vídeos propostos no material e debateram a respeito, associando as questões teóricas e práticas dos dois primeiros encontros, realizados até então. Este foi um momento bastante enriquecedor e produtivo, tendo alguns cursistas se interessado bastante pelas questões referentes à produção da memória, e à memória como campo de disputas de poder entre diferentes grupos sociais.

Num segundo momento deste encontro, a ministrante Isabela Tavares Guerra deu início a uma discussão teórica especificamente sobre: museus, acervos, narrativas museais e suas relações com a educação, a memória e à identidade.



Figura 29: Ministrante Isabela Tavares Guerra, cursistas e o coordenador do curso, professor Dr.^o Leonardo Civalo. Auditório da Estação Cultural Hervé Cordovil, Centro, Viçosa – MG. 27/10/15. Acervo pessoal.

- Quarto Encontro: Aula Prática – dia 29 de outubro de 2015.

Na segunda aula prática que propusemos para o curso, realizamos uma visita ao Museu Casa Arthur Bernardes, localizado à Praça Silviano Brandão, no Centro de Viçosa. Esta etapa não pode ser fotografada devido às normas da CAB, embora seja importante ressaltar que contamos com a colaboração da Direção do Museu, sob a responsabilidade da UFV, a qual nos permitiu o acesso fora do horário de expediente, entre às 18:00 e 21:30. Agradecemos não apenas à Direção do Museu, mas também ao funcionário da CAB, que muito gentilmente nos recebeu e aguardou até a conclusão das atividades daquele encontro.

Na primeira parte da aula, a ministrante Isabela Tavares Guerra propôs a realização de uma dinâmica com objetos que havia pedido anteriormente aos cursistas. Cada um pôde escolher um objeto e, durante a dinâmica, o grupo foi subdividido em dois de forma aleatória, devendo cada um apresentar aos demais o seu objeto. Em seguida, foi solicitado que cada grupo organizasse seus objetos como se fosse uma exposição, estabelecendo uma relação entre eles e criando assim, uma narrativa. Quando os dois grupos terminaram, cada um deles pôde visitar a exposição do outro sem a mediação daqueles que conceberam as exposições. Cada um relatou aquilo que fora possível compreender e, ao final cada grupo explicou ao outro a narrativa que

pretendera expor. Todos os cursistas puderam discutir as questões relativas ao trabalho de curadoria nos museus, como os objetos são captados e disponibilizados, quais as intenções da instituição quanto à organização das peças e à direção dada ao longo das visitas e ainda, as possíveis diferenças de interpretação entre aquilo que foi pensado pelos curadores e o que efetivamente poderá ser interpretado pelos visitantes.

Num segundo momento, passamos à visita do museu, sem nenhum tipo de intervenção teórica da nossa parte. Cada cursista pôde visitar livremente a Casa Arthur Bernardes, e nós apenas acompanhamos e conversamos a respeito do acervo, de algumas questões políticas referentes ao período do Governo do então Presidente Arthur Bernardes, entre outros assuntos. Após a visita abrimos espaço para que os cursistas relatassem suas experiências e problematizamos questões relacionadas ao Museu, sobretudo ao uso que ali é feito da memória de Arthur Bernardes.

Foram apontados diversos aspectos, variando desde o estado de conservação da casa e do acervo até as questões mais teóricas relativas à memória. Alguns cursistas relatavam que a casa não estava muito limpa e que o ambiente interno do Museu não tinha um aspecto tão agradável quanto a fachada da casa sugeria. Foi levantada a questão de que nem todos os objetos expostos tivessem pertencido àquela casa e uma cursista relatou que acharia mais interessante se a disposição dos objetos obedecesse à mesma da “original”, usada pela família de Bernardes. Alguns cursistas também notaram o predomínio de uma única memória sobre Bernardes e seu período de Governo, destacando as alusões ao Partido Republicano Mineiro e à Revolução de 1932 na qual Bernardes se posicionou contrariamente ao Governo do então Presidente Getúlio Vargas.

Nossa intenção, a princípio, era fazer uma rápida explanação sobre o período da história política do Brasil conhecido como Primeira República e ainda, realizar uma segunda visita ao Museu, desta vez com a mediação da monitora Isabela T. Guerra. Entretanto, devido ao prolongamento da discussão após a primeira visita, e à necessidade de nos atentarmos ao horário, entre outras razões, por causa do funcionário do Museu que estava à nossa disposição e devido a horários de ônibus de alguns cursistas, encerramos o terceiro encontro logo após as discussões.

- Quinto Encontro: Apresentações das atividades realizadas pelos alunos e avaliação do curso – dia 03 de novembro de 2015.

No quinto e último encontro, cada cursista trouxe um bem que, segundo a sua opinião, poderia ser considerada uma referência da cidade de Viçosa. Cada um apresentou e justificou sua escolha e pôde conversar com os colegas a este respeito. Em seguida, projetamos na tela do Datashow as fotografias produzidas por cada um e ouvimos as respectivas explicações acerca do porquê da escolha, da importância daquele local/bem/paisagem fotografado(a). Além da escolha do que fotografar, percebemos que os cursistas procuraram expressar também alguma perspectiva.

Pedimos aos cursistas que cada um produzisse pelo menos duas fotografias. No dia das apresentações, além de ouvir e trocar ideias com os colegas de curso, o grupo selecionou, por meio de votação, as fotos que iriam para a exposição final. Embora houvésssemos combinado a escolha de uma foto por cursista, chegamos à conclusão de que dois deles deveriam ter expostas as suas duas fotos apresentadas. No CD-ROM que compõe esta dissertação, consta uma pasta com todas as fotos feitas pelos cursistas e outra com as fotos selecionadas por eles, para a exposição.

Antes do encerramento, os cursistas puderam expor suas opiniões acerca do curso e promover a sua avaliação. Felizmente, foram todos bastante generosos, fazendo ponderações positivas, relatando que havia sido um momento de grande aprendizado e troca de experiências e manifestando sua satisfação com as atividades em geral. As ministrantes Isabela Tavares Guerra e Walkiria Maria de Freitas Martins também manifestaram sua satisfação com os resultados, sobretudo, porque o grupo foi bastante participativo, tendo superado as expectativas quanto ao desenvolvimento das discussões teóricas e atividades propostas.

Uma semana após o término do curso, convidamos professores, colegas do Mestrado, amigos em geral, autoridades municipais e da UFV e todos os cursistas para a inauguração da exposição fotográfica que organizamos como conclusão do curso. Nela foram apresentadas as fotografias elaboradas e escolhidas pelos cursistas.

- Exposição das fotografias produzidas pelos cursistas – de 10 a 20 de novembro de 2015 na Estação Cultural da UFV.

Convite

Inauguração da exposição

Olhares sobre a cidade
Reflexão sobre o patrimônio cultural de Viçosa
10 de novembro às 18h



A mostra é fruto do curso Educação e Patrimônio: reflexão sobre o patrimônio cultural de Viçosa e seu potencial educativo. As fotografias foram produzidas pelos cursistas e procuram discutir as vivências na cidade e o envolvimento social nas questões patrimonialistas.

O curso é fruto da pesquisa de Isabela Guerra e Walkiria Freitas sob orientação do Professor Leonardo Civale do Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV.

Local: Estação Cultural da UFV

Período da exposição : 11 a 20 de novembro Horário: 8h30 às 11h30 e de 14h às 17h30

Agendamento de grupos: 3899-3233 /e-mail: estacaocultural@ufv.br

Realização



Apoio:



**PREFEITURA
DE VIÇOSA**
O FUTURO É AGORA

PEC
PRÓ-REITORIA DE
EXTENSÃO E CULTURA



Divisão de Assuntos Culturais



Figura 31: Inauguração da Exposição Fotográfica (A). Estação Cultural da UFV-Campus Viçosa – MG. 10/11/2015. Acervo pessoal.



Figura 32: Inauguração da Exposição Fotográfica (B). Estação Cultural da UFV-Campus Viçosa – MG. 10/11/2015. Acervo pessoal.



Figura 33: Inauguração da Exposição Fotográfica (C). Estação Cultural da UFV-Campus Viçosa – MG. 10/11/2015. Acervo pessoal.

Agradecemos aos cursistas pela participação, pelos conhecimentos partilhados, pela paciência de realizarem as atividades propostas e por terem se ausentado de suas atividades ou de seu descanso para contribuírem com nosso trabalho. Agradecemos também pela forma afetiva com que nos receberam e pela amizade que desenvolvemos ao longo dos encontros. Agradecemos também à Secretaria Municipal de Cultura de Viçosa pelo apoio à realização do curso de Educação e Patrimônio, em especial, ao Departamento de Eventos, pela permissão para o uso do auditório da Estação Cultural Hervé Cordovil e pelo apoio técnico ao longo do curso. Agradecemos também ao senhor proprietário do trenzinho, utilizado pela Prefeitura ao longo da “Jornada do Patrimônio”, pela gentileza e atenção que nos dispensou durante todo o tempo em que nos acompanhou durante a primeira aula prática.

Agradecemos também ao Departamento de Geografia da UFV, pelo empréstimo do equipamento Datashow para a realização das aulas teóricas e para as apresentações do último encontro. E pela impressão e encadernação de todas as apostilas utilizadas no curso, no que agradecemos em especial, ao Chefe do Departamento de Geografia, professor André Luiz Lopes de Faria.

Finalmente, agradeço à amiga Isabela Tavares Guerra pela troca de conhecimentos e experiências, pelas críticas que me fizeram refletir sobre o curso de forma específica e sobre toda a dissertação, de maneira geral. Agradeço o apoio e a dedicação ao trabalho e, é claro, a amizade. E agradeço a nosso orientador e coordenador do curso, professor Leonardo Civalle, pelas orientações, conhecimentos e presença sempre que possível, no decorrer do curso e apoio para que ele se realizasse.

3.2: Análise das respostas dos cursistas às atividades propostas no Caderno de Campo e conclusões sobre o curso.

Nesta etapa faremos uma análise dos pontos que sobressaíram nas respostas dadas pelos cursistas às questões que formulamos e que constavam no caderno de campo do curso. Em relação ao total de inscrições recebidas, apenas onze cursistas deram prosseguimento ao curso, tendo obtido presença em pelo menos três dos cinco encontros promovidos. Por essa razão, estes onze foram os únicos contemplados com o Certificado de participação no evento. Entretanto, cursistas que desistiram ao longo do processo, deixaram partes de suas apostilas preenchidas e estes textos também serão analisados, perfazendo um total de quatorze apostilas,

as quais serão denominadas a partir de agora, como A1, A2, até A14, para fins de identificação da análise de cada cursista.

É preciso esclarecer também, que, embora o curso tenha sido elaborado e executado conjuntamente com outra aluna, Isabela Tavares Guerra, e embora o material produzido tenha sido o mesmo nos dois trabalhos, os objetivos em relação ao curso, as percepções e anotações ao longo do mesmo, bem como a análise das respostas dos cursistas e das atividades práticas realizadas foram individuais. Sendo assim, as conclusões a respeito também serão próprias, de acordo com os contextos e objetivos de cada trabalho.

As respostas elaboradas pelos cursistas e registradas no Caderno de Campo serão utilizadas como fontes para a análise dos resultados do curso, tendo em vista os objetivos propostos. Por essa razão, optamos por não fazer nenhum tipo de alteração aos textos transcritos. As páginas originais foram digitalizadas e o arquivo está disponível no CD-ROM que acompanha esta Dissertação.

Iniciaremos por uma análise das respostas às primeiras questões do caderno de campo, referentes às discussões teóricas sobre determinados conceitos e à tentativa de perceber alguns conhecimentos prévios dos participantes. É interessante notar como entre as primeiras e as últimas respostas, cada cursista demonstrou de alguma forma, as contribuições que o curso proporcionou à sua reflexão ou a manutenção das concepções que tinha *a priori*.

As duas primeiras questões propostas foram as seguintes: “*Por que alguns bens são preservados e outros destruídos? Quem escolhe?*”; e “*Quais memórias são lembradas por meio destes bens preservados?*”. Acreditamos que o grupo possa ser subdividido entre uma parte mais homogênea, formada por alunos de graduação em História, Geografia ou Ciências Sociais e outro mais heterogêneo, formado por profissionais de outras áreas, de faixa etária ou atuação profissional distinta. Isso pode ter influenciado as respostas, de maneira geral. Há dois posicionamentos bem marcados: um de perfil mais conservador em relação ao patrimônio, à memória, à identidade, ao papel social do Museu e outro que, claramente traz as discussões das Ciências Sociais para seus textos e, portanto, dialogou mais diretamente com a proposta do curso, desde as primeiras respostas. Entretanto, devemos ressaltar que isso é apenas uma tendência e não uma determinação, podendo, evidentemente, haver variações.

A seguir, citaremos algumas respostas àquelas duas primeiras perguntas, que demonstram as razões de tais conclusões. Explicamos ainda, que, as perguntas analisadas pormenorizadamente são aquelas respondidas pelo maior número possível de cursistas e que, portanto, permitem uma análise do grupo. Também é importante ressaltar que os cursistas não responderam a todas as questões. Em alguns casos, faremos a escolha de determinadas questões ou respostas, pois o objetivo da análise será apenas demonstrar tendências. A totalidade das respostas dadas em cada uma, das quatorze apostilas está disponível no CD-ROM que acompanha a dissertação.

- *“Por que alguns bens são preservados e outros destruídos? Quem escolhe?”*

A1: “Por uma conjuntura que inclui **interesses e necessidades** que culminam no reconhecimento sobre determinada estrutura. Normalmente as **forças hegemônicas prevalecem** em suas escolhas”.

A2: “Para preservar um bem depende de vários fatores: **interesse da comunidade, dos poderes públicos e dos proprietários. A escolha depende do interesse ou conhecimento** das pessoas”.

A3: “Esta lógica perpassa pelos **interesses em jogo**. Geralmente quem escolhe detém o **poder econômico ou político**”.

A5: “Devido a **interesses diferentes**. Pode também ser por **falta de identificação** do grupo com o bem ou por **falta de interesse** em preservar certa memória. Quem escolhe **depende** do contexto”.

A6: “Alguns bens vão de encontro aos **interesses territoriais de certos atores sociais**, que então determinam sua destruição junto ao **poder público**”.

A7: “Porque a preservação de certos bens contribui com **interesses de certos grupos com poder/influência para decidir** com que sejam preservados, ou quando um grupo de menor influência consegue mostrar a importância de certo material/imaterial para a história do local/global”.

A8: “Pois **alguns bens guardam a memória da sociedade** que vivia no local em determinada época e **fazem parte da identidade local**”.

A9: “A preservação parte das **escolhas de um grupo**, que julgou que determinado bem deve ser preservado. Esta mesma lógica está presente na escolha do bem que “deve” ser destruído”.

A10: “São influenciados por **vários fatores** desde **políticas públicas** e valores dos **grupos sociais dominantes**”.

A11: “A decisão de preservação ou destruição **vai depender do grupo que reivindicar** a patrimonialização de um aspecto cultural. Geralmente, a preservação são de bens de **grupos hegemônicos**”.

A12: “Alguns bens são preservados **em função da memória e do caráter cultural de um dado povo**. Tais bens são escolhidos através...”.

A13: “A preservação ou não **varia conforme a sociedade**, de acordo com a construção de **laços e pertencimentos que estas estabelecem** com aquilo que determinam para ser patrimônio (material ou imaterial). A escolha dos bens que devem ser preservados ou não, na maioria das vezes, partem de **poderes públicos** e políticos, mas também podem e devem ser propostas e escolhidas pela sua **população**”.

Das quatorze apostilas, treze respondem à esta primeira questão que foram postas na íntegra. Percebe-se em quase todas as respostas a ideia de que o patrimônio é fruto de uma seleção e de que grupos hegemônicos, ligados a poder político e/ou econômico predominam em tais seleções. Por outro lado, percebe-se em alguns textos uma variação que tende a associar o patrimônio tombado essencialmente às questões da memória, da identidade, e da referência em relação aos grupos sociais. São os casos observados em A8 e A12, por exemplo. Pode-se dizer, portanto, que, em geral, o grupo chegou com a ideia de que o patrimônio não é algo “natural”, mas socialmente construído.

Ao formularmos a segunda questão nossa intenção era que sua resposta fosse um desdobramento da reflexão provocada pela primeira. Em alguns casos isso se verificou, em outros não, demonstrando que, mesmo para aqueles cursistas que já tinham uma visão mais crítica acerca do processo de elaboração de políticas públicas, algumas ideias recorrentes no senso comum estão naturalizadas e tais discursos acabam sendo reproduzidos. Vejamos alguns desses casos:

- “*Quais memórias são lembradas por meio destes bens preservados?*”

A9: “As **memórias da comunidade** onde este bem está inserido. **Cidades Históricas** fazem referência a uma **história nacional**, logo essas memórias são compartilhadas por grupos que ocupam todo o país. **Memórias “locais”**, são lembradas pela **comunidade que vivencia**, ou seja, os grupos locais que se relacionam com esta memória”.

Percebe-se que, embora em sua primeira resposta A9 tenha ressaltado que o patrimônio é fruto de uma seleção feita por determinado grupo, afirma em seguida, que as memórias preservadas pertencem à comunidade e ainda diferencia a memória nacional da local, evidenciando assim, a concepção de que a memória é um ato natural, que ocorre em níveis diferentes (nacional, local). Há uma contradição, portanto, entre a ideia de que o patrimônio é uma construção e a de que ele reflete a memória existente a nível nacional ou local. Este é um ponto no qual o curso pretendia oferecer alguma contribuição, no sentido de que esta pessoa

percebesse que, se de fato há um processo de elaboração direcionado por determinado grupo, com interesses específicos, os resultados de suas ações irão refletir esses interesses e não os da comunidade como um todo. Além disso, se o patrimônio é fruto de uma seleção, não se pode atrelá-lo ao mesmo tempo, à ideia de que cada lugar possua uma memória, como se isso fosse natural. O patrimônio é elaborado com base em uma memória e esta, por sua vez, também é elaborada e comporta lembranças e esquecimentos, de acordo com o grupo que a elabora.

Vejamos outro exemplo:

A10: “As memórias lembradas são todas aquelas que direta ou indiretamente fizeram parte da história daquele bem. As pessoas que ali passaram, os outros bens que construíram a paisagem em sua volta e todas as suas referências”.

Esta resposta expressa uma não associação entre o fato de que “grupos sociais dominantes” definem o patrimônio (como se afirma na primeira resposta) e de que, portanto, a própria escolha do bem a ser patrimonializado já tem relação com seus interesses e a memória que se deseja atrelar a tal bem, deverá cumprir este mesmo objetivo. Portanto, não são necessariamente as memórias “que fizeram parte da história daquele bem”, mas um relato intencional desta mesma história, de forma a atender a determinados interesses.

Outro exemplo ocorre em A11:

A11: “São memórias coletivas de um certo fato histórico que marcou uma comunidade ou nação e dão sentidos identitários a esses grupos”.

Esta mesma pessoa afirmou na primeira resposta que a seleção de bens patrimoniais depende de interesses de grupos sociais, entre os quais prevalecem os “hegemônicos”. Há, portanto, a ideia de elaboração intelectual com base em interesses e, ainda, a ideia de que os interesses de certos grupos prevalecem em detrimento dos de outros. Contudo, na segunda resposta tem-se a ideia de que o patrimônio está associado às memórias coletivas de “uma comunidade ou nação”. Assim, a noção de comunidade ou nação como algo coeso ou como algo fragmentado não está muito clara ou passou despercebida a esta pessoa. Evidentemente, a concepção de patrimônio irá variar para cada uma delas. Este era o objetivo principal do curso. Do nosso ponto de vista, “nação” ou “comunidade” são categorias generalizantes que se referem, na realidade, a um conjunto de grupos sociais distintos que são enquadrados em padrões coletivistas.

Outro ponto que chamou a atenção no contexto geral das respostas a outras questões, foi a importância atribuída à “Educação Patrimonial” (é este o termo utilizado por alguns) na preservação dos patrimônios e na “conscientização” ou no “conhecimento” ou na “divulgação” da/à população. Como estas perguntas foram feitas em um momento mais avançado do curso, quando as primeiras discussões teóricas sobre memória, identidade, patrimônio, etc, já haviam sido feitas, em geral percebe-se que o grupo manifesta ter conhecimento de que todos estes são processos de elaboração intelectual e não acontecimentos naturais e de que há interesses diversos envolvidos com a questão do patrimônio. No entanto, isso não os leva a uma discussão sobre o papel dos espaços públicos, da vivência da cidadania por todos os grupos que compõem uma cidade. A ideia de democratização do patrimônio parece ter instigado a “necessidade de conscientização dos grupos silenciados” para que também não se percam as suas memórias e para que suas referências também sejam canceladas. Isso pode ser considerado um ponto positivo das discussões provocadas pelo curso, mas, também pode demonstrar a necessidade de se frisar o *frenesi* patrimonial contemporâneo, “a retórica da perda” tão disseminada e naturalizada, a alternativa de promovermos seleções (para não correremos o risco de querer patrimonializar tudo), mas de que tais seleções sejam democráticas, abarcando mais grupos sociais distintos.

Vejamos algumas respostas que exemplificam tais conclusões:

Na página 32 do caderno de campo sugerimos a seguinte atividade:

- *Refleta sobre a representatividade destas memórias para a população viçosense como um todo.*

A questão refere-se a alguns bens tombados pelo município de Viçosa. Transcrevemos a seguir, algumas respostas dadas a ela:

- **A3:** “Para a população viçosense a representatividade destas memórias **garante a construção da identidade e a diversificação da história**, recontada agora por seus habitantes, pessoas comuns talvez preocupadas com a **substituição das suas lembranças por projetos que privilegiam as armações de ferro e concreto armado**, prédios cada vez mais altos. Isso distancia as pessoas, ao contrário da ocorrência, em outros tempos. E conseqüentemente **a educação do seu olhar, para a continuidade destas memórias** e uma crítica sobre o estado em que se encontram”.

- **A10:** “Nota-se que há uma disputa pelo espaço público. A falta de planejamento urbano notória na cidade, fez com que muitos bens patrimoniais ficassem “escondidos”, sem destaque.

Há nos últimos anos um **resgate desta memória e valorização destes bens**, porém, para que a população se **conscientize, ou melhor se identifique** com eles é algo que depende de **educação patrimonial**’.

Na página 19 do caderno de campo sugerimos as seguintes questões:

- *Por que ocorrem muitos casos em que um bem tornado patrimônio, não exerce na prática, seu papel de “lugar público”?*
- *Como solucionar o problema dos patrimônios que não são “lugares públicos”?*
- *Qual a importância e o papel da educação nesse processo?*

- Respostas de A1 às três questões:

- “Porque o processo de patrimonialização muitas vezes prioriza certos grupos em detrimento de outros não permitindo uma relação identitária plural”.
- “Permitindo que os diferentes grupos formadores da sociedade se relacionem com o bem em **diferentes perspectivas**”.
- “A educação tem papel central na **aproximação e divulgação entre os grupos sociais e os bens patrimonializados**”.

- Resposta de A2 à terceira questão: “O envolvimento da Educação Patrimonial faz com que o bem fique mais organizado e divulgado na sua importância”.

- Resposta de A5 à segunda questão: “Fazer um projeto de educação patrimonial informando as pessoas do valor do bem (não sei se só isso funciona)”.

Nos três casos é possível perceber uma certa visão sobre o papel da educação no campo do patrimônio como meio de divulgação e conscientização acerca dos bens tombados. É claro que, para fins de conhecimento, todos os bens e memórias a eles relacionados podem e devem ser divulgados e conhecidos. Entretanto, é preciso ir além, pois, nas respostas transcritas acima, percebe-se que não há também uma perspectiva de análise crítica do patrimônio e das práticas patrimonialistas por meio do processo educativo. A educação aparece como o âmbito das “verdades absolutas” e não como meio de construção do conhecimento, de discussão ou de reflexão. Esta, certamente, não é uma questão para ser avaliada apenas no que diz respeito ao patrimônio, mas, para a educação como um todo. Em nossa opinião, a ideia que normalmente se faz da educação e de sua relação com o patrimônio, abre a perspectiva de uma análise sobre a forma como a sociedade interpreta o papel social da própria educação.

Tais concepções estão tão arraigadas ao censo comum que, percebe-se nas respostas de **A1** uma contradição entre a proposta de solução para os lugares pretensamente públicos que

não alcançam o seu objetivo. A solução seria permitir que diferentes grupos se relacionassem de formas distintas com os bens tombados; e, concluir que o papel da educação é importante para a “aproximação e divulgação” entre os bens e os grupos sociais. Entretanto, a resposta não discute a noção de cidadania de forma mais profunda. É, sem dúvida, importante que o patrimônio esteja aberto às diferentes possibilidades de interações que aglutinem os diferentes grupos sociais. Mas também seria interessante problematizar o fato de que há muitos grupos que desejariam outras referências, outros patrimônios ou monumentos espalhados pela paisagem urbana. Ao utilizar a educação meramente para aproximar a todos dos bens já chancelados, perdemos de vista o fato de que os espaços públicos contêm referências diversas. Talvez uma contribuição importante da educação neste sentido, fosse provocar a reflexão sobre tal necessidade tanto à sociedade em geral quanto ao Poder Público.

Como último exemplo, podemos citar as questões da página 13 do caderno de campo, as quais se referem à antiga residência de férias da família do ex-Presidente Arthur Bernardes, onde atualmente está instalado o MCAB:

- *Essa casa é um patrimônio? Por quê?*
- *Ela foi construída para ser patrimônio cultural?*
- *Ela é representativa para a população de Viçosa? Justifique.*

- Respostas de A2 às questões:

- “Sim; Possui considerável aspecto **arquitetônico** e pertenceu e foi residência de um **presidente do Brasil**”.
- “Acredito que na época da construção não tiveram essa intenção”.
- “Sim. Porque abrigou por um bom tempo um **presidente da República**, mesmo como morada não permanente”.

- Respostas de A5 às questões:

- “Sim, porque representa parte da história de Viçosa com a qual muitos viçosenses se sentem pertencentes”.
- “Não”.
- “Para alguns grupos sim, **porém outros não têm informação ou interesse em sua história**, não havendo nem a possibilidade de se identificarem ou não com o que a construção representa”.

- Respostas de A7 à primeira e à terceira questões:

- “Sim, mas reconhecido apenas pelo município. Conta a história do momento em que Arthur Bernardes foi presidente do Brasil, uma personagem que seria importante para a cidade de Viçosa na época”.
- “Não, pois grande parte da população não tem nem o conhecimento que ela tenha um fim cultural e que a mesma exista”.

É interessante observar que, muitas pessoas consideram que a Casa Arthur Bernardes seja um Museu pouco conhecido na cidade de Viçosa. Tal fato, efetivamente não condiz com os livros de assinaturas de visitantes do Museu. Especialmente as Escolas Municipais levam frequentemente seus alunos para visitas ao MCAB. Portanto, a sensação de pouca relação entre os moradores da cidade e o Museu não decorrem do desconhecimento ou da falta de visitas ao mesmo. Este é outro ponto que a realização do curso nos proporcionou perceber: nossa hipótese é que talvez esta percepção esteja relacionada ao sentido que aquela memória tem ou não para algumas parcelas da população. Não sabemos se de fato os moradores da cidade sentem tal afastamento, mas, se ele for verificado, certamente não será pelo desconhecimento. Isso talvez ocorra pelo baixo “*grau de pertinência*” (relembrando a expressão de Joël Candau) que aquela memória tem para determinados grupos sociais.

Outro ponto que gostaríamos de ressaltar aparece nas respostas dadas em **A2**. Observa-se a reprodução de um discurso recorrente, segundo o qual determinadas características arquitetônicas e certos papéis sociais – ligados à história política, por exemplo – são tidos como justificativas para a patrimonialização de alguns bens. Conseqüentemente, atrelada a isso, está a ideia de que existem papéis sociais e estilos arquitetônicos que não serão cogitados para a patrimonialização. Este também seria um ponto essencial a ser enfatizado, ou seja, o patrimônio não é fruto apenas de uma seleção de memórias, mas também é fruto de uma concepção específica de estilo arquitetônico ao qual se atribui valor, ou, a uma concepção de história, segundo a qual existem papéis sociais mais relevantes que outros. Tal problematização sobre as matrizes patrimoniais estabelecidas também é necessária, se quisermos enfatizar a ideia de democratização do patrimônio.

Evidentemente, estas não foram as únicas respostas para nossa reflexão. As que foram citadas cumprem o papel de exemplificar questões que sobressaíram e cuja análise consideramos necessária. Também se pode admitir que as análises que apresentamos não sejam

as únicas possíveis que a experiência do curso nos proporcionou. Por essa razão, as conclusões aqui apresentadas são parciais e, apesar de oferecerem alguma reflexão sobre os objetivos gerais do trabalho. Tais conclusões demonstram, sobretudo, a necessidade de que esta seja apenas a primeira etapa de um trabalho continuado, refletido, revisto continuamente, para que, a longo prazo, possam ser avaliadas suas reais possibilidades de contribuição à área do patrimônio, bem como, à área das relações entre o patrimônio e a educação.

Em primeiro lugar, consideramos que a realização do curso foi uma experiência muito válida pela oportunidade de conversar diretamente com outras pessoas, expor nossas ideias e ouvir outras tantas, além de testar a viabilidade concreta daquilo que na teoria estávamos propondo. A minha hipótese pessoal de que o curso seria uma inteira novidade foi frustrada, mas, por outro lado foi possível perceber que muitas questões relativas ao patrimônio ainda precisam ser mais discutidas e desnaturalizadas.

O processo de elaboração da memória, as diferenças entre história e memória, o jogo de interesses e poder que perpassa a territorialização do espaço por meio de políticas públicas, necessitam ser problematizados. O mesmo se pode afirmar em relação às questões referentes à cidadania e à efetiva ocupação dos espaços públicos ou às funções sociais dos Museus, bens tombados e monumentos, entre muitos outros aspectos direta ou indiretamente relacionados ao patrimônio.

Não temos a pretensão de que este curso tenha solucionado ou possa vir a solucionar todos os problemas que identificamos no que diz respeito à relação entre patrimônio e exercício da cidadania. Contudo, consideramos que o curso foi um importante ponto de partida para o exercício de reflexão sobre as práticas patrimoniais. Após sua primeira execução, certamente, será necessária uma revisão do material que formulamos, das atividades propostas, do tempo de duração do curso e do número de participantes. Ressaltamos que esta análise é referente apenas a um exercício de “teste” da proposta de intervenção prática que fizemos neste trabalho.

Consideramos que o trabalho proposto será difícil, uma vez que se pretende lidar com pessoas de todas as áreas do conhecimento e que muitas delas podem não ter familiaridade com os conceitos e metodologias próprios das Ciências Sociais. A dificuldade também pode advir do fato de que o trabalho de “Educação Patrimonial” no sentido de uma “alfabetização cultural” já é realizado a algum tempo e já está bastante disseminado no senso comum. Como demonstramos, há uma ideia recorrente de que a educação, de maneira geral, seja um meio de passar conhecimentos das mentes mais esclarecidas para as menos esclarecidas. Isto contribui para que seja um desafio a mais, levar as pessoas a considerarem a possibilidade do uso de

práticas educativas para um exercício de reflexão e não de doutrinação ou para um exercício de trocas de conhecimentos e não de sua mera transmissão.

Entretanto, considerando os pontos positivos, poderíamos citar o fato de que alunos dos cursos de História e Geografia da UFV, dentre os quais alguns já envolvidos com projetos em escolas por meio do PIBID. Esses poderão estar, futuramente, em salas de aula e têm a possibilidade de contar com as experiências obtidas através deste curso para as mais variadas discussões e atividades a serem desenvolvidas com seus alunos. A professora e o estudante de Ciências Sociais e membro do CMCPHAV que participaram são também importantes elementos multiplicadores das possibilidades de contribuição para as áreas da educação e do patrimônio que este curso pretende oferecer. Além disso, funcionários da UFV e outros que participaram porque têm interesse em ingressar no Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, tiveram uma oportunidade de um primeiro contato com as discussões feitas, com o contexto do curso e, quiçá, isso possa contribuir para os trabalhos que ainda podem realizar.

Por outro lado, compartilhar experiências com minha colega de curso Isabela Tavares Guerra foi muito enriquecedor. Como já mencionei, o processo de elaboração do curso me proporcionou grande crescimento, mas também o decorrer mesmo, através de suas falas, dinâmicas, especialmente com o trabalho realizado no MCAB, com cuja discussão teórica tenho menor familiaridade, foi um momento de muito aprendizado. A troca de experiências com os cursistas também foi muito enriquecedora e gratificante. Iuri F. Paglioto nos brindou com suas reflexões sobre a Praça como “espaço público”. No entanto, não foi apenas ele quem contribuiu para as discussões. Cada um com suas experiências, com arte, na sala de aula, no meio político, na UFV, como cidadão, como viçosense “nativo” ou “forasteiro”, enriqueceu as discussões, deu densidade à proposta e, certamente, colaborou muito para as nossas reflexões pertinentes ao curso, à dissertação como um todo e a outras questões.

Concluimos, portanto, que apesar de ter sido uma experiência, de pequeno porte, com um material que certamente merece muitos reparos, com a necessidade de rever muitas coisas, a realização deste curso foi um sucesso. Foi prazeroso estar com o grupo, foi desafiador expor nossas concepções à prova, foi estimulante repensar várias coisas.

Quanto à reflexão teórica, considero que os resultados do curso foram de grande valia. Tendo em vista que o patrimônio ainda é tido por algumas pessoas como algo que tem valor em si mesmo; que memória, passado e história são conceitos que precisam ser melhor elucidados; que exercício de cidadania ainda é algo pouco problematizado por alguns grupos sociais; e que

discursos de autoridade ainda são vistos por muitos como algo natural e inquestionável, seja por falta de conhecimento ou por comodismo, percebemos o quanto o curso contribuiu para reforçar nossos argumentos. É importante e gratificante pensar que o esforço intelectual de análise de uma situação social, possa ser algo viável e quem sabe ofereça alguma contribuição à sociedade de maneira geral.

Conclusão

*Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.*

*Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,
a vida presente.*

Carlos Drummond de Andrade (“Mãos dadas”)

Esta pesquisa constitui-se em uma das primeiras análises acerca dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no município de Viçosa, na Zona da Mata Mineira, no âmbito do patrimônio cultural. Trata-se, portanto, de um ponto de partida e não de apresentar conclusões definitivas. Nesse ínterim, as conclusões que ora apresentamos, dizem respeito aos objetivos e hipóteses propostos anteriormente à realização do trabalho bem como, outras constatações que não haviam sido previstas.

Ao iniciarmos o trabalho, nosso principal objetivo era compreender como as práticas patrimonialistas foram realizadas em Viçosa no período entre as décadas de 1990 e 2000. No entanto, o estudo das fontes, sobretudo, dos artigos publicados no jornal *Folha da Mata*, nos trouxe a necessidade de ampliar o período de análise, uma vez que as discussões sobre cultura, memória e identidade na cidade, haviam iniciado por parte de um grupo, ainda na década de 1980.

Após a análise daqueles discursos defendidos por determinados grupos sociais em Viçosa, observamos a partir da segunda metade da década de 1990, a criação de uma Secretaria Municipal de Cultura, com um Departamento voltado às questões da memória e do patrimônio e a concomitante criação do Conselho Municipal de Patrimônio. A partir de então, surgiram as legislações patrimoniais de Viçosa, com vistas à proteção do patrimônio,

sobretudo de “pedra e cal”. Proteção do patrimônio numa cidade onde a especulação imobiliária é muito grande na área central, justamente a parte mais antiga, onde se localizam os imóveis tidos como de importância histórica. Tem-se aí um foco de tensão que consubstancia uma de nossas hipóteses ao iniciar a pesquisa.

A princípio, também propusemos o objetivo de tentar compreender se de fato houve uma eficácia das políticas públicas implementadas em Viçosa, no sentido de obter uma adesão social em relação aos bens tombados. Contudo, ao longo do trabalho percebemos seria mais interessante verificar quais foram os grupos sociais que se tornaram proeminentes em Viçosa e cujos discursos se materializaram em políticas públicas patrimoniais. Automaticamente, estaríamos expondo os demais grupos que também fazem parte desta sociedade, mas, podem não se identificar com tais memórias ou discursos.

Antes da pesquisa, considerávamos também, que as preocupações com a proteção do patrimônio em Viçosa não teriam iniciado por acaso ou totalmente descontextualizadas em relação a outras partes do Brasil e até mesmo do mundo ocidental. Esta hipótese se confirmou, uma vez que percebemos uma maior preocupação por parte de alguns grupos sociais, em definir uma identidade, num momento em que estes consideravam que sua cultura e tradições estavam sendo ameaçadas pela chegada de muitas pessoas “estranhas”, atraídas pelas instituições de ensino da cidade. No entanto, não foram apenas questões identitárias locais que impulsionaram as políticas patrimoniais. Já supúnhamos desde o início que, a criação da Lei “Robin Hood” (ICMS Cultural) pelo Governo do Estado de Minas Gerais, em meados dos anos 1990, teria sido um elemento impulsionador da defesa do patrimônio em Viçosa, tendo em vista a captação de recursos para o município. Também já considerávamos o contexto nacional de redemocratização, a partir do final da década de 1980 e valorização da cultura como uma política internacional desde a segunda metade do século XX.

Entretanto, a pesquisa nos abriu ainda, a perspectiva de pensar a dimensão que o turismo teve em todo esse contexto, no caso de Viçosa. A partir da década de 1990, houve um grande interesse por parte do Poder Público Municipal, empresários e intelectuais em desenvolver uma “identidade turística” para Viçosa e, conseqüentemente, passar a ter um bom meio de captar recursos e desenvolver a cidade. Tal interesse acabou tendo uma relação direta com a questão da defesa do patrimônio histórico, pois se percebia que seria uma possibilidade de atrair turistas com interesse voltado para atividades culturais. O fato de possuir uma casa que pertenceu à família de um ex-presidente da República deu margem a que se estabelecesse um projeto de Museu para Viçosa, em homenagem à memória de Arthur Bernardes, e a

existência de um trecho de ferrovia e de duas estações ferroviárias, também estimularam o surgimento de ideias relacionadas ao turismo, atreladas à necessidade de preservação e reutilização de tais imóveis para fins turísticos.

Outro ponto que não consideramos a princípio e que se mostrou de grande relevância no contexto de preservação do patrimônio histórico-cultural e arquitetônico de Viçosa, foi a criação do curso de Arquitetura e Urbanismo na UFV, também na década de 1990. A presença de arquitetos na cidade, no momento em que grupos políticos e financeiros da cidade pretendiam desenvolver o turismo local, foi de suma importância, pois, começou-se a falar em planejamento urbano e necessidade de melhorar a qualidade de vida na cidade. Dessa união entre Poder Público e arquitetos e urbanistas, surgiram o Plano Diretor de Viçosa, o IPLAM, a Lei de Uso do Solo, a ONG *Census* e o Conselho Municipal de Patrimônio, além de toda a legislação municipal concernente à tais órgãos e instituições. A partir de então, tudo o que foi planejado para o ambiente urbano de Viçosa, bem como o que foi efetivamente executado deste planejamento, teve a influência direta de arquitetos ligados à UFV. E no que diz respeito à proteção do patrimônio, sobretudo o de “pedra e cal”, a influência destes profissionais foi relevante. Foram eles os grandes divulgadores da “*retórica da perda*”, alertando a sociedade viçosense acerca da “necessidade” de proteger a memória da cidade, através da proteção a seus antigos casarões. Por conseguinte, a presença desses arquitetos no CMPCAV muniu seu discurso urbanista e preservacionista com os aparatos legais de que dispunha o município de Viçosa e eles então, passaram a materializar suas ideias através de legislações e tombamentos que marcavam a paisagem da cidade.

É preciso considerar ainda, o fato de que o próprio IEPHA conta com a predominância de arquitetos e de que são eles os definidores dos critérios de avaliação dos municípios mineiros para fins de captação do ICMS Cultural. Tal fato coloca Viçosa numa posição favorável pela existência de muitos arquitetos diretamente envolvidos com o Conselho Municipal do Patrimônio. Há que se enfatizar que, em Viçosa, as políticas patrimoniais contam com o suporte do DAU/UFV e isso certamente faz uma grande diferença no que diz respeito à documentação produzida para as avaliações do IEPHA. Além disso, há o trabalho de inúmeros estagiários que prestam serviços ao CMPCAV e as publicações acadêmicas sobre os trabalhos realizados. Todo esse conjunto estabelece um discurso de autoridade no âmbito local e para além dele, principalmente, por este grupo estar ligado a uma grande instituição de Ensino Superior, como é a UFV.

Como um dos critérios avaliados para que um bem seja considerado patrimônio é a sua antiguidade e sua relação com a história da cidade, não caberia aos arquitetos apenas os conhecimentos técnicos acerca dos estilos de construção dos imóveis a serem patrimonializados, mas também certos conhecimentos sobre a história da cidade e algumas de suas referências. Este é outro ponto que não havíamos considerado, a princípio, para o trabalho: o fato de que não existia um curso de Graduação em História em Viçosa, na década de 1990. Além disso, também deve-se considerar que, a despeito de não haver muitos historiadores e uma produção historiográfica mais constante sobre Viçosa naquele período, o campo do patrimônio foi tradicionalmente uma área de atuação de arquitetos. Tal influência predomina ainda hoje e, não apenas em Viçosa. Estas duas razões permitem compreender o distanciamento entre uma produção historiográfica crítica sobre a cidade de Viçosa e constituição de seu patrimônio histórico e uma aproximação deste último com uma visão memorialista sobre a origem da cidade e suas personagens e fatos marcantes.

Observamos ao longo de trabalho que, produções de caráter memorialista, tais como as obras da professora Maria do Carmo Tafuri Paniago, Pupo Filho, Dionísio Ladeira, Antônio Mello, entre outros acabaram sendo reiteradas como “a história de Viçosa”, não apenas em discursos políticos ou jornalísticos, mas também em trabalhos acadêmicos como monografias de conclusão de curso e dissertações de Mestrado, como a do arquiteto Geraldo Browne Ribeiro Filho. Como todos esses são discursos de autoridade – político, jornalístico e acadêmico – aquela memória acabou se tornando um discurso dominante, reiterado inúmeras vezes e de formas diversas, como “a história” de Viçosa. Isso teve uma influência direta sobre as políticas patrimoniais, pois, as mesmas pessoas que defendiam tal discurso memorialista, eram as que estavam à frente das questões relacionadas à defesa do patrimônio histórico da cidade, tendo sido, portanto, responsáveis pela chancela de tal discurso.

Juntos, aqueles políticos, professores universitários, arquitetos, jornalistas e outros, constituíram um grupo que, literalmente, arquitetou a memória de Viçosa e materializou em forma de tombamentos e leis de proteção ao patrimônio, escrevendo na paisagem urbana um texto memorial que chancela as referências de determinados grupos que compõem a sociedade viçosense, mas, que, evidentemente, não a representam em sua totalidade.

Finalmente, propúnhamos a compreensão de como se deu o processo de constituição do patrimônio tombado de Viçosa, revelando personagens, concepções e valores defendidos, prováveis interesses políticos, econômicos e/ou sociais que porventura tivessem influenciado as tomadas de decisões. Nosso intuito foi mostrar em que contexto se deu o processo, quais

foram as vozes que dominaram, quais os conflitos que perpassaram as questões patrimoniais, que soluções foram dadas e quais interesses estiveram em jogo. Tudo isso expõe o patrimônio e demonstra em que medida seu valor é atribuído e como tal atribuição depende das possibilidades políticas e socioeconômicas de que dispõem os seus agentes.

A constatação de que o patrimônio não é algo que possui valor em si mesmo, mas, que é um recurso da sociedade do presente, com base em necessidades próprias de desenvolver o turismo, preservar a identidade e a memória, entre outras, nos abriu a possibilidade de propor a problematização do patrimônio como algo que representa a sociedade como um todo e que fortalece os vínculos de pertencimento locais. É neste âmbito que se inseriu nossa proposta de intervenção prática, de realização de um curso para profissionais da Educação Básica de Viçosa. Optamos por fazer um contraponto a uma visão tradicional acerca da relação entre patrimônio e educação e procuramos nos distanciar do jargão “Educação Patrimonial” e de sua proposta de “alfabetização cultural”, em busca de uma perspectiva diferente: mais democrática, acerca da cultura e do papel social do patrimônio.

Consideramos que, partir da noção de patrimônio como algo estabelecido *à priori* não apenas empobrece a própria ideia de patrimônio como desqualifica o sentimento de pertencimento. Este último, uma condição *sine qua non* para a preservação de bens materiais e imateriais. Tal exercício seria mera chancela de uma memória e permanência do poder de constituir memórias – provocando automaticamente, esquecimentos bastante estratégicos – nas mãos dos mesmos grupos. Se definir memórias é um exercício de poder – e consideramos desta forma – a “Educação Patrimonial” não deve se restringir a ser um instrumento para chancelar o poder instituído, mas, uma espécie de contra discurso que denuncie onde o poder se esconde e, ao mesmo tempo, assumo o papel de uma educação libertadora.

Por essas razões propusemos um curso de “educação e patrimônio”, no qual pudéssemos discutir com outros profissionais da Educação, possibilidades de se trabalhar o patrimônio histórico em sala de aula, de forma crítica. O próprio patrimônio foi problematizado, pois, ele é fruto da sociedade contemporânea e como tal, precisa ser compreendido e analisado. A partir de tal compreensão, propusemos uma reflexão sobre o processo de constituição dos bens tombados como patrimônio de Viçosa e das leituras que essa paisagem urbana cravada de bens imóveis patrimonializados nos permite realizar.

A história da cidade tornada oficial parte do período entre o final do século XVIII e início do XIX, com a criação do Arraial de Santa Rita do Turvo e termina no século XX. Esta história enfatiza a chegada da linha férrea e as construções das duas estações ferroviárias, o

governo de Arthur Bernardes na Presidência da República e a construção da ESAV e do Patronato Agrícola em Viçosa, no mesmo período. Em seguida, a história da cidade mistura-se à da instituição, sendo a parte mais dramática a que sucede à sua federalização no final de década de 1960 e todas as mudanças que isso teria acarretado à cidade. E esse é ponto final, desconsiderando a dinâmica própria da cidade, as influências de outras instituições de ensino e outras circunstâncias que necessitariam de análise pormenorizada, mas que influenciaram a criação de novos bairros, o crescimento do espaço urbano e, obviamente, novas etapas da história da cidade e novas referências.

Essa história da cidade a partir dos anos 1970 e outras histórias são omitidas pelo texto patrimonial, pois este se encontra inscrito na paisagem urbana de Viçosa. A história narrada refere-se ao povoamento da região central e a edificações relacionadas à UFV ou à linha férrea. Certamente essa é uma parte importante da história de Viçosa, mas não deve ser considerada a única. Existem “outras Viçosas” cujas histórias ainda não foram contadas e cujas referências ainda não estão no mapa dos bens tombados do município. E, como se tem a ideia de que o que está “fora do mapa” ou “fora da história” não existe, é exatamente o que se faz com as memórias e as referências destes outros grupos que também fazem parte da cidade, mas ainda precisam conquistar certos espaços nela.

Enfim, tais possibilidades apenas exemplificam de maneira prática aquilo que procuramos demonstrar tanto com a análise teórica quanto com o curso de educação e patrimônio. O patrimônio precisa ser visto sob uma perspectiva mais democrática e é necessário que ela seja problematizada, dessacralizada e pensado sob outros vieses. Se mais grupos sociais se virem representados no patrimônio haverá menor necessidade de “alfabetização cultural” (termo constante do *Guia de Educação Patrimonial* publicado pelo IPHAN), ou melhor, ela não será mais necessária, pois, as culturas dos diferentes grupos serão valorizadas e a adesão a tais patrimônios se dará pelo significado que ele terá para as pessoas.

Por fim, a pesquisa nos possibilitou considerar trabalhos como os de Márcia Romeiro Chuva e Maria Cecília Londres Fonseca sobre o processo de elaboração do patrimônio nacional brasileiro. Vimos que eles podem embasar outras análises sobre o patrimônio brasileiro, também para as esferas Estadual e Municipal. Percebemos que em Viçosa ocorreu um processo bem semelhante ao verificado no plano nacional, ou seja, o interesse político unido ao econômico, munido com o apoio intelectual de memorialistas e arquitetos, tudo isso culminando na elaboração de um conjunto patrimonial tombado, com referências muito específicas. Pode-se dizer que o projeto pensado para o contexto nacional pelo IPHAN, foi

reproduzido nos Estados, através dos IEPHA's e, no caso específico de Minas Gerais, ele foi potencializado pelo incentivo financeiro da Lei Robin Hood. E, evidentemente, não suporemos que seja por acaso que este Estado tenha sido pioneiro em tal incentivo: pelo próprio legado dos modernistas a serviço do Estado Novo de Vargas, Minas Gerais passou a ser considerado uma das principais localidades onde teria nascido a “brasilidade”. Não é por acaso o grande número de “cidades históricas” e um estímulo à proteção do patrimônio de todos os seus municípios como estratégia para fortalecer tal ideia.

Explicitar o processo de escolha entre o que seria tombado ou demolido, compreender as estratégias criadas para estabelecer um equilíbrio nos conflitos entre a especulação imobiliária e a preservação patrimonial, como o uso da TPC, por exemplo, nos ajudam a compreender melhor o texto que está inscrito na paisagem da cidade. Flanar por Viçosa permite fazer tal leitura e conhecer o processo de elaboração deste texto permite desmitificá-lo, percebendo-o não como um legado do passado, mas do presente.

A “*retórica da perda*” poderia ser substituída por uma visão da patrimonialização como um exercício de cidadania, que permitiria aos diferentes grupos que compõem uma sociedade se ver representados no espaço através da chancela do Poder Público sobre suas referências e suas memórias. Um patrimônio que estivesse atrelado à ideia de uma “*memória exemplar*” e não de uma “*memória literal*” ou única, como propõe Tzvetan Todorov¹. Ou ainda, um patrimônio que proporcionasse o exercício de reflexão e não aquele apenas ligado a uma memória congelada no tempo e que não permitisse as influências das mudanças inerentes ao passar do tempo, como propõe Joël Candau². Enfim, um patrimônio que apenas demonstrasse o direito que têm todos os grupos sociais de se verem representados nos espaços públicos. Tal constatação é um convite a que a sociedade presente, muito mais que as passadas, sejam olhadas com atenção e para que as políticas públicas possam de fato representar ganhos de qualidade para “*o tempo presente, os homens presentes, a vida presente*”.

¹ TODOROV, Tzvetan. “La memoria amenazada”. In: *Los Abusos de la memoria*. Paidós, 2000, Barcelona, pp.11-60. P.21.

² CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. Trad. Maria Leticia Ferreira. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2014. P.163-164.

FONTES

- Arquivo da Câmara Municipal de Viçosa:

Documentos relativos às atividades culturais e turísticas, bem como ao patrimônio histórico-cultural:

Ante-Projetos /Projeto /Decreto /Remessas /Portarias /Resolução - (Leis)

Vetos /Pareceres /Atos Legislativos /Minutas /Remessas Parecer

Correspondências Ativas, Passivas, Internas e de Terceiros

Remessas – Ofícios/Correspondências

Remessas/Requerimentos /Moções /Remessas de Solicitações

Pareceres/Requerimentos /Atas /Declarações

Atendimento de Indicação

- Produção bibliográfica sobre o município de Viçosa:

ALENCAR, Alexandre. *Nos alvares da história de Viçosa*. Belo Horizonte: s/e. 1989.

_____. *Fatos e vultos de Viçosa*. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria, 1959.

BORGES, José Marcondes; e SABIONI, Gustavo Soares. *Primeiros tempos da UFV pelas lentes de Rolfs*. Viçosa: Editora UFV, 2006.

GOMIDE, Tarcísio. *UFV: esboço de uma síntese histórica*. Viçosa: Editora UFV, 1996.

LADEIRA, José Dionísio. *Viçosa é terna*. Viçosa: Folha de Viçosa, 2003.

_____. *Gente Viçosa*. Viçosa: Editora UFV, 2004.

_____. *Viçosa: uma saudade*. Viçosa: Folha de Viçosa, 2004.

_____. *Sempre Viçosa*. Viçosa: Folha, 2009.

PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. *Viçosa: mudanças Socioculturais*. Evolução Histórica e tendências. Viçosa: Editora UFV, 1990.

_____. *Viçosa: tradições e folclore*. 2ª ed. Viçosa: Editora UFV, 1983.

_____. *Os voluntários de 32*. Belo Horizonte: O Escriba, 1995.

_____. *Retratos de uma cidade*. São Paulo: Scortecci Editora, 2001.

_____. *Hervé Cordovil: um gênio da MPB*. São Paulo: Scortecci Editora, 1997.

RAMOS, Antônio de Pádua C.; e MELLO, Tony. *Viçosa em fotos*. Montagem: Paulo Afonso. Impressão: Alvimar Jesu P. Machado e Ruy de São José. Viçosa, 1973.

RIBEIRO, Fernando. *Bernardes: um grande estadista da República*. Viçosa: Ed. Folha de Viçosa, 1986.

SABIONI, Gustavo Soares; e ALVARENGA, Sônia Coelho de. (orgs.). *UFV: oito décadas em fotos*. Viçosa: Editora UFV, 2006.

SANT'ANA. Therezinha Azis Alexandre. *Viçosa: meu município*. Viçosa: Editora UFV, 1984.

SILVA, Ananias Ribeiro da. *Retrato Social de Viçosa 3*. Viçosa: Tribuna Editora Gráfica, 2010.

- Textos e fotografias publicados em *blogs*:

PACHECO, Aguinaldo. *Blog: Viçosa, cidade aberta*. Disponível em: <http://vicosacidadeaberta.blogspot.com.br/>. Acesso em 15/02/2016.

RANGEL, José Mário da Silva. *Blog: O Passado Compassado de Viçosa*. 2007. Disponível em: <<http://opassadocompassadodevicosa.blogspot.com/>>. Acesso em 15/02/2016.

STEPHAN, Ítalo. *Blog: Por amor às cidades*. Disponível em: <http://italostephanarquitecto.blogspot.com.br/>. Acesso em 15/02/2016.

Site: www.vicosa.mg.gov.br. Página consultada em 15/02/2016.

- Periódico de circulação local:

Jornal *Folha da Mata*

- Documentação do Departamento de Patrimônio da Secretaria Municipal de Cultura de Viçosa:

Atas das reuniões do Conselho Municipal de Cultura, Patrimônio Cultural e Ambiental de Viçosa.

Dossiês de tombamentos.

Documentação remetida ao IEPHA para fins de captação dos recursos do ICMS Cultural.

Inventários dos bens tombados pelo município de Viçosa.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio*. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A Editora/FAPERJ/UNIRIO, 2003.
- ALENCAR, Alexandre. *Nos alvares da história de Viçosa*. Belo Horizonte: s/e. 1989.
- _____. *Fatos e vultos de Viçosa*. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria, 1959.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008.
- BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BENJAMIN, Walter. *O anjo da História*. Organização e tradução de João Barrento. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- BERNARDES, Rosilene. *Ampulheta urbana: uma análise da construção da Universidade Federal de Viçosa e de sua influência na (des)construção da cidade de Viçosa – MG através das transformações no tempo e no espaço*. Monografia para obtenção do título de Bacharel em Geografia. Disponível em CR-ROM. UFV, Viçosa, 2013.
- BORGES, José Marcondes; e SABIONI, Gustavo Soares. *Primeiros tempos da UFV pelas lentes de Rolfs*. Viçosa: Editora UFV, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989 (Col. “Memória e Sociedade”).
- _____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. 1ª reimpr. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.
- BURK, Peter. *O que é História Cultural?* Tradução Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- _____. *A escrita da História: Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. Trad. Maria Letícia Ferreira. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CERTAU, Michel de. *A Cultura no Plural*. 7ª ed. Trad. De Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papirus, 2012. (Coleção Travessia do Século).
- _____. *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes de Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- _____. *Andando na cidade*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, IPHAN, nº23, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução Lisboa: Delfi, 1988 (Col. “Memória e sociedade”).
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2001.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- CIVALE, Leonardo. *Sobre Luzes e Sombras: A revitalização da Praça XV de Novembro no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro e o papel da paisagem urbana como patrimônio cultural (1982-2012)*. In: *Cadernos de Geografia*. DOI 10.5752. V.25, nº44. 2015. P.134-148. 15 pp.

- CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Tradução de Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.
- DOSSE, François. *A História em Migalhas*. Dos Annales à Nova História. Trad. Dulce A. Silva Ramos. São Paulo: Ensaio/Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1992.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc/IPHAN, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FURRET, François. *A oficina da História*. Lisboa: Editora Gradiva, 1992.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1ª ed. – [Reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Tradução de Plínio Dentzien. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2002.
- GOMIDE, Tarcísio. *UFV: esboço de uma síntese histórica*. Viçosa: Editora UFV, 1996.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1996 (Série “Risco Original”).
- HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. *A identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HARTOG, François. Tempo e história: “como escrever a história da França hoje”? *História Social*. Campinas (SP), nº 3, 127-154, 1996.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HOBBSBAWN, Eric. E RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.
- LADEIRA, José Dionísio. *Viçosa é terna*. Viçosa: Folha de Viçosa, 2003.
- _____. *Gente Viçosa*. Viçosa: Editora UFV, 2004.
- _____. *Viçosa: uma saudade*. Viçosa: Folha de Viçosa, 2004.
- _____. *Sempre Viçosa*. Viçosa: Folha, 2009.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.
- _____. *Por amor às cidades*. Conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto de História*, São Paulo, nº17, nov. 1998. P.63-201.
- MELLO, Fernando Antonio Oliveira. *Análise do processo de formação da paisagem urbana do município de Viçosa, Minas Gerais*. 2002. 103 folhas. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) – Departamento de Engenharia Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.
- MENESES, José Newton Coelho. *História & Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.
- NORA, Pierre. Entre memória e História. A problemática dos lugares. *In: Projeto História*, nº 10, p.7-28. São Paulo: PUC/SP, dez. 1993.
- PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. *Viçosa: mudanças Socioculturais*. Evolução Histórica e tendências. Viçosa: Editora UFV, 1990.
- _____. *Viçosa: tradições e folclore*. 2ª ed. Viçosa: Editora UFV, 1983.
- _____. *Os voluntários de 32*. Belo Horizonte: O Escriba, 1995.
- _____. *Retratos de uma cidade*. São Paulo: Scortecci Editora, 2001.
- _____. *Hervé Cordovil: um gênio da MPB*. São Paulo: Scortecci Editora, 1997.
- PAULA, Karine de Almeida. *A produção do espaço urbano vertical na Zona Central de Viçosa – MG, no período 1980-2012*. Dissertação de Mestrado apresentada ao depto.

- De Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.
- _____. *Urbanização, atividade imobiliária e adensamento urbano nos bairros Centro e João Braz em Viçosa (MG)*. 201. Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da UFV, 2011. 101folhas.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989. P.3-15.
- POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- PUPO FILHO, Cláudio e BARROS, Gustavo Arantes. *A arquitetura de Viçosa – MG, uma investigação histórica*. DAU, Viçosa: 1997.
- RIBEIRO FILHO, Geraldo Browne. *A formação do espaço construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa, MG*. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 1997. 244 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.
- RAMOS, Antônio de Pádua C.; e MELLO, Tony. *Viçosa em fotos*. Montagem: Paulo Afonso. Impressão: Alvimar Jesu P. Machado e Ruy de São José. Viçosa, 1973.
- RIBEIRO, Fernando. *Bernardes: um grande estadista da República*. Viçosa: Ed. Folha de Viçosa, 1986.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a História, o Esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007 [2000] (Col. “Espaços da Memória”).
- _____. *Teoria da Interpretação*. O discurso e o excesso de significação. Biblioteca de Filosofia Contemporânea. Edições 70.
- SABIONI, Gustavo Soares; e ALVARENGA, Sônia Coelho de. (orgs.). *UFV: oito décadas em fotos*. Viçosa: Editora UFV, 2006.
- SANT’ANA. Therezinha Azis Alexandre. *Viçosa: meu município*. Viçosa: Editora UFV, 1984.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. Trad. De Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-Siècle: política e cultura*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SENNET, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.
- _____. *Carne e Pedra - o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- STAROBINSKI, Jean. *1789: Os emblemas da razão*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.
- TODOROV, Tzvetan. “La memoria amenazada”. In: *Los Abusos de la memoria*. Paidós, 2000, Barcelona, pp.11-60.